



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



CHYARA CHARLOTTE BEZERRA ADVÍNCULA

**A INSPEÇÃO SANITÁRIA ESCOLAR NA PARAHYBA DO NORTE (1906 – 1936):
CONDICIONANDO CRIANÇAS “... A OBEDECER, A CRER E A PENSAR
SEGUNDO OS DOGMAS SOCIAES QUE NOS REGEM”**

JOÃO PESSOA-PB

2025

CHYARA CHARLOTTE BEZERRA ADVÍNCULA

**A INSPEÇÃO SANITÁRIA ESCOLAR NA PARAHYBA DO NORTE (1906 – 1936):
CONDICIONANDO CRIANÇAS “... A OBEDECER, A CRER E A PENSAR
SEGUNDO OS DOGMAS SOCIAES QUE NOS REGEM”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba
como requisito para obtenção do título de Doutora

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Fabiana Sena da Silva

JOÃO PESSOA-PB

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA PELA DOUTORANDA CHYARA CHARLOTTE BEZERRA ADVÍNCULA E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A DISSERTAÇÃO:

- (x) APROVADA
() INDETERMINADA
() REPROVADA

MEMBROS – BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	
Fabiana Sena da Silva (Orientadora)	PPGE/UFPB	
Gervácio Batista Aranha	UFCG	
Azemar dos Santos Soares Júnior	UFRN	
Alarcon Agra do Ó	UFCG	
Jean Carlos de Carvalho Costa	PPGE/UFPB	

João Pessoa, 14 de março de 2025

Documento assinado digitalmente
 **FABIANA SENA DA SILVA**
Data: 15/03/2025 08:55:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **AZEMAR DOS SANTOS SOARES JUNIOR**
Data: 15/03/2025 10:16:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **GERVACIO BATISTA ARANHA**
Data: 16/03/2025 18:38:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **ALARCON AGRA DO O**
Data: 17/03/2025 22:25:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA**
Data: 20/03/2025 13:57:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A244i Advíncula, Chyara Charlotte Bezerra.

A inspeção sanitária escolar na Parahyba do Norte (1906-1936) : condicionando crianças "... a obedecer, a crer e a pensar segundo os dogmas sociais que nos regem" / Chyara Charlotte Bezerra Advíncula. - João Pessoa, 2025.

224 f. : il.

Orientação: Fabiana Sena da Silva.

Tese (Doutorado) - UFPB/Educação.

1. Educação. 2. Higiene escolar. 3. Infância escolar. I. Silva, Fabiana Sena da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

A minha bisavó (*In memoriam*), Maria Amélia Bezerra, que sempre incentivou seus netos e bisnetos a trilharem o caminho da educação. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À professora Fabiana Sena da Silva, pela orientação ao longo desses anos.

Aos professores Azemar dos Santos Soares Júnior, Jean Carlos de Carvalho Costa e Gervácio Batista Aranha e Alarcon Agra do Ó pelos direcionamentos que me fizeram ampliar o debate sobre higiene no campo da História da Educação.

À minha irmã Charya, pelo incentivo e observações criteriosas ao longo deste trabalho.

Ao meu grande amigo Wagner Geminiano dos Santos, pelo encorajamento e leituras.

À minha mãe pelo carinho e encorajamento.

Aos meus irmãos Benammi e Alessandro, pelo incentivo.

A João Paulo, pela paciência.

A Gabriel e Miguel, pelo amor.

RESUMO

A tese tem como objetivo entender a historicidade da intervenção médica na Instrução Primária Pública da Parahyba do Norte, a partir da criação da função de Inspetor Sanitário Escolar, tendo como recorte inicial o ano de 1906, pelo fato do governo estadual constata a necessidade de uma estatística para se verificar e compartilhar dados sobre as doenças que grassavam pela Parahyba o que fazia aumentar a mortalidade adulta e infantil. Como recorte final escolhemos o ano de 1936, por termos encontrado um Programa da Cadeira de Higiene destinada à escola pública. A trajetória desta pesquisa nos levou a entrar em contato com diversos documentos, os quais traziam a regularidade de condicionamentos idealizados pelos médicos para o campo da instrução pública. Para realização desse trabalho foi necessário visitar alguns arquivos como o da Arquidiocese da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo e da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Nesses espaços visitamos jornais, revistas, leis, almanaques, manuscritos, dentre outros. Para tecer a pesquisa construímos o seguinte problema de tese: Por que o campo da medicina aprofundou o diálogo com o campo da instrução pública no início do século XX na Parahyba? Na tessitura desta tese nos deparamos com uma Parahyba em que as representações gestadas pelos jornais da época colocavam a instrução pública como um dos problemas mais urgentes a serem enfrentados. A ideia era introduzir novos hábitos e costumes para que o estado adentrasse na tão sonhada modernidade. Paralelamente à preocupação com o aprender a ler e escrever, buscava-se investir na saúde dos indivíduos em processo de escolarização. Por esse motivo, os intelectuais da época passaram a fazer críticas à higiene dos espaços escolares e a propalar a necessidade de ampliar o discurso sobre o que se referisse à infância. À vista disso, aprofunda-se, no início do século, a intersecção entre saúde e educação. Nesse sentido, o discurso da ciência dava origem ao ramo da Higiene Escolar, com o objetivo de introduzir práticas dessa ordem, no meio escolar público e privado. Nesse processo, passou-se a defender a necessidade do médico nas aglomerações infantis. Este era um assunto corrente no Brasil desde os primeiros anos do século XX, embora interferências práticas só se iniciassem a partir de 1910, no Rio de Janeiro. Sete anos depois desse advento no cenário educacional carioca, ou seja, em 1917, é que se vê, na Parahyba, sua inserção na reforma do ensino, após longo processo de debate encetado pelo médico Flávio Maroja, antes e depois da criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba,

criado em 1912. Para tanto, observando esta importante inovação na rotina escolar daquele período, decidimos confeccionar esta pesquisa que procurou, no trato com as fontes teóricas, dialogar com o método indiciário de Ginzburg (2003), os conceitos de representação e apropriação de Chartier (1990) e os estudos sobre campo e legitimação de Bourdieu (2004).

Palavras-chave: Educação; Infância; Higiene Escolar.

RESUMEN

La tesis tiene como objetivo comprender la historicidad de la intervención médica en la Educación Primaria Pública en Parahyba do Norte, a partir de la creación de la figura del Inspector de Salud Escolar, teniendo como corte inicial el año 1906, debido a que el gobierno estatal reconoció la necesidad de estadísticas para verificar y compartir datos sobre las enfermedades que proliferaban en Parahyba, que aumentaban la mortalidad de adultos e infantiles. Como corte final elegimos el año 1936, ya que encontramos un Programa de Cátedra de Higiene dirigido a las escuelas públicas. La trayectoria de esta investigación nos llevó a entrar en contacto con varios documentos, que mostraban la regularidad de las condiciones idealizadas por los médicos para el campo de la educación pública. Para realizar este trabajo fue necesario visitar algunos archivos como los de la Arquidiócesis de Paraíba, el Instituto Histórico y Geográfico de Paraíba, la Fundación Espaço Cultural José Lins do Rêgo y la Hemeroteca Digital de la Fundación Biblioteca Nacional. En estos espacios visitamos periódicos, revistas, leyes, almanaques, manuscritos, entre otros. Para tejer la investigación, construimos el siguiente problema de tesis: ¿Por qué el campo de la medicina profundizó el diálogo con el campo de la educación pública a principios del siglo XX en Parahyba? En la elaboración de esta tesis nos encontramos con una Parahyba en la que las representaciones generadas por los periódicos de la época situaban a la educación pública como uno de los problemas más urgentes a afrontar. La idea era introducir nuevos hábitos y costumbres para que el estado pudiera entrar en la modernidad. Paralelamente a la preocupación por aprender a leer y escribir, buscamos invertir en la salud de las personas en el proceso de escolarización. Por ello, los intelectuales de la época comenzaron a criticar la higiene de los espacios escolares y a promover la necesidad de ampliar el discurso sobre lo referido a la infancia. Ante esto, a principios de siglo se profundizó la intersección entre salud y educación. En este sentido, el discurso de la ciencia dio origen a la rama de Higiene Escolar, con el objetivo de introducir prácticas de este orden en las escuelas públicas y privadas. En este proceso se empezó a defender la necesidad de contar con médicos en las reuniones infantiles. Este fue un tema de actualidad en Brasil desde los primeros años del siglo XX, aunque la interferencia práctica recién comenzó en 1910, en Río de Janeiro. Siete años después de esta irrupción en el escenario educativo carioca, es decir, en 1917, vemos, en Parahyba, su inserción en la reforma docente, después de un largo proceso de debate iniciado por el médico Flávio Maroja, antes y después de la creación de la Instituto de

Protección y Asistencia al Niño de Parahyba, creado en 1912. Para ello, observando esta importante innovación en el quehacer escolar de ese período, decidimos realizar esta investigación que buscó, a través del tratamiento de fuentes teóricas, dialogar con el método evidencial de Ginzburg (2003), los conceptos de representación y apropiación de Chartier (1990) y los estudios sobre campo y legitimación de Bourdieu (2004).

Palabras clave: Educación; Infancia; Higiene Escolar.

ABSTRACT

The thesis aims to understand the historicity of medical intervention in the Public Primary Education of Parahyba do Norte, starting with the creation of the position of School Health Inspector, starting with the year 1906, because the state government recognized the need for statistics to verify and share data on the diseases that were spreading throughout Parahyba, which increased adult and infant mortality. As a final year, we chose the year 1936, because we found a Hygiene Chair Program aimed at public schools. The trajectory of this research led us to come into contact with several documents, which showed the regularity of conditions idealized by doctors for the field of public education. To carry out this work, it was necessary to visit some archives such as those of the Archdiocese of Paraíba, the Historical and Geographical Institute of Paraíba, the José Lins do Rêgo Cultural Space Foundation, and the Digital Newspaper Library of the National Library Foundation. In these spaces, we visited newspapers, magazines, laws, almanacs, manuscripts, among others. To develop the research, we constructed the following thesis problem: Why did the field of medicine deepen the dialogue with the field of public education in the early 20th century in Parahyba? In the development of this thesis, we came across a Parahyba in which the representations generated by the newspapers of the time placed public education as one of the most urgent problems to be faced. The idea was to introduce new habits and customs so that the state could enter the long-awaited modernity. In parallel with the concern with learning to read and write, there was an attempt to invest in the health of individuals in the process of schooling. For this reason, intellectuals of the time began to criticize the hygiene of school spaces and to promote the need to broaden the discourse on what referred to childhood. In view of this, the intersection between health and education deepened at the beginning of the century. In this sense, the discourse of science gave rise to the branch of School Hygiene, with the objective of introducing practices of this nature in public and private schools. In this process, the need for doctors in children's groups began to be defended. This was a current issue in Brazil since the early years of the 20th century, although practical interference only began in 1910, in Rio de Janeiro. Seven years after this advent in the educational scenario of Rio de Janeiro, that is, in 1917, we see, in Parahyba, its insertion in the education reform, after a long process of debate initiated by the physician Flávio Maroja, before and after the creation of the Institute of Protection and Assistance to Children of Parahyba, created in 1912. To this end, observing this important innovation in the school routine of that period, we

decided to carry out this research that sought, in dealing with theoretical sources, to dialogue with Ginzburg's (2003) evidentiary method, Chartier's (1990) concepts of representation and appropriation and Bourdieu's (2004) studies on field and legitimation.

Keywords: Education; Childhood; School Hygiene.

LISTA DE SIGLAS

ISE – Inspetor Sanitário Escolar

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro

IPAIPB – Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

FUNESC – Fundação Espaço Cultural José Lins Do Rêgo

MESP – Ministério da Educação e Saúde

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Trajetória Metodológica da Pesquisa – a leitura das fontes.....	15
1.2 A luta pela institucionalização médica no Brasil.....	25
1.3 Legitimando o poder.....	28
1.4 Historicizando a função de Inspetor Sanitário Escolar.....	33
2 “O ESPETÁCULO DESOLADOR DOS NOSSOS EDUCANDOS”: AS REPRESENTAÇÕES MÉDICO-PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA PARAHYBA	39
2.1 Por uma interseção de saberes: a higiene e a educação na historiografia parahybana.....	40
2.2 A educação na Parahyba do início do século XX.....	50
2.3 Medicina e Educação: reminiscência de um Contexto.....	63
2.4 A higiene escolar e a reforma do ensino de 1917.....	78
3 ENTRE PRÁTICAS E APROPRIAÇÕES: A INSPEÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR NA PARAHYBA.....	92
3.1 A “minguada instrução publica” e a “brilhante inutilidade” da inspeção escolar	93
3.2 Em busca da saúde e do bem-estar: a prática da inspeção sanitária escolar	105
3.3 O Serviço Sanitário Escolar na década de 1930.....	116
3.4 Individualizando sensibilidades: as palestras das professorandas nos Grupos Escolares.....	128
4 CONSTRUINDO A “FUTURA SOCIEDADE”: O INSTITUTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO E A MEDICINA	145
4.1 A infância nas páginas dos Jornais.....	146

4.2 O Instituto de Proteção e Assistência à Infância: uma instituição beneficente	160
4.3 Agentes em movimento: a construção da dinâmica interna e externa do Instituto de Proteção à Infância.....	172
4.4 Os agentes da higiene escolar na Parahybana.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	202

Índice de figuras

Figura 1: Matéria Publicada no jornal A União de 11 de março de 1932.....	123
Figura 2: Resultado da Inspeção Sanitária Escolar entre 1931 e 1932.....	125
Figura 3: Divulgação do início da inspetoria sanitária escolar da Paraíba do ano de 1932.....	132

1 INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória Metodológica da Pesquisa – a leitura das fontes

“Neste caso, senhores, a obra de caridade é diffundir os preceitos da hygiene, mas estes, teórica e praticamente, só podem ser ministrados na escola ou nos que estiverem nas escolas” (Cavalcanti, 1921, p. 223)¹

Medicalização e instrução foram temas discutidos, desde o século XIX, nas esferas de poder do governo brasileiro, período marcado pela formação do Estado nacional, o qual buscava reorganizar a sociedade nos seus diversos aspectos e consolidar um projeto de nação. Para isso, carecia dos esforços dos mais variados grupos sociais. Com tal pretensão, “... medicina e instrução se juntaram [...] irradiando normativas que se estenderam [...] no interior das diversas esferas socioculturais que constituíam a sociedade brasileira [...]” (Mariano, 2015, p. 27). É por meio desta relação que começamos a traçar nossa trajetória metodológica, partindo, portanto, da epígrafe de Manoel Tavares Cavalcanti, proferida na abertura da Conferência Interestadual do Ensino Primário ocorrida no Rio de Janeiro, em 12 de outubro em 1921. Com isso, queremos frisar que os intelectuais – políticos, médicos e professores – do século XX continuavam empenhados em pensar a organização social das cidades brasileiras, tendo por base a articulação entre escola e medicina. Um elo levado a efeito pela inserção do pensamento higienista.

Observando essa articulação, envidamos esforços na construção de uma pesquisa sobre a implantação do projeto nacional que tinha como foco os cuidados com a saúde escolar na Parahyba². Nosso objetivo com esta investigação foi de

1 Sobre Manoel Tavares Cavalcanti elaboramos, na seção três, uma biografia cujas informações demonstram seu envolvimento com a política e sua defesa em prol da instrução pública bem como sua participação no Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba.

2 Mantemos, nas citações, a mesma grafia apresentada na época estudada. Por esse motivo, quando nos referimos ao período anterior a 1930, utilizamos o termo Parahyba. Após 1930, usamos a palavra Paraíba, respeitando alteração na grafia.

entender, por meio da criação da função de Inspetor Sanitário Escolar, a historicidade da intervenção médica na instrução primária pública entre os anos de 1909 e 1936. Escolhemos historicizar, por entendermos que levar em conta somente as análises das categorias do pensamento de um texto nos faria filiados a uma perspectiva de história intelectual “susceptível apenas de uma análise interna, individualizando a irredutível originalidade das ideias” (Chartier, 1990, p. 55). E por não querermos levar adiante a dicotomia entre produtores e consumidores, debatida na história intelectual, decidimos trabalhar com o conceito de *Representação*, de Chartier, o qual assevera:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (Chartier, 1990, p. 17).

Para Chartier (1990), as representações se processam por meio da luta e do combate entre visões de mundo. Por esse motivo, esclarecemos que não trabalhamos opondo a representação da criação intelectual à representação do consumo cultural. Não vemos o consumidor cultural³ como um ser passivo, dependente e alienado. Seguimos, pois, na direção de reconhecer suas criações, apropriações ou reapropriações, seus desvios e resistências. Sendo assim, apostamos na historicização como meio para se observarem as práticas⁴, as

3 Em nosso ponto de vista, o consumidor cultural seria o intelectual médico que está inserido em um campo de saber. Esse médico seria o agente que anima esse campo, pois são as relações e as funções que exercem nesse espaço que nos fazem entender como a sociedade se configura. Discutiremos esse assunto mais adiante, quando estivermos apresentando o conceito de *campo* na perspectiva de Bourdieu.

4 Se cada grupo social – por meio da contradição e do conflito – constrói, organiza e representa a realidade a sua maneira, é certo dizer que as práticas se constituem pela busca do reconhecimento ou legitimação de uma “identidade social” própria de cada grupo. É o momento em que se procura convencer o outro sobre suas posições, suas funções, seu conhecimento e sua forma de perceber o mundo. Da relação entre a representação e a prática, surge a categoria da apropriação, a qual está ligada às formas como as pessoas recebem, desviam, ressignificam, resistem e fazem uso dos bens culturais – materiais ou imateriais – que lhe são apresentados (Cf. Chartier, 1990, p. 23-27).

apropriações⁵ e as mudanças de significado que a função do Inspetor Sanitário Escolar adquiriu na Paraíba no contexto estudado. Reconstituir “essa historicidade exige que o ‘consumo’ cultural ou intelectual seja percebido como “[...] uma produção, que certamente não fabrica nenhum objeto, mas constrói representações que nunca são idênticas às aquelas que o produtor, o autor ou artista investiram em sua obra” (Chartier, 2002).

Neste sentido, procuramos observar os médicos da Parahyba do início do século XX como consumidores e, ao mesmo tempo, produtores culturais, que liam, olhavam e escutavam as produções intelectuais sobre higiene infantil como produções abertas a reapropriações, pois a realidade social e econômica que vivenciavam tinha suas próprias especificidades. Estes médicos eram agentes que, ao entrarem em contato com “uma produção racionalizada [...] ruidosa e espetacular” [...], estavam autorizados a construir “uma outra produção qualificada como consumo” (Chartier, 2002). Esta última produção se caracterizava pela astúcia, pelo silêncio quase invisível “que não se distingue com produtos próprios, mas em *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (Certeau, 1980 *apud* Chartier, 2002, destaque do autor) que se encontrava em circularidade no momento estudado. Por conseguinte, as representações e apropriações que gestaram a visão de mundo dos médicos paraibanos se formaram por meio da leitura de livros especializados no campo da medicina e, especificamente falando, livros que abordavam o tema da higiene escolar. A esse respeito temos Flávio Maroja (1913) citando os trabalhos de Louis Dufestel, Ladislau Piçarra, Aimé Riant, Jules Delobel e Carlos Moncorvo Filho.

Os artigos de opinião de Maroja – publicados nos jornais A União e O Norte – trazem também informações sobre os congressos que reuniam uma polifonia de discursos sobre a higiene nas aglomerações infantis. Esses artigos tinham por objetivo partilhar o conhecimento sobre higiene escolar.

5 Chartier demarca sua filiação ao conceito de *apropriação* usado por Bourdieu no livro “A distinção”; ao mesmo tempo, apresenta distanciamento das noções de apropriação de Foucault e da hermenêutica (Chartier, 1990, p. 26). Partindo de uma perspectiva bourdieusiana, Chartier fala em apropriação no sentido das “diferenças de uso partilhado”, pois “[...] os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições do *habitus* de cada grupo” (Chartier, 1990, p.137).

O que estava em jogo não eram as “exclusões por confiscação, [mas o] uso partilhado” (Chartier, 1990) do conhecimento, o qual se fazia pelos textos informativos e de opiniões levados ao público pelos jornais de época. Nesse corpo documental – que não é o único em nossa pesquisa –, buscamos indícios que revelassem, mesmo que indiretamente, tanto a supressão das liberdades quanto as ações singulares dos agentes ou sujeitos que compõem o universo social em debate.

Constranger, condicionar ou disciplinar eram ações empreendidas pelos médicos no espaço escolar desde o século XIX, como mostra a pesquisa de Mariano (2015) que discutiremos na seção dois deste trabalho. Desse modo, para dar ensejo a esta pesquisa, centramos nosso olhar no “uso partilhado”, ou melhor, no conceito de apropriação defendido por Chartier (1990), o qual, para a leitura das fontes, recorreu a dois pares de noções solidárias, o primeiro “[...] põe em contraste disciplina e invenção. Todo o dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem [...]”. Desse modo, toda “produção cultural” investe sobre os “materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras”. Quem tem poder investe sobre a “espontaneidade ‘popular’ [...]” promovendo a coerção por meio das instituições controladas pelos dominantes. Por esse motivo, “é preciso reconhecer [...] o modo como se articulam as liberdades condicionadas e as disciplinas desfeitas”.

O “segundo par de noções solidárias” se refere à distinção e à divulgação, que [...] permite propor uma compreensão da circulação dos objectos ou dos modelos culturais que não a reduz a simples difusão, pensada geralmente como um movimento descendente na escala social”. Para tanto, todas as atividades de reprodução “ou de vulgarização são mais complexos e mais dinâmicos e devem ser entendidos [...] como lutas de concorrências onde toda a divulgação, concedida ou conquistada, produz imediatamente a procura de uma nova distinção”.

Os dois pares de noções apresentados por Chartier foram de fundamental importância na leitura dos jornais que utilizamos em nossa pesquisa, a saber: O

Norte⁶, A União⁷, A Imprensa⁸ e o Educador⁹. Antes de qualquer coisa, é preciso entender que “[...] este ‘meio de comunicação’, ‘instrumento produtor de discursos’ e ‘produto cultural’ destinado à leitura – tão típico da idade moderna e contemporânea – deve ser adequadamente incluído no grupo mais amplo dos ‘periódicos’ [...]” (Barros, 2021) que engloba “outras modalidades de publicações” tais quais: “os boletins, almanaques, catálogos e revistas” (Barros, 2021).

Dentro desse debate, vale salientar a leitura que fizemos das Revistas Era Nova (1921-1922) e do Ensino (1932-1942), que divergem do jornal quanto ao “formato ou materialidade da ‘forma impressa’, o ritmo de disponibilização que define

6 Fazendo parte da imprensa diária, o jornal *O Norte* foi fundado em 1908 pelos irmãos Oscar Soares e Orris Eugênio Soares. A partir de 1915, por dificuldades econômicas, seus fundadores se envolvem na política e passam a apoiar a oligarquia epítacista, que, a partir deste mesmo ano, passava a dominar o Estado. De acordo com Nascimento (s/d), “Entre 1915 e 1919, o jornal *O Norte* foi considerado o ‘órgão oficial’ do Epitacismo passando a criar intensa rivalidade com o “*Diário do Estado*” que era favorável a Walfredo Leal e contrário a Epitácio Pessoa”. Na década de 1920, provavelmente por motivos políticos e financeiros, *O Norte* fechou suas portas duas vezes, pois, em nível nacional, defendia a política do presidente Washington Luís. Localmente, fazia oposição a João Pessoa por ter, entre seus sócios, o Coronel José Pereira Lima, que enfrentou o governo na chamada Revolta de Princesa. (Cf. Nascimento, J. *Jornal O Norte*. Paraíba Criativa, s/d. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/jornal-o-norte/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

7 Periódico de publicação diária. O jornal *A União* foi criado como órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba no ano de 1893. À frente desta iniciativa, encontrava-se Álvaro Machado, que assume o controle oligárquico da Parahyba após a destituição do Marechal Deodoro da Fonseca. O intuito da criação deste jornal era informar a população sobre as ações do presidente do Estado, em exercício. Álvaro Machado era o líder da oligarquia alvarista que dominou a política paraibana entre 1891 e 1915. Segundo Arruda (2015), durante esse período quem esteve à frente da administração do órgão era Tito Henriques da Silva, que foi substituído no momento em que se processava a crise política do final do ano de 1912. Como sucessor, Castro Pinto escolheu o poeta Carlos Dias Fernandes, o qual ficou na direção do jornal de 1913 até 1928, início do governo João Pessoa (Cf. Arruda, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7732>. Acesso em: 17 mai. 2023.

8 Jornal bissemanário, criado em 1897. Apresentava-se, na edição de 16 de agosto de 1930, como um jornal: “Sempre fóra da arena agitada dos partidos, a “<<A Imprensa>> manteve-se firme nos seus princípios de jornal catholico e independente, propugnando a ordem social christã, os direitos do magisterio divino da igreja, o respeito ás autoridades constituídas, sem se afastar jamais das normas e directrizes traçados com sabedoria pelo desvelado pastor que está á frente dos destinos desta Archidiocese”. Seu objetivo era partilhar os ensinamentos religiosos num momento em que a recém implantada República (1889) havia proclamado a laicização do Estado. Essa criação vinha de encontro às reformas encetadas por Leão XIII em 1893, mudança na qual foi criada uma província eclesiástica no Rio de Janeiro e o número de dioceses foi alargado para afirmar o poder e os preceitos da Igreja na República. A criação do jornal foi idealizada pelo primeiro bispo e arcebispo da Parahyba, Dom Adaucto Aurélio de Miranda Henriques, que era primo de Walfredo Guedes Pereira, sobre o qual falaremos na terceira sessão (Cf. Costa, , 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3909>. Acesso em: 3 out. 2024.

9 Um jornal de tiragem semanal, foi criado em 1921 pela Sociedade dos Professores Primários da Parahyba. Durante seus dez meses de existência, entre 1921 e 1922, se propôs a “[...]divulgar as conquistas teórico-práticas das ciências pedagógicas e reivindicar a elevação e o reconhecimento do trabalho do professorado” (Cf. Nunes *et al.* , 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1485>. Acesso em: 3 out. 2024.

a ‘periodicidade’, e o modo ou abrangência da ‘publicização’ [...]” (Barros, 2021). A tiragem da primeira Revista era quinzenal e a da segunda trimestral. Assim como os jornais, nos lembra Barros (2021), este tipo de fonte traz em seu corpo uma “polifonia de textos”. As revistas acima citadas traziam para o debate temas como: poesia, beleza, infância, eugenia, higiene, saneamento urbano etc. No campo das instituições sociais, traziam o debate sobre família, escola, política e lazer. Estes periódicos também retratavam as ações das instituições filantrópicas que criavam normas e constrangiam corpos a transformações radicais quanto ao modo de vestir, limpar e exercitar o corpo. À vista disso, uma gama de instituições foi criada, na Parahyba, para constranger os corpos desde a mais tenra idade. Entre elas, citamos: o orfanato Dom Ulrico, o Asilo de Mendicidade, a Sociedade Médica e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, as quais apresentavam “o ideal dominante em matéria de excelência corporal” (Bourdieu, 2007).

Dentro dessa discussão sobre fontes, faz-se necessário citar as mensagens presidenciais, os relatórios, as atas e as estatísticas dos inspetores sanitários escolares e do ensino bem como os documentos avulsos produzidos pelo governo da Paraíba. Tais fontes nos “[...] oferecer[am] inúmeras informações, discursos e indícios para a análise” dos corpos sociais “[...] que os produziram e dos meios nos quais eles circularam” (Barros, 2021).

De posse desses documentos, iniciamos a pesquisa nos distanciando de uma tradição que reduz “o real ao domínio do social, deixando de fora o pensamento”, apoiamo-nos, para tal empreitada, nos trabalhos desenvolvidos por Chartier que, segundo Peter Burke, optou “por estudar não tanto os camponeses ou os vagabundos, mas a imagem que deles têm as classes superiores, [a] imagem do ‘outro’ [...]” (Burke, 1997). À vista de toda essa discussão sobre fontes, Le Goff (1996, p. 545) diz:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Os documentos – sejam eles jornais, revistas, atas, relatórios etc. – são produções que seguem regras na sua elaboração. Trazem uma polifonia de diálogos que mesclam, nas palavras de Barros (2021, p. 421-443), “a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos”. São produtos que trazem ideias, “conceitos e obsessões dos seus produtores” (Chartier, 1990). Desse modo, ao olharmos as representações publicizadas nos periódicos que estudamos, constatamos que estávamos diante de suportes culturais que demonstravam como as classes superiores criavam e reproduziam as imagens sobre o outro. Por esse motivo, procuramos ler o material, levando em conta o método indiciário de Carlos Ginzburg (2003)¹⁰, que procura analisar os rastros menos visíveis presentes no texto. Desse modo, como historiadores da Educação que somos, cabe-nos ler e interpretar detidamente as fontes, procurando regularidades e/ou irregularidade nos rastros deixados pelos homens e mulheres do passado. Para tanto, investigamos a documentação, com o propósito de identificarmos o contexto social, político e cultural em que foi produzida, e levantamos questionamentos: Quem é o autor? Havia conflitos? Quais seriam? Quais as tensões sociais? Quem preservou? Houve exclusões? Se sim, de que natureza? etc.

As fontes, fossem elas primárias ou secundárias, passaram pela análise documental, trabalho concentrado nas recorrências de evidências elaboradas, para serem questionamentos ao longo da pesquisa. Assim, seguindo as instruções de Luchese (2014, p. 150), nos detivemos na documentação “[...] como produções humanas, [...] como construções instituidoras de sentidos e significados humanos [...]”. Assim sendo, por meio deste método, procuramos analisar também o Regulamento Geral da Instrução Pública, que foi reformado em 1917 pelo Decreto nº

10 A prática indiciária, segundo Ginzburg (2003), procura marcas, rastros e indícios aparentemente insignificantes. De acordo com este autor, “Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas” (Cf. Ginzburg, 2003, p. 151).

873 e por meio do qual a função de Inspetor Sanitário Escolar passou a ser regulamentada no Estado da Parahyba.

A partir desse Decreto, observamos que o projeto de organização do campo da Instrução Pública alargou sua relação com o projeto do campo médico higienista, em legitimação naquele momento. Por esse motivo, nosso recorte temporal inicia-se em 1906, ano em que se constata a necessidade de uma estatística para se verificar e compartilhar, com outros Estados, dados sobre as doenças que grassavam na Parahyba e que podiam ultrapassar suas fronteiras.

Com dados estatísticos, podia-se ter uma ideia das principais doenças que promoviam a mortalidade tanto adulta quanto infantil. De posse desse material, observou-se que a mortalidade infantil estava em ascensão. Esse tipo de informação foi base da produção de artigos elaborados pelo médico Anysio de Sá, no ano de 1909, sobre higiene infantil. Foi também por conta disso que o médico Flavio Maroja passou a defender a necessidade de um inspetor sanitário escolar já em 1910. Nessa empreitada pela higiene infantil, se propunha, ainda, a criação da cadeira de Higiene na Escola Normal, a qual instrumentalizaria o professorado sobre a profilaxia das doenças que atacavam a sociedade bem como as aglomerações infantis.

O processo se estende com o passar dos anos, e uma infraestrutura institucional para cuidar das crianças desvalidas foi criada para difundir a cultura da higiene e lutar não somente pelas questões da saúde infantil mas também para cuidar da educação, pois se via a escola como espaço privilegiado para se inculcarem posturas e atitudes naqueles que seriam o “adulto de amanhã”. Esse debate coube ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Nesse processo, surgiu a institucionalização da função do Inspetor Sanitário Escolar bem como a implantação da cadeira de Higiene nas escolas públicas, ação inserida nas normativas escolares de 1917.

Nossa proposta se encerra em 1936, por encontrarmos um Programa da cadeira de Higiene destinada à escola pública primária. Um Programa que levava a criança “a experimentar o corpo no mal-estar, no constrangimento” (Bourdieu, 2007), uma experiência que se elevava: “Quanto maior [fosse a...] desproporção entre o corpo ideal e o corpo real” (Bourdieu, 2007). Nosso recorte se justificou pela

regularidade das ações de condicionamentos idealizados pelos médicos para o campo da instrução pública, que se processava pelo reconhecimento do corpo saudável.

Na busca pelo corpo higienizado, vemos, em 1931, por exemplo, a criação do Serviço Sanitário Escolar bem como a criação da Revista do Ensino, no governo do interventor federal Anthenor Navarro. Aquela instituição e este suporte cultural fizeram alavancar, ainda mais, as discussões sobre saúde escolar na Paraíba. A esse respeito, a Revista do Ensino apresenta o serviço sanitário escolar como “[...] aspiração máxima dos professores do curso primário que diariamente testemunham, vergados pelo peso da responsabilidade assumida de ensinar e guiar os futuros dirigentes e defensores da Pátria, que aos olhos de todos se degeneravam em um dia para o outro” (Parahyba, 1932, p. 21-22).

Para reafirmar nosso recorte, notemos, ainda, que, de 1917 até 1936, houve, na Parahyba, duas reformulações do Regulamento Geral de Instrução Pública – mais exatamente em 1927 e em 1935. Neste último ano, se tem a primeira tentativa de reformulação do ensino dentro do novo regime instalado após a Revolução de 1930, o qual trazia crítica “ao capitalismo em suas formas liberal-democráticas”, defendia a centralização do poder e anunciava a “questão social” como prioridade de governo (Hochman, 2005). O que se tinha antes desse novo modelo de gestão era uma continuidade das ações da Velha República (Hochman, 2005).

Dentro do governo Vargas, ainda teríamos mais duas reformas: uma em 1937 e outra em 1942, ambas regidas pelo momento ditatorial do Estado Novo. O ano de 1936 é emblemático, tanto por colocar em prática o reordenamento do Regulamento Geral de Instrução Pública de 1935, quanto pelo fato de a Revista do Ensino trazer o programa da disciplina de Higiene para as escolas públicas da Paraíba.

Assim sendo, nesse processo de historicização da escalada médica no âmbito da Instrução Pública, percebemos que o reordenamento efetivo instituído na Parahyba de então, ou seja, no início do século XX, se inicia pela criação de uma comissão responsável por rever e ampliar as normativas que condicionariam os sujeitos das aglomerações infantis a atitudes disciplinares focadas em princípios higienistas.

O Regulamento n. 873/17 trouxe para as instituições escolares o conhecimento de regras e condutas, isto é, normas que o Inspetor Sanitário deveria colocar em prática. O Regulamento também deixava claro que a função deveria ser assumida por um médico de formação.

Dada toda essa discussão, se faz necessário expor nosso problema de tese: *Por que o campo da medicina aprofundou o diálogo com o campo da instrução pública no início do século XX na Parahyba?*

Para auxiliar na tessitura de nossa problematização, outras indagações se fizeram pertinentes: *Em que consistia o campo da saúde escolar? Que representações os intelectuais – médicos, professores e políticos – construía sobre a saúde escolar? Que práticas eram observadas no meio escolar? Como os inspetores condicionavam os corpos e os espaços? Como era a educação sanitária dos alunos e professores? Como era a relação médico/professor/aluno? Existiu resistência aos condicionamentos criados pelos médicos? Houve conflito no processo de surgimento da função de inspetor médico escolar? Como os inspetores representavam para si mesmos em seu trabalho?*

Essas perguntas são partes de um problema que procuramos elucidar ao longo da pesquisa. Todas nos levaram à seguinte indagação delimitatória: *Quais os hábitos e os costumes higienistas implantados nas escolas da Parahyba pelo médico inspetor e como este fazia o consumo das atitudes propaladas pelos médicos em nível nacional e internacional?*

As fontes evidenciaram que novas sensibilidades estavam sendo implantadas na sociedade com a propagação da “consciência sanitária”. E isso o médico Flavio Maroja¹¹ nos deixa entrever quando diz que “não é fácil tarefa incutir no espírito da nossa gente, arraigada a uns tantos hábitos condenáveis, que vêm de longe, que se origina no berço” (Maroja, 1913).

As crianças, quando adentravam no ambiente escolar, levavam as experiências da convivência familiar, as quais eram incompatíveis com os discursos de um grupo desejoso de se ajustar aos padrões de uma sociedade que se pretendia moderna e civilizada. Desse modo, as representações que os médicos

11 Sobre Maroja, falaremos na seção quatro deste trabalho.

construíram em relação a essas crianças e suas famílias era de uma coletividade formada de agentes ignorantes, pouco ou nada afeitos às práticas higienistas.

Dadas as fontes utilizadas, não fica difícil perceber a delimitação aqui pretendida, pois há, nos jornais, vários artigos de opinião¹² escritos de modo a constranger e condicionar os leitores sobre como alcançar o progresso da sociedade. A ideia era introduzir práticas que fizessem valer o projeto higienista/civilizador. Para esse fim, o campo intelectual médico em formação produziu representações que marcaram de “forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (Chartier, 1990, 23), em contrates com o outro, que era visto como: vulnerável aos efeitos da própria ignorância quanto aos cuidados com o corpo.

1.2 A luta pela institucionalização médica no Brasil

Nesta nossa trajetória, buscamos nos aprofundar no tema do higienismo. Este, colocado sob o escrutínio da historicização, nos aproxima dos processos sociais que carregavam tensões e exclusões concorrentes na construção dos espaços. Assim sendo, fizemos leituras que nos informaram sobre a temática da higiene no Brasil, sem perder de vista as ações empreendidas na Parahyba, durante o período recortado para este estudo.

De forma resumida, as ideias sobre higienismo surgiram, no Brasil, de acordo com Challoub (1996), em meados do século XIX, quando as propostas de organização de moradias e usos dos espaços da cidade do Rio de Janeiro estavam na pauta do dia. Para esse intento, havia agentes públicos engajados, na Secretaria de Polícia e na fiscalização da Freguesia de Santa Rita, os quais, em primeiro plano, empenhavam-se em “prevenir [...] pessoas suspeitas” (Challoub, 1996) nas estalagens as quais, na tentativa de resolver o “preço elevadíssimo das casas”

12 Para Bräkling (2000, p. 226), o artigo de opinião “[...] é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada idéia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes, que posam convencer o interlocutor.”

(Chalhoub, 1996) de aluguel, acabaram formando o que “deu lugar à fundação de moradias, conhecidas pelo nome muito significativo de cortiços” (Chalhoub, 1996). Mesmo que este projeto habitacional não tivesse a higiene como temática central, tal preocupação não foi ignorada. Vale considerar que, embora a Câmara Municipal do Rio de Janeiro reconhecesse a importância dos assuntos discutidos, não estava disposta a resolver a contento nem o problema das moradias e nem o do higienismo. Aliás, essa Câmara se constituía em um espaço tomado de pessoas leigas ou pouco familiarizadas com os assuntos referentes à saúde pública.

Notadamente, essa atitude dos representantes da Câmara chamou a atenção dos médicos, os quais logo organizaram ações para retirar a saúde pública das mãos dos leigos e de outros praticantes da arte de curar, na tentativa de enclausurar o conhecimento sobre saúde nas mãos dos médicos alopatas. Para se colocarem como guardiões da saúde pública, os médicos criaram a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1829) cujo objetivo seria

[...] lutar pela criação ou reformulação dos regulamentos sanitários, pelo controle de sua aplicação por médicos, por mudanças de costumes, por intervenção em hospitais, prisões e outros lugares públicos, pelo controle da venda de medicamentos, pelo estudo de epidemias, endemias e doenças contagiosas, pela criação de lugares de consultas gratuitas aos pobres, etc. (Machado, 1978, p. 186, sic).

Outra reação colocada em prática foi a inserção do esculápio no campo político brasileiro. Um exemplo disso, foi o médico Dr. José Pereira Rego, o qual, em 1866, além de vereador da Câmara Municipal da Corte, era também presidente da Junta Central de Higiene. Muito bem colocado social e politicamente, apresentou “projeto bastante detalhado para adoção de posturas referentes aos cortiços” (Chalhoub, 1996). Este seu projeto se iniciava justificando “a preocupação com a proliferação dos cortiços [e] explicita[ndo] de forma bastante didática algumas ideias que se tornariam em breve o senso comum dos administradores da cidade” (Chalhoub, 1996).

Em 1870, nas palavras de Chalhoub (1996), as ideias higienistas já estavam praticamente consolidadas no Rio de Janeiro. A higiene, nesse contexto, estava sendo colocada como espelho da civilização. Desse modo, uma sociedade que se

pretendia moderna tinha que conformar gestos e atitudes dos seus agentes nos moldes do discurso higienista.

A observação de todo esse processo de institucionalização do higienismo nos levou a perceber que havia um esforço dos médicos em legitimar seu lugar na sociedade brasileira. Na Parahyba, isso não foi diferente. Havia anos que os médicos estavam se inserindo nos espaços de poder do Estado. Isso teve início no século XIX e se intensificou no século XX, quando as especialidades médicas começaram a se proliferar.

Na perspectiva do nosso estudo, sinalizamos a especialidade da pediatria, cujo aparato técnico centrava-se no mundo infantil. O olhar direcionado a esse público regulava, condicionava e constrangia. Não se permitia mais a naturalidade e espontaneidade da liberdade. Tudo estava sendo condicionado para eliminar os imprevistos. Para isso, instituiu-se a especialidade que vigiaria e censuraria a infância. É válido lembrar que a pediatria chegou ao Brasil com Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo (Moncorvo pai) ainda no final do século XIX (Moreira, 2020).

A temática foi tomando corpo quando Moncorvo de Figueiredo criou a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em 1881, e, no ano seguinte, elaborou um projeto, propondo que as Faculdades de Medicina do Brasil criassem a cadeira de Moléstias Médicas e Cirúrgicas de Crianças. Essa ideia foi concretizada com a lei nº. 3.141, de 30 de outubro de 1882 (Moreira, 2020). A clínica infantil foi institucionalizada. Moncorvo de Figueiredo, por meio da policlínica, passou a oferecer cursos livres sobre moléstias infantis (1881-1901). Esses cursos só foram possíveis devido a algumas mudanças, entre elas a do ensino médico.

A reforma do ensino médico decretada em abril de 1879 pelo ministro do Império Leôncio de Carvalho atendeu e ao mesmo tempo frustrou as aspirações de Moncorvo de Figueiredo. A reforma instituiu a frequência livre às aulas e sabatinas, medida que logo se mostrou desastrosa e foi por isso abolida, em 1883, pelo novo diretor da FMRJ, Vicente Candido Figueira Sabóia, que tornou obrigatória a frequência aos trabalhos práticos e laboratórios (Sanglard; Ferreira, 2010, p. 444).

A reforma autorizou o desenvolvimento de cursos livres fora das Faculdades de Medicina no Brasil. Tal reforma trouxe consenso em uns pontos e dissenso em outros. As aulas livres da universidade levou o pediatra Moncorvo de Figueiredo a abrir um curso sobre moléstias infantis e com isso cooptar adeptos à causa infantil. Seus discípulos foram conquistando espaços na administração pública e ganharam destaque ao abrir instituições filantrópicas. Caso emblemático a se destacar seria o do seu próprio filho – Moncorvo Filho – que organizou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, o qual foi replicado em vários Estados da federação. Nesse processo histórico, o tema da higiene infantil passou a ser debatido pelos médicos das Faculdades de Medicina, e um dos temas mais abordados era a higiene escolar. Intervir na escola seria mais uma estratégia de ocupação de espaço público e luta política para aprofundar a legitimação¹³ do poder médico.

1.3 Legitimando o poder

A luta pelo poder dentro de um campo se processa em todas as áreas do conhecimento e no seu interior. Trabalhando nessa perspectiva, nos posicionamos em torno dos debates levados a efeitos pela Escola dos *Annales*, de 1930 até hoje. Em seus embates, lutas interdisciplinares são travadas, trazendo incertezas, compartimentação de vocabulário, “configurações [...] próprias a cada campo de forças intelectuais e cujo objetivo é uma posição de hegemonia, que é primeiramente hegemonia de um léxico” (Chartier, 2002).

O recorte que delimitamos nos levou a um diálogo com a sociologia de Bourdieu, pois nos pareceu pertinente algumas de suas ferramentas conceituais tais quais: campo, capital simbólico, cultural e social. De início, nos detemos na questão da legitimação do poder médico, que se concretizou no momento em que discursos,

13 Assim, nos esclarecem Bourdieu e Passeron: “Numa formação social determinada, a [Ação Pedagógica] AP legítima, isto é, dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que a imposição arbitrária do arbitrário cultural dominante, na medida em que ela é desconhecida em sua verdade objetiva de AP dominante e de imposição do arbitrário cultural dominante” (Bourdieu; Passeron, 1992).

funções e instituições médicas foram reconhecidas como naturais. A partir desse reconhecimento, as coisas e as ações passaram a ser configuradas como escolha do indivíduo, ou seja, sem a percepção da dominação. Dessa forma, quando se naturaliza algo, perdem-se de vista as tensões, as exclusões e os processos sociais. É nesse caminho, rumo à naturalização do discurso, que os médicos parahybanos do início do século XX pareciam querer se colocar.

As tensões, entretanto, se processaram entre a visão dos médicos, dos charlatões, das mães, das comadres e das benzedadeiras. O médico alopata – que também estava em disputa com o médico homeopata – construiu um discurso que desqualificava as práticas e as ações de outras formas de conhecimento. O outro foi sendo deformado para que a medicina alopática triunfasse e dominasse o meio social.

Nessa direção, a criação de espaços de assistência filantrópica – a exemplo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, criado em 1899 – não tinham outra intenção que não fosse a de fazer predominar a cultura do grupo ao qual pertenciam. Nesse processo, os médicos se incumbiram de uma ação pedagógica por meio da comunicação. Realizaram debates, conferências, escreveram artigos e elaboraram conselhos e orientações. O que parecia ser uma ação filantrópica, visando à organização da saúde pública ou o bem-estar social de uma dada formação social, nada mais era do que a legitimação de um arbitrário cultural dominante. De forma simbólica, se legitimavam, socialmente, as formas de pensar e agir dos grupos dominantes.

A ação pedagógica dos médicos, com seus conselhos expressos nas páginas dos jornais de época, não foi suficiente para que a imposição das formas dominantes fosse bem-sucedida. Para Bourdieu e Passeron (1992, p. 21): “Toda Ação Pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”. E, nesse processo de dominação, observamos que os médicos na Parahyba do Norte não estavam interessados somente na difusão dos preceitos higienistas por meio da educação difusa (coletiva) ou familiar. O objetivo expresso era a educação institucionalizada, por isso defendiam a proposta da inserção, no meio escolar, da disciplina de Higiene e da função do Inspetor Sanitário Escolar. Adentrar no espaço da instrução pública

primária seria o caminho para se inculcarem “os interesses materiais e simbólicos” (Bourdieu; Passeron, 1992) da categoria médica, cujo campo de ação estabelece e reproduz as ideias do grupo dominante.

Por outro lado, as tensões, as recusas aos ditames da lei nos fazem ver que, nas lutas do campo cultural, persistia uma polifonia de discursos sobre o corpo e sua saúde. Havia um partilhamento de ideias por parte dos médicos na tentativa de eliminar essa polifonia. Apenas o discurso alopata deveria sobreviver. Por essa razão, era necessário envidar esforços na ampliação do campo escolar, para que as classes populares fossem condicionadas pelo léxico e pela prática do campo da Medicina. De acordo com Soares Júnior (2015), isso pode ser testemunhado pelas palavras do médico Flávio Maroja que, a partir da década de 1920, “[...] passou a defender a escola como melhor lugar para inculcar os novos princípios de higiene. A escola seria responsável por divulgar os códigos de civilizar [...]”. Dentro desta escola que tudo condicionava e constrangia, para responder aos anseios da modernidade e/ou civilidade, seria necessária a inspeção médica e higiênica, cuja competência requeria:

“[...] 1.º) A vigilância e a salubridade dos edifícios escolares. 2.º) A profilaxia das moléstias transmissíveis. 3.º) A verificação periódica e frequente do funcionamento normal dos órgãos e do crescimento regular do organismo físico e das faculdades intelectuais da criança. 4.º) A cultura racional de seu organismo físico. 5.º) A adaptação com o pedagogo, da cultura das faculdades intelectuais à capacidade física individual, e bem assim a instrução e educação sanitária da criança (Mello, 1902 *apud* Lima, 1985, p. 102-103, sic).

Seguindo o exposto até aqui, jugamos ser necessário entender o grupo médico como consumidor cultural que se desenvolve dentro de um campo intelectual.

Quando falamos em *campo*, nos remetemos a Bourdieu (2004), que desenvolve essa ferramenta analítica como saída para os problemas de interpretação textual. Mais uma vez, voltamos às ideias da história intelectual que, no campo da interpretação, faz a oposição entre a análise interna e externa das produções culturais. Para Bourdieu, o campo seria uma categoria mediadora entre aqueles que acreditam que não há conhecimento para além do texto – como

produção intelectual de autonomia pura – e os que defendem a relação do texto com o contexto¹⁴. Dito isso, o autor informa que essa oposição se processa do mesmo modo na ciência. Por esse motivo “[...] Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tão pouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto” (Bourdieu, 2004, p. 20). É por intermédio do campo literário, jurídico, artístico ou científico – no qual se inserem os agentes e instituições – que ocorre a produção, reprodução e difusão desses conhecimentos.

O campo é a intersecção entre o microespaço e o macroespaço das relações sociais. Um não determina o outro. Eles se comunicam, se chocam, se alteram, se apropriam ou resistem às leis e à autonomia de cada espaço. São os agentes ou instituições que animam o campo e nos fazem procurar entender as redes de relações que tecem, as pressões que exercem, as ordens e instruções que elaboram. Cada campo tem suas especificidades, e isso é o que observamos no campo intelectual médico. Nesta perspectiva, a legitimação passa pela forma como o campo instrumentaliza seus agentes e instituições. Um campo pode dialogar com outros campos que representam a sociedade, sem dúvida. E isso é representativo em nossa pesquisa, pois o campo médico do início do século XX se valeu, a todo instante, do campo da instrução, para que as ideias higienistas se concretizassem no universo social.

Para ilustrar a compreensão acima, recorre-se à afirmação do médico Carlos Seidl (1922): “É dispensável o diploma de médico ou de higienista. O doutor é muitas vezes demasiado theorico e profundo, em seus ensinamentos; e, o que se precisa e se deve ensinar ao menino ou a menina, é a prática e não a theoria da hygiene”.

Na visão dos médicos, era preciso conceder a outros campos a divulgação do conhecimento prático da higiene. Essa concessão de conhecimento se traduz pela

14 A esse respeito, diz Bourdieu (2004, p. 19): “Grosso modo, há, de um lado, os que sustentam que, para compreender a literatura ou a filosofia, basta ler os textos. Para os defensores desse fetichismo do texto autonomizado [...] o texto é o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido [...] Em oposição, uma outra tradição, frequentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo, que relaciona o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou mundo econômico” (Ver também Santos, 2017).

ação do professor, pois ele tinha preparo pedagógico para fazer o aluno entender e experienciar novos gestos e atitudes propalados pelos médicos higienistas. Nesse caso, quando há a “divulgação, concedida ou conquistada, produz[-se] imediatamente a procura de uma nova distinção” (Chartier, 1990). E isso Carlos Seidl nos apresenta na citação acima: ao médico caberia a discussão teórica.

O uso do conhecimento do campo médico não estava, portanto, reservado exclusivamente aos médicos, era compartilhado com professores e inspetores do ensino – regionais e técnicos –, que irrigavam as práticas e as relações sociais. Na aproximação do campo da Medicina com o campo Pedagógico, o Médico Sanitário Escolar era o agente mediador. Assim sendo, é interessante perceber que este agente, como objeto¹⁵ de estudo, faz ampliar as pesquisas na área da História da Educação na Paraíba ao trazer os trabalhos e ações empreendidas no âmbito da função implantada em 1917.

A ampliação traçada por este estudo centra-se na questão da saúde escolar na Paraíba, um tema que pode ser aprofundado dadas as sugestões propostas nas três teses que analisamos na segunda seção em nosso trabalho.

As teses apresentadas pela linha de pesquisa de História da Educação, da pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, trazem indicações de futuras pesquisas com foco na interface entre Saúde e Educação. A primeira, de autoria de Aparecida de Lourdes Paes Barreto (2010), trouxe apontamentos sobre o livro didático “A fada Hygia” e os regulamentos Da Instrução Pública. Estes pontos foram tratados, respectivamente, nas teses de Azemar dos Santos Soares Júnior (2015) e Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (2015), os quais

15 Novos objetos entraram no debate da disciplina de história no final da década de 1980, no momento em que se proclamou uma “crise geral das ciências sociais”. Para combater esse momento de incerteza, diz Chartier (2002), os historiadores saíram à procura de novos objetos, como “as atitudes diante da vida e da morte, os rituais e as crenças [...] os funcionamentos escolares, etc. O que significava constituir os novos territórios do historiador por meio da anexação dos territórios dos outros (etnólogos, sociólogos, demógrafos)”, e – por que não falar? – do campo pedagógico. Num primeiro momento não houve, todavia, o abandono de “nada do que fundara a força da disciplina, dada pelo tratamento quantitativo de fontes maciças e seriais [...]” (Chartier, 2002). Mesmo tendo proclamado uma crise no “editorial da primavera de 1988 da revista *Annales*” (Chartier, 2002) os historiadores tinham por meta “preservar a disciplina em uma conjuntura percebida como marcada pelo declínio radical das teorias e dos saberes sobre os quais ela sustentara seus progressos nas décadas de 1960 e 1970” (Chartier, 2002). Tem a vírgula marcada acima, no texto original? Se tiver, coloque sic após o número da página)

trazem outras sugestões que podem irrigar a pesquisa na linha da História da Educação, como: educação sexual, programas das disciplinas de História Natural e de Higiene, inspetores sanitários escolares, docentes da cadeira de Higiene, ensino profissional como estratégia de higiene intelectual etc.

Os três trabalhos acima citados, versam sobre o projeto higienista elaborado pela intelectualidade médica para as escolas da Parahyba, sobre os quais debateremos com mais afinco na segunda seção desta tese. Em todo caso, são iniciativas que contribuem para ampliação dos debates sobre higienismo na Instrução Pública, o que denota um alargamento das discussões teóricas da História da Educação em nível nacional e estadual.

Dentro dessa temática, buscamos ampliar os debates com a inserção da figura do Inspetor Sanitário Escolar, como agente que movimenta o campo médico e faz intervenção nas políticas educacionais que estavam sendo gestadas na Parahyba.

Das teses que apresentamos, a única que fala dos inspetores sanitários escolares é a de Soares Júnior (2015) ao discorrer sobre o Inspetor Médico Severino Patricio, na década de 1930. Nosso trabalho vai além de tratar sobre a função dos inspetores sanitários escolares, pois identificamos que os inspetores administrativos e regionais não só inspecionavam os métodos e as práticas pedagógicas como também a higiene dos espaços escolares. Com isso, buscamos abrir caminhos para que novos debates surjam sobre as inspeções na Paraíba, para trazer à luz as práticas pedagógicas do início do século XX bem como alargar os debates sobre higiene e educação.

Para além das discussões locais, percebemos que “As mudanças refletiam as intencionalidades de um amplo projeto nacional em prol da modernização e do progresso; projeto esse que se inspirava em dois grandes ideais do período – a Modernidade e o Higienismo” (Cardoso, 2004). E isso pode ser percebido por meio dos trabalhos empreendidos pelo médico Carlos Moncorvo de Figueiredo Filho.

1.4 Historicizando a função de Inspetor Sanitário Escolar

Em 1917, por intermédio das conferências que realizava no Rio de Janeiro, Moncorvo Filho informava como estava sendo tratada a higiene escolar tanto nacional quanto internacionalmente. A esse respeito encontramos, na documentação da Hemeroteca Nacional, textos de Moncorvo Filho que trazem um histórico esclarecedor sobre inspeção escolar.

Nas palavras desse médico, a inspeção escolar teria surgido na Europa, mais especificamente na Inglaterra, em 1900. No seu elóquio, tece comentários sobre as cidades de Paris – que, em 1910, investiu na ampliação do número de inspetores escolares – e Alemanha – com o número de 700 médicos-inspetores no início do século XX. Já, na América, para Moncorvo Filho, os Estados Unidos se mostrava como “irrepreensível” em matéria de inspeção escolar com “... um medico escolar para cada milhar de discentes e só Nova York possui 300 inspetores sanitários das escolas” (Moncorvo Filho, 1910). Em meio a esse histórico, alguns países da América do Sul são citados – Chile, Uruguai e Argentina –, mas o autor não apresenta detalhes sobre sua implantação.

Quanto ao Brasil, Moncorvo Filho nos mostra que, até o final do século XIX, nada havia sido feito em matéria de assistência social infantil. O que se registra em sua fala é a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, uma instituição filantrópica que ele mesmo organizou em 1899. Para o autor, esse é o marco inicial das ações voltadas para a infância. O regulamento do Instituto dizia ser necessária a “Proteção pelos meios que possa dispor a Inspeção Médica Escolar que funcionam na Capital da República”. Dez anos após essa iniciativa, Moncorvo Filho leva ao prefeito Inocêncio Corrêa a proposta de criação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar do Distrito Federal. Em 1910, o serviço de inspeção foi colocado em prática.

É notório que estamos diante de um campo em processo de legitimação de poder colocado em prática por intermédio das relações entre capital cultural e capital social.

O primeiro se refere às imposições culturais que recebemos por meio da socialização – são os hábitos e costumes que aprendemos e que nos acompanharão pelo resto da vida. Para os médicos, essa imposição deveria se processar na infância. Fazer um pacto com o campo pedagógico seria, portanto, a

garantia de que hábitos higienistas estariam impregnados nas condutas dos futuros adultos.

Já o capital social está relacionado com as redes de relações ou de sociabilidade que nos levam a adentrar e a galgar espaços dentro de determinado ambiente social.

Assim, percebemos que as redes de relações e os diálogos entre os pares do campo médico fizeram a ascensão de determinados agentes que trabalhavam com a saúde infantil. Foi da relação com Moncorvo Filho que se criou uma congênere do Instituto de Proteção e Assistência à Infância na Parahyba em 1912.

Era preciso mudar as atitudes observadas nas crianças da Parahyba do início do século XX. Um ser em formação que se tornava, na virada do século XIX para o XX, instrumento de salvação nacional. Um indivíduo que, se bem trabalhado, resultaria em um adulto dotado do ideal higienista que salvaria a nação da degeneração. A proteção da infância determinaria o futuro do Brasil.

A criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, num primeiro momento, se preocupava em aconselhar as mães sobre a criação dos filhos; no entanto, logo se notou que o projeto pedagógico dos médicos teria que adentrar os espaços de coletividade infantil porque, na segunda infância, se deveriam reforçar as atitudes e os hábitos higiênicos. E com esse intuito foi criada a Inspetoria Sanitária Escolar, a qual não escapou das tensões, das lutas, das resistências e das disputas tanto dentro do próprio campo quanto fora dele, por meio das interferências políticas e econômicas, a exemplo do serviço médico escolar no Rio de Janeiro, que foi implantado em 1910.

Tal instituição não perdurou por muito tempo, pois foi “suprimido [...] no início do governo marechalício, sob a administração do Exm. Sr. general Bento Ribeiro C. Monteiro [...]” (Jornal *A Noite*, 1915).

Em 1910, o Governo do Marechal Hermes da Fonseca dava seus primeiros passos na direção contrária à valorização do serviço médico escolar, quando nomeou para prefeito da Capital federal o general já citado. Isso não significa que as ideias higienistas foram deixadas de lado no novo governo, mas nos induz a pensar nas relações de força em disputa por representações. A cidade do Rio de Janeiro continuou a ser palco de remodelações higienistas com a ampliação da rede de

esgoto, abastecimento de água, embelezamento de ruas e praças. Nesse momento, vivia-se, no Brasil, conforme se lia nos jornais e revistas do início do século XX, a efervescência dos discursos higienistas. Observa-se, todavia, uma mudança de olhar em relação à população pobre, a qual, embora vista como classe perigosa, também era considerada como grupo que precisava ser higienizado e regenerado, pois era força de trabalho capaz de alavancar o progresso nacional.

Naquele período, devido às necessidades do capitalismo, as cidades estavam sendo reformuladas de acordo com o pensamento higienista e modernizador. Dado o contexto das relações capitalistas aprofundadas, surgiu a necessidade de se elaborarem projetos de remodelação imobiliária. Assim, “[...] o projeto da vila proletária foi a primeira grande experiência de intervenção do poder público na questão da habitação popular [...]” (Barreto, 2020), do qual surgiu o bairro Marechal Hermes da Fonseca. A crise habitacional no Rio de Janeiro se expandiu a partir da reforma empreendida por Pereira Passos (1902-1906), e a questão higiênica continuou a ser uma preocupação constante das autoridades.

A intervenção do Estado se fazia presente nas principais capitais do Brasil, na tentativa de se higienizarem os espaços e as instituições. O que estava em jogo era o direito de moradia “dos trabalhadores e seus lugares na cidade” (Mariano, 2015).

Um dos lugares destinados às classes trabalhadoras era a escola, a qual, desde o século XIX, era vista como o espaço apropriado para disseminar a moralidade “[...] onde os homens são levados ao cumprimento dos seus deveres, antes pela convicção da utilidade, do que pelo temor das penas [...]” (Parahyba do Norte, 1841, p. 5). Ali se introjetavam as necessidades da sociedade, criavam-se novos hábitos e costumes aliados ao capital econômico.

Nesse mesmo momento, a Capital da Parahyba do Norte também passava por transformações. O governo de João Lopes Machado (1918-1912) segue a linha das remodelações do Rio de Janeiro do início do século XX. De acordo com o jornal *O Centro*, de Areia (1910), as reformas na Parahyba se justificariam pelo fato de João Machado, enquanto médico, ter sido auxiliar de Oswaldo Cruz no combate à

febre amarela no Rio de Janeiro (Advíncula, 2009)¹⁶. O que se constata na Parahyba em 1910 é que

as práticas higienistas ainda se faziam de forma precária. Foi neste momento que o presidente João Machado começou a pôr em prática um projeto de modernização, com a implantação da luz elétrica, bonde de tração animal e sistema de abastecimento de água. Porém, as necessidades da cidade de Parahyba do Norte, em termos de higiene, não condiziam com o que se esperava de uma cidade que se pretendia moderna, necessitando assim de novas investidas em termos de higiene pública (Advíncula, 2009).

A legitimação acontecia em forma de imposição, e os agentes médicos perceberam que as pressões que exerciam sobre o público ainda não surtiam os efeitos desejados. O campo intelectual médico via que suas elucubrações teóricas os distanciavam do público. A teoria nada acrescentava às demandas sociais por saúde e bem-estar. Embora houvesse a divulgação de ideias por meio dos jornais e revistas, o que se observava era o compartilhamento da teoria, que talvez só fossem compreendidas por indivíduos com formação de nível superior, os intelectuais. Estes, por sua vez, muitas vezes, por estarem encastelados, ficavam alheios às pressões do contexto social do qual, mesmo sem atentarem para isso, faziam parte.

Havia, então, dificuldade em se engendram novas atitudes e comportamentos porque não havia uma relação que tornasse o teórico entendível e praticável pelos não iniciados no campo médico. Necessitava-se da aproximação entre aqueles que criavam projetos de intervenção e os que praticavam esses mesmos projetos, com suas apropriações, resistências e ressignificações. O campo intelectual médico precisou mobilizar agentes e criar instituições que levassem seu conhecimento para a prática do público em geral.

Com relação à saúde, criaram-se instituições que não só atendiam ao público em matéria de saúde como também exerciam uma ação pedagógica com o intuito de disseminar atos higiênicos. Na Parahyba, entre os anos de 1906 e 1936, o

16 Esse trecho faz parte da dissertação de Mestrado desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco. As discussões giravam em torno dos elementos de modernização como: Abastecimento de água, esgotamento sanitário, doenças, arborização e higienismo. Os temas estavam envoltos pelos conceitos de modernização e civilidade. Tentava-se a introdução de novas sensibilidades nos indivíduos que experienciavam a cidade da Parahyba do Norte em transformação, no início do século XX.

esculápio ampliou seu trabalho de conscientização sanitária, por meio de artigos de opinião nos jornais, depois investiu na criação de instituições e, na continuação, aliou-se ao campo da Instrução Pública para fazer valer seus projetos, inserindo, no meio escolar, a função do Inspetor Sanitário Escolar.

Diante do exposto, decidimos organizar nossa pesquisa em três seções, para tentar abarcar as ações e as apropriações da prática médica no trabalho com a saúde escolar.

Desse modo, para historicizar a função de médico sanitário escolar, decidimos começar nossa primeira seção analisando as representações gestadas na interseção entre Medicina e Educação na Instrução Pública Primária na Parahyba, focando na construção de uma realidade social baseada no higienismo. Desse modo, observamos as disputas travadas entre os agentes médicos e pedagogistas sobre o espaço escolar. O olhar de cada profissional trazia a imagem do outro como sendo degenerada, inculta e incivilizada. Diagnosticava-se que, para se superar o problema das doenças, era necessária a prática das ideias higienistas, pois só assim se construiria uma sociedade afeita ao progresso e à civilização.

Na segunda seção, procuramos compreender como se deu a implantação do serviço de inspetoria médica na Parahyba, iniciada na segunda década do século XX. Para isso, observamos os debates sobre a higiene física, moral e intelectual, em destaque nas regulamentações que a Instrução Pública confeccionou nas primeiras décadas do século XX, as quais foram colocadas em prática tanto pelas professorandas da Escola Normal quanto pelos inspetores técnicos, regionais e sanitários.

Na terceira seção, procuramos perceber como a infância era representada nos jornais da época e pelos agentes médicos do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba. Desse modo, veremos, nessa seção, o conceito de infância gestado na Parahyba, como os agentes médicos construíram normativas para condicionar o corpo infantil bem como a instituição responsável pela proliferação da pediatria na Parahyba.

2 “O ESPETÁCULO DESOLADOR DOS NOSSOS EDUCANDOS”: AS REPRESENTAÇÕES MÉDICO-PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA PARAHYBA

Um cipoal de representações – política, médica, jurídica, educacional etc. – sobre saúde, gestadas no início do século XX, tomavam conta da cidade da Parahyba do Norte. Com base nisso, a partir da década de 1906, os médicos tomaram para si a responsabilidade de organizar o meio social, tendo como base as ideias higienistas.

Várias reformas foram empreendidas no ambiente urbano, com o objetivo de fazer a profilaxia dos espaços. Cabe ressaltar que um espaço em especial nos chama a atenção: a escola pública primária. Para os médicos não bastava colocar em ação as representações sobre este espaço, era necessário legitimar suas funções e criar espaços de atuação para os intelectuais ligados às práticas das ciências médicas.

Tecendo discussões sobre esses assuntos, nesta seção objetivamos analisar as representações gestadas na interseção entre Medicina e Educação na Instrução Pública Primária na Parahyba, considerando que os agentes envolvidos nessa empreitada – médicos e professores – produziram uma realidade social sob as bases do higienismo. Dessa maneira, construíram representações discursivas em que a sociedade era posta como degenerada, inculta e incivilizada. Esses agentes percebiam e classificavam o mundo, pautados nas disposições de classe ou grupo social ao qual pertenciam.

As representações aqui analisadas são disputas que animam os agentes que compõem tanto o campo médico quanto o campo da instrução pública. O campo é uma ferramenta de análise que preza pela competição e carrega, em seu bojo, agentes que ora recepcionam ideias, ora as desviam, resistem e ressignificam modelos de pensamento devido às pressões do contexto político, econômico, social e cultural.

Segundo Chartier (1990), o texto se constrói das leituras que fazemos sobre o tema, ou seja, se faz a partir do consumo das obras que perscrutamos. Desse modo, o consumo se apresenta como produtor, por isso não pretendemos “Agir

como se o texto (ou as imagens) tivessem significados por si mesmos” (Charlier, 1990). Não existe sentido permanente, as coisas são fluidas. Dessa feita, não devemos amarrar nossas análises unicamente às categorias de pensamento, temos que ver a historicidade. “Restituir essa historicidade exige em primeiro lugar que o ‘consumo’ cultural ou intelectual seja ele próprio tomado como uma produção” (Chartier, 1990).

Assim sendo, iniciamos esta seção pelas produções realizadas pelos historiadores da Educação que procuraram, em suas análises, o entrecruzamento entre o higienismo e a pedagogia na Parahyba.

2.1 Por uma interseção de saberes: a higiene e a educação na historiografia parahybana

Como o próprio título da tese sugere, nosso objeto de estudo centra-se na figura do Inspetor Sanitarista Escolar. Procurar indícios de sua atuação nos pareceu tarefa árdua dada a inexistência, ou quase inexistência, de trabalhos acadêmicos sobre tal personagem na Parahyba e a escassez de fontes que trouxessem suas falas e suas experiências no espaço-tempo delimitado pela pesquisa.

Dada a natureza dessa função, esta promove uma interface entre higiene e educação, o que amplia nossas possibilidades de discussão historiográfica e expande nossa capacidade de análise. Por isso, para esta discussão, separamos 3 trabalhos que apresentam a interseção entre Medicina e Educação na Parahyba, as quais demonstram a crescente preocupação dos intelectuais com o problema da higiene infantil. Os trabalhos aqui apresentados são teses¹⁷ apresentadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – uma produzida em 2010 e duas em 2015.

A primeira tese, de autoria de Aparecida de Lourdes Paes Barreto, intitula-se “Higienismo e educação escolar na Paraíba republicana: do discurso médico à

17 A escolha pelas teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre 2010 e 2015, para discussão historiográfica, nos faz advertir o leitor que outros trabalhos foram confeccionados tanto dentro como fora do programa citado, como exemplo temos: Ferreira (2022), Rocha (2016), Araújo (2016), Neves (2016), Silva (2017).

prática educativa”, a qual, no ano de sua confecção, se apresentava como inovadora, pois trazia para o debate uma abordagem centrada na convergência entre higienismo e educação.

Tendo como objetivo geral a “análise da repercussão do ideal higienista ao contexto da educação escolar paraibana, no período da Primeira República”, esse estudo se estrutura em 4 seções, sendo a Introdução a primeira delas. Nesta, a autora faz uma explicação metodológica, mostrando que, na historiografia local, havia “poucos registros sobre a forma como o higienismo foi articulado ao projeto educacional paraibano e incorporado à política pedagógica das escolas”. Dessa feita, partiu

da tese de que a educação escolar na Paraíba, no período da Primeira República, sob a égide do ideal higienista, instituiu um fazer pedagógico controlador e disciplinar destinado às normas de bem viver, com vistas à construção do homem civilizado projetado pela sociedade moderna (Barreto, 2010).

Como podemos notar, sua tese se aproxima da epistemologia foucaultiana, por focar na disciplina e no controle dos corpos pelos médicos. Na segunda e na terceira seção, seu trabalho centra-se na pesquisa bibliográfica, tendo como base a discussão sobre o surgimento do conceito de higiene na Europa e sua chegada ao Brasil. Somente na quarta seção, a autora trabalha com a pesquisa documental, em que operacionaliza mensagens presidenciais cujo conteúdo aborda a higiene nas escolas paraibanas.

Desse modo, Barreto (2010) produz uma narrativa que escalona o tema da higiene em três níveis: internacional, nacional e estadual. Cada nível corresponde a uma seção. Ela cria um modelo de escrita em que todas as seções começam pela discussão do contexto histórico e prosseguem com os debates em torno da higiene. Embora seja um texto que trata da interseção entre educação e higiene, a prioridade da autora recai na temática da higiene de modo geral. A discussão sobre higiene escolar é restrita. Na segunda seção, por exemplo, buscou explicar a estruturação da medicina social e seus três modelos: o alemão, o francês e o inglês. Nessa

estrutura, chama a atenção para a Alemanha como primeiro território a fazer a discussão sobre a medicina social com ênfase na medicina de Estado.

Ao fazer tal discussão, apresenta o alemão e higienista John Peter Frank como “precursor da saúde pública” e “pai do higienismo”. Nesse ponto, Barreto (2010) poderia ter ampliado o debate, entrecruzando saúde pública e espaço escolar, já que a obra de John Peter Frank, segundo Lima (1985, p. 80),

[...] dispunha detalhadamente sobre o atendimento escolar e a supervisão das instituições educacionais particularizando desde a prevenção de acidentes até a higiene mental, desde a elaboração de programas de atletismo até a iluminação, aquecimento e ventilação das salas de aula (sic).

No trabalho por nós analisado, o tema higiene escolar aparece pela primeira vez na página 37, para aferir que os conhecimentos desenvolvidos ao longo dos séculos promoveram a criação de novas disciplinas, a exemplo da de Higiene. Esta, enquanto parte do programa curricular, preparava os “profissionais [para] atuar[em] na educação em saúde, como as – visitadoras sanitárias ou – educadoras em saúde, além das professoras primárias (compondo o currículo das escolas normais)” (Barreto, 2010).

Nas palavras da autora, o final do século XIX foi responsável pela elaboração de um projeto de “pedagogização” (Barreto, 2010), que via a higiene como veículo para “promover a educação em saúde da população”. Para a concretização desse projeto, apostou-se no envolvimento de duas instituições sociais: a escola e a família. Nesse contexto, a escola ficaria com a “organização das estruturas físico-espacial das edificações e suas mobílias, e as políticas pedagógicas marcadas pela implementação dos programas escolares com seus conteúdos curriculares, métodos de ensino e materiais e livros didáticos” (Barreto, 2010). Com relação à família, mais especificamente à mãe, “foram editados em impressos orientações carregadas de valores morais envolvendo a convivência familiar, o casamento, a juventude, além de lições de higiene e puericultura, orientando o cuidado e a educação das crianças” (Barreto, 2010).

Na terceira seção, sua discussão focou na chegada do higienismo no Brasil, o que teria ocorrido em meados do século XIX. Tomando como base os trabalhos de Rocha (2003) e Marques (1994), a autora argumenta que, a partir desse marco temporal, cresceu a medicalização da sociedade, devido aos investimentos em políticas de saúde pública e com a “adoção de práticas disciplinares e de higienização no campo educativo” (Barreto, 2010), o que tornou “o discurso médico-higienista [...] mais forte”. Ao mesmo tempo que crescia a força do discurso médico, criavam-se instituições que garantiriam “o reconhecimento da classe médica e a ocupação de seus membros nos espaços do poder” (Barreto, 2010) – sobre esse reconhecimento, Barreto cita a Sociedade Brasileira de Medicina.

Ainda na terceira seção, Barreto (2010) apresenta diversas transformações no campo da higiene durante o século XIX. E, neste espaço, seu discurso adentra no movimento eugenista, o qual se expandiu, no Brasil, a partir do século XX (Barreto, 2010). Nas letras da autora, neste contexto, “Atribuía-se aos pobres, mendigos, alcoólatras, prostitutas, criminosos, a causa da degeneração social que atingira os grandes centros urbanos da era industrial” (Barreto, 2010). Tudo isso trazia uma outra concepção de eugenia, a qual ligava “as questões sociais das cidades” à condição “étnica ou racial”.

A pesquisadora acrescenta ainda que várias disciplinas foram idealizadas tendo por base as diferenças raciais. Para Barreto (2010): “Essas disciplinas procuravam estabelecer uma relação entre as diferenças morfológicas e os comportamentos e aptidões das diversas raças humanas [...] buscava-se uma explicação para a hierarquização” (Barreto, 2010) histórica dos “diferentes tipos humanos”. Desse modo, a eugenia se apresentava como uma ciência que estudava como melhorar e aperfeiçoar o ser humano.

Para além do discurso eugenista, a tese expõe outras tantas discussões na área da saúde pública, as quais muitas vezes a tornam superficial – sobre isso, embora seja uma discussão fértil, não há, neste curto espaço, condições de fazê-lo. Uma coisa, no entanto, é certa: a intenção de Barreto (2010) converge para a relação do higienismo com a eugenia no campo da Educação. Essa convergência coaduna com a discussão encetada sobre o livro do médico Renato Kehl contida na última seção de seu trabalho.

Sobre a conexão entre higiene e educação, vejamos o que a autora fala ao fazer referência a seu objeto de estudo: “Na última parte do nosso trabalho, analisamos o cerne desta tese: A influência e a difusão do ideário higienista na educação da Paraíba”. Na última seção, primeiramente, a autora demonstra alguns indícios do discurso higienista nas falas de autoridades médicas e políticas da Parahyba. Traz a representação de uma capital com feições coloniais e “ruralesca” (Barreto, 2010), a qual, no início do século XX, renova-se a partir do discurso higienista.

Em meio a essas mudanças, segundo Barreto (2010), a escola que funciona como “símbolo republicano da cultura e da civilidade, torna-se também, objeto de renovação” (Barreto, 2010).

A autora não determina o nível escolar que pretende investigar e pincela comentários sobre a Escola Primária, a Escola Normal, o Lyceu Paraibano e a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba.

Na última seção, ainda tece comentários sobre os regulamentos da Instrução Pública de 1849 e de 1917, porém não aprofunda o debate acerca da higiene escolar. Por fim, fala da criação da disciplina de Higiene bem como da estrutura e diagramação do livro didático “A Fada Hygia, primeiro livro de higiene” – adotado na Paraíba da década de 1930 –, o qual foi escrito pelo médico eugenista Renato Kehl.

Afora sua condição de obra generalizante, o trabalho de Barreto é importante por tecer considerações sobre o higienismo e sua interface com a educação na Parahyba. Em todo caso, é uma tese que nos aponta outras temáticas que podem ser analisadas e aprofundadas em projetos futuros.

Outro trabalho que nos chama a atenção é a tese: “Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)”, de autoria de Azemar dos Santos Soares Júnior, a qual ficou dividida em 5 capítulos, nos quais aprofunda o debate entre higienismo e educação.

Seu estudo se centra em duas instituições privadas e uma pública da capital paraibana, respectivamente, o Colégio Nossa Senhora das Neves, o Colégio Diocesano Pio X e a Escola de Aprendizes Marinheiro (militar).

Esse trabalho analisa os sujeitos, para tentar entender a sociedade em seu aparato político, econômico, social e cultural. Neste viés, coloca a cultura como

“expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portanto já um significado de uma apreciação valorativa” (Pesavento, 2005 *apud* Soares Júnior, 2015, p. 11). Os conceitos colocados em prática na tese são múltiplos, mas os centrais envolvem o corpo, a infância, a disciplina e o discurso.

A tese em questão chama a atenção para a renovação da História da Educação com a contribuição da análise do discurso de Michel Foucault e Roger Chartier.

Segundo Barros (2011, p. 41), o “[...] discurso no centro da História Cultural considera que a própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam uma noção mais ampla de Cultura [...]”. O discurso, portanto, é utilizado para apresentar um novo olhar perante a sociedade. Com essa perspectiva Soares Júnior traz o discurso que propala uma nova proposta de escola no início do século XX. Assim, apresenta as falas de médicos e políticos paraibanos, traçando afirmativas de que a escola precisava ser higienizada e normatizada. Desse modo, o pesquisador destaca que o discurso médico foi operacionalizado para nortear as políticas educacionais na Paraíba do século XX, com vistas a “uma educação higiênica capaz de assegurar o modelo de civilização desejado” (Soares Júnior, 2015).

Quando ao seu recorte temporal, o estudioso delimita sua pesquisa ao período de 1913 a 1942. Sua escolha se justifica pela implantação da matéria de Higiene e Educação Física no Programa de Ensino das escolas que citamos acima e pelo encerramento das publicações da Revista do Ensino ocorrido em 1942.

Tal recorte o auxilia na discussão de seu objetivo geral, para cujo atingimento analisa a construção do corpo de crianças fisicamente vigorosas a partir dos discursos médico pedagógicos voltados para as escolas da Paraíba no período citado. No seu primeiro capítulo, por exemplo, faz um apanhado do seu percurso metodológico, narra sua trajetória e, ao mesmo tempo, tece uma história sobre a saúde escolar na Parahyba. Apresenta seus aportes teóricos, os conceitos que utiliza, as fontes com que trabalha e onde as encontrou. É um capítulo que nos ensina o ofício do historiador da Educação.

No segundo capítulo de sua tese, Soares Júnior apresenta os projetos higienistas elaborados para a Parahyba entre o final do século XIX e início do XX.

O primeiro projeto centrou-se na criação da Inspetoria de Hygiene com uma legislação que parecia não sair do papel. Tal inspetoria se fazia presente apenas em tempos epidêmicos.

O segundo projeto foi inaugurado no final do século XIX, com a criação do Serviço de Hygiene, o qual não trouxe grandes avanços em matéria de ação sistemática, pois, assim como o anterior, somente agia em tempos de surtos epidemiológicos. São, todavia, projetos que colocam o médico como o profissional capaz de “impedir o aparecimento de doenças e tudo aquilo que pudesse prejudicar o bem-estar físico e moral dos cidadãos” (Soares Júnior, 2015, p. 37). No período analisado, a cidade era representada como um lugar de amontoados, morada da morte e das doenças. Urgia repensar o tecido urbano e as instituições. E é dentro deste segundo projeto que começa a ser delineado o terceiro projeto higienizador.

O terceiro projeto estava calcado na educação sanitária. Desse modo, o autor define o ano de 1913 como o das primeiras investidas higienistas dentro do programa de ensino. Neste sentido, tem-se a criação das disciplinas de Higiene e Educação Física, as quais passam a fazer parte das práticas pedagógicas.

A partir daí, faz-se presente uma educação higiênica escolar que passou a ser defendida pelo médico sanitarista paraibano Flávio Maroja, o qual via na escola o local apropriado para insuflar as mentes com o projeto higienista em voga tanto na Paraíba quanto no Brasil como um todo.

Desse modo, observa-se que normas médicas se coadunam a normas educacionais, para formar a criança desde a mais tenra idade. Desde cedo, as crianças teriam seus corpos esquadrihados e remontados para se tornarem dóceis, obedientes, hígidos, fortes, laboriosos, resistentes, educados, disciplinados, pois eles seriam os “responsáveis por edificar o progresso” da pátria (Soares Júnior, 2015, p. 187).

Embora o recorte de Soares Júnior (2015) coloque 1913 como marco nas ações de higiene nas escolas que pesquisa, as ideias sobre o tema eram antigas e remontavam ao século XIX, como poderemos verificar na tese de Mariano (2015), que será analisada mais adiante. Em todo caso, cabe aqui citar mais uma vez o

médico Flávio Maroja, o qual defendia a inserção do médico sanitarista no campo escolar já no ano de 1910.

Com relação ao terceiro capítulo, tem-se a construção de uma narrativa que mostra a escola sofrendo mudanças por meio de normas médicas. É um texto que operacionaliza os discursos médicos no sentido de transformar a feição da escola, sua estrutura física e sua organização normativa. Nesse capítulo, o autor apresenta as mudanças do ensino público e aponta que a Reforma de 1917 determinava a criação das disciplinas Higiene e Educação Física nas escolas públicas da Paraíba.

Para Soares Júnior (2015), os intelectuais da época, principalmente Flávio Maroja, faziam um esforço titânico para construir uma educação para a saúde. Assim, uma educação que visasse a novas sensibilidades “deve[ria] vigiar para que os alunos [fossem] bons, honestos, limpos” (Peixoto, 1925 *apud* Soares Júnior, 2015). Era preciso corrigir na criança sua “natureza imperfeita”(Peixoto, 1925 *apud* Soares Júnior, 2015) para se chegar ao esplendor e à felicidade (Soares Júnior, 2015).

Nesse processo, não bastava disciplinar o comportamento das crianças em idade escolar; era preciso também verificar a salubridade dos espaços das aglomerações infantis. Por esse motivo, logo no início da República, se investiu na edificação de Grupos Escolares, os quais apresentavam um conjunto de regras médicas que precisavam ser cumpridas. Os responsáveis por essas mudanças atentavam para aspectos que giravam em torno da localização, ventilação, iluminação, mobiliário etc.

O quarto capítulo do trabalho de Soares Júnior (2015) traz uma discussão acerca da educação física como grande aliada da higiene. Desse modo, expõe que a saúde do corpo está intimamente ligada à robustez física do indivíduo. Os debates não estavam mais em torno do conceito básico de higiene, mas, sim, na preocupação com a prática que visava à manutenção e defesa de um corpo saudável, traçando um novo modelo de corpo e colocando a Educação Física como disciplina responsável pela educação corporal. Nesse capítulo, observa-se a inserção de diferentes fontes que legitimam as análises do autor, entre as quais se destacam: legislações, atestados médicos, exames de admissão, atestados de vacina e provas físicas. Tudo isso com o intuito de se promover uma relação entre

conceitos como: eugenia, educação sanitária e educação física. Todos interligados às práticas pedagógicas no interior do campo escolar.

Em seu quinto capítulo, o autor analisa dois instrumentos importantes para as discussões sobre higiene na época: o periódico *Revista do Ensino* (1930-1940) – que era usado como meio de informação e acompanhamento dos professores sobre evoluções do ensino, métodos e processos pedagógicos – e o livro didático: *Fada Higia*, usado pelas crianças no ensino primário das escolas públicas como livro de higiene. Esse livro trazia cartas às mães, professoras e alunos e conteúdos relacionados à temática, com o objetivo de doutrinar as práticas das professoras, das crianças e de seus familiares.

Após esta rápida exposição, não restam dúvidas de que a tese analisada consegue expor de forma clara o percurso da pesquisa histórica no tempo e espaço propostos, tanto em seus aspectos teóricos quanto metodológicos. É uma tese de grande valia para os estudos sobre higiene escolar na Parahyba e para o nosso trabalho. Assim, utilizaremos principalmente sua discussão sobre as novas sensibilidades gestadas para o corpo infantil no campo escolar.

Por outro lado, nos distanciamos da ideia de que o ano de 1913 seja o marco dos “primeiros registros efetivos das aulas de higiene e educação física” (Soares Júnior, 2015) nas escolas que estuda. Defendemos que, no início do século XX, há, de fato, um aprofundamento desta discussão, mas não podemos ignorar o fato de que os médicos parahybanos já vinham, desde o século XIX, introduzindo a higiene nos regulamentos e ações da Instrução Pública Primária do Estado. Esse aprofundamento, no século XX, se processou no momento em que se idealizou a criação de uma instituição que agregaria o campo médico e teria a infância como foco. Assim, criou-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, uma instituição pautada na defesa política da classe médica e da vida infantil, assunto o qual discutiremos na terceira seção deste trabalho.

Para reafirmarmos que o século XX aprofunda a relação entre Medicina e Educação, basta analisarmos a tese “Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886), da pesquisadora Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano. Sua divisão se faz em quatro capítulos, sendo o primeiro a apresentação do seu percurso teórico-metodológico,

no qual se apropria do conceito de biopolítica do filósofo Michel Foucault. Mariano (2015) se interessa pelo entrecruzamento do mundo instrucional e o campo da medicina, por isso investiga a “invenção de um modelo hígido de educação escolar na instrução primária na Parahyba” (Mariano, 2015).

No segundo capítulo, a autora se debruça sobre as artes de curar. Para isso, demandou esforços para nos fazer ver as práticas não licenciadas – de parteiras, barbeiros, benzedeiras – que estavam ligadas à cura das doenças. Práticas que se distanciavam do aspecto preventivo da doença, condição que passou a ser predominante a partir do momento em que novas instituições foram criadas para legitimar o poder médico. Ainda neste capítulo, Mariano construiu uma narrativa em que o diálogo entre o poder público e o saber médico, intermediado pelos regulamentos disciplinares, procurava tanto ordenar a infraestrutura urbana quanto controlar espaços e pessoas. Pelas letras da autora, a tese avança para a discussão do alinhamento entre higienismo e educação no Brasil. Naquele momento, esperava-se do médico um olhar atento tanto com relação às instituições coletivas – escolas, asilos, hospitais e prisões – quanto no trato com “as camadas da sociedade, tais como: crianças, mulheres, escravos [...]” (Mariano, 2015).

No terceiro capítulo, a pesquisadora centra sua atenção “nas leis e regulamentos da instrução pública da Parahyba” (Mariano, 2015). Inicia sua investigação pelo Regulamento de 1849, que prescrevia as seguintes normatizações: “revisão de asseio, vacinação, atenção com as doenças contagiosas, preocupação com a circulação de ar, com a estrutura física do espaço da escola, dentre outras” (Mariano, 2015), e termina no Regulamento de 1886. Com relação ao quarto capítulo, sua fala se centra no Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. Uma instituição destinada aos desvalidos, cujo missão seria “*recolher, educar e instruir* os órfãos, os filhos de mulheres desvalidas e os filhos de pais pobres, meninos com idade entre 7 e 14 anos” (Mariano, 2015).

O trabalho de Mariano torna-se imprescindível para nossa discussão, pois apresenta a conexão entre higienismo e educação nas práticas e normativas do século XIX e nos deixa claro que o século XX continua a aprofundar o processo de higienização intermediado pela escola.

É notável que, na Parahyba do século XX, o interesse pelo higienismo cresceu quando os intelectuais da capital passaram a denunciar a falta de modernização do espaço urbano, a falta de uma demografia como instrumento que fizesse análise do número de óbitos e previsse ações no combate aos alarmantes casos de epidemias que grassavam na cidade, a falta de organização do serviço de higiene com legislação moderna e ausência de recursos para efetivação das ações higiênicas. Além de tudo isso, disseminavam que faltava uma higienização social por meio da escola, instruindo e orientando a infância para a aquisição de novas sensibilidades, as quais tivessem a prevenção como norte.

Assim, rever a historiografia parahybana que versa sobre a interseção entre higiene e educação é de suma importância para a História da Educação, pois é por meio desses trabalhos que colhemos as representações tecidas sobre as fragilidades de uma sociedade ávida por progresso, modernização e civilização. Fragilidades que só seriam extirpadas se houvesse investimentos no campo escolar. Esse era o caminho para se eliminar a ignorância e instruir a infância com novos hábitos para se ter uma sociedade higiênica, pois só assim a tão sonhada prevenção das doenças, individuais e coletivas, poderia ser alcançada. Isso só poderia ocorrer se houvesse uma mudança nas representações sobre a escola que se tinha no início do século XX. E isso é o que veremos a seguir.

2.2 A educação na Parahyba do início do século XX

No início do século XX, o ramo da administração pública que mais carecia de remodelação era o “ensino público primário”, vaticinava o professor Francisco Falcão em artigo do jornal *O Norte* de 2 de maio de 1909. Embora fosse um assunto muito debatido desde o império, dizia Falcão, nada se fazia na prática. Segundo o Professor, “Sobre o assumpto tem-se fallado e escripto demasiadamente, e projectos e projectos sucedem-se quasi de anno a anno, porem, todos, em conclusão e para infelicidade nossa, sem nenhum resultado nem proveito” (Falcão, 1909). Para o autor, a Parahyba pecava pelo “excesso de zelo regulamentar” (Falcão, 1909) e engessava o ensino primário pelo “emmaranhado de artigos e paragraphos” postos nas leis, os quais sugavam “as energias dos

pedagogistas”. O discurso de Falcão (1909) denunciava a falta de “cuidado” com o ensino primário. Isso se nota, principalmente, quando Falcão cita, no artigo acima referendado, seu pronunciamento “na solemnidade de [...] diplomação” de sua turma na Escola Normal:

Que não suponha o Governo de meu Estado, estar na criação de uma Escola Normal o remodelamento de nosso ensino primário.

A festa de hoje nada mais significa que o bosquejo de um grande quadro futuro; longe, muito longe, porem, estamos nós ainda de acharmos nelle apurada harmonia de contornos e a combia nação de tinta, que constituem a graça e o encanto das obras d’arte, bellas e impeccaveis.

Obra grandiosa e profunda nenhuma conhecemos nós, em nosso Estado, mais digna da solidariedade de todas as classes, nem que mais zelo e amor mereça das porvindôras administrações (Falcão, 1909).

As palavras proferidas acima expressam o ponto de vista de um recém-diplomado da Escola Normal do início do século XX, o qual estava disposto a lutar pela remodelação do ensino primário para além das leis e dos decretos. O discurso de Falcão faz diversas observações concernentes ao campo da instrução pública primária que estava em processo de formação naquele momento. Um deles seria os desafios profissionais da categoria, pois, em dado momento, Falcão (1909) denuncia que as “cadeiras do ensino publico” estavam “[...] entregues a incompetentes que desprestigiavam com seu semi-analfabetismo e falta de compreensão as nobres funções do magisterio” (Falcão, 1909). Talvez por conta disso, acusa que a educação na Parahyba estava atrasada em 10 ou 20 anos em relação a outros estados da federação.

A Parahyba não seguia a evolução que vinha se processando no Distrito Federal, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, estados os quais, nos últimos 10 anos, haviam criado centenas de escolas de ensino (Falcão, 1909).

Naquele período, “À educação popular [tinha] o importante papel de formação do cidadão republicano, da consolidação do novo regime e de promoção do desenvolvimento social e econômico [...]” (Souza, 2004). Para esse intento, era

preciso se apropriar das experiências acumuladas pelos Estados citados acima, ou seja, era necessário romper com o passado afeito a regimentos e promover uma reforma que fizesse a Parahyba adentrar no modelo republicano de educação popular.

Cabe lembrar, oportunamente, que, desde o final do século XIX, o estado de São Paulo e outras unidades da federação vinha criando grupos escolares. Dessa forma, de olho nesse cenário, o Professor Falcão diz que esses estados: “[...] armam-se solidamente para dentro de poucos annos offerecer combate ao inimigo commum, abatedor de nossa dignidade, o asphixiador de todas as nossas actividades e iniciativas – o anaphabetismo” (Falcão,1909). Para ele, o problema era grave e não seria resolvido “exclusivamente, com a maior e menor competencia [do] professorado” (Falcão,1909) sem experiência e “embebidos [...] do romantismo pedagogico de Charbonneau”(Falcão,1909) que se formavam na Escola Normal. A representação da realidade era assim descrita:

Não eram sem fundamento as minhas palavras, impregnadas de duvida e cheias de receio. Sabia, perfeitamente, pelo estudo feito de *visu*, quão desolador e anarchico era o estado de nossas escolas primarias, principalmente no interior do Estado. Percorriamos cidades e cidades sem as quaes não seria possível determinar o local onde funcionava a sua Escola, e o que outras possuiam com este nome só serviam para nos inspirar tristeza e indignação.

[...]

A partir do ambiente viciado e terminando no mau humor proverbial do mestre escola, que não perde oportunidade de por em evidencia a sua lealdade politica fabricando incondicionalmente actas falsas ás ordem do chefe politico, seu compadre, proctetor e amigo, eis o que tem sido até hoje em terras parahybanas uma escola primaria, devoradora de sangue, do caracter e das energias espirituais de nossa infancia (Falcão, 1909).

A citação é emblemática, pois parece que estamos diante de um Inspetor Escolar que andou em visitas pelo interior, procurando identificar as condições da escola primária no Estado. Um campo que carecia de reconstrução – ou, não havia dúvidas, de construção mesmo –, devido ao quadro desolador em que se encontrava. As representações do professor Francisco Falcão com relação à escola

primária o faziam propor soluções para o maior problema pedagógico da Parahyba, que seria o analfabetismo.

As palavras de Falcão (1909), ao que parece, também tinham por intenção encorajar o Diretor da Instrução Pública, na ocasião Francisco Xavier Junior, que “acha-se disposto agora, [...] a iniciar [...] o remodelamento de nosso ensino primario” (Falcão, 1909).

Pela representação acima, Falcão via o ensino primário parahybano de forma negativa por dois motivos: não seguia os modelos pedagógicos modernos e estava entranhado pelos valores do caciquismo, o qual se pautava no poder familiar gerador de comportamentos assim enumerados: “influência política, corrupção eleitoral, compadrio e favor [...]” (Sobral; Almeida, 1982). Uma relação que levava em conta o favorecimento de um amigo, um parente ou um compadre.

Para o publicista sergipano Curvello de Mendonça, em artigo publicado no jornal *O Paiz* com reedição no jornal *O Norte* (1912), tal prática desorganizava a “ordem social”, trazendo a anarquia por meio do “nomadismo, banditismo e cangaceirismo”, consequências das práticas de dominação dos “processos administrativos [...] que estragam as energias moraes” (Mendonça, 1912) de seu povo. Por isso, dizia o publicista: “a guerra oligarchica, ao caciquismo, não era mais do que um meio, uma forma preliminar de guerra contra o analphabetismo e o banditismo” (Mendonça, 1912).

Para Curvello de Mendonça (1912), o analfabetismo era “a chaga viva da civilização do Brasil” que tinha “uma terrível media de 80% de analphabetos” (Mendonça, 1912). Dando continuidade a seu discurso, Mendonça questiona se o norte do país seria capaz de solucionar o “mal do analphabetismo e [...] caminhar ao lado do sul, unindo forças na campanha essencial da democracia brasileira” (Mendonça, 1912).

Esse debate nos leva a crer que “O século XX herdou [...] a] crença do poder da escola”, tal qual gestada no final do século XIX, em que “[...] os republicanos anunciavam que se concretizaria o projeto de escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica, cuja função seria a de corrigir as desigualdades sociais” (Darius; Darius, 2018).

O artigo de Mendonça (1912) é significativo para a Parahyba, por trazer dois estudos sobre as condições da instrução pública no Estado. Para essa discussão, o autor cita as observações de Ascendino Cunha e de Francisco Falcão. Como o primeiro, falou que o analfabetismo estava ligado às condições da região, como o fenômeno da seca e o cangaceirismo. O texto sugere que o precário desenvolvimento da região estava interligado à massa de agricultores, sertanejos, que viviam na ignorância. Para estes, de nada “valem as publicações agrícolas feitas nas captaes para os que, na roça, sabem apenas assignar o nome, sendo ainda esses os privilegiados” (Mendonça, 1912).

Já as observações de Falcão, também citadas por Mendonça (1912), trazem o assunto da “infima e desprestigiada hierarchia social e economica a que relegam o professorado, adstricto a miseraveis vencimentos e jungido aos caprichos dos mandões politicos” (Falcão, 1909).

Este tipo de diagnóstico, que se repetiu em outras localidades do Brasil, foi exposto também por Farias Filho (2014, p. 34), em seu estudo sobre Belo Horizonte, no qual identificou que “[...] o sistema de instrução estava desorganizado, os (as) professores (as) eram considerados (as), em sua grande maioria, incompetentes, desleais para com o governo – pois fraudavam os livros de registro (matrícula e frequência de alunos (as) [...])”. E, sem prestígio, alguns professores tentavam se desvencilhar das amarras do caciquismo. Era o início da organização do professorado enquanto categoria social que, na segunda década do século XX, fazia reivindicações necessárias para o ordenamento do campo da Instrução Pública Primária no Estado da Parahyba do Norte.

O problema não se resumia, porém, nem à estrutura pedagógica e, muito menos, ao caciquismo. Havia uma séria preocupação com o estado sanitário das escolas frequentadas pelas crianças, as quais, em 1909, foram assim descritas por Falcão:

De aspecto frio e tenebroso se afiguravam mais antros destinados á pratica de alguma acção menos licita, donde fugiram cheias de temor, o ar, o sol, a luz, do que pontos onde, quotidianamente, desenas de crianças, iam *illuminar* a intelligencia e *formar* o coração.

Alguns bancos, duros e carunchosos, u'a mesa arruinada, uma banca em pessimo estado, para o professor eis o que constituia (e porque não dizel-o constitui?) o mobiliario das nossas escolas. Accrescente-se, agora a este material em cacos e pedaços, umas paredes com todas as côres do arco-iris, ennodoadas e gordurosas; um tecto que esmaga a um só tempo o corpo e o espirito dos alunnos, o supplicio diario de decorar taboadas e patacas, e teremos em largos traços delineado a figura aterradora do papão, o matadomi-escola, o espantalho de que se servem os páes e mães impacientes para ameaçarem a creançada desobediente e traquinas (Falcão, 1909).

Uma escola insalubre. Uma devoradora de corpos e espíritos. Um ambiente sem organização, onde de tudo faltava. Ambiente propício à proliferação de todo tipo de doenças, para além daquelas próprias do meio escolar como a miopia e a deformação da coluna vertebral. Na fala de Falcão (1909), fica nítido que, após visita *in loco*, a falta de um ambiente adequado à instrução primária trazia desconso a qualquer visitante do ambiente escolar.

Era necessário abandonar a desorganização e criar um campo educacional afeito às determinações da modernidade. Isso deixa evidenciar que era preciso “[...] romper com o passado Imperial erigindo as iniciativas republicanas como símbolo de modernização e progresso contrapondo-se ao atraso das instituições e do regime monárquico [...]” (Souza, 2004).

Nesse contexto, Falcão (1909) expõe o que deveria ser corrigido na busca pela superação da desordem do campo escolar na Parahyba da primeira década do século XX:

Dentre, porem, as providencias a tomar muitas ha palpitantes e momentosas, quaes sejam: o local onde se acha edificado o predio em que a aula funciona, a sua capacidade e condições de hygiene, e no que diz respeito ao magistério propriamente dicto: o limite das matriculas, para que não continuemos a testemunhar o horrivel espetaculo de um professor para 80 e 100 alumnos, como se tem dado em Guarabira, Campina Grande, e até mesmo na propria Capital; mobiliario, escolha escrupulosa dos livros a adoptar, programma de ensino, tempo de trabalho, instituição de recreio, divisão em classes, etc. (Falcão, 1909).

A exposição de Falcão nos faz entender que ele era um professor que tinha contato com as inovações pedagógicas ocorrida em outros Estados da federação. Um discurso que dava ensejo à criação de uma nova escola. Notadamente, em suas palavras, havia a representação “[...] dos grupos escolares como a instituição que, [promoveria] um rompimento definitivo com a escola imperial, tradicional e arcaica, cuja representação acabada era a escola isolada” (Farias Filho, 2014, p. 360).

A preocupação de Falcão (1909) com os grupos escolares fazia entrever que havia dois campos em processo de organização na Parahyba: o campo da Instrução Pública e o campo da Medicina. Tal organização, para esse Professor, passaria, inevitavelmente, pela constituição dos grupos escolares.

Dois anos após a publicação do artigo de Falcão – escrito em maio de 1909 – a Parahyba começou a pensar na reformulação da Instrução Pública por meio do projeto nº 23/1911 que autorizava a tão sonhada reforma do ensino.

O projeto nº 23/1911 pareceu ser fruto da constatação “das mazelas do sistema de instrução primária” e das “[...] propostas que, desde meados do século XIX, difundiram-se no mundo todo acerca da educação escolar e da busca de uma maior adequação dela às necessidades e complexidade do mundo social” (Farias Filho, 2014, p. 38). Esse projeto traz as marcas da mudança quando institui a construção dos grupos escolares nas vilas e cidades da Parahyba. Por outro lado, demonstra a permanência de ações antigas, ao reeditar “orientações de natureza higienistas”, as quais estão presentes nos regulamentos de 1849 – primeiro regulamento para instrução na Província da Parahyba – e 1886 – último Regulamento Geral da Instrução Primária da Província antes da Proclamação da República (Mariano, 2015).

Por meio da leitura mais atenta do projeto nº 23/1911, percebemos que a continuidade das ideias do século XIX recai sobre o pensamento dos médicos higienistas quando estes passam a observar o “[...] local onde se acha edificado o predio em que a aula funciona, a sua capacidade e condições de hygiene [...]” (Falcão, 1909) bem como sua iluminação e circulação de ar. Tudo isso provinha da verificação de que as aulas estavam acomodadas em espaços pouco ou nada adequados ao cumprimento de normas salutaras.

A situação na Parahyba apontava para a necessidade de medidas mais vigorosas. Era preciso ir além da “reforma do professorado” e do “aumento de capítulos em sua regulamentação” (Falcão, 1909). Tais medidas passavam pela estruturação do poder público, organizando o campo da instrução pública e o campo médico higienista bem como explorando o novo papel que o Estado deveria ter: o de interventor da organização social.

Para sintetizar a discussão empreendida até aqui, se faz necessário nos apropriarmos das pesquisas realizadas por Hochman (1998), as quais apresentam que, no período da Primeira República, a saúde foi sendo transformada em bem público e que, para isso ocorrer, o poder público teve que ser criado com vistas a penetrar no território nacional. Hochman (1998) sugere “que a transformação da saúde em um bem público interage fortemente com a constituição de uma comunidade nacional e com a formação do Estado no Brasil”. Nesse processo, o Estado buscava legitimar seu poder público por meio das “estruturas administrativas, instrumentos legais e funcionários” (Hochman, 1998)

Trazendo esse pensamento para a Parahyba, notamos que as discussões tanto de Falcão quanto de Mendonça, citados anteriormente, enfatizam a necessidade de o Estado penetrar no território para se impor enquanto poder público – e não só para converter a saúde em bem público mas também para organizar a Instrução Pública. Esta última seria utilizada como instrumento de convencimento, no campo escolar, de que novos comportamentos deveriam ser implantados com base no conhecimento médico.

Para alcançar esse propósito, o Estado deveria investir em ações de proteção, reestruturação e criação de espaços na *urbs*, que resguardassem a saúde dos cidadãos.

Os discursos colocavam a educação e a instrução dos povos como um dos problemas mais urgentes, pois educar seria introduzir novos costumes e sensibilidades que fossem condizentes com a grandeza da sociedade que se desejava construir. Uma grandeza que necessitava de investimentos naqueles que seriam o adulto de amanhã, logo deveriam começar já na infância.

Sendo assim, tomamos como base o posicionamento de Santos *et al.* (2012), quando fala do modo paradoxal como a infância era vista na sociedade moderna:

Se de um lado a criança torna-se objeto de atenção e começa a ser reconhecida na sua particularidade, por outro, essa atenção está embasada na negação da própria infância, por considerá-la como o futuro adulto ou "o homem de amanhã". Parte-se da premissa que a criança é imperfeita, imatura e a infância é uma passagem que precisa ser acelerada.

Racionalizar e acelerar as mudanças de sensibilidade na infância eram propostas, ao mesmo tempo, de moralistas, médicos, professores e administradores. Podemos inferir que, na Parahyba, as palavras de Falcão (1909) apresentam a infância como um período da vida em que novos hábitos viriam com a implantação dos grupos escolares. Estas instituições, para Falcão, seriam capazes de extirpar os vícios clientelistas do início do século XX bem como livrar a infância dos maus tratos dos "mestres" nas escolas. Para ele, a infância se perdia na escola da primeira década do século XX e, somente por meio da escola reformulada, o "[...] sangue, [...] o caracter e [...] as energias espirituais de nossa infancia" (Falcão, 1909) deixariam de ser devoradas pelos maus hábitos e pela desorganização da educação.

Em seu artigo, citado no início deste tópico, o estudioso deixa transparecer que a criança em idade escolar seria um sujeito incompleto que, na infância, buscava a escola para "illuminar a intelligecia e formar o coração". Ao falar isto, talvez Francisco Falcão estivesse pensando que "a infância é uma passagem que precisa ser acelerada". Para isso ocorrer, se fazia premente, entretanto, uma reforma na instrução pública, a fim de se abrirem "novos horizontes [...] para o Estado" (Hochman, 1998). Essa reforma deveria se espalhar pelo território para se instruírem mais crianças das classes populares, ampliando-lhes o acesso à escola. Esta, enquanto instituição do Estado, seria responsável pela aprendizagem de novas formas de ser e de estar, tanto no campo pedagógico quanto no campo médico.

Os assuntos pedagógicos e médicos discutidos por Francisco Falcão em 1909 são reeditados ao longo dos anos e, em 1912, os mesmos pontos são matéria de jornal devido à sucessão presidencial do Estado.

Os debates de 1912 trazem a necessidade de se incentivar, com prêmios, a categoria dos professores, tanto para ampliar a procura da profissão pelos novos

formandos da Escola Normal quanto para se “evitar que no interior as escolas sejam entregues ás filhas, parentes e até sogras dos chefes locais, sem cultura, sem methodo, formando um immenso chaos onde domina o vicio e o erro” (Notas [...], 1912).

O que se questiona é: por que o assunto é recorrente? A resposta se concentra na falta de aplicação do projeto nº 23, o qual tinha por tarefa reformular o ensino público em 1911. Neste sentido, o editorial do jornal *O Norte*, de 1 de setembro de 1912, justifica que a reforma não ocorreu “devido ás dificuldades, em virtude dos acontecimentos do sertão”.

Certamente os “acontecimentos do sertão” se referiam à guerra coronelística ocorrida em Monteiro (1911 e 1912), entre Augusto Santa Cruz e o prefeito Pedro Bezerra. A Revolta de Augusto Santa Cruz desorganizou a ordem pública, ultrapassando, desse modo, a fronteira municipal, fazendo o governo de João Machado (1908-1912) escolher um dos lados da contenda – o chefe do governo resolve apoiar o prefeito de Monteiro, Pedro Bezerra. Com esse apoio, o governo parece deixar de lado outras ações da administração e centra seus esforços e recursos nos acontecimentos daquele município. Desta feita, João Machado termina seu mandato sem a reforma que o professorado tanto almejava. A escola continuava sem alterações.

E nesse contexto, voltemos as críticas de Falcão (1909):

Entre nós as dificuldades são constantes e mesmo na Capital ainda não podemos apresenta uma escola elementar em condições de se approximar ás peores que existem em São Paulo, para não fallar em outros lugares.

A escola é em uma casa particular onde vive a família do professor ou professora, com creados e animaes de criação, dando uma sala estreita para alojar dezenas de creanças em promiscuidade, sem assistencia medica, confundindo-se creanças sadias com doentes principalmente dos olhos, nariz, boca e ouvidos.

Embora houvesse, na Parahyba, regulamentos escolares e a imprensa trouxesse, cada vez mais, debates sobre higiene escolar, ficava nítido que, na

prática, havia uma necessidade maior de sistematização e institucionalização deste ramo da Medicina. O debate sobre saúde escolar fazia seus profissionais tomarem consciência de que “há outras condições mórbidas nos colegiais [...] as quais chamam por igual cuidado dos poderes públicos” (Falcão, 1909). Problemas gastrointestinais, respiratórios, nutricionais etc. fragilizavam as capacidades físicas e mentais dos educandos. E isso fazia aumentar o debate entre os intelectuais preocupados com a saúde nos meios escolares.

Nestes espaços, crianças sadias e doentes conviviam sem a mínima orientação de salubridade e sem assistência médica, embora já houvesse a criação de uma inspetoria sanitária escolar sob a responsabilidade da Inspetoria de Higiene instituída desde o final do século XIX. Parafraseando Francisco Falcão, o serviço sanitário na Parahyba também parecia padecer de excesso regulamentar, porém, em sentido inverso, de ausência de ações e experiências concretas de salubridade na primeira década do século XX.

A salubridade precisava ser sistematizada e racionalizada nos trabalhos ofertados pelo Estado republicano. A isso se ligava a organização da demografia do Estado. A esse respeito, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos – Inspetor interino de Higiene que desde 1906 estava substituindo o Dr. João Baptista de Sá Andrade, o qual se encontrava enfermo – informou que “Esta Repartição recebe constantemente bolletins demographicos e estatisticas sanitarias de alguns Estados, sem que, entretanto, possa se corresponder, mostrando assim que precisa de uma reorganisação, para que tenhamos um serviço sanitario [...] melhor” (Parahyba do Norte, 1906, p. 13). Tudo estava por ser feito em matéria sanitária, pois, como já vimos na pesquisa de Soares Júnior (2015), a legislação existente só era colocada em prática em momentos de crise sanitária.

Mais uma vez se faz premente voltarmos a usar Hochman (1998) quando este expõe que a doença “[...] estabelecia elos de mútua dependência entre indivíduos, vizinhanças, cidades e regiões, que inviabilizavam soluções isoladas”. Essa “dependência” já era percebida pelo governo parahybano no início do século XX, pois a falta de boletins demográficos próprios impedia a comunicação entre territórios.

Sem essa comunicação, a possibilidade de uma epidemia sair do controle obrigava o Estado a “agir sobre todo o território e sobre todos os seus indivíduos” (Hochman, 1998). Esse era o caminho para se evitarem os custos com doenças contagiosas que, atacando um indivíduo, poderiam se alastrar e afetar um número maior de pessoas. Caso esse controle não ocorresse, inevitavelmente liberdades individuais seriam restringidas por meio da quarentena.

Os boletins traziam previsibilidade ao trabalho do poder público e, ao mesmo tempo, a identificação das doenças endêmicas, que grassavam pelo território, e das epidêmicas no momento de crise sanitária. Em poucas palavras, Hochman (1998) expõe que, no início do século XX, havia uma “[...] interdependência social, política e territorial, gerada pela doença e por suas consequências”.

Dado o diagnóstico da falta de organização e centralização do poder público no campo da salubridade, voltemos à questão da educação, pois “era preciso convencer e educar o homem comum [a] agir no sentido de modificar práticas e hábitos sociais arraigados” (Hochman, 1998). Desse modo, era necessário um maior diálogo entre a Escola e a Medicina. Mais do que nunca, a reforma da instrução pública deveria ser retomada. E essa retomada se processou em 1912, quando o Estado passou por eleições governamentais. A esse respeito, o editor do jornal *O Norte* traz, em setembro de 1912, as intenções do “futuro presidente” João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), o qual pensava em:

Contratar professores paulistas para a nossa reorganização escolar á semelhança do que fizeram Sergipe, Matto Grosso, Espirito Santo e Alagôas que acaba de contratar o competente professor Luiz Piza para reorganizar a terra confiada á espada salvadora de um dos Fonsecas, o filho do Coronel Pedro Paulino.

Collocando á frente do ensino, o primario principalmente, pessoa estranha com plenos poderes e sem interferencia politica, poderá o ensino tomar outro aspecto e de resultados proficuos. Não é somente de direcção autonoma que precisa e sim de outros elementos que digam respeito ao pessoal e material. Será com verba exigua do nosso orçamento e com os minguados vencimentos dos professores e escolas sem mobiliario que se fará a remodelação do ensino?

Absolutamente não! Joeirando-se o pessoal pela cultura e pela moral, é preciso collocar-o na altura do cargo pela sua independencia economica (Notas, 1912).

As palavras do editor davam a entender que a Parahyba, no governo de Castro Pinto, iniciaria os trabalhos de reordenamento da instrução guiada pelo modelo dos grupos escolares. Nesse departamento, São Paulo se destacava por ter implantado seu primeiro grupo ainda no final do século XIX. Esse tipo de estabelecimento tinha por meta tanto reunir as cadeiras isoladas de uma localidade em um único prédio, quanto organizar o cotidiano escolar por meio da construção de espaços amplos e higienizados. O novo modelo primava pela uniformidade não só da arquitetura como também da organização do trabalho pedagógico com a instituição de recreio, programa de ensino, divisão em classes, mobiliário e livro adequados ao público que se desejava atender.

No final de 1912, o presidente João Machado (1908-1912) já advertia que essa organização traria “uniformidade no methodo o qual é hoje feito ao sabor dos professores com um individualismo anarchisador” (Notas, 1912). Defendendo a ideia dos grupos escolares, João Machado “nutri o proposito de substituir as escolas comuns estaduaes pelos grupos escolares que são instituições mais perfeitas e efficazes para educação primaria” (Parahyba do Norte, 1909). A instituição dos grupos escolares era o caminho ideal tanto para a organização da instrução primária quanto para a implantação do projeto de saúde escolar nos moldes propalados pelos médicos higienistas.

Para além das representações da desorganização da Instrução Pública, os agentes intelectuais na Parahyba apresentavam uma “consciência dos efeitos negativos da doença” (Hochman, 1998) e viam a necessidade de coordenar ações para solucionar tal problema. Para isso ocorrer, o poder público teve que legitimar sua autoridade por meio da criação de instituições e contratação de funcionários, a fim de solucionar os dois problemas mais urgentes que a Parahyba enfrentava: o analfabetismo e a falta de saúde pública. A saída encontrada para isso foi fazer o médico adentrar no espaço escolar, com a missão de evitar a manutenção de hábitos desviantes e deformadores do corpo infantil. A tarefa era árdua, dado o quadro desolador do contexto.

2.3 Medicina e Educação: reminiscência de um Contexto

A cidade da Parayba, desde o século XIX, apresentava-se cindida entre a cidade baixa e a cidade alta. A primeira se configurava pelo comércio realizado no cais do Varadouro. Continha em seu espaço “[...] O matadouro, o trapiche, a cadeia, a enfermaria militar e a Estação Ferroviária Conde d’Eu [...]” (Mariano, 2015). A segunda abrigava os espaços de poder administrativo e religioso da cidade, como o Palácio do Governo, o Paço Municipal, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, as edificações escolares e religiosas. Dois espaços interligados por ruas e ladeiras que, em sua maioria, desconheciam a impermeabilização do solo. Suas ruas lembravam as estradas carroçáveis dos sítios que circundavam a cidade. Eram vias sem infraestrutura, sem betume ou paralelepípedo. Uma cidade sem elementos de modernização e pouco afeita às regras da saúde pública. Suas ruas acumulavam lixo e empoçavam as águas destinadas aos serviços diários. Animais chafurdavam entre as casas e as ruas nauseabundas, servindo de vetores para doenças infectocontagiosas. Quando essas doenças apareciam em espaços mal conservados, com condições favoráveis à rápida proliferação dos microrganismos patogênicos ali existentes, logo se espalhavam e contaminavam muitas pessoas.

Esta era a representação de uma sociedade que, de acordo com os discursos da época, necessitava ser modernizada ou civilizada. Uma sociedade que expunha uma frágil economia baseada no “[...] comércio interno pecuária” (Mariano, 2015) que vivia da produção açucareira e da cultura algodoeira. Ainda de acordo com Mariano (2015), a economia parahybana era instável e sofria com as flutuações de preço no mercado internacional. Além do mais, arremata a autora, sofria também pela “falta de melhorias técnicas em seus processos produtivos [...]”. Para agravar esta instabilidade, outro fator entra em cena: os efeitos climáticos das secas. Em termos econômicos, a seca devastava plantações e trazia problemas para a área social, pois, devido à escassez de alimentos, as pessoas passavam a migrar para outras regiões ou mesmo para a capital do seu estado de origem.

As ruas das capitais afetadas pela chegada dos retirantes mudavam sua fisionomia – locais com pouca infraestrutura eram as únicas opções de moradia para essa massa de indivíduos que chegava em ano de crise climática. O estado sanitário

era agravado pelo inchaço populacional. Reformas urbanísticas e institucionais, por esse motivo, se faziam prementes para tentar resolver o óbice. Era preciso modernizar os espaços citadinos por meio da urbanização, e as referências seguidas eram as cidades europeias, a exemplo de Londres e, principalmente, Paris, devido às reformas que empreenderam nos seus espaços.

Em nível nacional, as reformas do Rio de Janeiro e de São Paulo serviram de vitrine aos anseios modernizadores das capitais brasileiras. Alinhando o desejo de modernização com as ações de saúde pública, o poder político passou a utilizar, com maior frequência, os saberes médicos como instrumento de propaganda, com o objetivo de alavancar o progresso e a civilização. Ao serem chamados a atuarem na higiene dos espaços urbanos, os médicos foram legitimados como intelectuais empenhados em ações políticas com vistas a institucionalizar a Medicina. Para isso, elegeram a higiene como campo de diálogo entre essa área científica e a sociedade.

Os problemas sanitários do país passaram, então, a ser objeto da atenção das autoridades médicas. Talvez por conta disso, surgiram alguns periódicos, ainda na primeira metade do século XIX, os quais propagavam o valor da Medicina e enfatizavam “o higienismo como orientação científica principal” (Mariano, 2015). Ao que parece, a cidade passava pelo crivo da medicina social.

Sob essa orientação, os médicos escrutinam não somente o meio urbano mas também “espaços específicos que têm a finalidade de alcançar algum objetivo social” (Machado, 1978). Dessa maneira, as instituições tais quais hospitais, fábricas, prisões, hospícios, escolas etc. passaram a ser alvo dos médicos higienistas, pois eram instituições indispensáveis ao funcionamento das cidades, as quais se tornaram complexas devido ao crescimento da vida social (Machado, 1978).

Segundo Mariano (2015), “Na multiplicidade de objetos que a medicina social passou a se preocupar e intervir, as instituições educativas, como escolas, internatos, colégios, mesmo que incipientes, passaram a ser importantes instrumentos, na ótica médica, para a ‘regeneração social’”. No final do século XIX, os intelectuais apregoavam que era preciso regenerar a sociedade e, para isso, a ação deveria se voltar para a infância, o que se daria por meio da instrução pública.

Por esse motivo, os discursos giravam em torno da ampliação da escola pública, sua gratuidade e sua obrigatoriedade.

Esse elóquio adentra no século XX e novas ações são empreendidas para levar a medicina ao seio das instituições escolares. Para sermos mais enfáticos, a década de 1910 é bastante representativa no sentido de ações concretas do higienismo no campo escolar parahybano. Isso se observa nos discursos de intelectuais como: Flavio Maroja, Anysio de Sá, João Machado, entre outros. Não queremos dizer que no século XIX inexistiam atividades higienistas nas escolas, mas, como objetivamos perseguir a função dos Inspectores Sanitários Escolares na Parahyba, percebemos que sua atuação na escola só passou a ser efetivada em 1917, depois de uma reforma na instrução pública. Aqui não podemos nos esquecer de frisar que a fiscalização das escolas, em termos higienistas, na Parahyba do final do século XIX, se dava por intermédio do Decreto n. 53, de 30 de março de 1895, que “regularizava o Serviço de Higiene Pública no estado da Parahyba” (Sá, 1999). Tal Decreto determinava que o Serviço de Higiene ficaria “sob a direção de um Conselho de Saúde Pública e de uma Inspeção de Higiene” (Sá, 1999). Assim, cabe apresentar o Art. 6º do Decreto n. 53, cujo Capítulo 2 traz onze incisos que versam sobre as atribuições da referida inspeção:

- I. O estudo das questões reactivas à saúde pública do Estado;
- II. O saneamento das localidades e habitações;
- III. A adopção de medidas tendentes a prevenir, combater ou attenuar as molestias endemicas, epidemicas e transmissiveis aos homens e animaes;
- IV. A organização, direção e distribuição dos socorros de assistencia publica;
- V. A direcção e prorrogação da vaccinação contra a variola;
- VI. A inspeção sanitária das escolas, officinas, fabricas, hospitaes, quarteis, prisões, estabelecimentos de caridade e asylos;**
- VII. A fiscalização da alimentação publica, do fabricoe consumo de bebidas nacionaes e estrangeiras, naturaes ou artificiaes, do commercio de exploração de aguas mineraes;
- VIII. A fiscalização do exercício da medicina em qualquer dos seus ramos e da pharmacia;
- IX. A policia sanitaria sobre tudo que, directa ou indirectamente, possa influir na salubridade das cidades, villas ou povoações do Estado;

- X. A fiscalização sanitária de todos os grandes trabalhos de utilidade pública, dos cemitérios e obras que possam interessar a saúde da população;
- XI. A organização de estatísticas demographo-sanitaria (Sá, 1999, **grifo nosso**).

Colocar em prática os onze incisos parecia tarefa improvável, já que o quadro técnico da inspetoria contava com apenas um funcionário, no caso, o inspetor. O caso se complicava ainda mais quando se verifica “a falta de estrutura material e de recursos tecnológicos que viabilizassem, entre outras coisas, as atividades da polícia sanitária” (Sá, 1999).

Policar uma população que, no final do século XIX, perfazia um número de 20.000 habitantes seria ação impraticável para um único inspetor. Segundo Sá (1999), o trabalho de fiscalização, desinfecção, intimação e multa ficaria inviável, já que esse profissional teria que visitar estabelecimentos públicos e privados, tais quais: cadeia, escolas, pensões, hospitais, hotéis, estábulos, farmácias, cemitérios e habitações. Além desses espaços, o inspetor teria que vacinar e revacinar a população e, para completar suas atividades, era responsável pela estatística demográfica. Assim, inferimos que a maior parte do Decreto acima referido não passou de letra morta. Ainda nas palavras da autora acima referenciada, o Decreto de 1895 adentra o século XX sem regulamentação. Somente “Em 1907, provavelmente por força da grave epidemia de varíola que naquele ano ocorreu, a Assembleia Legislativa, pela Lei nº 270 de 26 de outubro, autorizou o Presidente a organizar o Serviço de Hygiene Pública do Estado da Parahyba do Norte” (Sá, 1999).

Em 1907, quem governava a Parahyba era o Monsenhor Valfredo Soares dos Santos Leal (1905-1908), o qual foi sucedido pelo médico João Machado, no final de 1908. Com João Machado (1908-1912), a Parahyba passou a inserir, nos seus espaços, alguns elementos da modernização tais quais: rede de abastecimentos de água, iluminação e bondes de tração animal. Paralelo a isso, tem-se a reorganização do Serviço de Higiene, por meio do Decreto nº 494, de 8 de junho de 1911, o qual, em anexo, trazia seu regulamento. Com esta regulamentação, o governo almejava que a “[...]população [se dedicasse] ao auxílio das medidas

higiênicas indicadas e postas em prática para benefício geral da coletividade” (Parahyba do Norte, 1911).

A década de 1910 é significativa, porque apresenta uma Parahyba em ritmo de progresso. De acordo com Sá (1999, p. 206), nesse período, havia uma preocupação “em afirmar a possibilidade do Estado vir a se tornar próspero” e, por esse motivo, os Jornais e Almanques apresentavam a estrutura produtiva – usinas, alambiques, fábricas e fabriquetas – que, se bem desenvolvida e incentivada, se tornaria “viável à civilização”. Havia também a exposição de vários produtos exportadores, como o algodão, o couro e o café. Exportações que podiam ser ampliadas com a inserção da mangabeira e da maniçoba “como matérias-primas de excelência para a produção da borracha” (Sá, 1999).

A representação construída pelos intelectuais era de uma Parahyba pronta para alavancar o “progresso material e econômico” (Sá, 1999), fosse por meio da transformação de plantas em produtos manufaturados – caju, para fabricação de lixas e cola; carnaúba, para mobília, esteiras, vassouras, chapéus; caroá, para cordas; banana, para tecidos etc. – ou por meio da extração de minérios, como quartzo, ferro, salitre, ouro etc. Era, portanto, um estado que dispunha dos elementos para seu progresso, mas que necessitava de ações governamentais para alavancar a exploração e aproveitar seus insumos.

Uma pergunta se faz urgente: O que justificaria um estado ter tamanha beleza e riqueza natural não ser desenvolvido economicamente? “A culpa era do grupo oligárquico, que governava sob a anarquia” (Sá, 1999)¹⁸. E, dando continuidade à resposta da questão acima, “A desculpa recaía, quase sempre, na falta de recursos capitais e de aptidões especiais para os devidos empreendimentos [...]” (Sá, 1999). Outrossim, poderemos ir além na análise de cunho econômico e político e inferir também as parcas ações sanitárias do estado, que via o capital humano desaparecer por falta de investimento em saúde pública. Esse abandono ao cidadão foi o que deu ensejo às ações do Serviço de Saneamento Rural, que, na Parahyba, foi implantado no final do ano 1920, sob a administração do médico Accacio Pires, empreendimento cujo objetivo seria o combate às endemias rurais. Accacio Pires já

18 As disputas pelo poder foram intensas no primeiro quinquênio da década de 1910 até que, em 1915, a oligarquia epitacista substitui a alvarista.

havia estado na Parahyba junto à Comissão de combate à epidemia de Febre Amarela, meses antes de ser convidado por Carlos Chagas para chefiar os trabalhos de Profilaxia Rural.

Para Nobrega (1926), era “[...] preciso patentear todo entusiasmo por essa verdadeira cruzada de Saneamento pregada pelos inextinguíveis apóstolos Belizario Penna, Miguel Pereira e outros [...]”. O texto de Silvino Nobrega, apresentado na Sociedade de Medicina da Parahyba, foi escrito logo após a sucessão de Accacio Pires pelo médico cearense Dr. Manoel J. Cavalcanti de Albuquerque, na direção do Saneamento Rural do Estado. A intenção era enaltecer o serviço do higienista Accacio Pires em prol da Parahyba. Para esse fim, Nobrega (1926) lista todas as iniciativas de Accacio Pires empreendidas na “cruzada de saneamento”, idealizada por Penna e Pereira e “transformada em realidade pelo patriótico espírito de Epitacio Pessoa, quando na direção do governo supremo do país” (Nobrega, 1926).

O ponto de partida para as ações do Saneamento Rural no Brasil foi o relatório de Belisário Penna e Artur Azevedo, que retrata, em suas páginas, o abandono e o estado deplorável da saúde das populações do interior do Brasil. Aqui inferimos um possível corte na visão que se tinha do País: parte da sociedade coloca o Estado como rico e próspero, enquanto, em sentido inverso, os médicos denunciam o abandono e a falta de integração da nação. Na visão desses últimos, estávamos em verdadeiro estado de desorganização estatal. Tinha-se aí uma guerra de representações iniciada pelas conclusões advindas das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz, o qual fazia seu trabalho cumprindo contrato firmado com a Inspetoria de Obras Contra as Secas. Com a expedição, segundo Santos (2018), “[...] Penna e Neiva tinha (sic) um objetivo muito claro: realizar um amplo levantamento sobre a flora, a fauna, mas, sobretudo, sobre as condições de vida e saúde das populações locais.”

A expedição apresentou uma abordagem sociológica do interior, observou e procurou compreender o estado sanitário dos sertões. Ao final dessa empreitada, propôs-se uma intervenção no meio social pautada na higiene que “é a ciência médica do prevenir” (Maciel, 1926). Com a publicação do relatório da expedição de 1912, a representação que se tinha era a de que o obstáculo para o progresso era a falta de saúde e o abandono da população interiorana. A narrativa sobre os sertões,

desde o final do século XIX, falava de um lugar “[...] portador de uma cultura rústica e antiga, avessa ao progresso e reacionário às investidas modernas” (Silva; Carneiro, 2009).

Esse discurso pode muito bem ser estendido às periferias das cidades, porque, na linguagem das elites, a população menos afortunada seria refratária dos ditames da modernidade, e os investimentos em elementos da modernização estavam restritos às zonas centrais das *urbs*. Na Parahyba, a constituição da saúde pública no interior e na periferia da capital se iniciou com a Profilaxia Rural, “Pelo accôrdo firmado em 13 de dezembro de 1920 entre o exmo. sr. dr. Solon de Lucena, muito digno Presidente do Estado e o govêrno federal” (Nobrega, 1924).

Este serviço, em um primeiramente momento, abriu postos sanitários nas cidades de Areia, Umbuzeiro e Guarabira. Os serviços começaram pela organização da sede, na Capital, e espalhou postos e dispensários em diversas localidades para combater a sífilis, a boubá, a tuberculose, o impaludismo e as verminoses. Para exemplificar, basta citar o posto de Jaguaribe, inaugurado no dia 12 de maio de 1921, com o objetivo de atender “cerca de dez mil habitantes” (Nobrega, 1924) que viviam neste “bairro operário” e trabalhavam para a elite que morava nas proximidades. De acordo com Mendonça (2008), o bairro começou sua urbanização na passagem do século XIX para o XX, quando as elites agrárias começaram a viver neste espaço que se avizinhava ao bairro das Trincheiras, no qual morava grande parte da elite política e intelectual da cidade da Parahyba do Norte.

Enquanto a elite, depois da primeira década do século XX, morava em ruas largas e dotadas de bonde e energia elétrica, a população pobre morava nos sítios que margeavam a cidade. Essa população vivia em “pequenos casebres, muitos deles com o teto coberto por palha” (Mendonça, 2008). Grande parte desses indivíduos era formada de migrantes que fugiam da seca que assolava o sertão. Na luta pela sobrevivência, de acordo com Mendonça (2008), os que “conseguiram meios de se manter”, ora trabalhavam em “pequenos biscates” ora em “empregos de baixa remuneração nas áreas próximas de Jaguaribe”. Essa massa de migrantes trabalhava em diversas ocupações como: lavagem de roupas, alfaiataria, sapataria, estivaria, costura etc.

O bairro de Jaguaribe margeava um dos trechos do Rio que lhe dava nome, o qual era foco endêmico do impaludismo, devido à estagnação de suas águas na maior parte do ano. Por esse motivo, se fazia urgente o melhoramento das condições sanitárias. Sanear os costumes, no entanto, era tarefa árdua. Para isso ocorrer, era preciso investir em saúde pública, por meio dos Serviços do Saneamento Rural, o qual dividia a cidade em distritos, para melhor desenvolver seu trabalho de recenseamento populacional. Neste serviço, cadastravam-se “as casas do perímetro urbano” (Nobrega, 1924), coletavam-se e examinavam fezes e atendia a todos os que procuravam ajuda. Era preciso ir além da clínica e fazer o saneamento dos costumes por meio de palestras, que tinham por intenção a criação de novas experiências que se orientavam pelo discurso da prevenção propalada pelos higienistas. Ensinar novas sensibilidades era tirar o povo da ignorância.

E foi esse discurso da ignorância e do atraso que, gestados no início do século XX com relação ao interior, fez do médico o agente capaz de deitar por terra tanto representações fantásticas “das práticas heroicas dos bravos conquistadores e de habitantes monstruosos e seres fantasmagóricos que preenchiem o imaginário europeu [...]” (Silva; Carneiro, 2009)¹⁹ no século XVII, quanto a visão idílica dos romancistas indianistas. Um lugar incógnito de homens fortes, simples, ingênuos e ordeiros – visão que escamoteia “a justiça costumeira” (Silva; Carneiro, 2009) da foice e do facão. Um interior de fartura e prosperidade que se diferenciava do litoral parasitário e superficial. A esse respeito, se colocou Belisário Penna:

Não agradará certamente a franqueza com que expomos a nossa impressão, mas julgamos ser isso um dever de consciência e de patriotismo. É indispensável dizer a verdade embora dolorosa e cruciante e não iludir de forma alguma a nação para que não sofram jovens de hoje a triste desilusão porque nós passamos quando através dos livros e romances havíamos imaginado um país privilegiado, de terras ubérrimas, matas infindáveis, jazidas auríferas e diamantíferas, inesgotáveis pedras preciosas rolando pelos leitos dos seus rios, povoados seus sertões por uma raça forte e destemida, um paraíso enfim [...].

Os sertões que conhecemos, quer os do extremo norte quer os centrais, quer os do norte de Minas são pedaços do purgatório.

19 Para Silva e Carneiro (2009), o sertão e o litoral sempre foram vistos de forma dualista. O discurso de prosperidade e de parasitário muda a cada tempo – ora fica com os habitantes do litoral, ora com a gente do sertão.

Não esmoreça o eminente professor na patriótica campanha iniciada e conte com a colaboração de todos aqueles que não se deixam mais iludir pelas fantasias e devaneios mentirosos de romancistas e poetas, descrevendo os nossos sertões como pedaços de terra da promessa, onde reinam a fartura, a saúde, a alegria, quando ao contrário são eles em geral, a sede da miséria, da doença, da tristeza, do aniquilamento físico e moral do homem [...] vegeta o sertanejo na miséria, idiotado pela moléstia de Chagas, ou cachetizado pela malária ou pela ancilostomíase, inteiramente abandonado à sua trágica sorte, sem assistência de espécie alguma (Pena 1912 *apud* Tamano, 2017, p. 103).

A ideia do idílico que Belisário Penna dizia ser dos poetas e romancistas era a mesma dos jornalistas e redatores dos almanaques parahybanos, citados por Sá (1999). Um idílico que destoava de outra visão dualista – já citada acima –, quando coloca o sertão como espaço estático e o litoral como território da civilização.

A idealização pode refletir outras representações criadas por expedições anteriores que visavam apenas ao progresso econômico, que procuravam insumos para alavancar a indústria ou o setor agroexportador, o que pode denotar uma falta de interesse pelo progresso social da população interiorana, a qual, no Nordeste, vivia ora sob as regras do fenômeno do clientelismo e do mandonismo dos coronéis, ora sob o fenômeno do cangaço.

Ao compreender como a população do interior estava vivendo, Belisário Penna tem a iniciativa de fundar a Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918. Seu programa denunciava que os “trinta anos de autonomia” (Penna, 1919 *apud* Hochman, 1998) da República era “como um atestado de incompetência dos estados para tratar de saúde e saneamento” (Penna, 1919, *apud* Hochman, 1998). O período coincide com o final da Primeira Guerra Mundial, quando o tema da nacionalidade inunda os discursos políticos e intelectuais. Outro ponto do programa da Liga Pró-Saneamento “indicava que a modificação necessária para minorar os efeitos negativos da interdependência seria aumentar a capacidade de penetração do poder central em todo o país” (Hochman, 1998).

Como presidente da nova Instituição, Penna, em 1919, discursa na Sociedade Nacional de Agricultura, fala da influência de Oswaldo Cruz e expõe a ciência “como uma atividade útil a sociedade e [...] como a alavanca primordial de seu futuro

desenvolvimento” (Britto, 1995, p. 12)²⁰. A ciência médica salvaria o povo, traria “a regeneração de uma raça” (Britto, 1995), a consolidação do Estado-nação e o progresso social. Para esse fim, seria necessária “a criação de um órgão federal com jurisdição sobre todas as regiões” (Britto, 1995) – a primeira tentativa se fez pela criação do Departamento de Saúde Pública e, posteriormente, com a implantação do Ministério da Saúde e Educação na década de 1930.

As ciências médicas, em processo de legitimação no início do século XX, não só analisaram o meio social como também elaboraram projetos de cunho social, que utilizaram a Liga Pró-Saneamento para auxiliar os estados na construção de um novo olhar sobre o interior. Assim,

o sertão foi interpretado, no período, como um espaço fronteiro a ser enquadrado na geografia territorial do país, compreendendo a criação de representações simbólicas como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, para o homem do interior. O sertão assumiu, então, no pensamento social brasileiro um comportamento de coadjuvante para a construção nacional. (Silva; Carneiro, 2009, s/p, sic).

Jeca Tatu retratava o homem do sertão que se encontrava aventado, amarelado, triste e anêmico. Era preciso extirpar o mal, porque “O Jeca não é assim: está assim” (Lobato, 1918). A partir do olhar médico, passou-se a se redefinir a geografia territorial do sertão, e isso podemos verificar nas palavras de Miguel Pereira (1922) que advertia: “[...] não se iludamos, o nosso sertão começa para os lados da avenida”. Isto quer dizer que, no Rio de Janeiro, o sertão começava no final da Avenida Rio Branco. Na cidade da Parahyba, iniciava-se nos bairros: Cruz do Peixe, Cruz das Armas, Jaguaribe e Roger. Todos estes carentes de serviços públicos e de saneamento urbano (Alves, 2009, p. 57).

20 O trabalho de Britto (1995) foge das concepções que apresenta a medicina como poder disciplinar. A autora investe no tema da legitimação, se aproximando, assim, de Schwartman (1981), para fazer uma “reflexão sobre os mitos da ciência”. Seu trabalho identifica “a ideologia cientificista que proclama a utilidade social da ciência – o mito do progresso social”. Para Britto (1995, p. 8), “O mito do progresso social é uma crença constitutiva da institucionalização da atividade científica, pois gera valores positivos e justificativas necessárias à sua aceitação e ao apoio que a ciência exige para implantar-se e desenvolver-se”.

Os bairros periféricos da cidade da Parahyba estavam abandonados pelo poder público. Suas leis eram formuladas sem um estudo prévio das condições sociais e econômicas do povo que vivia à margem do poder. O diagnóstico que se tinha era de um povo acomodado a costumes incivilizados. Costumes esses que deveriam ser remodelados pelo alargamento da escola primária nos territórios periféricos. Conforme relatório de 1927, Eduardo Monteiro de Medeiros²¹ – Inspetor Geral de Ensino – trazia a seguinte reivindicação:

Em relatório anterior fiz ver quão util seria a criação de escolas desse typo [rudimentar] nos suburbios desta Capital. Nos arredores da cidade, temos nucleos bastante populosos que reclamam a assistencia e protecção dos poderes publicos, no sentido de mais facilmente obterem a instrucção de seus filhos.

São nucleos pobres a que melhor satisfará uma escola modesta onde as creanças a possam frequentar sem obrigação do sapato e da meia.

Testemunho mais frizante não poderemos ter que o daquela modesta escola, installada á Rua Benjamim Constant, no bairro do Jaguaribe, com uma frequencia superior a 70 alumnos, quasi todos descalços, recebendo a sua professora, uma mocinha parda e de instrucção rudimentar, a [...] mensalidade de 1\$000 por alumno (Medeiros, 1927).

De acordo com Advíncula (2012), “o sistema de ensino da Paraíba encontrava-se em estruturação, tendo ocorrido uma grande reforma, em 1917, que classificou as escolas de instrução primária em três tipos: cadeiras elementares, cadeiras rudimentares e grupos escolares”. As elementares eram escolas de classe única e seu funcionamento se dava nas sedes das aglomerações populacionais: capital, vilas e povoados. Já as rudimentares estariam localizadas na zona rural. Nas palavras de Medeiros (1927), o Decreto de 1927 “alterou o Regulamento vigente da Instrução Publica, facultando a criação de escolas rudimentares nos suburbios das cidades”. Essa reivindicação, de acordo com Medeiros (1927), procurava atender uma gama de indivíduos que não conseguia se apresentar de forma adequada nos

21 O referido relatório foi apresentado ao Mons. João Batista Milanez, Diretor Geral da Instrução Pública, pelo prof. Eduardo Monteiro de Medeiros – Inspetor Geral do Ensino –, no qual expõe a situação das escolas por ele visitadas. Trata-se de um relatório manuscrito que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico, Fundação Espaço Cultural (FUNESC) (Parahyba do Norte. Relatório da Inspetoria Geral do Ensino. Parahyba do Norte, 1927).

espaços coletivos. A mudança no regulamento trazia ao campo escolar grande número de desvalidos que margeavam a cidade, porém não resolvia as questões de apresentação social, pois

Muito perto dessa escola, [rudimentar] a uns tresentos metros, si tanto, acha-se installada, a rua Marechal Almeida Barreto, a 11ª cadeira mista, regida por professora normalista e entretanto, a sua frequencia media não attingiu, este ano, a 50.

Si bem que nas escolas elementares não se exija a condição de se apresentarem os alumnos bem vestidos e calçados, são ellas sempre procuradas pelos mais abastados, o que de certa forma afasta a frequencia dos pobresinhos que, não os podendo acompanhar no modo de vestir se sentem humilhados (Medeiros, 1927).

Certamente, a vestimenta do pobre não era conveniente aos ditames de uma classe abastada, que veiculava e codificava, nos manuais de etiqueta, novos comportamentos de civilidade que os conduziram a uma nova forma de vida sociocultural pautada no discurso higienista. A roupa era “um elemento de distinção, prova de refinamento e boa educação” (Rainho, 2002).

Embora o Inspetor não fale da higiene na indumentária, havia, entre os higienistas, várias discussões reprovando o descuido com as vestimentas e a necessidade de se mostrar higiênico no vestir. Segundo Rainho (2002) os jornais e manuais de etiqueta, no início do século XX, ditavam várias regras, de atitudes, de condutas e comportamentos. Estes manuais “Ensinavam, entre outras coisas, as formas de comer e os hábitos à mesa, a higiene corporal –, incluindo os modos de assoar o nariz, cuspir, etc. – os comportamentos em casa, na igreja, na rua e os cuidados com as vestimentas” (Rainho, 2002). E isso já era exposto na Parahyba desde o século XIX, pois já se utilizava nas escolas primárias o compêndio “O Livro do Povo”, o qual apresentava um discursos higienistas que constrangia, intimidava, envergonhava e forçava as crianças a se apresentarem higiênicas nas vestimentas e no asseio corporal (Mariano, 2015).

Toda essa discussão, decerto, não passava despercebida pela professora normalista que ensinava na escola elementar do bairro Jaguaribe, a qual, ao sair dos bancos da Escola Normal, trazia para as escolas primárias os ensinamentos dos

médicos higienistas que tinham por intenção fortalecer o físico, evitar deformações, prevenir doenças, promover a decência do corpo e extirpar vícios.

Vivia-se um contexto em que as ideias médicas necessitavam ser propagadas, com a nítida intenção de se formar uma opinião pública favorável às ciências médicas. Dessa feita, eram essas as “[...] soluções políticas e institucionais [utilizadas] para transformar uma comunidade fundada nos efeitos negativos das endemias rurais e abandonada pelo Estado em um país hígido com uma população saudável” (Hochman, 1998).

Tomava-se consciência de que, no país, os problemas sanitários tornavam-se graves, afetando, assim, a construção da tão desejada nação civilizada. Por outro lado, era preciso fazer a integração do país, daí o investimento nos discursos sobre patriotismo, educação primária e analfabetismo. No bojo dessas discussões, se instala, no Brasil, um higienismo de cunho francês cuja referência era a “biologia neolamarckiana” (Souza, 2018).

Para a “biologia neolamarckiana”, causas sociais e ambientais alterariam as características genéticas de um povo. Segundo Souza (2018, p. 331), esse pensamento, no Brasil, passou a “[...] ser a chave de leitura para explicar o caboclo e, de forma mais ampla, o homem pobre do campo” e – por que não dizer? – os desafortunados das *urbs*.

A doença explica a trágica situação das populações dos sertões. Doenças que penetram o corpo, devido ao seu mau condicionamento, porque ao homem pobre falta tudo: roupa, calçado, comida, lazer e, conseqüentemente, saúde. Males que afetavam o corpo que pisava a terra de pés descalços. A ancilostomíase é um exemplo marcante dos males que o ambiente podia (e pode) causar.

Na linguagem das elites, um ambiente malsão e uma sociedade pouco afeita aos preceitos de higiene poderia levar a nação ao abismo da degeneração. É por meio desse tipo de discurso que se justificava a necessidade de se impulsionar a aquisição e condicionamentos de novos hábitos por meio do trabalho escolar orientado pelas ciências médicas.

A organização escolar na Parahyba, ocorrida entre o período colonial e os primeiros anos do século XX, se pautava, de acordo com Pinheiro (2002, p. 15), no modelo de “cadeiras isoladas”. À vista disso, é interessante analisar, mais uma vez,

o Projeto nº 23 da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do ano de 1911. Neste decreto, o presidente do Estado estava “[...] autorizado a reformar a instrução publica, de accordo com as disposições, desta lei” (Parahyba do Norte, 1911) a qual orientava para um ensino que englobasse: educação intelectual, moral e física; um ensino primário com curso elementar e complementar; leigo, gratuito e dividido em quatro modalidades: primário, secundário, profissional e normal; dois sistemas de ensino: um público e um particular, sendo este último livre, mas sujeito à fiscalização em matéria de higiene, moralidade e estatística; ensino ministrado em escolas isoladas e grupos escolares, este último com um professor, um diretor e um porteiro; Conselho Superior de Instrução Pública. Para as escolas primárias, ainda haveria a divisão em três entrâncias.

As informações trazidas acima nos revelam uma organização estatal que pretendia se alargar tanto no campo da Instrução Pública, com a criação de novas cadeiras isoladas e a implantação dos Grupos Escolares, quanto no campo da Medicina, o que se dava pela inserção da higiene na coletividade escolar. Tal investida se alargou na Parahyba desde o final do século XIX, como podemos constatar pela leitura da tese de Mariano (2015). De todos os temas e funções discutidos naquele momento, não estava em questão, pelo menos na letra da lei, a função do Inspetor Sanitário Escolar dentro da Diretoria Geral de Instrução Pública. A tarefa de inspecionar cabia à Inspetoria de Higiene do Estado, referenciada anteriormente, a qual não contava com um corpo de funcionários que desse conta de toda a fiscalização dos espaços públicos.

Os marcos legais escritos até o início do século XX demonstravam, todavia, que havia um aprofundamento nas relações entre a Instrução Pública e as Ciências Médicas. Isso se percebe não somente porque se difundia uma educação que tanto trabalhava com o desenvolvimento físico dos sujeitos que frequentavam este espaço quanto com a fiscalização da higiene nos espaços escolares, sobretudo quando se procurou implantar o modelo de grupos escolares, considerados como um espaço “[...] adequado à instrução [...] ‘instrumento’ do progresso e da mudança [...]” (Farias Filho, 2014) modelo que se distanciava das escolas isoladas identificadas, desde o século XIX, como pocilgas, choupanas, casebres, choças ou “curral de porcos, pela falta de higiene” (Mariano, 2015).

Nos grupos escolares, outros agentes foram contratados para representar o Estado. Além dos professores, haveria a figura dos diretores com a “[...] tarefa de velar pela ‘observancia restricta do Regulamento de instrucção, do programma de ensino e dos horários das aulas’ [...]” (Vago, 2002). Aos diretores, além disso, cabia verificar a frequência, a disciplina e a higiene do prédio, dos professores e dos alunos.

De acordo com Farias Filho (2014), em estudo sobre a forma e a cultura escolar em Belo Horizonte, os grupos escolares foram criados tanto para “organizar” o ensino quanto para “reinventar” a escola, com o objetivo de colocar em prática “projetos de homogeneização cultural e política da sociedade”. Pelo termo “reinventar a escola”, entende-se “organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade” (Farias Filho, 2014).

A implantação dos grupos escolares era uma forma racional de organizar uma população que experienciava uma cidade em transformação. A justificativa para essa remodelação espacial encontrava coro nos discursos médicos com a intensa divulgação das questões de saúde. Seguindo a linha de raciocínio dos médicos, a construção de um grupo escolar começava com a implantação de medidas higiênicas que determinavam o espaço de construção. Para isso, eram observados os regulamentos que versavam sobre o assunto. Assim:

Leis e regimentos prescreviam o melhor local para edificação; orientavam a divisão dos espaços; definiam as medidas das salas, das portas e das janelas para a melhor circulação do ar, por exemplo. As construções deveriam ser sólidas, levantadas em locais adequados e com condições de visibilidade, e com características físicas definidas mediante planejamento, a fim de não prejudicar o bom funcionamento do ensino. Nesse sentido, a atenção a aspectos como circulação de ar e luminosidade integrava as preocupações de administradores públicos em diferentes estados do país (Azevedo; Amorim; Santos, 2017, p. 135).

A escola primária estava sendo remodelada nos moldes do pensamento republicano. O novo regime procurava “incorporar o povo à nação republicana [e] ao

mercado de trabalho capitalista” (Farias Filho; 2017). Modernizar a instrução primária seria “[...] uma das mais poderosas armas no combate às supostas consequências maléficas deixadas pelo império e pelo trabalho escravo: a apatia do povo frente a vida pública (e a república de uma maneira geral), a aversão ao trabalho manual, dentre outros” (Faria Filho; 2017, p. 34). Seguindo esta lógica da homogeneização cultural, a República legitimaria também as ideias higienistas na instrução pública.

Para além da discussão quanto à homogeneização política engajada no civismo e no amor à pátria, gostaria de centrar nossos esforços em analisar as novas sensibilidades introduzidas no espaço escolar pelos higienistas. Nessa direção, percebemos que a higiene escolar pouco agradava aos médicos do início do século XX na Parahyba. Reestruturar e aprofundar ações nesse campo produziram uma nação e um povo civilizados. Por essa razão, os médicos higienistas enfatizavam “La grandeur et l’urgence des services qu’elle est appelée à rendre à l’enfance et au pays [...]”²² (Riant, 1874, tradução livre). Esse aprofundamento se processou com a reforma do ensino de 1917, a qual discutiremos na próxima subseção.

2.4 A higiene escolar e a reforma do ensino de 1917

A saúde das crianças foi tema recorrente no início do século XX na cidade da Parahyba do Norte. Cerca de vinte e dois artigos foram publicados pelo Dr. Anysio de Sá²³, falando da alimentação oferecida às crianças na Parahyba. Anysio de Sá direcionava seu discurso para as mães, no objetivo de fazê-las entender o organismo intestinal das crianças. Para além desse direcionamento devotado ao seio familiar, havia outros discursos, nos jornais, que almejavam direcionar as atenções para as coletividades infantis. Em vista disso, artigos foram confeccionados, visando discutir o papel da higiene escolar na vida das crianças, pois estas “[...] viviam no mais deplorável abandono de assistência, apinhadas em escolas infectas [...] e fatalmente sujeitas ao contágio” (Inspeção..., 1913). Esta

²² A grandeza e a urgência dos serviços que é chamada a prestar às crianças e ao país.

²³ Para mais informações, conferir os artigos com título “Hygiene Infantil” publicados em 1909, no jornal O Norte.

citação nos apresenta as representações sobre a escola na Parahyba naquele momento, chamando a atenção para a necessidade de se criar a Inspetoria Sanitária Escolar.

Vendo a publicação de tal artigo estampando as páginas do jornal *O Norte*, o Dr. Flavio Maroja escreveu ao redator do mesmo jornal e fez um histórico sobre as reivindicações que fazia sobre o assunto desde 1910. Assim relatava: “[...] comecei a lembrar a conveniencia do serviço de inspecção medica escolar, dirigindo ao illustre professor Abel da Silva uma longa carta nessa folha em 31 de agosto d’aquelle anno [...]” (Maroja,1913). A carta de 1910 vinha em reação aos artigos sobre “Reforma do Ensino” publicada por Abel da Silva, na época Inspetor Geral de Ensino do Estado. Era um momento em que os debates sobre a reforma do ensino se colocavam em primeiro plano, tendo sido aprovada por um Projeto de Lei em 14 de novembro de 1911. Neste, observa-se a relação da instrução com o higienismo. A reivindicação por um serviço de inspeção sanitária escolar não foi, todavia, concretizado como desejava Flavio Maroja.

Naquele ano de 1910, Maroja chamava a atenção das autoridades para a higiene escolar, mas era uma voz solitária. Mesmo assim, naquele período, embora o engajamento fosse diminuto, já se viam alguns resultados, como o desmembramento da cadeira de História Natural da Escola Normal, por exemplo. A proposta era desconectar a matéria de Higiene, para que se elaborasse um programa consistente que desse conta das práticas higienistas. O assunto também foi levado aos espaços institucionais – primeiramente, ao chefe do poder executivo e, logo em seguida, à Assembleia Legislativa. No relato que fazia ao jornal, Flavio Maroja dizia:

Com effeito, na reunião da Assembléa d’quelle anno, fundamentei a conveniencia da divisão da cadeira de historia natural e entreguei as considerando ao dr. João Machado e este, penso, que ao dr. Octacilio, sendo que em poucos dias era o projeto convertido em lei e sancionado pelo poder executivo. Muitos mezes depois era nomeado para a nova disciplina o illustre collega dr. Octacilio d’Albuquerque (Maroja, 1913).

A luta em prol da institucionalização do pensamento higienista estava em processo de aprofundamento. Conselhos, sugestões e indicações foram, certamente, levados a efeito na luta pela defesa da causa higienista. Quanto ao serviço de inspeção médica escolar, João Machado pensava ser assunto para outro momento. As relações entre Flavio Maroja e João Machado eram antigas – não sabemos se começaram no ensino primário ou secundário, mas eram claras na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual frequentaram juntos. Entre eles, possivelmente, havia certa liberdade, ao ponto de sugerirem nomes que ocupariam cargos nas funções de estado.

Naquele momento se buscava ampliar as funções da intelectualidade médica, pois estes agentes estavam tomando consciência de que formavam uma categoria que estava em processo de autonomização. Por esse motivo, passaram a se inserir em espaços já institucionalizados bem como a criar condições para novos espaços de poder. Estavam construindo ações políticas, como: engajamento em grupos políticos, apresentações de conferências, atendimentos gratuitos aos pobres, escritos jornalísticos, abertura de instituições médicas, ampliação de funções médicas nos quadros do estado etc. As transformações do meio urbano fomentaram condições para que novas instituições e funções públicas fossem criadas, possibilitando, assim, o alargamento do campo da ação médica. Isso é perceptível na rememoração dos escritos Maroja publicados em 1910:

[...] falei naquela epocha no serviço de *inspecção medica escolar*, lembrando até o nome de um distincto clinico d'esta capital, disendolhe que elle se prepararia bem para essa missão, já tendo bons estudos de uma especialidade indispensavel aos conhecimentos que deveria reunir para exercer com proveito o cargo de inspetor sanitário escolar (Maroja – O Norte, 1913).

Provavelmente o “distincto clinico” seria Walfredo Guedes Pereira, que, desde sua formação como médico, em 1908, se apresentava, nos anúncios dos jornais, como especialista em doenças infantis – sobre este profissional falaremos na terceira seção. As palavras acima deixam transparecer que ser conhecedor da fisiologia da criança seria o ponto de partida para a organização de um serviço de inspeção médica nos espaços das aglomerações escolares. Ao cabo da discussão,

João Machado teria dito que o assunto deveria ser “*deixado para depois*”²⁴. Em 1913, Maroja voltou a levantar a hipótese da criação de uma inspetoria sanitária junto ao presidente Castro Pinto (1912 a 1915)²⁵, o qual sinalizou que “oportunamente trataria do assumpto e me ouviria a respeito” (Maroja, 1913). Ao que parece, a questão, entretanto, não voltou a ser problematizada no governo de Castro Pinto, pois este renunciou em 1915, por conta de disputas oligárquicas.

No processo sucessório, tomou posse o primeiro Vice-Presidente, Antônio Pessoa – irmão do senador Epitácio Pessoa. A posse como presidente se processou num momento em que o Estado passava por dificuldades econômicas advindas da seca de 1915, quando a exportação do algodão entrou em declínio; paralelo a isso, vivia-se o clima da Primeira Guerra Mundial.

Mesmo diante das dificuldades, o novo presidente criou o primeiro grupo escolar da Parahyba, denominado de Grupo Escolar Dr. Thomás Mindello. O prédio adquirido para a instalação do referido grupo foi comprado pelo Estado ao arquiteto italiano Pascoal Fiorillo. Sua arquitetura foi projetada para atender às exigências de uma residência e a um escritório de arquitetura (Pinheiro, 2001). Embora o prédio tivesse elementos da arquitetura higienista, seus cômodos não dispunham das dimensões apropriadas para uma sala de aula.

De acordo com Oliveira (2013):

Para adaptar-se as atividades de ensino, o edifício do Grupo Escolar Thomas Mindello foi reformado algumas vezes, e sua reforma mais importante ocorreu em 1931. Com a necessidade de criação do pátio

24 Seria interessante indagar se a recusa em colocar em prática um pedido feito por Maroja não estaria envolto nos jogos políticos da época. Para isso, basta citar uma frase de Epitácio Pessoa que, em carta endereçada ao irmão Antônio Pessoa, em 1897, demonstra como se dava o processo de poder e dos jogos políticos. Eis o fragmento que confirma essa inferência: “Para todos que não são da sua panelinha; para estes sempre tem na boca a lei e a economia, para os amigos do peito a lei de nada vale e fazer economia é ser besta” (Gomes, 2018). Para maiores detalhes, sobre os jogos políticos da República, basta conferir o trabalho de Jordan Queiroz Gomes, que fala da família Pessoa, seu prestígio político, a tradição familiar, a construção e a manutenção do status na configuração do poder político.

25 Castro Pinto foi alçado ao cargo de presidente do estado quando houve uma acirrada disputa entre as oligarquias dominantes no início da década de 1910. Para resolver o impasse, foi escolhido o senador João Pereira de Castro Pinto, o qual seria um nome conciliador entre as partes em contenda pelo poder. Embora visto como mediador das relações políticas, vale ressaltar, não conseguiu arrefecer os ânimos dos grupos oligárquicos. Em decorrência disso, “[...] renunciou à condição de mandatário principal da Parahyba do Norte, em 24 de julho de 1915, optando, assim, por um ostracismo voluntário no Rio de Janeiro [...]” (Machado *et al.*, 2015).

central, adotado pela maioria dos edifícios de grupos escolares, pois contribuía para melhor ventilação e insolação, sua planta acabou tomando a forma de “V”, devido à adequação ao terreno, o que lhe conferiu uma característica diferente em relação aos grupos escolares de todo o Brasil.

Apesar do pouco tempo de governo de Antônio Pessoa – falecido em 1916 –, criou-se, conforme Gomes (2018), a imagem de um governante preocupado com a educação, notadamente com o combate ao analfabetismo. Assim, aponta Gomes (2018) em uma das suas esclarecedoras notas de rodapé: “[...] De acordo com a visão de Antônio Pessoa Filho, a preocupação do seu pai com o item instrução pública começou quando assumiu a chefia política de Umbuzeiro em 1904, momento em que dotou o município de um número considerável de escolas”. Como presidente colocou em prática o Projeto n. 23, de 1911, no qual se instituía a construção de grupos escolares nas cidades e sedes de vilas na Parahyba.

Ainda seguindo a explanação de Gomes (2018), Antônio Pessoa não apenas criou o Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello como também se preocupou com a “[...] criação de 17 escolas primárias no interior, e criação de escolas noturnas por meio do decreto Estadual 765/1915”. Já no ano de 1916, Antônio Pessoa, informa Gomes (2018), tinha criado “30 novas escolas no interior”. Apesar dos investimentos em termos educacionais, o quadriênio de 1912 a 1916 foi conturbado em termos políticos e sociais. A fome, a seca e as disputas oligárquicas davam o tom dos debates. Para encerrar os problemas de cunho político, Sólon de Lucena passou a governar a Parahyba em 1916 e novas eleições foram deflagradas. O novo governo coube ao médico Francisco Camilo de Holanda.

Com Camilo de Holanda (1916-1920), a Parahyba continuou passando por transformações tanto no meio urbano quanto no campo da instrução pública. Conforme Soares Júnior (2015), em 1916 se viu “[...] o nascimento dessa nova forma de [se] conduzir a instrução pública [...]”. Os Grupos Escolares ganharam “[...] corpo a partir de 1917 com a reforma do ensino estadual e perdurou até 1945, ano que marca o fim do Estado Novo” (Soares, Júnior, 2015). A reforma do ensino publicada em 1917 guardava em seus artigos íntima relação com o Projeto nº 23 de 1911, no qual já se previa a criação de cadeiras isoladas e seu agrupamento, a construção de grupos escolares, do Conselho Superior de Ensino, da Caixa Escolar

etc. A reforma do ensino vinha tentar organizar questões antigas que se arrastavam à margem das regulamentações. Nas palavras de Soares Júnior (2015), “[...] o ensino necessitava de melhorias, os vencimentos pagos aos professores eram poucos, [...] professores sem qualificação profissional, especialmente no interior do estado. Somava-se a isso ‘a falta de mobiliário’ [...]”. Ademais, poucos eram os prédios públicos destinados às escolas primárias. A maioria dos espaços destinados ao ensino eram alugados, com pouca ou nenhuma condição de higiene. Procurava-se, com a nova reformulação, regulamentar a vida escolar,

determinando sua localização e provimento da escola, normas para a matrícula e frequência, programa de ensino, fiscalização médica escolar observando os aspectos físicos e higiênicos, estabelecendo as leis que normatizariam os alunos, bem como a distribuição de prêmios e/ou aplicação de punições. Eram determinados até mesmo o calendário escolar a ser cumprido e as atividades pedagógicas a serem realizadas (Soares Júnior, 2015).

De acordo com Soares Júnior (2015), o Decreto 873/17, logo em seu primeiro parágrafo, demonstrava que a preocupação com o corpo hígido seria a tônica da nova reforma. Por isso, seu texto se empenhava em orientar a escola para o condicionamento da higiene moral, intelectual e física do educando. Frisavam-se as ações higiênicas, por meio de um programa que instituíra as matérias de higiene, “*sciencias physicas e naturales*”, pois:

El órgano que no se utiliza, se atrofia; un órgano utilizado, y en virtud de esto, provisto de abundante irrigación sanguínea, crece e aumenta su capacidad funcional; y un órgano sometido a um exceso de actividad, aumenta de volumen (“se hipertrofia”), pudiendo, finalmente, llegar también a hacerse insuficiente para el cumplimiento de su función (Burgerstein, 1937, tradução livre)²⁶.

26 O órgão que não se utiliza, se atrofia; um órgão utilizado e, em virtude disto, dotado de abundante irrigação sanguínea, cresce e aumenta sua capacidade funcional; e um órgão submetido a um excesso de atividade aumenta de volume (“se hipertrofia”), podendo, finalmente, chegar também a tornar-se insuficiente para o cumprimento de sua função (Tradução livre).

Os exercícios físicos promoviam o desenvolvimento dos órgãos internos: o pulmão, o coração, o sistema nervoso e o sistema respiratório. A ginástica colocada em prática nas escolas poderia prevenir desvios na coluna vertebral – uma das orientações era de que se devia evitar curvar o dorso dos alunos para dirimir possíveis vícios de posturas. A importância higiênica do ensino se dava, sem dúvida, pela implantação das disciplinas de Higiene e de Educação Física, mas essa importância se aprofundava com a definição do papel intimidador que cada função hierárquica exercia no grupo escolar. Além do professor, que assumia o ensino de práticas higiênicas em sala de aula, havia outros funcionários que deveriam zelar pelo desenvolvimento da infância. Esse zelo competia desde o diretor até o zelador. Conforme o Art. 47 do referido Decreto de 1917, entre outras demandas, ao diretor cabia:

1º – Fiscalizar e dirigir technicamente o ensino de accôrdo com os programmas officiais e as disposições leaes e regulamentares;

2º – Conceder as matriculas e classificar os alumnos nas diferentes escolas;

3º – Distribuir os alumnos nas differentes classes sob o ponto de vista pedagogico;

4º – Fiscalizar a frequência dos professores e adjunctos, encerrando diariamente o ponto e anotando as faltas dadas;

5º – Justificar até 3 faltas em cada mez aos professores e adjunctos;

6º – Organizar mensalmente as folhas de pagamentos, e numerando e qualificando as faltas e remeter áquellas ao Director Geral da Instrucção, depois de visadas pelo inspector escolar;

7º – Communicar a mesma autoridade a posse, o exercício, inicio e fim das licenças dos professores e mais empregados;

8º – Encaminhar ao Director Geral da Instrucção Publica devidamente informadas as petições dos mesmos fuccionarios para terem conveniente destino;

9º – Applicar as penas disciplinares de accôrdo com as leis e regulamentos;

10º – Representar oficialmente o grupo sempre que isto fôr mister;

11º – Remetter os boletins e mapas ao Director Geral da Instrução Publica e apresentar-lhes um relatório mensal;

12º – Receber mensal e adiantadamente a verba destinada ao expediente do grupo, applicando os saldos existentes na compra de livros para abiblioteca, e prestar contas [...] ao Director Geral da

Instrução Pública. (Parahyba do Norte, 1917 *apud* Advíncula, 2012)²⁷ (grifos nossos).

A este profissional cabia fazer valer as normativas da educação e, nesse caso, cumprir o Decreto 873/17, que estava eivado de princípios médicos higienistas. Assim, os tópicos em negrito do Art. 46 nos fazem imaginar como se daria a intimidação dos corpos e a fiscalização das práticas pedagógicas e higiênicas por parte do diretor. Este funcionário também era responsável por elaborar relatórios, informando não apenas as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola mas também os preceitos higiênicos normatizados pelo Regulamento Geral da Instrução Primária 1917: o programa de ensino; a falta dos professores e suas justificativas – faltas que poderiam mostrar tanto falta de desvelo pela profissão quanto de saúde do corpo docente; conceder matrícula àqueles que apresentassem o comprovante de vacinação; manter o asseio nas dependências do estabelecimento – salas de aula, aparelhos sanitários e pátio.

A observação desses preceitos seria confirmada pela boa avaliação do Inspetor Administrativo, que visitaria a escola uma vez por semana para ver, entre outras coisas, o asseio escolar e a exatidão dos boletins e mapas escolares (as tarefas dos inspetores estão listadas na seção III do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1917). Além desse Regulamento, ainda há a normativa do Art. 234 que institui que: “A inspecção escolar fica desdobrada em administrativa, tecnica e sanitária”.

As duas primeiras – administrativa e técnica –, além das atribuições específicas da função, zelavam pelo asseio e a higiene escolar. Os responsáveis por essa inspeção, como definia o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1917, não eram, todavia, pessoas ligadas à área da saúde.

O Art. 236 dizia que “A inspecção administrativa sera feita”: na sede da comarca por Promotor; na vila de um termo, pelo Juiz Municipal; e, em outras localidades, o Diretor escolheria, entre a população, um responsável pelo trabalho.

27 Em trabalho de mestrado de 2012, a pedagoga Charya Advíncula fez discussões sobre a escolarização no sertão. Especificamente, estudou o Grupo Escolar Gama e Melo, na cidade de Princesa Isabel-PB. Quando pesquisou suas fontes, digitalizou o Regulamento Geral da Instrução Pública da Parahyba, de 1917, o qual se encontra anexado a sua dissertação.

Quanto à inspeção técnica, esta se realizaria pelos inspetores regionais, os quais seriam nomeados pelo Presidente. Estes inspetores, de acordo com o Art. 242, para exercerem o trabalho, teriam que ser “professores diplomados [com ...] cinco annos de pratica no magisterio publico e pessoas de notoria competencia que se submetam a concurso [...]” (Parahyba do Norte, 1917).

Por fim, temos o objeto de nosso estudo, o Inspetor Sanitário Escolar. A respeito deste, o Art. 258 esclarece: “Essa inspecção será feita por um corpo de medicos de livre nomeação do Presidente do Estado” (Parahyba do Norte, 1917).

O Art. 258 não traz muitos esclarecimentos sobre o gabinete do Médico Inspetor. A informação mais precisa se refere à nomeação do corpo médico, que deveria ser indicação do Presidente do Estado. Aqui podemos inferir que, possivelmente, um dos requisitos para se galgar a função estaria ligado à filiação partidária, como era comum na época.

Com a reforma do ensino de 1917, ampliaram-se as funções médicas nos quadros do Estado. Em seu primeiro ano de governo, o médico Francisco Camilo de Hollanda (1916-1920) resolveu atender a reivindicações que se arrastavam na Parahyba desde 1910.

Hollanda (1917), em mensagem presidencial, destacava que as reformas empreendidas na Parahyba se espelhavam nos “[...] methodos didacticos e pedagogicos tão proficuamente experimentados no Estado de S. Paulo, que é o paradigma nacional nessa relevante materia de instrucção publica” (Parahyba do Norte, 1917). Por esse motivo, é provável que a inspeção sanitária escolar praticada na Parahyba tenha alguns elementos adotados pela inspeção médica escolar de São Paulo, que estava sob a direção do Dr. Balthasar Vieira de Melo. Tal inferência, se deve a citação que o editorial de 1913 faz em relação a inspeção sanitária escolar de São Paulo, nos informando das impressões que Francisco Xavier - Diretor Geral da Instrução Pública – formulou sobre o assunto, após visita ao referido Estado.

Em 1916, o estado de São Paulo sob “A lei nº 1.541, de 30 de Dezembro de 1916, remodelou a Inspeção Medica Escolar e a transferiu do Serviço Sanitario, a que estava subordinada, para a Diretoria Geral da Instrucção Publica, de que passou a constituir uma secção” (Melo, 1917). Seguindo o exemplo, a Parahyba promoveu a mesma organização. Sendo assim – a inspeção escolar que estava

acomodada desde 1895 dentro do Serviço de Higiene –, a partir de 1917, a inspeção sanitária escolar passou a ser organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Parahyba. Esse tipo de ordenamento também tinha sido defendida por Moncorvo Filho no processo de organização de Inspetoria Sanitária Escolar no Rio de Janeiro em 1910.

Dentro dessa nova organização, passemos a enumerar os deveres dos médicos escolares na Parahyba, presentes no Decreto 873/17:

- a) organizar uma caderneta biológica dos alunos e, a cada seis meses, elaborar relatório;
- b) Fazer visitas domiciliares para averiguar enfermidades – as visitas seriam feitas tanto para criança pobre quanta para aquelas dotadas de meios pecuniários, pois a caderneta biológica deveria ser preenchida;
- c) Disponibilizar receitas destinadas às crianças pobres, que teriam medicamento gratuito fornecido pelo Estado “ou pela caixa escolar quando já estiver funcionando esse serviço na respectiva escola”.

Não fica especificado no Regulamento da Instrução Pública de 1917 como seria a divisão do trabalho dos médicos escolares. Para nos ajudar no assunto, trazemos as palavras de Burgerstein (1937, tradução livre), que nos faz imaginar uma possível organização do trabalho do médico escolar:

Cada 14 días, el médico de escuela, poniéndose de acuerdo con el director, designará un día para celebrar una consulta en la escuela, y en caso de haberse presentado alguna enfermedad contagiosa, estas consultas se celebrarán aún con mayor frecuencia. El día anterior a aquel en que tenga que verificarse la visita, el director hará circular por las clases una tarjeta, en la cual cada uno de los maestros anotará cuántos son los niños que serán objeto de examen (control médico)²⁸.

28 A cada 14 dias, o médico da escola, em acordo com o diretor, designará um dia para a realização de uma consulta na escola e, caso tenha ocorrido alguma doença contagiosa, essas consultas serão realizadas com ainda mais frequência. Na véspera da visita, o diretor distribuirá um cartão entre as turmas, no qual cada professor anotará quantas crianças serão examinadas (controle médico). (Tradução nossa).

As visitas do início do ano provavelmente eram mais frequentes e demoradas por conta da confecção das cadernetas biológicas, como poderemos constatar ainda nesta terceira seção deste trabalho. Esquadrinhavam-se os corpos à procura de agentes patológicos – micróbios e parasitas – que poderiam causar enfermidades nas crianças e adultos que frequentavam a escola. Enfermidades que poderiam trazer problemas para “[...] o futuro do Estado que, além do mais, soffre prejuizos incalculaveis decorrentes da mortalidade infantil” (Hollanda, 1917, p. 21).

Na mensagem presidencial, Camilo de Hollanda (Parahyba do Norte, 1917, p. 22) utiliza-se das palavras do Dr. Manoel Lemos para frisar que “Tal mortandade continúa superior a 50% dos obitos geraes, [o] que é um coeffericiente tristissimo”. Por esse motivo, era imprescindível a legitimação e a institucionalização do médico escolar, cujas finalidades estão descritas no Art. 257 do Decreto 873/17:

- a) A vigilância hygienica das escolas e do material, principalmente sobre o ponto de vista orthopedico;
- b) A inspecção medica dos alumnos e do pessoal;
- c) A prophylaxia das moléstias transmissíveis e evitaveis;
- d) Instruir nos preceitos elementares de hygiene dos alumnos;
- e) A direcção e fiscalização da educação physica nas escolas (Parahyba do Norte, 1917).

Aqui cabe lembrar que, os intelectuais da Parahyba, estavam empenhados em debater a questão da Higiene escolar desde 1910. Assim, quando a Comissão²⁹ para reformular o ensino público em 1917 foi composta, havia, nos jornais da Parahyba, textos que discutiam e reivindicavam a instalação de uma inspeção sanitária escolar. As instruções normativas do artigo 257 do Decreto 873/17 se constituem como uma apropriação da legislação sobre inspeção sanitária escolar elaborada no Rio de Janeiro e na Inglaterra. Para essa afirmação, nos ancoramos no artigo do Dr. Flavio Maroja, de 1912, intitulado “Hygiene Escolar”, no qual este registrava a transcrição das normativas colocadas em prática nas cidades referendadas acima. Não raramente, os médicos higienistas do começo do século XX citavam a Inglaterra como referência e modelo a ser seguido.

29 A comissão foi composta pelos seguintes professores: José Francisco de Moura, Manoel Tavares Cavalcanti, Odilon Coutinho, Alcides Bezerra, Celso Affonso Pereira, José Gomes Coêlho e José Fructuoso Dantas (Ver Mensagem Presidencial de Camilo de Hollanda, de 1917, publicado no jornal Parahyba do Norte, 1917)

Além do texto de Maroja, outros textos podem ter servido de referência aos membros da Comissão da Reforma do Ensino, pois, na década de 1910, há grande número de congressos internacionais discutindo a higiene nas aglomerações infantis. Flavio Maroja cita os congressos de Bruxelas, de Nuremberg, de Paris e de Londres, do que se entende que muitos países estavam envolvidos nas discussões que tematizavam a saúde escolar.

De um modo geral, havia a compreensão de que: “Ao Estado, em geral, compete velar pela saúde das crianças, preparando-lhes mocidade florescente, a fim de aumentar o bem-estar geral, a força ativa e a força defensiva da nação” (Mello, 1902 *apud* Lima, 1985).

Em meio a todo esse debate, cabe referendar o Primer Congresso Americano de Niño, realizado na capital da Argentina, Buenos Aires, em 1916, o qual

compôs a extensa agenda de congressos e exposições nas festividades do Centenário da Independência Argentina em julho de 1916 e, sob a coordenação da mesma liga de mulheres socialistas, presidida pela médica Julieta Lanteri, contou com a participação de aproximadamente 200 inscritos de 13 países. Neste evento, lançam-se as bases para o que virá a ser uma longa tradição de congressos interamericanos para a discussão da infância, realizados em diferentes países da América Latina e nos Estados Unidos (Souza; Cordeiro, 2015).

A esses congressos compareciam médicos de diversas localidades, o que fazia ampliar a circularidade cultural. Em meio a estas transformações, os governantes dos estados também enviavam observadores para estudar a temática da instrução pública em outras localidades do Brasil e mesmo fora dele.

O governo de Camilo de Holanda, como foi dito em outro momento, espelhava-se, para sua reforma, no modelo de São Paulo. Para além das questões pedagógicas, São Paulo também estava reorganizando sua inspeção médica escolar, e o Dr. Balthasar Vieira de Melo foi o responsável pelo trabalho dessa inspetoria. Em 1916, publicou o livro “Hygiene Escolar e Pedagogica”, em que buscou “organizar as bases d’esse serviço e dar-lhe orientação uniforme [...]” (Mello, 1917).

Vieira de Mello dizia fazer o trabalho porque continuava “[...] a ser otimista convicto do futuro da Patria Brasileira, cujas maiores esperanças têm seus alicerces na infância, para a qual a escola constitui o centro de irradiação de homens aptos a defendê-la e de mães compenetradas de seus deveres sociais” (Mello, 1917).

A pátria necessitava de braços fortes para alimentá-la e para defendê-la, principalmente em meio à Grande Guerra. Cuidar da saúde dos futuros homens e mulheres era fator preponderante para o progresso e para a civilização. Para isso, os médicos passaram a direcionar seu olhar para “a falta de desenvolvimento do sistema muscular, a queda precoce dos dentes e dos cabelos, a freqüência das deformidades, da surdo-mudez, da cegueira, da loucura, etc.” (Souza, 1907 *apud* Lima, 1985). Estes eram os sinais que denunciavam a “degradação física, que vai amesquinhando este povo e já tem afetado, sem dúvida, sua virilidade civil e política” (Souza, 1907 *apud* Lima, 1985).

Os esforços para se identificarem os corpos saudáveis passavam pela avaliação dos sujeitos e pela confecção de fichas sanitárias onde se anotavam as moléstias contagiosas e sua profilaxia. Essa avaliação continuava pela verificação do asseio nos edifícios e das salas, pela incidência de luz e ar, além do mobiliário e material escolar impresso, ou seja, verificava-se a higiene física – do sujeito e do ambiente que este frequentava – e sua higiene intelectual e moral.

As orientações, que circulavam no país no início do século XX, eram referendadas em livros como: “Higiene Escolar”, de Dufestel, “Higiene na Escola”, de Balthazar Vieira de Melo, e a “Summula do que se deve estudar em materia de Hygiene Escolar”, elaborada por Moncorvo Filho. Todos citados em artigo confeccionado por Maroja. Com relação à súmula, acreditamos que tenha chegado³⁰ à Parahyba por meio do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba (IPAI-PB), que era uma congênere do Instituto de Proteção e Assistência à Infância fundada por Moncorvo Filho no Rio de Janeiro. Sobre esse assunto, discutiremos na última seção.

Percebemos, até então, que a representação sobre a inspeção sanitária escolar na Parahyba foi gestada por meio de referências nacionais e internacionais

30 A Sumula é citada por Flávio Maroja em artigo de 1913, no Jornal *O Norte*.

em discussão no início do século XX. Tais referências demonstram os esforços em prol da legitimação da ciência médica e, particularmente, da especialidade pediátrica. A legitimação desse grupo de profissionais se deu por meio do discurso que estimulava “[...] cercar a infância de todos os cuidados, pois é nella que residem os maiores perigos do contágio.” (Moncorvo Filho, 1913). Na Parahyba, o medo com relação à tuberculose, ao impaludismo, à ancilostomíase, à difteria, à varíola etc. fez a união dos médicos em torno do IPAI-PB, buscando sempre ampliar a ação dessa categoria social dentro da sociedade, já que os preceitos de higiene escolar precisavam ser experienciados, praticados e apropriados por todos que faziam parte da coletividade escolar.

3 ENTRE PRÁTICAS E APROPRIAÇÕES: A INSPEÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR NA PARAHYBA

Nesta seção, objetivamos compreender como se deu a implantação do serviço de inspetoria médica na Parahyba, iniciada na segunda década do século XX. Para tal intento, nos deteremos nos relatórios apresentados pelos inspetores sanitários escolares, documentos que se encontram na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo (FUNESC), em João Pessoa, os quais foram publicados na Revista do Ensino. Veremos como se davam as práticas dos agentes que faziam a inspeção dos estabelecimentos escolares. Julgamos ser de suma importância analisar as apropriações engendradas por estes agentes, devido aos contatos e às discussões no campo da higiene escolar, processadas tanto em nível nacional quanto internacional.

Tendo esse propósito em mente, notamos que, no século XX, continuavam os longos debates do século XIX relacionados ao desenvolvimento físico, moral e intelectual das crianças que frequentavam a escola, em especial quanto à higienização de corpos e ambientes. A higiene escolar procurava atender a dois propósitos: melhorar as condições físicas do individual (aluno) e do coletivo (população escolar).

O primeiro propósito centra suas ações na preservação da saúde, no asseio pessoal, alimentação, conselhos e punições, advertências aos familiares e bem-estar físico e intelectual dos educandos. O segundo concentra-se nos fatores ambientais como: localização, aquecimento, dimensões, iluminação, ventilação, material didático e mobília dos prédios escolares (Garcia, 1886)³¹. A tarefa era árdua

31 Segundo Antonio Viñao Frago, García era professor de pedagogia da Escola Normal de Profesores de Madri. Como tal, escreveu dois livros: o primeiro fala especificamente da higiene escolar e o segundo sobre pedagogia, no qual retoma a discussão higienista nas escolas (Viñao Frago, 2000). O contato com o texto de Viñao Frago (2000) nos foi possível, devido ao acesso que tivemos ao artigo de Heloísa Helena Rocha, encontrado na base de dados da Capes, por meio do descritor “Inspeção Médica Escolar” (Rocha, 2015). A partir das indicações desses trabalhos, pesquisei sobre o livro “Tratado de higiene escolar: Guía teórico-práctica para uso de los inspectores, maestros, juntas, arquitectos, médicos y cuantas personas intervienen en el régimen higiénico de las escuelas, construcción de locales y mobiliario, adquisición de material científico para las mismas, Madrid, Librería de Her-nando, 1886”, o qual encontrei na Biblioteca Virtual Universal, que fica em Buenos Aires, Argentina.

e necessitava da ação colaborativa de dois campos do conhecimento: o da Medicina e o da Pedagogia.

Os dois campos introduziram noções de higiene na escola. Para seus defensores, a higiene era uma ciência que deu origem a um novo ramo do conhecimento, no caso, a Higiene Escolar. De acordo com García (1886, tradução nossa), a higiene escolar é “[...] la aplicación de los principios y preceptos de la Higiene privada, y en parte pública, a las escuelas y los alumnos que a ellas concurren [visando] “satisfacer las peculiares condiciones del medio en que el niño debe pasar la mayor parte del día, y de la actividad que en él ejerce.”³²

3.1 A “minguada instrucción publica” e a “brilhante inutilidade” da inspeção escolar

No Brasil do início do século XX, a República ainda luta para consolidar as transformações do meio social, político, urbano e administrativo. A saída encontrada para isso foi fazer o que outras nações já vinham fazendo: investir em educação. Na Europa, o primeiro território a organizar uma rede de escola pública foi a Prússia, com o objetivo de construir “um poderoso Estado-nação na Alemanha” (Vlach, 1991). Para Hobsbawn (1990, p. 19), a questão nação desenvolvida no final do século XIX – tendo por base a cultura e a língua padronizada – só foi possível devido “a imprensa e a alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa”. No seu trabalho, Hobsbawn não analisa a América, mas não podemos ignorar o fato de que, no final do século XIX, esse debate esteve na ordem do dia tanto no Brasil como em outras nações da América.

Seguindo esse tipo de pensamento, os jornais da época, da Parahyba – *O Norte*, *A União*, *A Imprensa* –, traziam informações de que, no Brasil, os investimentos para alargar a oferta de educação compulsória em massa foi alavancado pela Liga Brasileira contra o Analfabetismo, criada em 1915 com o objetivo de difundir o ensino para toda a população. Na Parahyba, os investimentos

32 “[...] a aplicação dos princípios e preceitos da Higiene privada, e parcialmente pública, às escolas e aos alunos que as frequentam [visando] “satisfazer as condições peculiares do ambiente em que a criança deve passar a maior parte do dia e da atividade que ali exerce” (Tradução livre).

processados a partir de 1913 se davam pela difusão do desejo de se implantar a Universidade Popular.

Dentro das conferências proferidas a esse respeito, tem-se a discussão sobre a instrução primária no Brasil. Numa dessas conferências, organizada pelo advogado Dr. João Carneiro Monteiro, historicizava-se como o Estado tratava a instrução pública no Brasil desde o momento da chegada dos portugueses.

A Universidade Popular era um movimento identificado “com as políticas governamentais destinadas às camadas subalternas” (Machado *et al.*, 2015). Com essa Universidade, pensavam os intelectuais, a Parahyba do Norte adentraria na tão sonhada modernidade³³ (Machado *et al.*, 2015). Com esse objetivo, foram alargadas as ofertas do campo da educação primária para as “classes pobres”³⁴. A título de exemplo, apresentamos o curso D. Ulrico Sontag, ministrado pela professora Francisca Moura, aberto em 1912. No primeiro ano, informa o articulista do jornal *A União*, a procura foi diminuta. A partir de 1913, porém, houve crescimento na procura pelo curso, pois as aulas eram “[...] dadas à noite e, por isso mesmo, de incontestável vantagem para operários, trabalhadores, creados e creadas, para todos aquelles que só despuzerem de algumas horas de lazer, durante a noite” (Uma Instituição..., 1913).

Os investimentos em educação popular estavam na ordem do dia, naquele momento histórico. Neste sentido, Machado *et al.* (2015, p. 194) nos informam que havia ali uma “urgência em rever criticamente os fundamentos da formação cultural e da educação do país”.

33 Quanto ao conceito de modernidade, inferimos que era um projeto racional idealizado pelos iluministas, pautado no lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Uma experiência que tem como marca a contradição entre produção e reprodução da sociedade da razão. Ela ainda se divide em dois aspectos, modernização e modernismo. O primeiro se caracteriza como um processo empreendedor que transforma a sociedade por meio das inovações técnicas. Já o segundo é dado a ver pelos movimentos das vanguardas, que observa e critica este projeto racional com seus encantos e desencantos (Cf. Berman (1999).

Ver também a modernidade fluida, cuja velocidade com que transforma condutas e comportamentos é tão grande que nos deixa sem referência e sem raiz, ou seja, esta é a modernidade líquida (Cf. Bauman, 2001). Quanto aos autores da região Nordeste, sobre esse assunto destacamos as discussões de Aranha (2001) e Rezende (1992).

34 Segundo Oliveira (2012), “[...] O debate público sobre a educação popular teve relevância enorme nos rumos da sociedade brasileira; assim, outra vez a educação foi eleita como solução para os problemas do país, sobretudo a reconstrução da ordem social via educação em massas, pois o analfabetismo ainda era o mal que entravava o país”.

O debate se ampliava quando se falava nas regras e no modo como se fazia a inspeção escolar na Parahyba. O desejo de reformar a instrução pública passava pela inserção de reformulações nas funções dos Inspectores Escolares. Na prática, esses Inspectores fiscalizavam, emitiam atestado de frequência dos docentes e elaboravam mapas estatísticos. Com o passar dos anos, suas ações sofrem alterações impulsionadas pelas denúncias dos pais que lhes enviavam ofícios “[...] informando a retirada de seu filho da escola por maus tratos, incapacidade de ensino, embriaguez e ou até abuso sexual praticado pelos professores” (Veiga, 2016, p. 8). Dessa forma, “os inspectores precisam dar visibilidade aos cargos que ocupam por meio de trabalho efetivo” (Veiga, 2016, p. 9) e, desse modo, agiram como intérpretes da prática docente e discente. O cargo de inspector era exercido por um indivíduo da confiança do chefe de Estado e, por isso:

[...] ao inspector, como representante legal do governo, coube a função de visitar as escolas para supervisioná-las com o objetivo de acompanhar de perto as atividades desenvolvidas pelas professoras, avaliar o desempenho e o comportamento das mesmas, enviando relatórios ao secretário do interior (Oliveira, 2012, p. 24, sic).

Essas eram as mudanças processadas na função de Inspectores Escolares de Minas Gerais, que também foram assinaladas - guardada as devidas particularidades - pelos intelectuais na Parahyba, no início do século XX. Isso fica bem claro quando, em artigo escrito por Francisco Falcão, intitulado “Instrução Primaria” e publicado no jornal *O Norte* de 25 de setembro de 1912, o autor expõe que a inspeção escolar na Parahyba não passava de “elemento decorativo”. Para Falcão (1912): “Seria uma clamorosa injustiça negar-lhe o epitheto na apparencia tão paradoxal quão profundamente verdadeiro de ‘brilhante inutilidade’ [...]”. As palavras trazidas pelo articulista representam a deficiência na prática da inspeção escolar, pois: “Geralmente o grande papel do inspector escolar, em nossas villas e cidades resume-se no ‘attestado affirmativamente’ posto no certificado mensal dos professores aos quaes garante o recebimento de seus honorarios no thesouro do Estado” (Falcão, 1912). O debate sobre a função de inspector traz a preocupação

com o ensino primário, cuja constituição era “minguada” e desprovida de capacidade técnica.

O artigo deixa transparecer que a legislação educacional estava defasada. A Instrução Primária e o Ensino necessitavam de reformas, e o ponto que causava mais preocupação era o da inspetoria. Segundo referências do texto, a última reforma³⁵, feita pelo Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, Francisco Xavier Junior³⁶ havia criado a Inspetoria Geral e a Inspetoria Regional, as quais se somaram à já existente Inspetoria Distrital.

A ação dos Inspetores Gerais era “util a bôa marcha e moralidade do ensino dado nas escolas de nossa capital” (Falcão, 1912). Já a Inspetoria Regional³⁷, nas palavras de Francisco Falcão (1912), era uma “anomalia do *systema* administrativo” que “[...] implicitamente, afirma[va] que [os inspetores distritais] não se achavam nas mesmas condições de seus outros colegas” (Falcão, 1912).

A visão do autor deixa transparecer uma disputa quanto à organização da Inspetoria Escolar. Em seu texto, Falcão não informa que a Inspetoria Regional foi idealizada para fazer o papel de Inspetoria Técnica, a qual deveria ser levada a efeito por um professor.

35 Em relatório de 1912, enviado ao presidente João Machado, o Diretor da Instrução Pública expõe que “O decreto nº 405, de 3 de março de 1909, estabeleceu medidas concernentes a modificar essa má situação do ensino primário nas escolas. Creou os lugares de inspetor geral do ensino e de um inspetor regional, como auxiliares desta directoria na parte technica, dando-lhes attribuições para fiscalizarem todos os estabelecimentos de ensino. Modificou a inspecção local das escolas publicas, passando essa attribuição para promotor e Almas publicos das comarcas, no interior, e para professores da Escola Normal, nesta capital” (Parahyba do Norte, 1913).

36 Sobre os primeiros anos de escolarização de Francisco Xavier Junior (Pilar, 1853 – Rio de Janeiro, 1935), nada conseguimos apurar. Os dados retirados do jornal *O Norte* e do site do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano nos informam que este inspetor fez curso de humanidades no Liceu Paraibano como pré-requisito para adentrar na Faculdade de Direito. Não concluiu o curso pretendido. Dedicou sua vida ao magistério, sendo professor de Português e Latim, Geografia e História do Brasil. Escreveu um livro intitulado “Lições da Língua Materna”, que foi utilizado nas escolas primárias e Grupos Escolares do Estado bem como no primeiro ano da Escola Normal do Rio Grande do Norte. Foi professor e diretor do Lyceu Paraibano e da Escola Normal e Diretor Geral do Ensino Público. Foi deputado estadual na constituinte de 1891 e, em 1905, assumiu o cargo de prefeito da Capital do estado da Parahyba do Norte. Como prefeito, participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do qual foi presidente de 1908 a 1909 (Cf. Sócios Fundadores do IHGP – Breves notas. Disponível em: https://www.ihgp.net/livros/memorial-do-centenario/9.php#francisco_xavier. Acesso em: 13 jun. 2023).

37 Em relatório enviado ao Presidente João Lopes Machado, o Diretor da Instrução Pública, ao criar a função de inspetor regional, estava ampliando a inspetoria ambulante que deveria ser ocupada por profissional competente em matéria pedagógica. Na realidade, o inspetor regional seria um inspetor técnico. (Parahyba do Norte, 1913).

A intenção daqueles que estavam à frente do processo – leia-se Francisco Xavier Junior e Abel da Silva – era dotar a Inspeção Regional de pessoa capacitada que, passando por concurso, defendesse uma tese sobre tema pedagógico perante a “congregação da Escola Normal”. Não levando em consideração as propostas escritas nos relatórios de Abel da Silva, o professor Francisco Falcão, por intenção de ofender – ou por desinformação, talvez –, apresentava, de forma negativa, a Inspeção Regional. Somado a isso, expõe que o modelo de inspeção escolar adotado na instrução pública da Parahyba trazia influências herdadas de outrora.

Segundo o professor Falcão (1912):

Encargo inteiramente gratuito e confiado em todos os tempos a pessoas desinteressadas e alheias a causas de ensino, o lugar de inspetor escolar foi e continua a ser ainda hoje, antes um titulo ou uma honraria, do que uma função publica propriamente dita. Confiado a principio ao vigario da freguesia, passa depois, não se saber porque, ás mãos do Juiz, do Prefeito, do Delegado de policia até que é, por ultimo, entregue aos promotores publicos, sem causa alguma adiantar com a interessante variedade dos seus depositarios. Dir-se-ia um misero doente, atacado de um mal hereditario e grave, a experimentar, desilludido e sem proveito, sem numero de systhemas therapeuticos.

A Instrução Pública na primeira República (1889-1930) era um campo em processo de legitimação do poder, assim como o campo médico. Para isso, lançava-se mão de uma legislação que era um “[...] dos instrumentos usados pela burguesia liberal para constituir um sistema educacional e adequar a escola pública aos interesses dos grupos hegemônicos no poder e às necessidades da nova ordem social” (Oliveira, 2012, p. 16).

A Instrução era um campo que, sem dúvida, sofria pressões do meio político que improvisava a contratação de agentes sem conhecimento técnico em assuntos educacionais, pelo menos é o que nos informa Francisco Falcão em artigo no jornal *O Norte* de 1912. O texto deixa transparecer que são funções para cujo exercício não se consultam as aptidões técnicas e profissionais dos agentes responsáveis pela fiscalização, pois o hábito da administração se resumia a criar cargos para colocar “um moço nosso amigo”. A intenção dos profissionais da educação era

colocar pessoas com capital cultural, mas, na prática, o que prevalecia era o capital social.

Nota-se com isso que as relações sociais se pautavam muito mais pelos arranjos políticos do que pelo empenho em fazer valer a função pública propriamente dita, com suas regras, conhecimentos e profissionalismo. Não havia como justificar uma função para a qual o agente responsável não se munia dos pré-requisitos necessários para orientar os profissionais fiscalizados.

Ora, cada campo tem suas regras, suas práticas e sua forma de ver o mundo. No campo da instrução, não obstante, as regras pedagógicas não estavam sendo observadas. A Parahyba, para Falcão (1912), ainda não tinha despertado para o investimento em “instrucção popular” que já vinha se processando em São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina. Tais Estados já contavam com um corpo de inspetores que se impunham pelo conhecimento adquirido no campo educacional. Na Parahyba, faltavam inspetores, pois, pelo que se pode inferir das leituras feitas sobre o tema, havia apenas um inspetor geral do ensino e dois inspetores regionais ou ambulantes.

O desejo de modelar o ensino era enorme, mas as condições materiais do estado não permitiam uma organização satisfatória. A área mais prejudicada era a do interior, contando com apenas dois inspetores ambulantes para um território onde vilas e cidades, por falta de estradas, não se comunicavam. Além da impossibilidade de locomoção, os inspetores enfrentavam também a falta de

[...] condições substanciaes para apreciar a maior ou a menor capacidade dos professores sob sua inspecção, para julgar o estado dos edificios onde funcionam as escolas, livros adoptados e o aproveitamento dos alumnos; na impossibilidade de offerecerem instruções aos professores e demonstrarem *praticamente* as vantagens de certo methodo a seguir no ensino de determinada materia [...] (Falcão, 1912).

Se alheios estavam esses inspetores em relação aos métodos educacionais e à capacidade dos professores, imaginemos quão leigos eram em matéria de higiene escolar.

Da citação acima, destacamos o excerto que diz: “julgar o estado dos edifícios onde funcionam as escolas, livros adotados e o aproveitamento dos alunos”. Esses dados apontam para fatores de ordem individual e coletiva analisados pelos médicos inspetores escolares.

Do ponto de vista individual, o Inspetor deveria avaliar o “aproveitamento dos alunos” no desenvolvimento das atividades propostas pelos professores. Quanto ao fator coletivo, deveriam observar as questões ambientais de asseio, iluminação, circulação de ar e as doenças causadas pelo tipo e qualidade dos materiais adotados nas escolas. A esse respeito, advertia García (1886, tradução nossa), a miopia na escola se processava pelo “[...] hábito de fijarse en objetos pequeños, como los caracteres frecuentemente diminutos de los libros, y de no mirar, en la extensión muy limitada de la clase, más que objetos poco lejanos, dispone a esa alteración de la vista [...]”.

Em todo caso, como observamos nos discursos proferidos nos jornais, os problemas de inspeção sanitária eram recorrentes na segunda década do século XX, o que também se comprova por uma denúncia feita pelo editorial do jornal *A União* em 10 de março de 1914, sobre o esgotamento sanitário da Escola Aprendizes de Marinheiro. Nessa denúncia, se lê:

Por varias vezes temos reclamado providencias a quem de direito contra um cano de materias fecaes á rua Maciel Pinheiro, no trecho comprehendido entre o becco do Deserto e a rua das Flores.

[...]

Já não é necessario frisar a circumstacia especial de que os transeuntes têm de obstruir as narinas ao passarem por alli, tamanha é a insupportavel e asphyxiante fedentina que se evola no ar. (Foco..., 1914)³⁸

Quando o Jornal chamou a atenção para os canos estourados, que deixavam as ruas nauseabundas, não informou, porém, onde era feito o despejo dos resíduos. A denúncia, que destinava a responsabilidade do conserto à prefeitura, sugere

38 A referida denúncia foi replicada, com o mesmo título, no dia 11 de março, com uma resposta do Prefeito, Coronel José Bezerra Cavalcante, informando que o reparo da tubulação estourada não era da competência da prefeitura. Segundo a publicação, “Accrescentou que, segundo a opinião de algumas pessoas, o cano pertence á Escola de Aprendizes Marinheiros e como dizem outras pertence á Escola de Aprendizes Artifices” (Foco..., 1914).

pouca preocupação com o asseio da estrutura do prédio escolar. Pelo efeito causado, infere-se que a edificação não contava com uma fossa séptica para o envio das matérias fecais. Este era um problema de saúde pública que provocava a corrupção do ar, levando a população a ser atacada pela “[...] febre de mau carácter [...]” (Foco..., 1914). Isso nos leva a indagar as associações que se produziam dentro da escola quando os sujeitos, que a frequentavam, apresentavam quadro de enfermidade, uma vez que faltava, às escolas da época, uma orientação sobre saúde escolar, logo um médico sanitário que impusesse um regime higiênico capaz de prevenir doenças infectocontagiosas.

Segundo Rocha (2016, p. 45), ao fazer um estudo sobre o desenvolvimento prático da higiene nas escolas na Parahyba de 1911 a 1927, as doenças que mais afetavam o ambiente escolar no ano de 1910 eram: gripe, verminose, anemia, impaludismo, gastroenterite, varíola e meningite. Tomando como referência as estatísticas da Diretoria de Higiene, tais doenças continuaram a grassar pela cidade da Parahyba do Norte durante as primeiras décadas do século XX. Com essas informações, o articulista do jornal *A União* nos leva a concluir que a rua Maciel Pinheiro era um foco transmissor de várias doenças consideradas infecciosas no início do século XX, a exemplo da verminose³⁹ e do impaludismo, as quais demandavam tanto cuidado físico quanto atenção médica e pedagógica.

A constituição do campo médico e pedagógico na Parahyba estava se firmando e isso é notório quando alguns interessados passam a reivindicar a organização das inspetorias médica e escolar. Num primeiro momento a Inspeção Médica não passava de plano de intenção, e a Inspeção Escolar se firmava na prática de instruir sobre a constituição física e mental da criança. Em vista disso, cabe ressaltar a visão pedagógica levada a efeito pelos intelectuais paraibanos por meio das páginas dos jornais. A esse respeito, temos o artigo publicado no jornal *A União* no ano de 1914, intitulado “Escola Moderna”, o qual fazia apropriações de

39 Na Paraíba do início do século XX, os jornais traziam notas e reportagens sobre opilação, ou seja, ancilostomíase, que “[...] é uma infecção transmitida pelo contato com o solo contaminado, causada por parasitos nematoides das espécies *Necator americanus* e *Ancylostoma duodenale*. É uma das formas de infecção crônica mais comum em humanos [...]” (Valente, 2013). Os primeiros registros dos ancilóstomas podem ser encontrado nos apontamentos de Avicena, no século XI, nos quais se chama a atenção para “vermes redondos que provocam uma espécie de anemia” (Rey, 2001).

autores europeus que despertaram “[...] definitivamente o interesse pelo conhecimento preciso da infancia” (Leão, 1914). Esses autores atestavam que a ciência pedagógica tinha seu lugar de destaque nos espaços em que a educação se apresentasse como coisa séria.

Por ella sabem-se as possibilidades, exigencias e capacidades infantis. A vida physica da criança, com a sua estatura, peso, organ dos sentidos, qualidades e defeitos, evolução, crises; a intelligencia, as condições moraes, tudo é estudado e sabido, mais ou menos precisamente pelos methodos lucidos d’esta inestimavel sciencia (Leão, 1914)⁴⁰

Aqui fica claro que o conhecimento dos professores tinha que ir além do pedagógico. Eles tinham de abarcar questões do campo médico. Tal exigência leva Carneiro Leão (1914) a vaticinar que o papel do educador era “mais de higienista do que propriamente de instructor [...]”. Por isso, as primeiras iniciativas para instrumentalizar os educadores no campo da Medicina foram empreendidas dentro das Escolas Normais, por meio da inserção da disciplina de higiene.

Na Parahyba, a cadeira de Higiene foi criada quando, em conversa entre o médico Flavio Maroja e o governador João Machado (1908-1912), “[...] ficou resolvido desmembrar-se da cadeira de história natural da Escola Normal a de hygiene, a que estava ligada esta, com um programma de 4 ou 5 pontos que não comprehendiam o assumpto como deveria ser elle encarado” (Maroja, 1913). A informação, conforme o texto de Flavio Maroja, teria sido acertada no ano de 1910, quando as ideias sobre a inspeção sanitária escolar passaram a ser propaladas nos jornais.

Enquanto a função de Inspetor Sanitário não saía do plano das intenções, o serviço de inspeção higiênica era feito pelos inspetores gerais, regionais (técnicos) e distritais ou por qualquer funcionário público designado pelo governo. A esse

40 Antônio Carneiro Leão foi um advogado, professor e educador brasileiro de origem pernambucana, responsável pelo “ensino de línguas estrangeiras no Colégio Pedro II”. Segundo Chaguri *et al.* (2018), “Carneiro Leão foi um educador que se envolveu na campanha pela formação de professores e pela educação popular. Por se tratar do início do século XX, a educação popular expressava-se por ser uma educação primária, comum, voltada a toda a população, de responsabilidade do governo. Ver Chaguri *et al.* 2022; Chaguri, Machado, 2018.

respeito, o governo determinou que o senhor Alpheu Rosas, oficial do Gabinete da Presidência, visitasse a “[...] escola publica do sexo masculino, que funcciona no predio da Sociedade Artista Mechanicos e Liberaes” (Visitas..., 1914), o qual, de acordo com o editorial do jornal *A União*, constatou que:

Apesar do tamanho regular do edificio, os alumnos cuja matricula é de 85, sendo a frequencia media superior a 65, acham-se agglomerados havendo flagrante deficiencia em material escolar, falta de luz e mais algumas condições imprescindiveis de conforto que requer o funcionamento das escolas modernas (Visitas..., 1914).

A inspeção referendada acima se processou logo após publicação do artigo sobre a “Escola Moderna” escrito por Carneiro Leão, o qual falava tanto de assuntos pedagógicos quanto dos materiais e da arquitetura das escolas. O autor se referia à higiene escolar em seus aspectos individuais e coletivos. Leiamos o que dizia o Professor.

Somente os países que não têm pela infancia o respeito e o cuidado que ella merece não se preocupam com isto, reunindo creanças em predios anti-hygienicos, em casas vulgares as pressas transformadas em escolas. Nós, infelizmente, em quase todo o Brazil, vemos ainda 40, 50 e mais creanças, num sedentarismo doloroso, amontoadas em bancos improprios em salas escuras, sujas, sem luz sufficiente nem ar bastante, como infelizes presidiarios a comprometterem o futuro e a vida (Leão, 1914).

Ao que se vê, os jornais eram veículos que formavam a opinião pública e instrumentalizavam certos agentes nas práticas de seus ofícios. Para Soares Júnior (2015), os “saberes médicos em movimento estavam presos às páginas dos jornais publicados, e, portanto, atendendo apenas a uma pequena parcela da população letrada que tinha acesso aos periódicos”. Em todo caso, era essa “pequena parcela da população letrada” – da qual faziam parte os inspetores escolares – que se apropriava das lições que médicos e educadores postavam nos jornais.

Esses jornais, além de propagadores de informação, são lugares onde se constroem diálogos, debates e polêmicas. Em 1910, por exemplo, quando Abel da Silva – professor, jornalista e inspetor geral do ensino – publicava artigos sobre a

“Reforma do Ensino”, Flavio Maroja lhe escreveu uma carta cujo conteúdo versava sobre a Inspetoria Sanitária Escolar (ISE) (Maroja, 1913). Provavelmente, a intenção era inserir a função de médico sanitaria na reforma do ensino que estava sendo cogitada. O Decreto nº 23 de 1911, que determinava a reforma do ensino primário, ao ser publicado, também trazia algumas orientações a serem seguidas. Em matéria de higiene, podemos citar o artigo 4º onde se lê: “No território do Estado é completamente livre aos particulares o ensino de qualquer grau, ficando apenas sujeito a fiscalização do governo no que diz respeito á hygiene, moralidade e estatística”⁴¹.

O artigo em questão foi ponto de tensão quando se tentou colocar em prática sua normativa, pois, em visita feita ao Colégio Diocesano, por Abel da Silva (Varas..., 1909) este foi informado de que a referida escola era equiparada ao “gymnasio nacional” e já tinha passado pela inspeção federal. Nesse momento, Abel da Silva explicou o dispositivo da Lei da Reforma do Ensino Primário e comunicou que “[...] existe alli um collegio primario, sobre o qual se deveria exercer directamente a minha inspecção” (Varas..., 1909). Após o diálogo, o diretor do estabelecimento escolar autorizou a fiscalização, mas Abel da Silva decidiu não a realizar “[...] procurando delicadamente respeitar a primeira attitude do mesmo director” (Varas..., 1909).

A partir da exposição desses fatos, publicados em jornal, inferimos que outras tensões podem ter ocorrido durante a prática da inspeção escolar, pois colocar em prática as normativas elaboradas pelo Estado era colocar em uso modos de agir e pensar de outras categorias sociais “[...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutos [...]” (Chartier, 1990).

Outra situação envolvendo Abel da Silva diz respeito ao momento em que foi designado diretor das escolas noturnas. Em suas inspeções, viu a necessidade de se criarem escolas nos bairros Jaguaribe e Barreiras, na cidade da Parahyba do Norte. Dessas localidades, assinalava, saíam crianças que se direcionavam às

41 O referido decreto foi encontrado nas caixas com documentação avulsa do governo de João Machado (1908-1912), as quais se encontram na FUNESC.

escolas das ruas das Trincheiras, da Lagoa e da Estrada Nova, todas no centro da capital parahybana. Sem essa providência, não só os serviços de ensino estariam sendo comprometidos mas também os de ordem higiênica. As salas encontravam-se cheias, tanto devido à procura quanto pelas dimensões reduzidas de seus espaços.

O ensino primário – “educação popular por excellencia” (Ferrer, 1914)⁴² – tinha na Parahyba um “aspecto desolador”. Na Parahyba do início do século XX, segundo discurso dos intelectuais que faziam parte do quadro do estado, não havia edificações construídas, especificamente, para acomodar as escolas primárias, mas já se sabia que a escola higiênica e moderna deveria ser orientada em estabelecimentos espaçosos, na qual os alunos recebessem “boa ventilação, luz adequada e outras condições [...] indispensáveis ao seu completo desenvolvimento físico” (Menezes, 1914).

De olho nos ensinamentos postos nas páginas dos jornais, os inspetores iam sendo informados sobre como deveria ser uma escola moderna. Para reforçar essa instrumentalização, se colocavam em prática os artigos 5º e 9º do Decreto nº 23 de 1911, os quais transcrevemos a seguir:

Art. 5º O ensino primario estadual será ministrado em escolas isoladas e grupos escolares, distribuidos de acordo com a população escolar e conveniencias do bem publico.

[...]

Art. 9º Os grupos escolares serão de preferenciados nas sédes de municipio e especialmente naqueles que concorrerem com predio e material escolar convenientes.

Seguindo o exposto, o prefeito da vila de Caiçara⁴³, Antonio Florentino da Costa Miranda (Tota Miranda), que também “exercia as attribuições de inspector

42 Para Ferrer, educador espanhol, a escola era vista como um local que condiciona a criança e o adolescente a obedecerem e crerem nas ideias que predominam na sociedade do início do século XX. Para ele, era necessário introduzir o método da escola moderna, no qual a liberdade e as vontades das crianças seriam respeitadas nos processos de aprendizagem.

43 Caiçara – hoje cidade – foi um povoado fundada em 1760, provavelmente, devido à expansão da criação de gado para os sertões. O nome se refere a um tipo de cerca indígena, a qual foi sendo apropriada pelos criadores de gado e que acabou dando nome à vila que se emancipou em 1908. Sua localização fica à margem do Rio Curimataú, acerca de 143 km da Capital. Sua população era composta pela nação potiguara, e o rio fazia a divisão do território entre potiguaras e tapuias (Cf. História). Disponível em: <https://www.caicara.pb.gov.br/historia/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

escolar” (Parahyba do Norte, 1913), informou ao Diretor da Instrução Pública que “[...] havia concluído a construção de um prédio para grupo escolar na sede do mesmo município, tendo declarado que o havia oferecido ao governo do Estado para tal destino” (Parahyba do Norte, 1913).

A ação do prefeito de Caiçara, no final de 1911, nos adverte para o fato de que os inspetores podiam até não ter formação pedagógica, mas procuravam apropriar-se dos discursos em voga naquele momento. Isso se fazia tanto pelo cumprimento da lei como pelas ideias propaladas nos jornais.

O processo de organização da inspeção escolar do sistema educacional da Parahyba, entretanto, ainda estava longe de se realizar contando com agentes com capacidade técnica comprovada. Nas palavras do professor Francisco Falcão (1912), a função deveria ser exercida por um professor; para o meio político, tais agentes eram escolhidos com base no capital social. E o movimento em prol da inspetoria escolar exercida por profissional de reconhecido capital cultural, iniciado por Francisco Falcão em 1912, foi seguido pelo jovem professor Arlindo Camboim, que escreveu ao jornal *O Norte* para parabenizar os redatores pela “[...] atitude [...] em favor do magisterio parahybano [...]” (Ensino, 1913) e para denunciar “[...] o facto de não serem professores diplomados pela escola normal os individuos escolhidos para os cargos de inspeção do ensino” (Ensino, 1913).

3.2 Em busca da saúde e do bem-estar: a prática da inspeção sanitária escolar

Na segunda década do século XX, os médicos da Parahyba passaram a se preocupar com a saúde da coletividade escolar. Manter a saúde era um dever. Para isso, ajustes no meio físico e social davam a tônica dos debates feitos nos jornais. Esses ajustes foram levados a efeito “[...] graças aos elementos fornecidos pela higiene, [que é a] arte e ciência da saúde” (Sá, 1957). As aglomerações escolares mereciam atenção porque era “[...] um lugar diariamente ocupado, durante muitas horas seguidas, por adolescentes e creanças reunidas [...] em um ambiente onde são desconhecidas por completo as mais comensais noções de hygiene publica e

privada” (Maroja, 1913). Em todo o mundo proliferaram debates, conferências e congressos com o objetivo de discutir a questão da infância, da escola e da higiene.

Em 1903, ocorreu o Congresso Internacional de Higiene e Demografia, onde se “[...] aprovou, por unanimidade, a criação da inspeção médica das escolas [...]” (Lousinha, 2018). A conservação da saúde no espaço escolar se fazia pela implantação de preceitos da higiene escolar. A esse respeito, em 1904, realizou-se, em Nuremberg, o Congresso Internacional sobre Higiene Escolar “[...] onde se estudaram as deficiências de ventilação, de iluminação, de instalações sanitárias e de espaços de desenvolvimento físico (Lousinha, 2018).

Os congressos traziam à lume formas de construção e organização dos espaços escolares, as quais deveriam ser fiscalizadas por pessoal competente. Sobre o Brasil do início do século XX, atentamos para os trabalhos publicados por Balthazar Vieira de Mello que, em 1902, apresentou ao público o livro “A higiene na escola”. Já, em 1905, publicou um artigo na revista *Imprensa Médica*, o qual versava sobre “A inspeção sanitária das escolas” (Rocha, 2015, p. 373). Em matéria de inspeção escolar, o interesse se avolumou – outros artigos foram publicados e conferências foram proferidas. À vista disso, tem-se ainda, os trabalhos de Moncorvo Filho sobre proteção à infância.

Moncorvo Filho, em conferência na Sociedade Científica de Proteção à Infância datada de 1917, ao falar de higiene escolar, fez um histórico do processo de surgimento da inspeção escolar na Europa, colocando a Inglaterra como o primeiro país a criar o Serviço de Inspeção Escolar, em 1900. Sobre Paris, não informa quando começou o serviço, mas chamou a atenção para sua reformulação em 1910 e a ampliação do número de inspetores na capital francesa de 35 para 215. A Alemanha já contava com 700 médicos-inspetores e os Estados Unidos, para Moncorvo Filho, era “irrepreensível” em matéria de inspeção escolar, com “[...] um medico escolar para cada milhar de discentes e só Nova York possui 300 inspetores sanitarios das escolas” (Moncorvo Filho, 1917). O movimento em prol da inspeção médica escolar vinha, havia tempos, se processando na Polônia, na Áustria e na Suécia. Assim sendo, Moncorvo Filho expõe que “quem melhor compreendeu a necessidade” desse tipo de inspeção foi a Bélgica, a Alemanha e a França. Assim,

O exemplo desses tres ultimos paises não tardou em encontrar imitadores em todos os povos cultos do mundo e sobretudo depois dos esforçados ensaios de Emilio Coni, na Republica Argentina, em 1881 e posteriormente do professor Grancher, em Paris, com relação á mais desvelada inspecção medica das escolas, sob vários pontos de vista e maxime da tuberculose, das infecções, da myopia, das deformidades osseas, etc., etc. D'ahi em diante jámais deixou ella de ser uma notoria preocupação dos homens de governo. Não é só as creanças que, com tão proficua medida se procura preservar; os mestres, os professores devem tambem soffrer o beneficio effeito dessa util providencia. (Moncorvo Filho, 1917)⁴⁴.

Seguindo o pensamento de Moncorvo Filho, a instalação do serviço de inspeção médica escolar iniciou-se pela lei nº 778 de 9 de maio de 1910, no Rio de Janeiro. Esse trabalho foi instituído pelo Prefeito Inocêncio Serzedelo Correia (1909-1910), após discussão de uma comissão nomeada para organizar o projeto do serviço de inspeção. Nessa Comissão, ficou acertado que tal serviço receberia o nome de Serviço Sanitário Escolar e não mais Serviço Médico Escolar. A referida comissão era formada por 11 membros, dos quais 10 eram médicos. No grupo, havia a participação dos diretores da Higiene e da Instrução Pública. Por isso, houve um enfrentamento para se determinar em qual Diretoria estaria inserido o Serviço de Inspeção Sanitária Escolar. A esse respeito

ficou assertado *por 10 votos contra um* que o Serviço, de natureza higienista como essa, de verdadeira assistencia escolar, de policia sanitaria, exclusivamente tecnico, só poderia caber, de acordo como o nosso regimen administrativo a repartição que, na Prefeitura, está incumbida de todos os Serviços de Hygiene e de Assistencia Publica (Moncorvo Filho, 1917, grifo do autor).

O Serviço de Inspeção Sanitária Escolar foi alvo de competição entre as duas diretorias citadas acima. E isso ocorreu por dois motivos: por um lado, por ter um carácter higienista e ser efetivado por profissional da área médica, acreditava-se que era um benefício que se enquadraria nas regras da Diretoria de Higiene. Por outro

44 A referência em relação à conferência realizada na Sociedade Científica de Proteção à Infância traz a data de 1907, todavia, ao lermos o texto, constatamos que a data mais acertada seria 1917, pois o texto cita fatos ocorridos em 1914 e 1915, o que impossibilita datá-lo em 1907 (Ver o texto no material digitalizado na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. *Id.*, 1917).

lado, era um serviço que deveria ser exercido dentro de um espaço cuja responsabilidade caberia à Diretoria de Instrução Pública, pois o objetivo era o desenvolvimento da criança em idade escolar.

Esse embate se processou antes da Lei nº 778/10 e perdurou durante cinco anos, quando, em 1915, foi determinado que o serviço ficaria na Diretoria de Instrução Pública. Tal discussão pode ser reflexo dos vários congressos que, desde o início do século XX, discutiam sobre o serviço de higiene escolar.

Como citamos na primeira seção desta escrita, São Paulo seguiu o mesmo caminho e, em 1916 “[...] remodelou a Inspeção Medica Escolar e a transferiu do Serviço Sanitario, a que estava subordinada, para a Diretoria Geral da Instrução Publica, de que passou a constituir uma secção” (Mello, 1917, p. 11).

Transcorridas essas discussões, a Parahyba decide institucionalizar a função de Inspetor Sanitário Escolar no Regulamento da Reforma do Ensino ocorrida em 1917, retirando a função do Serviço de Higiene Pública, como discutimos na primeira seção deste trabalho.

O embate em torno da institucionalização da Inspetoria Sanitária Escolar (ISE)⁴⁵ na Parahyba se deu, no início da década de 1910, pelas páginas dos jornais, quando Flavio Maroja escreveu artigos sobre o assunto ou quando os editores do jornal *O Norte* – muitos dos quais eram professores – apresentaram o mesmo debate.

Ao fim de tudo, a referida inspeção se aloja na Diretoria de Instrução Pública do Estado e, para concretizar esse objetivo na Parahyba, se cria uma nova repartição dentro da Instrução Pública. Isso se processa pela Reforma do Ensino de 1917, cujo Decreto nº 873/17 que a regulamenta dizia, no seu Art. 258: “Essa inspeção será feita por um corpo de medico de livre nomeação do Presidente do Estado”. Seguindo o dispositivo, constatamos que não tínhamos um corpo de médicos, mas apenas a presença do médico escolar José Azevedo Maia, o qual era auxiliado pelo senhor Renato Varandas de Azevêdo. Todo o trabalho de escrituração ficava a cargo do referido auxiliar, e isso podemos constatar pelos documentos que selecionamos para análise.

45 A partir deste ponto, usaremos a sigla ISE, para fazer referência à Inspetoria Sanitária Escolar.

Os registros sanitários confeccionado por Renato Varanda Azevêdo, com base nas visitas que fazia com o Médico Inspetor, dão conta da fiscalização do asseio do espaço escolar, da vacinação e da revacinação dos alunos, contra varíola. Conforme a escrituração dos registros sanitários, as visitas eram realizadas a cada dois meses e se faziam tanto nas escolas primárias públicas municipais e estaduais quanto nas particulares. É interessante notar, na mensagem presidencial de 1918, que Camilo de Holanda (1916-1920) fez uma análise do número de alunos e constatou que “sendo rigorosamente apurada temos apenas 8.926” (Parahyba do Norte, 1918) crianças frequentando as escolas públicas estaduais. A informação se referia apenas a uma parte das escolas do estado, pois os dados referentes às do sertão só chegaram após a emissão da referida mensagem.

O número de alunos era baixo para os investimentos que o estado vinha realizando, concluía Camilo de Holanda (1916-1920), todavia este mesmo número era alto para o trabalho da ISE, órgão onde constatamos a presença de um único inspetor.

À vista disso, orientava Moncorvo Filho (1910): “Cada medico escolar, em boa regra, não deverá ter a seu cargo mais de mil alunos”. Esses quase 9.000 alunos, citados por Camilo de Hollanda, representavam a totalidade da população escolar assistida pela Instrução Pública Estadual. Nos documentos analisados, não encontramos o número de educandos da Capital, especificamente, mas, se levarmos em conta os dados do Almanaque de 1913, constataremos que, desde 1912, o número de educandos nesse território já era significativo.

Havia, na capital, uma população escolar superior a, aproximadamente, 3.000 alunos, pois o Almanaque contabilizava 1.604 matrículas nas escolas municipais e 1.161 nas escolas subvencionadas. Assim, se considerarmos o crescente investimento no ensino primário que, pelo menos no discurso, os presidentes divulgavam, julgamos ser possível que o número de alunos, entre 1912 e 1918, tenha sido o dobro na capital. E, se assim for, o trabalho de inspeção médica estaria comprometido, pois seria impossível levar a efeito todos os exames necessários para confeccionar as cadernetas biológicas.

Com relação aos exames, a documentação estudada, por não estar completa, nos deixa sem ter a clareza sobre os trabalhos de medição e pesagem das crianças.

Conforme Dufestel (1909), o qual foi citado mais de uma vez nos artigos jornalísticos do médico Flavio Maroja, o exame dos alunos consistia em duas partes: primeiro o antropométrico, para observar o desenvolvimento geral, e, em segundo lugar, o fisiológico e o patológico, procurando perceber o estado dos órgãos internos (Dufestel, 1909).

O ofício a que tivemos acesso, o qual foi enviado a José Francisco de Moura – Diretor Geral da Instrução Pública em 1918 –, não fala da caderneta biológica prevista no Regulamento dessa Instituição. O ofício apresenta apenas os assuntos tratados no relatório e não há nenhuma menção às fichas individuais dos alunos, nas quais estariam apresentados os dados antropométricos tão recomendados pelos médicos escolares. Isso não quer dizer, entretanto, que esse trabalho não vinha sendo realizado pelos médicos escolares paraibanos, pois no entendimento do inspetor médico escolar de Paris, o dr. Dufestel - uma das referências em matéria de higiene escolar para Flávio Maroja -, esse exame era fundamental para confecção das cadernetas biológicas.

Dos documentos analisados, cabe ressaltar as informações do registro sanitário, segundo o qual, em sua maioria, as crianças apresentam bom estado sanitário. Por duas vezes, constatamos a “exclusão temporária” de três alunos: um acometido de sarna; nos outros dois, a Inspeção havia identificado feridas pelo corpo. Pelo que observamos, fica evidente que o Serviço de Inspeção estava mais centrado no asseio dos espaços escolares. Constatamos, ainda, vários pedidos de providências, por meio de ofício, para reparos de urgência. O registro sanitário também informa sobre os cumprimentos das solicitações de reparo contidas nos ofícios expedidos.

Dando continuidade às informações dos registros sanitários, verificamos o descumprimento das normativas contidas no Art. 257, citadas anteriormente.

Sobre isso, constatamos que a prática se dava parcialmente, atendendo apenas ao quesito: vigilância do prédio escolar e profilaxia de doenças por meio da “exclusão temporária do aluno”. Pelo menos no documento que analisamos, não observamos qualquer referência ao mobiliário, às medições da altura e do peso dos alunos ou orientações quanto à educação física nas escolas. É certo que muitos

desses dados poderiam estar na caderneta biológica, todavia não conseguimos nenhum exemplar dessa caderneta.

Os indícios levantados nos levam a indagar sobre as apropriações parciais dos trabalhos da ISE na Parahyba, tal qual vinha sendo discutido nos congressos de Educação, Medicina e Higiene Escolar. O documento analisado também não traz informações sobre qualquer fiscalização ou orientação sobre o corpo docente, embora, na linha “b” do artigo nº 257, se determinasse “A inspecção medica dos alumnos e do pessoal”. O material encontrado sobre os primeiros anos da ISE nos leva a inferir a existência de apenas um inspetor médico permanente contratado pelo governo para atender à Capital. O interior continuava a ser atendido pelos inspetores escolares administrativos e técnicos⁴⁶, quando estes eram designados, o que nem sempre acontecia.

Por meio do Ofício nº 20, o Inspetor Escolar informa que algumas escolas

[...] d'esta Capital foram mui visitadas, tendo eu mesmo a ocasião de verificar o asseio nelles existentes, notadamente nos Collegios 'Diocesano Pio X' e Nossa 'Senhora das Neves' como estabelecimentos particulares, e na 1ª cadeira do sexo feminino bem como na 1ª cadeira mixta, como escolas publicas, verificando a cubagem de ar necessaria, a distribuição da luz, etc. tendo tambem o ensejo de affastar temporariamente de algumas escolas certos alumnos por acharem-se soffendo de differentes doenças contagiosas [...] Em muitas escolas eu tive de officiar a essa Diretoria para que fizesse alguns reparos, pois tive até oportunidade de condemnar dois predios escolares; um, porque ameaçava desabar, e o outro, porque não possuia luz e ar necessarios. (Parahyba do Norte, 1917)⁴⁷.

Não sabemos se a medição de ar e luz foi realizada em todas as escolas da Capital. Sabemos que o cuidado com o ar era tema de discussão entre os higienistas escolares. Os debates chamavam a atenção para a “renovação atmospherica” (Parahyba do Norte, 1917) porque as estatísticas das cidades de grande porte apresentavam “grande mortalidade infantil” (Parahyba do Norte, 1917)

46 Notemos que, derivado da pedagogia, havia a ciência da pedologia a qual, segundo Menezes (1914) “[...] mediu a creança, pezou-a, investigou-lhe os defeitos e as virtudes e deste modo mudou a face da escola”.

47 O ofício foi enviado pelo inspetor José Azevedo Maia ao Diretor Geral de Instrução Pública do ano de 1917 (Parahyba do Norte, 1917).

devido à arquitetura das casas onde as pessoas moravam, as quais eram geminadas e sem janelas, o que dificultava a circulação de ar.

Essa informação é emblemática para uma cidade como a da Parahyba do Norte⁴⁸, por ter uma arquitetura de casas conjugadas que serviam de escola. Muitas das escolas da capital e a maioria das do interior são alocadas em casas “sem as necessarias condições de hygiene e conforto” – estas são palavras de João Alcides Bezerra Cavalcanti, Diretor Geral de Instrução Pública do governo de Solon Barbosa de Lucena (1920-1924). Segundo João Alcides:

A falta de predios escolares é culpa que toca a todas as administrações. Só muito recentemente administradores parahybanos começaram a olhar para esse magno problema. Baste dizer que desde o inicio da republica até a presidencia Castro Pinto não se construiu no Estado um só predio para nelle funcionar escola. Esse illustre presidente mandou construir um em Cruz de Armas, suburbio desta Capital. O seu sucessor eventual, o saudoso Coronel Antonio Pessoa, apesar de ter governado numa época de penuria, dotou o Estado do seu primeiro grupo escolar em predio próprio. Coube ao Dr. Camillo de Holanda, antecessor de V. Excia., mandar construir dois grupos nesta Capital, um na cidade de Itabayana e outro em Umbuzeiro e fazer aquisição de uma casa em Espirito Santo para funcionamento das escolas reunidas dessa villa. São estes, afóra o Lyceu e a Escola Normal e o Grupo Escolar Izabel Maria das Neves, os únicos predios escolares da Parahyba! (Cavalcanti; 1921).

O mais lógico a dizer é que os argumentos apresentados acima não passavam de recursos retóricos criados pela oligarquia epitacista que havia ascendido ao poder na Parahyba de 1915. Como apresentamos em outro momento, havia, na Parahyba de 1912, edifícios construídos para a finalidade escolar – como exemplos, basta citar o grupo escolar da vila de Caiçara⁴⁹ e o edifício da vila de

48 A capital da Parahyba, antes de 1930, era denominada de Parahyba do Norte. Após a morte do Presidente João Pessoa, a capital recebeu seu nome, para homenageá-lo.

49 Segundo Francisco Xavier Junior, o Grupo Escolar de Caiçara foi construído pela municipalidade para cooperar com a remodelação do ensino primário. Nas palavras de Xavier Junior: “Logo que aquella autoridade municipal o poz á disposição do governo do Estado, por determinação da V^a. Exc^a. Mandeí o mobiliario de que, na occasião, podia dispor e determinei que as duas escolas publicas d’aquella villa fossem installadas no referido predio. Em dias deste anno visitei esse estabelecimento. Consta de tres salas bem arejadas e espaçosas para aulas, dois gabinetes, area de recreio dentro de muro, com separação, para os dous sexos, havendo no fundo do quintal dous water-closet. A localização do edificio é em sitio conveniente dispondo de terreno para de futuro ter mais amplas acomodações” (Almanack da Parahyba (AP). Ano: XI. Parahyba do Norte. Parahyba: *A União*, 1913.

Alagoa Nova, que foram cedidos ao Estado com o objetivo de reunir as escolas públicas das respectivas localidades.

Após essas postulações, passemos a falar das orientações dada pelos médicos higienistas para a construção de um edifício destinado à população escolar.

A primeira instrução se dava em relação ao tipo de solo. Recomendava-se ser um terreno composto de calcário, para facilitar o escoamento das águas. Se a escola estivesse em terreno composto por granito ou argila, o solo seria mais permeável e produziria umidade no ambiente. Na época, se dizia: “A umidade é o maior perigo duma habitação e favorece a manifestação de todas as molestias infecciosas principalmente a diphteria e a tuberculose” (Hygiene, 1921). Para melhorar ainda mais o espaço a ser construído, tinha-se que se observar o clima e a incidência de sol, pois a luz solar se configura como um depurador natural de germes. Por esse motivo, recomendava-se que a escola fosse isolada, para receber luz pelos quatro lados, “porém como essa disposição é rara, a escola é geralmente rectangular” (Hygiene, 1921).

O conhecimento sobre o clima ajudaria no posicionamento da escola, que deveria receber luz e ventilação apropriadas. O ideal seria a renovação permanente do ar nas classes ou salas de aula. Por isso, acreditava-se que: “A cubagem do ar deve ser para cada criança de 5 metros e esta cifra ainda é insuficiente se não houver boa ventilação” (Hygiene, 1921).

Ora, aqui podemos imaginar como seria o ambiente nas salas das escolas que funcionavam em casas não projetadas para tal finalidade. A esse respeito, um articulista do jornal *O Norte*, com o codinome D’Arsonval, que segundo Rocha (1916) “dava voz [...] às ideias do médico Joaquim Gomes Hardmam”, expõe o que aconteceria ao indivíduo que decidisse entrar no ambiente escolar: “Quando na escola, entramos em uma sala de 40 alumnos, toda fechada, após meio hora sentiremos um cheiro desagradavel e mesmo experimentamos um certo obstaculo na respiração” (Hygiene, 1921).

Os textos apresentados nos jornais da época demonstram as apropriações de estudos de médicos estrangeiros – europeus e norte-americanos – que explanavam

sobre higiene escolar. Com relação à cubagem do ar, o articulista do jornal *O Educador* cita que “Axel Key⁵⁰ determinou o número de metros cúbicos de ar que devem ser renovados, por ventilação, para um só aluno, durante uma hora, a fim de que a proporção de ácido carbônico do ar da classe não exceda 1 para mil” (Hygiene, 1921). Os higienistas estavam preocupados com o ar viciado pelos “gazes intestinais, [e] as secreções sudoral” (Hygiene, 1921). Segundo o articulista, “O ar viciado é tóxico como os anestésicos e produz um retardamento nas funções de nutrição; torna-se irrespirável e possui uma ação especial sobre o cérebro, principalmente se opondo a atenção” (Hygiene, 1921). Uma escola com ar viciado, sem mobília adequada e sem higiene não estava apta a criar um ambiente adequado ao “desenvolvimento físico, intelectual e moral” (Hygiene, 1921) determinados pela higiene social.

Nas palavras de Carlos Sá⁵¹ (1957, p. 23), a higiene está dividida em três seguimentos: individual, geral e social. De acordo com o editorial de 1921, no artigo intitulado “Hygiene” publicado no jornal *O Educador*: “O papel da higiene social é

50 De acordo com Brás (2008), era professor de fisiologia na Suécia e fez estudos relacionados a higiene intelectual quando discorre sobre a fadiga nos alunos suecos. E isso, podemos acrescentar, seria prolongado num ambiente com pouca renovação do ar, o que desfavorecia o desenvolvimento intelectual na infância.

51 Para falamos de Carlos Accioly Sá, usamos uma citação de Neves (2016), a qual nos informa que este médico “[...] nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 9 de março de 1886. cursou o ensino primário e secundário em sua cidade natal. Em 1907, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese *A hiperemia passiva como agente terapêutico*. Estudou também na França e na Alemanha. Cerca de 20 anos depois, fez um curso de aperfeiçoamento em saúde pública nos Estados Unidos. Em 1908, lecionou medicina legal na Faculdade de Direito do Ceará. Em 1909, atuou na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Em 1915, foi nomeado, por meio de concurso de provas, médico veterinário do Ministério da Agricultura. Publicou durante cinco anos na Revista de Veterinária e Zootecnia, sendo o primeiro a identificar e descrever no Brasil a septicemia hemorrágica dos bovinos. Em 1921, ingressou no Departamento Nacional de Saúde Pública, através de concurso. No DNSP, foi diretor de Saneamento Rural no Rio de Janeiro e em Sergipe, e, entre 1942 e 1944, na Prefeitura do Distrito Federal. Em 1924, criou os “Pelotões de Saúde”. Em 1923, foi contratado pela antiga Escola Normal do Distrito Federal como professor de Higiene, e foi também o último diretor da Escola no ano de 1931. A Escola Normal foi transformada em Instituto de Educação e Carlos Sá foi o primeiro diretor da Escola Secundária. Foi nomeado professor catedrático do Ensino Normal por meio de concurso de títulos. Nesse período, foi também designado a lecionar biologia educacional na Universidade do Distrito Federal. Carlos Sá atuou no Ministério da Educação e Saúde como diretor da Comissão de Alimentação entre os anos de 1939 e 1942. Lecionou Higiene na Escola de Serviço Social e na Escola de Enfermeiras Luiza de Marsillac; Higiene e Saúde Pública na Escola Ana Nery; e Higiene Escolar no Instituto Social do Rio de Janeiro. Foi membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, na qual dirigiu, em 1942, o Curso de Aperfeiçoamento para as professoras primárias, do qual resultou o livro *Higiene e Educação da Saúde*. Sá publicou também vários outros trabalhos sobre higiene, além de uma biografia de Francisco Sá e alguns poucos livros de poesia.

proteger o indivíduo nas colectividades e defendel-o dos perigos da molestia que o ameaça”.

A higiene das crianças nas coletividades escolares “é um dos ramos da sciencia, o mais importante, porque prepara para o futuro as gerações vigorosas” (Sá, 1921). E, como vimos discutindo, os profissionais habilitados para esse ramo da ciência médica são os inspetores sanitários escolares, que se orientavam, para tal fim, pelos congressos, livros e artigos publicados a esse respeito.

Na leitura de Rocha (2015, p. 387), muitos médicos-higienistas brasileiros se espelhavam no modelo de inspeção escolar belga, conforme se confirma nas palavras do médico Clemente Ferreira, que assevera:

A Bélgica é um dos países mais adiantados neste particular. Em Bruxelas, Antuérpia, Louvain, Liège e outras cidades do próspero reino têm sido nomeados médicos para manterem constante vigilância sobre as condições sanitárias das escolas, examinarem as plantas dos edifícios para instalações escolares, superintenderem a execução das regras relativas à disposição da luz, à ventilação e ao aquecimento, inspecionarem as condições físicas e mentais dos alunos, providenciarem para que os casos de moléstias contagiosas sejam isolados nos domicílios dos alunos,(sic) e que os regulamentos sobre desinfecção sejam observados, determinarem quando se acham de todo restabelecidos os alunos afetados de moléstias transmissíveis, fixando o momento de seu regresso à escola, instruírem os professores sobre os primeiros sintomas de tais moléstias e ensinarem-lhes os primeiros cuidados nos casos de acidentes. Ultimamente foram nomeados dentistas e oculistas para examinarem sistematicamente os alunos (Ferreira *apud* Rocha, 2015, p. 387)⁵².

É justo frisar que, na Parahyba de 1917, a seção de saúde escolar era composta apenas por um médico; não havia a organização de um serviço completo que levasse em conta outros profissionais com o intuito de melhorar as ações. O que tínhamos na Parahyba eram apropriações que se guiavam pelo aparato econômico do Estado, pois este era um dos estados mais pobres da federação, logo sem

52 A citação torna-se imprescindível na confecção deste trabalho, pois demonstra que, além da Alemanha, França e Inglaterra, a Bélgica também era centro irradiador de ações da higiene escolar, as quais estavam sendo apropriadas pelo Brasil (Rocha, 2015, p. 387).

condições de colocar em prática todos os preceitos e a quantidade de profissional adequada.

Não vimos, na documentação estudada, muitos indícios de análise das condições mentais dos alunos nem orientações aos professores. Os indícios encontrados nos levam a acreditar que a discussão sobre as especialidades médicas no serviço sanitário escolar ficou para década de 1930, quando ocorre uma reformulação na organização da Inspeção Sanitária Escolar (ISE). Por esse motivo, julgamos ser necessária uma discussão sobre o Serviço de Inspeção Escolar de 1930, o que faremos na próxima subseção.

3.3 O Serviço Sanitário Escolar na década de 1930

No transcurso da década de 1920, o que sabemos da ISE na Parahyba evidencia-se nas páginas do Jornal *O Educador*, que ora traz relatórios da Diretoria Geral de Instrução Primária ora publica artigos sobre higiene escolar. Não conseguimos encontrar os relatórios do Inspetor Sanitário, que continuava sendo Azevedo Maia. Em relatório de 1921, publicado no Jornal *O Educador*, João Alcides Bezerra Cavalcanti – Diretor da Instrução Pública – comunicava ao presidente Solon de Lucena (1920-1924) que o inspetor sanitário, Azevedo Maia, propôs em relatório “[...] diversas medidas para o bom êxito dos importantes serviços a seu cargo”.

Os documentos específicos da Inspetoria Sanitária são escassos. Mesmo assim, por meio das mensagens presidenciais, é possível perceber, todavia, que os governantes da Parahyba estavam preocupados com a saúde escolar. Assim, com relação à Escola Primária, João Suassuna (1924-1928) vaticinou que: “A escola primaria é, mais do que o curso secundário, um elemento de primeira ordem na formação mental e moral da nacionalidade” (Parahyba do Norte, 1925). Vê-se que o interesse do campo político era combater o analfabetismo e, ao mesmo tempo, criar, já na infância, uma identidade nacional republicana. O governo de João Suassuna procurou desenvolver a educação, enfatizando a necessidade da prática, para isso investiu no ensino profissionalizante.

Para promover a educação, João Suassuna fez a remodelação do Regulamento proposto pelo Decreto 873/17. Os tempos eram outros, e para “[...] o bom andamento do ensino publico primário, já não satisfaz alguns dispositivos do actual regulamento, elaborado dez anos atraz [...]” (Parahyba do Norte, 1925)

Com o objetivo de atualizar o ensino público primário, foi expedido o Decreto 1.484, de 30 de junho de 1927, trazendo uma novidade com relação ao corpo administrativo dos grupos escolares. Além do diretor, zelador e porteiro, introduziu-se, no ambiente escolar, a figura do Inspetor de Alunos. O texto do Decreto assim rezava:

Art. 47º. A – São deveres da inspectora de alumnos:

- a) – Assistir a chegada dos alumnos e tê-los sob sua vigilância enquanto tiverem presentes nos professores;
- b) – Ter cuidadosa fiscalização nos alumnos quando fóra das classes;
- c) – **Prestar toda cooperação para os professores para que os alumnos zelem e tragam asseados o mobiliário do edificio escolar;**
- d) **Orientar os alumnos do modo como devem conservar os aparelhos sanitários e lavatórios;**
- e) - Ter sob sua guarda os boletins mensais dos alumnos e fornecer aos professores o material escolar de que lhes necessitem, tendo o cuidado de repol-os em seu logar quando desocupados; (Advíncula, 2012, p. :72, grifo nosso).

Bem se observa que as atribuições concernentes à higiene não ficavam restritas ao campo médico. O inspetor de alunos auxiliava os professores, orientando os escolares sobre a conservação e asseio do mobiliário, dos aparelhos sanitários e lavatórios. A cargo dos médicos, provavelmente ficavam as inspeções nos corpos dos alunos – para identificarem doenças infectocontagiosas – e a orientação do pessoal administrativo, sobre as medidas de higiene no meio escolar.

Durante a presidência de João Pessoa (1928-1930), não encontramos nenhuma referência à ISE. Apesar disso, no Decreto de nº 1.561 de 1 de março de 1929, o Presidente institui novas diretrizes para Escola Normal e justifica a novidade por meio da mensagem presidencial: “Procurei, pois, simplificar esse ensino, sem prejuizo de sua utilidade pratica, com o desenvolvimento das materias que os futuros

professores terão de ministrar e exclusão das que tornavam o curso sobrecarregado e complexo” (Parahyba do Norte, 1929, p. 57).

Assim sendo, cabe lembrar que, quando analisamos os mapas das cadeiras da Escola Normal de 1929, verificamos que a cadeira de Higiene não constava na documentação. Não queremos dizer com isso que tenha sido excluída, o mais provável é que tenha voltado a fazer parte da cadeira de História Natural, como ocorria em 1910, pois, segundo João Pessoa, “com a redução das cadeiras desdobradas, foi realizada uma apreciável economia para o Estado” (Parahyba do Norte, 1929). Desse período em diante, não temos informações sobre a ISE.

Notemos que, em 1930, a Parahyba encontrava-se convulsionada pela Revolta de Princesa⁵³, o que certamente trouxe problemas financeiros para o Estado. João Pessoa foi assassinado e a Revolução de 1930 passou a ser gestada pelos participantes da Aliança Liberal, que perderam as eleições de 1929, para as quais estavam aliados os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Findo o processo revolucionário, Getúlio Vargas passou a governar o país e, à vista disso, uma nova estruturação é dada ao Estado brasileiro. Interventores são nomeados para administrar os Estados. Na Parahyba, a intervenção ficou com José Américo de Almeida, que, ao mesmo tempo, assumiu o Governo Central do Norte. Neste último cargo, que era compartilhado com Juarez Távora, buscava estruturar a centralização do poder arquitetado por Getúlio Vargas em 1930. Para esse fim, Almeida e Távora “[...] percorreram os Estados da região para nomear os novos governadores, agora com a função de interventores federais [...]” (Silva, 2015, p. 74). Logo em seguida, Almeida foi convidado por Vargas para ser Ministro da Viação e Obras Públicas e, para seu lugar, na Paraíba, escolheu Anthenor Navarro, o qual se destacava “[...] como um dos principais ‘revolucionários’ do Estado, foi ele o responsável por dar continuidade ao processo de centralização idealizado por Getúlio Vargas [...]” (Silva, 2015, p. 77). Na caminhada rumo à centralização do poder nas esferas do Estado, Anthenor Navarro restringe o poder local (Santos

53 A Revolta de Princesa foi um levante empreendido pelo Coronel José Pereira Lima da cidade paraibana de Princesa contra as ações administrativas do governo de João Pessoa no ano de 1930, tendo o coronel decretado o Território Livre de Princesa, reconhecendo apenas Washington Luís como autoridade política, econômica e administrava (Caminha, 1978).

Neto, 2007). Para isso, seu governo investe no “controle do Estado sobre a educação” (Santos Neto, 2007). Sua

[...] administração fazia do problema do ensino o objecto de suas melhores cogitações, e podemos testemunhar a sua acção decidida e eficiente em pròl da causa em que se firma a base da grandeza de todos os povos. A administração do dr. Anthenor Navarro trouxe ao ensino popular as medidas mais acertadas. Haja visto o controle do ensino primario feito por elle, transformando a instrucção municipal antiga, onde se alojava o filhotismo politico da desgraçada orientação que levou o Brasil á indesejavel situação economica em que se encontra, em serviço de verdadeira utilidade publica; a criação de um corpo de fiscaes technicos tornando o ensino mais eficiente; a diffusão de escolas por todos os recantos do Estado, procurando installal-as em predios adequados com mobiliario preciso (Revista do Ensino, 1932, p. 91).

A administração de Anthenor Navarro continuou, de certa forma, o que outras administrações já vinham fazendo – investiu no ensino primário, construindo prédios escolares adequados para o desenvolvimento da pedagogia moderna. Ainda que buscasse corresponder às expectativas do modernismo, “Um problema, porem, dominava os demais: – é a saúde e o vigor physico dos alumnos” (Parahyba do Norte, 1925), como bem alertava João Suassuna em 1925.

Ampliar as ações de higiene escolar se fazia necessário. Por esse motivo, em 1931, Anthenor Navarro criou o Serviço Sanitário Escolar. Em comparação com a repartição de ISE de 1917, o novo serviço trazia uma especialidade médica, ou melhor, apresentava à população uma clínica dentária que estava instalada na Escola Normal.

Com a nova República, outros atores sociais aparecem para evidenciar suas práticas – como exemplo, temos o médico Severino Patricio, que se apresentava como Inspetor Médico Escolar em 1931. De acordo com o referido inspetor, conforme texto publicado na Revista do Ensino de 1932 “A inspetoria [...] vem funcionando normalmente [...] prestando todo o auxilio possível aos escolares

despresados pela fortuna”. As palavras do Inspetor escamoteiam as ações empreendidas pelos governos anteriores e ainda apresentam a seguinte assertiva:

Para diminuir esta grande responsabilidade, os professores se batiam com verdadeiro denodo, pela criação de um serviço de assistência aos nossos jovens, desamparados criminosamente pelos poderosos de então. A campanha contra estes males está apenas esboçada, o pouco que temos feito nada representa em face do muito que temos á fazer, emfim já iniciámos e oxalá que os futuros governos sigam, no assumpto, a roda traçada pelo actual Interventor Federal (Patricio, 1932, p. 21).

O trecho traz um pedido para que não haja descontinuidade nos trabalhos de inspeção médica escolar. O médico apelava para que futuros interventores não descurassem da saúde escolar. A Revista do Ensino, na qual Severino Patricio apresentava a movimentação do Serviço de Inspeção, trazia também a informação de que uma sucessão governamental estava em processo, devido à prematura morte de Anthenor Navarro. O novo interventor seria Gratuliano de Brito (1932-1934) que, anteriormente, ocupava o cargo de Secretário do Interior. Para Severino Patricio, se fazia premente continuar dando assistência aos escolares, pois

Ha bem poucos annos, a visita a uma escola constituia verdadeiro constrangimento para quem a isto se dispunha; aqui, um alumno cheio de feridas, anemiado e desnutrido pela falta de quota alimentar sufficiente para o seu desenvolvimento physico; alli, um outro escolar com sarna, aphtalmia, hypertrophia de amygdalas ou vegetações adenoides, adormecido e indolente, indifferente a tudo, demonstrando atraso pedagogico e fadiga constante devido aos hospedes impertinentes, que a pouco e pouco iam acabando as miseraveis energias dos seus órgãos depauperados (Patricio, 1932 p. 22).

Diante da agravante situação, Severino Patricio deixa claro que a escola necessitava dos conhecimentos do campo médico – que em 1930 já se encontrava dotado de certo poder legitimador – “para orientar os pedagogos e dotar a educação de teorias e práticas científicas” (Stephanou, 2006). Para Stephanou (2006), o olhar questionador dos médicos se fazia nos exames e testes que realizavam “como

demonstrações do alcance da ciência”. A ciência médica avançava e dava suas “contribuições para dotar a educação de mais eficiência e sintonia com as urgências de seu tempo” (Stephanou, 2006), gerando “uma efervescência de discussões inéditas em torno da missão educativa da medicina e do estatuto científico da pedagogia”.

Tomando como base a citação acima, a preocupação dos médicos era com a saúde escolar. Para isso, promovia-se a profilaxia ativa que, segundo Silva (2017), no pensamento de Oscar Clark⁵⁴, tinha “[...] por objetivo principal a prevenção, que poderia se desdobrar em ações de cura (clínicas) para evitar a gravidade dos casos mórbidos e o seu percurso social, afetando a saúde pública” (Silva, 2017, p. 27). Por outro lado, Severino Patricio, no texto publicado na *Revista do Ensino* de 1932, não só deixa transparecer o objetivo da prevenção mas também, de certa forma, denuncia a miséria em que viviam os escolares na Paraíba, os quais apresentavam deficiência alimentar, trazendo comprometimento ao desenvolvimento físico. Esses são sinais de que a medicina ampliava cada vez mais seu campo de ação.

Se até a primeira década do século XX o objetivo era a limpeza do corpo citadino, a partir de 1910 os discursos irão voltar-se também para o indivíduo. Isso se relaciona com “[...] uma medicina bastante afetada pelas descobertas da bacteriologia, pelos conhecimentos da natureza microbiana de diversas doenças e dos mecanismos de transmissão [...]” (Silva, 2017). A bacteriologia declarava que a doença tinha uma influência específica, sendo causada por um agente patológico, microscópico ou não. Com isso, deitava-se por terra a predominância da vertente higienista que apontava os miasmas como agentes causadores das doenças. A mudança do paradigma higienista, processada entre o final do século XIX e início do XX, trouxe cientificidade ao campo médico e apregoava que

(...) durante muitos séculos, permaneceu a higiene em estado de verdadeira letargia, do qual o espírito prático dos clínicos ingleses veio despertá-la já em meados do século XIX. A nova ciência sanitária surgiu, porém, com outra finalidade: combater as doenças. É extraordinário como os clínicos ingleses, antes da era de Pasteur,

54 Oscar Castello Brando Clark era um médico piauiense que se formou em 1910 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o qual via a educação como “uma extensão de um sistema de saúde pública” (Silva, 2017)

aceitavam a concepção do contágio vivo, que espalhava epidemias, principalmente nos meios pobres e imundos, e compreenderam a necessidade de combatê-lo por meio da limpeza das cidades. (...) Mais tarde, com o advento da bacteriologia, cuidou a higiene, diretamente, de combater as causas da doença, que ela há pouco desvendou. Só então foi aplicada a higiene do médico (Clark, 1940 *apud* Silva, 2017, p. 79-40).

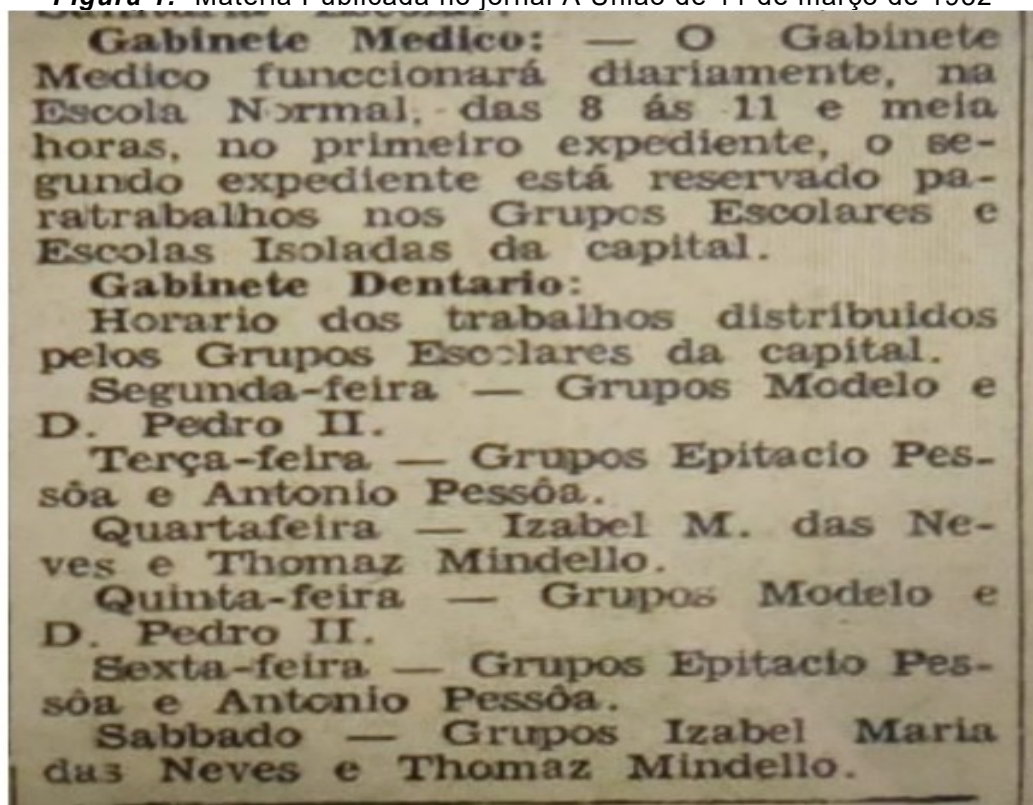
Identificar as doenças e fazer sua profilaxia era a tarefa dos médicos escolares. Para esse propósito, examinavam os corpos dos agentes que frequentavam o ambiente escolar. Na Paraíba de 1930, o jornal *A União* passou a expor informações sobre a ISE. Os trabalhos de acompanhamento do educando iniciavam-se na primeira semana de fevereiro, pois, segundo o editorial, o Regulamento do Serviço Médico Escolar determinava que “[...] Todos os menores candidatos á 1ª matrícula nos estabelecimentos de ensino primario da Capital deverão no acto da inscrição, exhibir o boletim sanitário que será fornecido, gratuitamente pelo encarregado do mesmo serviço” (PELA INSTRUÇÃO, 1932). O aviso denuncia o caráter excludente da escola, pois só poderiam fazer parte desse espaço as crianças que se enquadrassem nas normas e valores definidos pelo campo médico.

À vista disso, Monticelli (2014) explica que exclusão “[...] é o processo que impede o acesso aos níveis de participação social, processo que desqualifica uma nação, um grupo ou um indivíduo”. Excluídos estavam aqueles que não se moldassem ao discurso médico higienista e civilizador. Era preciso moldar a cultura dos agentes aos padrões ditados pelos médicos e deixar de lado gestos e atitudes indesejáveis que desfiguravam o modelo de sociedade desejada. O projeto civilizador do pós-revolução de 1930 centrava esforços nas questões sanitárias e defendia que todos os entes federativos – União, Estados e Municípios – deveriam estar envolvidos nos atos de exclusão de tudo o que fosse prejudicial à saúde coletiva. Essa preocupação se fez presente até mesmo na Constituição de 1934, na qual se percebe que o governo, na sua ânsia por centralizar o poder, procurou compelir União, estados e municípios a coadunarem forças em matéria sanitária.

A Constituição de 1934, no seu artigo 138, visou discutir temas como: amparo aos desvalidos, educação eugênica, maternidade e infância, socorro a

famílias numerosas, proteção à juventude, restrição à natalidade e à morbidade, impedimento à proliferação de doenças e cuidados com a saúde mental (Potelli, 2012). Cuidar da infância e extirpar as comorbidades que afetavam o meio escolar, local onde esse grupo passava a maior parte do tempo, era tarefa de suma importância a ser verificada pelos médicos escolares. Para que os médicos continuassem esse trabalho, no mês de março, o editorial do jornal “A União” informou à população que os atendimentos desse mês e de abril de 1932 seriam distribuídos conforme o que expomos na Figura 01 a seguir:

Figura 1: Matéria Publicada no jornal A União de 11 de março de 1932



Fonte: Jornal 'A União', 1932

Na edição do dia 8 de maio de 1932, o jornal A União traz o resumo dos trabalhos realizados nos meses de março e abril. Um total de 117 alunos novatos passou pela confecção de ficha sanitária. De acordo com esse resumo, 8 professores foram examinados e 107 alunos passaram por reavaliação. Quanto às doenças, a contabilidade identificou: 46 alunos em boa saúde, 10 casos de

hipertrofia nas amígdalas, 2 com adenoide, 12 com sífilis hereditária, 2 acometidos de problemas no aparelho respiratório e 2 com patologia no aparelho circulatório. Os alunos que foram diagnosticados pertenciam aos seguintes estabelecimentos escolares: Escola Normal, Grupos Escolares Modelo, Isabel Maria das Neves, Antônio Pessoa, Epitácio Pessoa, Santo Antonio e Thomaz Mindello, acrescente-se, ainda, a Escola Rudimentar da Graça. Observemos que as escolas visitadas não batem com o horário acima exposto. Vários grupos escolares ficaram fora da contagem e nenhum colégio particular foi citado nesse resumo. Ao analisar o documento, percebemos que, em 1932, além de diagnosticarem as doenças, havia também uma preocupação com a nutrição dos educandos. Dos 8 estabelecimentos contados, 49 crianças apresentavam boa nutrição, 11 estavam em situação regular/aceitável e 1 em má situação (em quadro de desnutrição). O resumo ainda se torna significativo por trazer outras apropriações parciais de serviços que, desde o início do século XX, já estavam sendo aplicados em nível nacional e internacional. Registra Clemente Ferreira, em 1909, ao referendar o modelo de Inspeção Médica Escolar da Bélgica, que: “Ultimamente foram nomeados dentistas e oculistas para examinarem sistematicamente os alunos” (Rocha, 2015, p. 387). Havia, portanto, um alargamento das especialidades médicas. Ainda assim, na Paraíba, embora se debatesse o problema da miopia a especialidade médica que tratava desse assunto não fazia parte do Serviço Sanitário Escolar. Para justificar tal descompasso, entre o discurso e a prática, O mais acertado seria olharmos o fato pela ótica de João Suassuna (Parahyba do Norte, 1925, p. 128) que, em mensagem presidencial, advertia: “os defeitos capitais do ensino primario, entre nós, são, antes de tudo, é força repetir, uma questão orçamentaria”.

Mesmo sem um grande orçamento, o número de educandos aumentava a cada ano, como mostra a Revista do Ensino de 1932, pois a Paraíba contava com número de matrículas de 22.197 alunos (INSTRUCÇÃO, 1932, p. 89). Quando, todavia, se procura o registro de frequência, constata-se que os números se reduziam a 14.716. Se examinarmos apenas a Capital, levando em conta as escolas públicas e subvencionadas, temos um total de 4.264 (Revista do Ensino Instrução, 1932, p. 62) matrículas, o que diverge da frequência, cujo número cai para 3.011

Dos estabelecimentos escolares visitados entre março e abril 1932, não observamos, em nossa análise, menções ao asseio dos espaços. O olhar médico direcionava-se aos corpos individuais em idade escolar. Sobre isso, temos a estatística da clínica dentária, informando que 285 alunos foram examinados. Desse total, 54 eram de novos pacientes fichados, o restante seria de alunos que já vinham sendo acompanhados pelo médico dentista. A maior parte das visitas à clínica dentária ficaram assim apresentadas: obturações diversas: 194; obturações de canal: 18; extrações de dentes permanentes: 111; extrações de dentes de leite: 63. Do total de atendimentos dentários, 14 receberam alta por conclusão do tratamento. As novidades da nova organização da ISE iam além do médico dentista, “[...] contou ainda com o serviço de laboratório e farmácia”. A título de exemplo, expomos o resumo dos serviços da ISE nos seis primeiros meses de trabalho, confeccionado por Soares Júnior (2015, p. 208):

Figura 2: Resultado da Inspeção Sanitária Escolar entre 1931 e 1932

Sadios	52
Nutrição:	
Bôa	78
Regular	104
Má	15
Cárie dentária	171
Hypertrophia das amígdalas	151
Vegetações adenoides	3
Syphilis	7
Affecções dos olhos (trachoma)	3
Affecções do aparelho respiratório	10
Affecções do aparelho circulatório	3
Vacinações anti-variolicas	107

Fonte: Soares Júnior, 2015

Ao fazermos uma comparação dos dados contidos na Figura 2 e o resumo bimestral de 1932 apresentado no Jornal *A União*, observamos que, provavelmente, houve uma divisão para exames nos estabelecimentos escolares. Em 1931, a Inspeção pode ter privilegiado os colégios subvencionados pelo Estado, já que não os encontramos catalogados nos serviços de março e abril de 1932, o que se

justifica, pois, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1917 – que continuava em vigor na década de 1930 – no seu Art. 4º: “O ensino de qualquer grau pode ser livremente ministrado por particulares ou associações, ficando apenas sujeitos á fiscalização do govêrno no que concerne á hygiene, moralidade e estatística”.

Para um melhor entendimento do leitor, basta analisarmos o total de fichas sanitárias feitas nos seis meses de trabalho (275) e deduzirmos as fichas do mês de março/abril (117), de 1932. Assim, indagamos: As 158 fichas restantes poderiam ser colocadas no ano de 1931? Achamos pouco provável, já que, em fevereiro de 1932, o Inspetor esteve atendendo na Escola Normal a “todos que o procurassem” e algumas fichas devem ter sido elaboradas naquele momento. O trabalho era deficiente, pois, nesse ano de 1932, foram fichados 548 alunos, numa capital que registrava a frequência de 3.011 escolares. A esse respeito Soares Júnior (2015) expõe:

O Dr. Severino Patrício, médico responsável por visitar as escolas da Paraíba e atender individualmente aluno por aluno considerou que a inspeção sanitária do ano de 1932 fora deficiente. Dentre os motivos alegados pelo esculápio estava “possuir o Serviço para todos os encargos da Inspeção um médico e uma enfermeira visitadora”. Fato que inviabilizava o atendimento a todas as escolas e alunos do estado. A principal função dessa inspeção era visitar as escolas públicas e consultar professores e alunos anotando todas as informações biomédicas numa ficha sanitária. No ano de 1932, vinte e cinco professores foram atendidos e quinhentos e quarenta e oito alunos.

Com número reduzido de funcionários, não era possível atender à demanda por exames da população escolar na capital. No ano de 1932, o Serviço Dentário Escolar, sob a direção de A. Cavalcanti de Miranda Henriques, também fazia parte da ISE. Os atendimentos de Miranda Henriques iam a todo vapor e, em seis meses, já havia matriculado na clínica dentária 1.023 escolares. Abruptamente, porém, seus serviços foram encerrados, pois, devido à Revolução Constitucionalista de São Paulo, foi afastado “para o sul” (Patrício, 1933) . Nada sabemos de sua participação na revolução paulista. O provável é que tenha ido auxiliar um dos lados da contenda.

Outrossim, após citar a ida do dentista escolar para o Sul, o chefe do Serviço Sanitário Escolar, faz uma análise dos trabalhos de Miranda Henriques e assevera:

A carie dentaria é um dos grandes males que atormenta os nossos escolares, prejudicando o seu desenvolvimento, atrophiando o organismo e dando origem a diversas molestias do aparelho digestivo e ainda abcesso dos pulmões. É durante o periodo de 7 a 12 annos que a creança frequenta o curso primario e é justamente nesta idade que ocorre no aparelho dentario a troca dos dentes temporarios pelos permanentes. (Patricio, 1933, p. 52).

Severino Patricio (1933) deixa claro que o trabalho do cirurgião-dentista era de suma importância para o desenvolvimento dos escolares porque evitaria a proliferação de muitas doenças, entre elas as digestivas. Ainda, nas palavras de Severino Patricio (1933), a ISE necessitava que o governo contratasse dois cirurgiões-dentistas, sugerindo, ainda, uma melhora na remuneração desse profissional. Para a época, o vencimento de 400\$000 (quatrocentos mil réis) era insuficiente para a quantidade de atendimentos expedidos; a sugestão era que ocorresse um pagamento de pelo menos 600\$000 (Seiscentos mil réis), para suprir as necessidades do cirurgião-dentista. Por fim, chama a atenção para que “[...] o Estado [cobre] uma pequena taxa aos alumnos beneficiados pelo Serviço, para não torná-lo inteiramente gratuito, como succede no Rio de Janeiro onde é cobrado uma taxa mensal de \$400 para o Gabinete Dentario.” (Patricio, 1933). Ao final esclarece que, se todas essas apropriações fossem levadas a efeito “[...] o Estado [...] prestará um grande bem á nossa gente e dará um bello exemplo ao mundo que ainda nos olha como pouco civilizados” (Patricio, 1933).

Com uma Inspetoria Sanitária Escolar diminuta e deficiente, não havia como o médico escolar ir além da capital para atender à população escolar da Paraíba. Nos anos de 1930, a Interventoria Estadual determinou o fim das escolas públicas municipais e ficou responsável por 598 estabelecimentos de Instrução Pública Primária. Não havia como orientar a higiene escolar por meio dessa Inspetoria.

Para os sertões, iam os inspetores escolares, técnicos e regionais, a fim de levarem conhecimento pedagógico e higienista. Para o Inspetor Escolar Mario Gomes (1932), o quadro da infância nos sertões era desolador. Quanto mais

enveredava pelo sertão mais identificava crianças em idade escolar acometidos pela lepra, tuberculose, sífilis, verminoses, raquitismo e opilação. Para acabar com esses males, ele convocava todos à ação: “Propaguemos os ensinamentos modernos de higiene infantil por todos os meios: por conferencias, pamflêtos, cartazes e uzemos até de violencia nas leis se preciso fôr para salvar a criança” (Gomes, 1932, p. 40). Por isso, na próxima subseção, discutiremos as conferências ministradas pelas professorandas da Escola Normal sob a supervisão do Inspetor Médico Escolar, Severino Patricio.

3.4 Individualizando sensibilidades: as palestras das professorandas nos Grupos Escolares

A década de 1930, como vimos, iniciou-se com novo cenário político no Brasil. A velha República foi destituída, dando início à Era Vargas, com uma nova política de desenvolvimento nacional que incentivava as transformações do meio urbano e industrial. No bojo dos novos tempos, instituições são criadas e outras são remodeladas. Temas sociais entram na ordem do dia, a exemplo dos sindicatos, da assistência infantil e da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse momento, há um aprofundamento dos debates sobre escola, infância, saúde e higiene. A junção entre educação e saúde inicia-se no século XIX, como já mencionado anteriormente, quando o Estado passou a estruturar a Instrução Pública e a “atuação dos médicos [...] antes restrita aos indivíduos e as famílias, para a normatização de espaços sociais cada vez mais amplos.” (Mariano, 2015).

Nesse período, a medicina ampliou sua área de interesse e criou discursos tanto para os espaços privados quanto para os públicos. Lançou seu olhar sobre “[...] a cidade, [...] a população, a instrução, as crianças, etc...” (Mariano, 2015). A ideia seria resolver os problemas sociais ligados à saúde, o que requereria um investimento no campo da higiene (Mariano, 2015). Para esse intento, se fazia urgente a medicina no espaço escolar. Uma das ações, neste sentido, foi feita por meio da criação da disciplina de Higiene.

De acordo com Peixoto (1935), a higiene “[...] não é precisamente uma sciencia, porque é uma aplicação prática de quase todas as sciencias. E’ um

conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida”. É provável que a concepção de ciência de Peixoto estivesse pautada na formulação de disciplinas estanques, sem diálogo metodológico de outras áreas do conhecimento. Ora, a ciência é feita de métodos. Assim, para ser criada, a disciplina Higiene teve que seguir procedimentos metodológicos, a fim de ser aplicada de modo prático. Aqui defendemos que a Higiene era uma ciência e, como tal, reguladora, prescritiva e aberta ao diálogo com outras áreas do conhecimento humano. Conforme Touriñan (2008, tradução nossa):

Existe una estrecha relación entre el método y conocimiento, entre método y ciencia, del mismo modo que hay relación de dependencia entre el método y la concepción previa que se tenga de la ciencia; entre la naturaleza de la realidad que se pretende conocer y el conocimiento que se pretenda conseguir. Según lo que se entienda por ciencia, el método deberá tener en cuenta esa concepción para cumplir con su fin. Los conocimientos que alcance aquélla, han de considerarse como resultado de los métodos utilizados. Por ello, la ciencia, a medida que avanza, va construyendo su método; y el método se hace esencialmente abierto y progresivo, prescriptivo y regulador; es patente la exigencia de que todo resultado obtenido no se considere un fin, sino una fuente de nuevas investigaciones (Touriñan, 2008, p. 178)⁵⁵.

Trabalhar de forma interdisciplinar é tentar solucionar problemas que o arcabouço conceitual de uma disciplina fechada não deu conta de abarcar na leitura do real, mas cada uma das dimensões do conhecimento “[...] tiene sus peculiares modos de prueba acerca de la verdad y validez de sus proposiciones” (Touriñan, 2008, tradução nossa)⁵⁶. No momento em que a ciência Higiene foi criada, era corrente a ideia de que as ciências disciplinares, como a História, a Geografia, a Medicina, a Estatística, entre outras, tinham autonomia. Embora haja autonomia

55 Existe uma relação estreita entre método e conhecimento, entre método e ciência, da mesma forma que existe uma relação de dependência entre o método e a concepção prévia que se tem de ciência; entre a natureza da realidade que se pretende conhecer e o conhecimento que se pretende alcançar. Dependendo do que a ciência entende, o método deve levar em conta essa concepção para cumprir sua finalidade. O conhecimento que alcança deve ser considerado como resultado dos métodos utilizados. Portanto, a ciência, à medida que avança, constrói o seu método; e o método torna-se essencialmente aberto e progressivo, prescriptivo e regulador; É clara a exigência de que todo resultado obtido não seja considerado um fim, mas sim uma fonte de novas pesquisas.

56 “tem seus modos peculiares de prova sobre a verdade e validade de suas proposições”

funcional, isso não quer dizer que a autonomia seja absoluta, pois pode haver trocas conceituais e metodológicas entre as diversas áreas do conhecimento (Touriñan, 2008). Desse modo, observamos que a Higiene enquanto disciplina, para ser formulada, necessitou traçar diálogos com a Medicina, a Microbiologia, a Parasitologia, entre outras disciplinas investigativas. Para ilustrar, temos a fala da professora America Monteiro (1936), a qual expõe que:

[...] Procurando banir da escola o preparo theorico que deixa uma educação mutilada a qual preenche absolutamente o seu fim: Aos professores cabe uma grande responsabilidade: cultivar essa educação integral, preparando gerações fortes e felizes. É bem fóra de duvida, que a saude influi de modo consideravel na maneira porque vive, uma creança, e nos que têm que com ella lidar. Cuidar da própria saude deve ser na nossa escola e nosso meio uma disciplina escolar. Na phrase de Afranio Peixôto, o Grande Mestre de Hygiene no Brasil, a Medicina nova deve substituir a velha. Emquanto a velha Medicina, procurava, muitas vezes sem o conseguir curar as doenças, esta, a nova Medicina, trata da saude para evitar a molestia. E' mais fácil e é Seguro. A nova Medicina é a Hygiene. Ella se funda no conhecimento da causa das doenças. E não ficou só a nova Sciencia. A ella se filiaram a Microbiologia, a Parasitologia, a Imuno-Quimica, a Quimioterapia, a Dietetica, a Eugenia e outras. Chegamos a dizer, de posse de conhecimentos das sciencias mencionadas, com os grandes optimistas: só adoece quem quer (Monteiro, 1936, p. 46).

As palavras proferidas na palestra realizada no grupo escolar “Dr. Epitacio Pessoa” demonstram as apropriações que, na Paraíba, estavam se processando com a criação da instituição “Bandeira de Saúde”, tendo como referência as instituições criadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesse discurso, se propalava a necessidade da inserção no programa do ensino das escolas públicas primárias da disciplina de Higiene⁵⁷. A Higiene, como se pode ver na citação acima, tem como objeto de estudo a saúde e a disciplina que lhe correspondia teria, na sala de aula, papel preventivo, a fim de evitar as enfermidades. Esta era uma necessidade urgente nas primeiras décadas do século XX, tanto na Paraíba quanto no resto do Brasil. Era preciso ir além dos conhecimentos rotineiros da realidade e fazer do

57 Segundo Soares Júnior (2015), em cumprimento da reforma do ensino de 1917, a disciplina de Higiene já era uma realidade em todas as escolas públicas na década de 1920.

conhecimento científico a base para as transformações da sociedade pós-Revolução de 1930. Desse modo:

Os conhecimentos científico e rotineiro são únicos no sentido de sua orientação para o objeto. Seja qual for a forma que assuma, seja qual for a linguagem que tenha formalizada, o conhecimento científico tem por conteúdo a mesma realidade objetiva, seus fenômenos, processos, propriedades e leis que tem o conhecimento rotineiro, com a única diferença de que o primeiro abrange essa realidade com mais profundidade que o segundo [...] (Kopnin, 1978).

A produção científica, embora não seja a única forma de ler a realidade, questiona e aprofunda a observação da realidade prática e supera a “[...] mera descrição dos fatos na medida em que, partindo da descrição, procura estabelecer relações, propor hipóteses, articular ideias, transformando não somente a consciência daqueles que o produzem e dos que têm acesso a ele como também a relação do homem com o mundo” (Carvalho *et al.*, 2019). Conforme Carvalho:

O conhecimento não existe para si, mas para a prática dos homens. Quanto mais próximo ele estiver do conhecimento científico, tanto mais rápido e plenamente se realizará na atividade dos homens; quanto mais teórico, tanto mais prático e tanto maior é a importância que tem para o domínio e a direção dos processos da natureza [...] (Carvalho *et al.*, 2019, p. 309).

Sendo assim, acreditamos que o conhecimento ministrado pela ciência Higiene visava reestruturar as práticas sociais ao prescrever novas regras de condutas e/ou sensibilidades que deveriam ser usadas na construção da vida social. A ciência Higiene olha para todos os espaços da cidade. E entre tantos espaços que a compõem, mira a escola como aquele a ser conquistado e condicionado pelos preceitos higienistas. Nessa tarefa:

Educação e saúde, [são vistas como] irmãs gêmeas, embaladas em um só ritmo, exaradas nos mesmos postulados, convergentes para a alegria, cada uma visando o bem estar de todos que se iniciam na

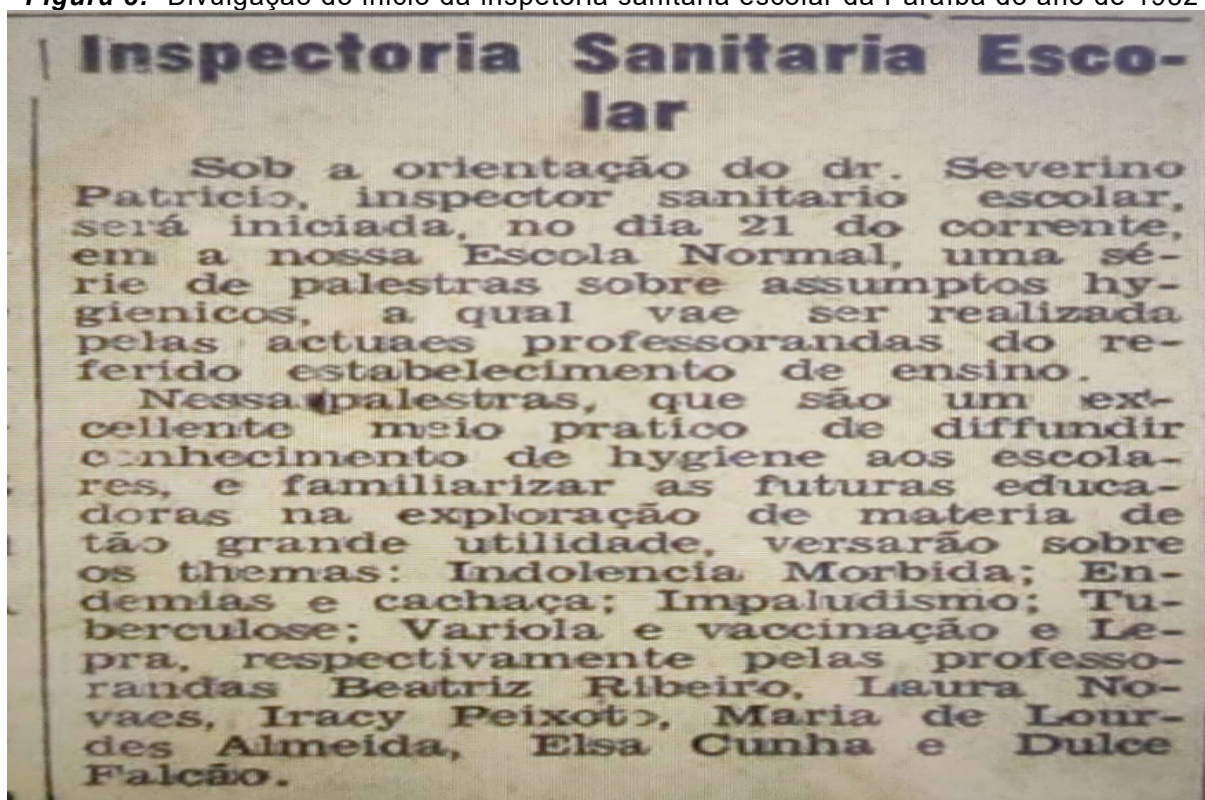
vida e dos que contemplam a maravilhosa organização da sociedade civilizada!

De nada valerão as iniciativas a favor do saneamento e proteção ao indivíduo, se a Educação não formar consciência sanitária de cada ser presente (Clark, 1940 *apud* Silva, 2017).

Ao tomar para si esse papel de conscientização sanitária, o dever do professor se ampliava para além das questões pedagógicas. Segundo Monteiro (1936, p. 45), “os deveres dos professores estão se multiplicando de modo assombroso, com este movimento de transformação que se realiza em todos os países civilizados”. Um desses deveres era procurar “dentro das nossas possibilidades de meio e educação tudo fazer em benefício da saúde e higiene dos escolares” (Monteiro, 1936).

Antes, porém, de ser implantada a disciplina de Higiene, o Inspetor Sanitário a escolar fazia propagar os conhecimentos de higiene infantil por meio de palestras ministradas por professorandas nos grupos escolares. A notícia do Jornal *A União* do dia 12 de março de 1932 trazia as seguintes informações:

Figura 3: Divulgação do início da inspetoria sanitária escolar da Paraíba do ano de 1932



Fonte: Jornal "A União", 1932

A primeira palestra foi proferida pela Professoranda Beatriz Ribeiro, com o título “Asseio”; falava do sarampo enquanto processo patológico que persistia no organismo infantil. Seu asseio e profilaxia precisavam ser disseminados no meio social. A preocupação recaía sobre o desenvolvimento físico para que houvesse regularidade tanto das funções orgânicas quanto da inteligência e “aperfeiçoamento moral” (Ribeiro, 1932) da criança. Por isso, era de suma importância promover a “prática de hábitos sadios” no universo escolar. Por esse motivo, a partir da década de 1920, os médicos paraibanos passaram “[...] a defender a escola como melhor lugar para inculcar os novos princípios de higiene. A escola seria responsável por divulgar os códigos de civilizar [...]” (Soares Júnior, 2015). Não se buscava apenas se difundirem os meios de se evitarem as doenças mas, principalmente, se buscava assegurar e prolongar a saúde dos indivíduos que frequentavam a escola. A ideia não era somente “restringir a missão da escola á transmissão de conhecimentos uteis para a vida. O seu alvo mais elevado é precisamente formar a personalidade moral do educando fazendo com que elle se habitue á pratica dos deveres” (Cavalcanti, 1921).

Desse modo, instrumentalizar os educandos na prática da profilaxia de um agente patológico seria o caminho para se alcançar a saúde escolar. Com esse projeto em mente, os médicos adentraram no ambiente escolar para operacionalizar temas que dotassem os professores de conhecimentos práticos, os auxiliando na disseminação de hábitos higiênicos.

A intersecção desses saberes pelo professor era necessária, pois, segundo Carlos Seidl (1922): “É dispensavel o diploma de medico ou de hygienista. O doutor é muitas vezes demasiado theorico e profundo, em seus ensinamentos; e, o que se precisa e se deve ensinar ao menino ou a menina, é a pratica e não a theoria da hygiene”.

Diante do exposto, observa-se que o projeto era proliferar assuntos do campo médico por intermédio dos professores, porque estes agentes seriam mais didáticos na transmissão das ideias higienistas. Desse modo, para iniciar as palestras sobre higiene e profilaxia, a professoranda Beatriz Ribeiro esclarece aos ouvintes

[...] sob a direcção do dr. Severino Patricio, medico escolar, e, cumprindo um dispositivo do regulamento, vou iniciar as palestras sobre hygiene, com as quaes, nós, as professoras, temos o fito de inculir no espirito das creanças, noções e preceitos para obter o que constitui a base da felicidade – a saúde – da qual o asseio é um factor importantíssimo (Ribeiro, 1932).

O texto deixa claro que uma das funções do médico escolar era passar os ensinamentos práticos às professoras para que estas pudessem fazer a mediação cultural na escola. A intenção era moldar hábitos e costumes dos sujeitos, ou seja, das crianças que seriam os adultos do futuro. Na palestra, Beatriz Ribeiro enfatiza o cuidado com o vestuário, a limpeza da boca, dos olhos e dos objetos, porque a falta de higiene era o caminho para a destruição da saúde.

O dever da professora era de inculir hábitos que levassem as crianças a conservarem a saúde. Essas orientações eram um preâmbulo para se chegar ao cerne da palestra que seria a profilaxia do sarampo. Essa doença, no senso comum, era tida como uma “molestia inevitável, e por isso [as pessoas] desejavam que seus filhinhos logo na tenra idade tenham o sarampo para quando crescerem fiquem livres desse mal.” (Ribeiro, 1932). De acordo com a palestrante, esse era um costume que deveria ser combatido, porque “O sarampo faz grande numero de victimas, pois muitas molestias como a bronchite, a pneumonia, a tuberculose, o enfraquecimento dos órgãos auditivos e da vista, males da garganta, dos nervos, têm no sarampo a sua origem” (Ribeiro, 1932). Em seguida a professoranda passa a falar dos sintomas e do tratamento do sarampo, respectivamente:

Começa por febre alta, irritações e inchação do rosto. Nos dois primeiros dias aparece somente a febre; do terceiro em diante, surgem as manchas características do sarampo, que são largas, permanecendo assim até que secca. [Como] Tratamento: são de grande efficacia os banhos ligeiramente mornos e que devem ser tomados de 3 em 3 horas; o chá de sabugueiro, muito commum entre nós. A creança deve ser collocada num aposento bem ventilado, evitando-se as correntes de ar que podem produzir complicações [...] perigosissimas” (Ribeiro, 1932).

Dez anos após a palestra de Beatriz Ribeiro, o médico Carlos Sá (1957) apresenta a primeira edição do livro “Higiene e Educação da Escola” no qual expõe

que “São os infantes e os pré-escolares” (Sá, 1957) os mais afetados pelo sarampo, pois, de todos as “febres eruptivas, a mais importante na escola é o sarampo”, já que “por excelência” ataca crianças em “idade escolar” (Sá, 1957). Segundo Carlos Sá (1957), esta doença “é a mais contagiosa de tôdas” as febres “Propaga-se pelas descargas buconasais”.

Seu tratamento recai sobre os sintomas, e isso fica claro quando, em 1932, Beatriz Ribeiro propala o uso do chá de sabugueiro e o arejamento dos aposentos como ações profiláticas. Nas palavras de Ribeiro (1932), alguns cuidados deveriam ser tomados para evitar o contágio, porque “a doença desenvolve-se [após um período] de incubação de 10 a 14 dias”. Segundo Ribeiro (1932), as “creanças que se expuseram a possibilidade de contrahir o sarampo não devem frequentar, neste período, as aulas, pois talvez estejam contaminadas, são fontes de novas contaminações, expondo desse modo a ‘saúde dos seus collegas’”. Conforme a professoranda (1932), após o período de convalescença tudo o que o paciente havia usado deveria ser descartado. A alimentação deveria ser de fácil digestão como: “leite, caldo de frutas etc.”.

Na época, a doença era considerada de pequena gravidade, o medo que se tinha era das complicações que dela poderiam derivar, pois poderiam afetar outros órgãos e desencadear doenças mais graves como, por exemplo, a pneumonia. Para terminar sua palestra, Beatriz Ribeiro fala que o povo brasileiro muitas vezes era representado como indolente, preguiçoso e desanimado. Asseverava, porém, que, desde a segunda década do século XX, o Brasil estava em uma cruzada higiênica, porque constatarem que a preguiça e o desânimo eram provocados pelas doenças, como a ancilostomíase, a sífilis, a varíola etc. Por esse motivo, foi preciso sanear os espaços insalubres da cidade, e a escola, a partir de 1920, seria o local mais acertado para construção do adulto de amanhã e a eliminação cultura indesejada. Desse modo, disse Ribeiro (1932, p. 54-55):

Cumpra á creança das escolas encarregar-se de provar o contrario. E como? Perguntarão. Mostrando que o brasileiro, principalmente o rustico ou camponio, si é preguiçoso, indolente, é porque está impaludado, opilado, tuberculoso, cheio de doenças nervosas, etc., e como a doença tira a capacidade para o trabalho, elle não tem força,

e assim cruza os braços nessa atonia assustado e que é uma ameaça ao progresso do Brasil.

Ao fechar sua palestra, Beatriz Ribeiro já indica o assunto da próxima explanação, realizada pela professoranda Maria de Lourdes de Almeida e Albuquerque, que versava sobre “Verminoses”. O trabalho tinha por meta chamar a atenção da população para os serviços da Comissão Sanitária Federal que vinha realizando a profilaxia das doenças que atacavam, principalmente, a população rural. Logo de início, Albuquerque (1932) explica:

Muitos são os vermes que fazem mal á gente rural; entre eles podemos citar as ascarides lumbricoides (lombriga), os triocephalos (cabello da cabeça) e o cylostomo, que é o causador da opilação ou amarellão. Estes são os vermes commumente encontrados, porém, existem muitos outros. Muito de proposito deixei para mencionar em ultimo lugar o ancylotomo, por ser o ‘menor’ em tamanho e o maior em maleficios, em damnos, etc. Elle é o culpado da conhecida doença chamada ‘ancylostomose’, mal da terra, opilação, amarellão, anemia, cansaço, emfim ‘doença da preguiça’. É uma doença muito grave, muito perigosa e sobretudo muito espalhada, sendo raras as pêssoas que escapam aos seus estragos.

Na Paraíba do início do século XX, os jornais traziam notas e reportagens sobre opilação, ou seja, sobre a ancilostomíase que “[...] é uma infecção transmitida pelo contato com o solo contaminado, causada por parasitos nematoides das espécies *Necator americanus* e *Ancylostoma duodenale*. É uma das formas de infecção crônica mais comum em humanos [...]” (Valente, 2013).

Os primeiros registros dos ancilóstomas pode ser encontrado nos apontamentos de Avicena no século XI, nos quais o autor chama a atenção para “vermes redondos que provocam uma espécie de anemia” (Rey, 2001). Outros estudiosos também identificaram esse verme, mas foi no final do século XIX, devido a um acidente de laboratório, que o médico de nome Looss deixou cair em “[...] sua mão uma suspensão de larvas de ancilóstoma. Ao secar, o líquido produziu forte prurido e uma dermatite no lugar de contato. Pouco tempo depois, ele pôde verificar, pelo exame das fezes, aquilo de que suspeitava fortemente: tinha-se infectado por

via cutânea” (Rey, 2001). Nas palavras de Albuquerque (1932), havia duas formas de contaminação: uma via oral e outra pelo contato com a pele.

Pela boca é facilmente adquirida bebendo-se agua de poço, de cacimba, de lagôas contaminadas; por meio de saladas, fructos comidos crús, repolhos, couves, tudo que fôr regado com aguas de vallas que recebem fezes; quando se tem o máo habito de comer com as mãos sujas de lama, terra, etc.

Pela pelle é o meio mais commum da entrada do ancylostomo. Assim é a pelle dos pés, justamente entre os dedos, onde é mais fina, escolhida pelo verme, formando então as conhecidas ‘frieiras’. A pessoa sente primeiramente uma comichão entre os dedos dos pés. Pensa que é uma formiga e muitas vezes é o verme que está entrando (Albuquerque, 1932, p. 50).

A explicação foi elaborada para que o escolar conseguisse associar a patologia com as experiências e os sintomas que a população vivenciava cotidianamente. Essa preocupação com a opilação faz com que até a literatura se transforme em veículo propagador dos efeitos do mal. Os escritos de Monteiro Lobato sobre as “Ideias de Jeca Tatu” e a coleção de textos no livro “O problema vital” publicado em 1918, contendo o texto “Dezessete milhões de opilados”, são exemplos esclarecedores. Segundo Monteiro Lobato, a estimativa da população brasileira, em 1918, era de 25 milhões de pessoas; desse número, 17 milhões tinham o “Mal da terra”. Os dois parasitas que transmitiam a doença – *Ancylostoma ceylanicum* e *A. caninum* – se alojam no intestino em proporção de um macho para três fêmeas. Cada fêmea coloca 6.000 ovos por dia, os quais amadureciam em 25 horas. A ninfa sai dos ovos e cria uma “[...] casca protetora e deixa-se ficar ao leu, nas poças d’agua ou nos lugares sombrios, á espera dum pé incauto a que possa aderir.” (Lobato, s/d).

Era necessário mudar as atitudes para se evitar a contaminação. Se nada fosse feito para conter a proliferação da doença, “O doente [passaria a] queixa-se de pertubação na digestão, cansaço, muita preguiça, umas picadas no intestino, rosto pallido, dôr de cabeça, dôr no figado, falta de appetite; outras vezes vontade de comer carvão, barro etc.” (Albuquerque, 1932, p. 50). Diante de tal cenário, se fazia premente incentivar a população a fazer exames, para verificar a incidência da

doença. Filtrar e ferver a água, além de evitar alimentos crus. Aqui cabe lembrar que não sabemos se todas as palestras de conscientização foram ministradas pelas professorandas. Das seis palestras idealizadas, apenas duas foram publicadas na Revista do Ensino. Verificamos, contudo, que essas ações e os assuntos abordados foram incorporados ao Programa de Ensino das Escolas Públicas Primárias do Estado da Paraíba em 1936, por meio da disciplina de Higiene.

O programa de ensino iniciava-se com a seguinte frase: “A escola só recebe alunos limpos” (PROGRAMMAS [...], 1936, p. 59), o que demonstra o caráter excludente da educação. Na primeira lição, com o objetivo de obter ou conservar a saúde, as professoras deveriam esquadrihar o corpo do educando, de modo a “verificar o asseio da cabeça, dentes, ouvidos, pescoço, mãos, unhas e vestuário”. Caso a criança estivesse em descompasso com o discurso ordenador da saúde, a professora deveria “[...] mandá-la, sem nenhum vexame, lavar as mãos e limpar as unhas” (PROGRAMMAS [...], 1936). Ao tempo que observavam, ridicularizavam, intimidavam e forçavam os sujeitos que frequentavam a escola para seguirem os preceitos higiênicos, as professoras davam instruções para que criança pudesse criar hábitos sadios, que pudessem ser alongado “às casas dos alunos e à sociedade que os rodeia” (Sá, 1957).

No segundo dia, a revista seria feita pelos próprios alunos – os professores se colocavam como observadores dos atos. Verificava-se, na prática, se o educando havia introjetado os preceitos de uma vida sadia, porque a “escola deve a seus alunos, em primeiro lugar, saúde, depois educação e, por fim, instrução” (Sá, 1957).

Para Soares Júnior (2015), “[...] os professores ao repassarem os ensinamentos para os alunos também os davam a responsabilidade do cuidado com seu corpo, considerado ‘um centro de irradiação de ensinamentos e modificador da mentalidade retrógrada de seus pais e familiares’ [...]”.

Os ensinamentos voltados à saúde prescreviam gestos que, possivelmente, não faziam parte das condutas do grupo social de onde provinham essas crianças. Os novos hábitos versavam sobre:

[...] a utilidade do banho diário e das vestes limpas. O uso do copo individual. O lenço para não limpar o nariz com a manga ou a mão.

Escovar os dentes pela manhã, á noite antes de dormir e depois das refeições. [...]
 Lavar as mãos sempre que pegar em dinheiro, antes de servir-se de qualquer alimento e depois que pegar qualquer objecto que não esteja limpo.
 Advertir que a criança não deve tossir nem espirrar de frente para outra pessoa. [...]
 [...] a necessidade de limpar os sapatos antes de entrar em casa
 Vaccinar-se para não apanhar variola.
 [...] Não servir-se de alimentos que estiverem expostos ás moscas.
 Combata a professora o habito de roer as unhas, pôr os dedos na boca, no nariz, limpar os olhos com as mãos, coçar os ouvidos e a cabeça (PROGRAMMAS [...], 1936).

Os professores do primeiro ano da instrução pública deveriam ensinar a seus alunos a conservação da saúde, antes mesmo de estes compreenderem a razão de tal ação, pois a criança deve adquirir, primeiramente, “o hábito útil” (Sá, 1957). Era seu papel condicionar o pensamento das crianças para o fato de que “[...] as pessoas que não seguem os preceitos da hygiene ficam doentes” por falta de hábitos sadios (PROGRAMMAS [...], 1936). Ensinavam também quem eram os profissionais responsáveis pelo tratamento das enfermidades, onde ficavam os hospitais e as casas de assistências pias. Quem não conseguisse se ajustar aos princípios higienistas era punido.

Conforme o Decreto 873/1917, os alunos recebiam punições, tais como: “[...], privação de recreio sem tarefa escolar, comunicação das faltas commettidas e das penas que houverem soffrido aos paes, tutores e preectores, exclusão temporária até 30 dias” ou até a “exclusão definitiva” (Soares Júnior, 2015).

No segundo ano do ensino primário, as crianças começavam com noções de como usar o sanitário. Nessa caminhada do processo civilizador⁵⁸, era necessário ensinar às classes menos abastadas como era o funcionamento de um aparelho sanitário, pois havia pouco tempo que a cidade de João Pessoa havia criado o sistema de esgotamento sanitário – idealizado em 1913 e construído em 1922

58 Para nosso estudo, tomaremos o conceito de Processo Civilizador de Norbert Elias (1994). Para esse autor, os indivíduos, ao longo de sua vida, sofrem a influência da sociedade da qual fazem parte, moldando-se de acordo com as normas homologadas socialmente, podendo ainda serem coagidos pelo Estado e suas instituições para se ajustarem aos padrões por estes estabelecidos (Ver Elias, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, vol. 2, 1994).

(Advíncula, 2009). Esse equipamento moderno, no início, esteve restrito ao centro da cidade e somente para aqueles que podiam pagar. Dentre as lições iniciais, havia a preocupação de ensinar a usar e manter limpo esse artefato. É certo afirmar que alguns grupos escolares já contavam com esses aparelhos desde o começo do século XX. Os grupos escolares eram uma “[...] nova forma de conduzir a instrução pública [que] ganhou corpo a partir de 1917 com a reforma do ensino estadual e perdurou até 1945, ano que marca o fim do Estado Novo.” (Soares Júnior, 2015). Para ilustrar, cabe citar o texto do cronista de Mario Sette sobre o esgotamento sanitário do Recife:

[As] reclamações [...] são diariamente recebidas do uso impróprio que os moradores fazem dos aparelhos, consentindo que seus fâmulos lancem nos mesmos panos, ossos, espinhas de peixes, e outros resíduos de cozinha, do mesmo modo que faziam pelo antigo sistema [...] a empresa faz público para o conhecimento dos mesmos senhores que os aparelhos são destinados para receberem unicamente as matérias fecais e as águas servidas de uso doméstico, e tudo mais que for ali lançado tende a obstruir os canos, em prejuízo dos srs. proprietários que são os responsáveis pelas despesas da desobstrução (Sette, s/d).

A citação demonstra a necessidade de ir além do incutir novos hábitos, “pois êstes representam apenas a sua primeira etapa do processo. Thomas Wood diz, em síntese perfeita, que a educação da saúde consiste em criar hábitos, determinar atitudes e ministrar conhecimentos necessários à saúde” (Sá, 1957).

Desse modo, não fica difícil relacionar essas ações às tarefas empreendidas pelas professoras no início do século, pois tinham que investir na eliminação de condutas incivilizadas, as quais denunciavam um outro tempo: o tempo das latrinas. Era necessário educar os alunos e reeducar a população no geral. Seria de suma importância investir na conservação e na manutenção dos equipamentos, pois, do contrário, quebrariam ou se tornariam obsoletos. O uso adequado do sanitário promoveria a higiene dos espaços e dos corpos. Com isso, as crianças aprenderiam uma outra lição do programa do ensino: “lavar as mãos e o rosto sempre que vier de um passeio” (PROGRAMMA [...], 1936).

O uso do sanitário reforçava a lição do primeiro ano, a qual aconselhava banhos diários. Novas sensibilidades eram reforçadas, porque a relação dos populares com a higiene do corpo era outra. De acordo com Advíncula (2009), na Paraíba do início do século XX, o povo tomava banho nos rios ou em chafarizes. A água era escassa, pois dependia da capacidade de cada indivíduo de ir pegá-la nos chafarizes.

Para os médicos a água tinha múltiplas virtudes: “Era a base da higiene, reguladora da saúde, ensinava a conter os males que a ameaçavam e prolongava a vida. Ela era ensinada nas escolas públicas para garantir a felicidade dos homens e do Estado” (Roche, 2000). Esses aconselhamentos tinham por escopo evitar os vermes, especificação da ancilostomíase, como podemos observar no Programa, pois, além de usar o sanitário e a água para higiene do corpo, as crianças tinham que criar o hábito de andar calçadas. Tinham ainda que estudar sobre os “Vermes que produzem opilação” e aprendiam que é inconveniente “[...] brincarem [...] com animais especialmente com os cães e os gatos” (PROGRAMMA [...], 1936), pois, “Várias são as doenças que passam do animal ao homem”, a exemplo, da peste bubônica, raiva e tétano (Sá, 1957). As lições do segundo ano centravam-se na profilaxia da ancilostomíase e da raiva.

No terceiro ano, o escopo do Programa era a digestão, a alimentação e as doenças como: tuberculose, malária (paludismo) e verminoses. Não temos maiores informações sobre como eram essas aulas sobre digestão, mas acreditamos que este tópico esteja relacionado com a alimentação saudável e o que deveria ser rejeitado pelas crianças. Neste sentido, cabe citar o trabalho de Rodrigues (2007), o qual nos traz informações sobre o I Congresso Brasileiro de Higiene de 1923. Nesse congresso, “[...] quatro dos vinte temas em debate referiam-se à alimentação: fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios; abastecimento do leite; alimentação escolar e pré-escolar; e alimentação dos soldados brasileiros.” (Rodrigues, 2007). No mesmo texto, Rodrigues (2007) também nos informa de uma “Cartilha de higiene para uso das escolas primárias (1923b), dando destaque às comidas e bebidas apropriadas às crianças em idade escolar”. Essa aproximação com o trabalho de Rodrigues é de suma importância para analisarmos o programa que fala sobre os “[...] Alimentos sãos. As bebidas alcoólicas e o mal que fazem ao organismo. Exigir

das crianças o compromisso de nunca se servirem de álcool” (PROGRAMMAS [...], 1936). Por isso, era necessário expor “na classe um cartaz com os seguintes dizeres: ‘Não beba, não fume, não jogue’” (PROGRAMMAS [...], 1936).

Nas primeiras décadas do século XX, há muita circularidade cultural em termos higiênicos, e não fica difícil imaginar as relações entre os médicos paraibanos e os de outros estados. Um exemplo interessante é que, no I Congresso Brasileiro de Higiene de 1923, houve a participação do engenheiro Saturnino de Brito, o qual, neste momento histórico, estava fazendo o sistema de esgotamento sanitário na cidade da Parahyba do Norte. Além dos engenheiros, os médicos também participavam de outros eventos, como o “Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia”, que foi idealizado por Moncorvo Filho em 1922. Nele, procurava-se olhar de forma mais acurada a infância. O corpo do infante estava sendo averiguado para melhor se entender esta fase da vida. Aqui cabe relatar a preocupação com o alcoolismo, fato que se irrompia desde o início do século XX, motivo pelo qual destacamos a conferência de Moncorvo Filho, em 1903, intitulada “Do alcoolismo na infancia”. É simbólico percebermos que, para os médicos das primeiras décadas do século XX, o alcoolismo estava intimamente ligado a problemas mentais.

É interessante notar que a questão do alcoolismo vinha associada à hereditariedade⁵⁹ e isso poderia comprometer as futuras gerações. Discutir alcoolismo na escola, certamente, relacionava-se com o desejo dos médicos em salvar as gerações que estavam expostas a esse mal no seio familiar. Era questão de higiene mental. Um mal que poderia, por meio da “intoxicação alcoólica” desencadear comportamentos melancólicos, manias, delírios, “[...] ideias e paranoias persecutórias, as alucinações auditivas e visuais, a desorientação e a confusão mental.” (Santos; Verani, 2010).

Era preciso proteger a infância, por isso, a escola falava dos “[...] prejuízos do álcool para as gestantes, as lactantes e seus filhos” (Wadsworth, 1999). Esse discurso visava, via escola, entrar nos lares e conscientizar as mães e pais sobre os efeitos deletérios do álcool na formação do indivíduo em gestação, do lactante e

59 Segundo Sá (1957) “Coube a Mendel, um modesto monge agostiniano, a glória de ter criado a ciência da hereditariedade”. Como ciência, a hereditariedade é entendida como a “tendência que tem todo ser vivo de repetir-se nos seus descendentes”.

mesmo da criança em fase escolar. Além de aconselhar sobre o alcoolismo, a escola continuava sua missão de discutir sobre “doenças transmitidas pelas excreções da boca e do nariz” (Sá, 1957) como: a verminose, o paludismo e a tuberculose.

Moncorvo Filho (1927) advertia que a tuberculose “[...] era transmitida por meio da saliva que, uma vez seca, transformava-se em poeira, ensejando a aspiração dos micróbios pelas crianças.” Não à toa, o Programa ensina a “Evitar o beijo”. Na história, existem registros de sintomas da tuberculose desde o Antigo Egito, mas somente no final do século XIX, o médico Robert Koch anunciou o causador da peste branca.

É interessante observar que a boa alimentação seria de fundamental importância para debelar tal doença. Sendo assim, falemos do leite, pois, segundo Agra (2008), o leite de “forma natural” era um perigo à saúde:

por meio da moderna técnica, estava informado por um conhecimento científico que identificava a existência, em sua “forma natural”, de microorganismos responsáveis por doenças e morte, inclusive pelo grande mal do século XIX, que, na década de 1930, ainda afligia os “grandes centros civilizados”: a tuberculose (Agra, 2008, p. 40, destaques do autor).

Diante dessas informações, vemos que tudo estava sendo investigado. Conforme Agra (2008), ao estudar a cidade de Campina Grande no início do século XX, havia, na época, uma preocupação do poder público em controlar a venda de alimentos e, sobretudo, do leite *in natura*, pois esse alimento poderia ser vetor da peste. Era preciso fazer as pessoas mudarem seus hábitos de consumo. As novas sensibilidades mexiam com a cultura. Era preciso enfrentar os maus hábitos e implantar os discursos dos médicos higienistas que procuravam dominar as condutas do povo, ditando as regras da ciência. Dentro deste debate, a microbiologia, a bacteriologia, a medicina e, principalmente, a higiene tomaram a frente do processo pela hegemonia do discurso científico. Foi um debate que precisou ser disseminado no meio social e, para isso, essas áreas se aliaram à Pedagogia no desejo de fazer a população abandonar sua própria cultura – vista

pelos intelectuais como incivilizada e ignorante –, para criar uma visão higiênica que traria o progresso e o desenvolvimento social.

Para esse projeto ter sucesso, os médicos adentraram a escola e ensinaram aos professores conhecimentos de medicina. Para esse intento, processou-se a expansão do ensino primário que, paulatinamente, organizou um aparelho administrativo e técnico com a tarefa de extirpar o analfabetismo, proteger e aperfeiçoar a saúde do corpo infantil. Antes, porém, de se ampliarem as ações do Estado, outras instituições, de cunho filantrópico, estiveram envolvidas na tarefa de salvaguardar as crianças desvalidas, pelo menos no estado da Parahyba do Norte.

4 CONSTRUINDO A “FUTURA SOCIEDADE”: O INSTITUTO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO E A MEDICINA

Para além das representações que se tinha sobre a escola tanto em termos pedagógicos quanto higienistas, necessário se faz falar dos agentes que a compunham bem como das instituições que auxiliaram na construção e organização do campo educacional da Parahyba.

Neste sentido, nosso objetivo nesta seção foi de procurar perceber como a infância, um dos principais agentes sociais na composição escolar, era representada tanto nas páginas dos jornais quanto pelos agentes médicos do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba. Para esse fim, apresentamos a forma como a infância, especialmente a pobre, era representada pelos intelectuais do início do século XX.

O conceito de infância construído no início do novecentos traz usos diferentes para cada comunidade social. Nos grupos abastados são “graciosas”; nos grupos menos favorecidos, eram delinquentes desvalidas. Seu “modo de ser no mundo” era visto como um problema social e isso deveria ser resolvido por meio da ação do Estado ou por meio da organização da sociedade civil, com a criação de instituições que pudessem resolver o barbilho.

Como o Estado não consegue resolver o problema da infância na Parahyba, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, um espaço destinado a inserir ações e experiências que condicionavam gestos, *habitus* e atitudes. Essa instituição, tinha na sua composição dois campos – educação e medicina – que se digladiavam pela hegemonia do poder. Um tentando manter a força que detinha nos espaços escolares – como sempre ocorrera até a Proclamação da República –, e o outro tentando se consolidar como organizador do ambiente social. Cada um com suas hierarquias, estratégias e representações que, ao mesmo tempo, procuravam dialogar para traçar um plano de ação que resguardasse a criança e, consequentemente, a sociedade. Por esse motivo, utilizamos o conceito de campo, o qual deve ser visto como estrutura flexível, pois, de acordo com Bourdieu, o social é formado de campos que dialogam. Assim sendo:

O que determina a existência de um campo e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas. O que determina a vida em um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante a economia particular de cada campo (Thiry-Cherques, 2006 *apud* Bourdieu, 1987, p. 124).

Desta feita, veremos nesta seção os usos diferenciados do conceito de infância na sociedade Parahybana e os investimentos empreendidos para se criar uma infraestrutura institucional voltada à infância desvalida, os campos em disputa na assistência social e as ações de alguns agentes sociais, os quais, guiados pelas relações de força, dentro de uma instituição, são capazes de “[...] reproduzir, [...] de controlar [...] ou de proibir a reprodução dos outros” (Bourdieu; Chartier, 2011) dentro de uma realidade social.

4.1 A infância nas páginas dos Jornais

Em 1906, Arthur Achilles, redator-chefe do jornal “O Comercio” publicou um artigo em prol da “infancia amargurada”. Neste, ventilava a necessidade de se criar uma instituição que abrigasse as crianças abandonados (Belmont, 1913). Nas palavras do articulista Augusto Belmont (1913), o jornalista Achilles esperava que a ideia de um orfanato “em breve porvir, seja um acontecimento feliz nesta capital, para realce do nosso humanismo. Nada mais natural e justo! Onde quer que exista sociedade, verdadeiramente civilizada, convicta de seus deveres de assistência pública, ha institutos dessa natureza” (Achilles, 1906 *apud* Belmont, 1913). Era uma questão patriótica utilizar-se da pena para inferir ideias de cunho filantrópico no seio da sociedade parahybana. Essa preocupação vinha do século XIX, que passou a ver a criança como um “problema social” (Rizzinni, 1997). Considerando-a como tal, o campo jurídico, assevera Rizzini (1997), construiu “[...] uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e

potencialmente perigosa; abandonada ou ‘em perigo de o ser’; pervertida ou ‘em perigo de o ser’.

A postura de Achilles, podemos entender, não destoava da “lógica ... salvacionista dos nossos reformadores” (Rizzini, 1997) em nível nacional. De acordo com Belmont (1913), o redator-chefe do jornal “O Comércio” assim se expressava: “Ha muitos meios de ser-se patriota: com os musculos nos trabalhos rusticos, com a penna e com a palavra; e todos elles são dignos [...]” (Belmont, 1913). Para isso se concretizar, o indivíduo não deveria, contudo, apresentar “deformações psychicas” e nem se afastar “da esphera da moral que é o que nos distingue dos irracionais” (Belmont, 1913).

Depois de longa trajetória no jornalismo, Achilles trazia a seguinte reflexão sobre sua ação: “Eu sou velho, e entendo fazer cousas uteis, visando um real beneficio para esses pequenos botões de rosas, que são as crianças na orphandade” (Achilles, 1906 *apud* Belmont, 1913). Ao que parece, seu artigo estava embebido dos ideais salvacionistas do final do século XIX, o qual criava na sociedade a responsabilidade para com os desprovidos de poder material. Era preciso “salvar a criança” pobre, pois por meio dessa missão acreditava-se que a nação também estaria salva (Rizzini, 1997).

Nos primeiros trinta anos da República, a criança era vista como indivíduo replicador de vícios e imoralidades, o que levava intelectuais, representantes da filantropia⁶⁰ e do governo a disseminarem a necessidade de uma ação pública mais enérgica (Rizzini, 1997). Pensando nisso, vejamos o que os intelectuais na Parahyba tinham a dizer sobre a infância que perambulava pela rua no início do

60 Quando se fala em filantropia no início da República no Brasil, deve-se ter em mente que havia, naquele período, dois grupos em confronto: um ligado à Igreja Católica, que defendia a caridade cristã, e outro comprometido com a implantação de um Estado sem religião oficial, defensores de uma caridade laica. Para Rizzini (1997), a discussão sobre a diferença entre a caridade cristã e laica se encerra no entendimento de que a caridade cristã se baseia nas virtudes teológicas de “amor ao próximo” (Rizzini, 1997). Fazer caridade era a “condição primordial para a salvação da alma” (Rizzini, 1997) e tudo era feito em nome do amor a Deus. Já a caridade laica, está ligada à “[...] conotação de uma virtude de cunho humanitário, associada a um ‘(...) *sentimento de fraternidade, de interesse mais direto pelo infortúnio alheio*’, sendo designado por uma variedade de termos, tais como compaixão, misericórdia, beneficência, benevolência e filantropia” (Rizzini, 1997, destaque do autor). Desse modo, nas sociedades modernas, a filantropia se define como “amor à humanidade” e por conta disso foram criadas, a partir do século XVIII, diversas instituições de amparo à pobreza (Rizzini, 1997, p. 146-149).

século XX. Para esse fim, tomemos como guia a seguinte nota do jornal “O Norte”, de 11 de outubro de 1908:

Bica do Gravata

Queixam-se algumas famílias residentes nas proximidades da Bica de que ha ali u'a malta de desenfreados garotos que vivem a commeter desordem.

A referida Bica tem se tornado ultimamente o ponto para onde convergem não só ingenuas crianças como também moleques pervertidos, constituindo assim um grande perigo para aquelles inexperientes.

É mister, portanto, que permaneça alli uma praça de policia para manutenção da ordem e repressão das imoralidades (O Norte, 1908).

Segundo relatos da época, a Bica do Gravatá localizava-se na rua Maciel Pinheiro, espaço de grande importância para a economia da capital, pois reunia tanto o comércio em grosso como o retalhista. Havia naquela artéria “[...] comércio de comestíveis (alimentos), tecidos, [...], ferragens e calçados. Havia tabernas, farmácias, loja de joias, conserto de relógio, padaria, fábrica de cigarros, boticas livrarias e drogarias” (Maia, 2008). Era um local de grande fluxo populacional que reunia indivíduos pertencentes às diferentes categorias sociais. Nesse ambiente amalgamado, a criança passa a ser observada não só por sua ingenuidade mas pelos traços de perversão que algumas apresentavam. No discurso que gera a nota de jornal, aos olhos dos intelectuais, parte dessas crianças deveria ser assistida, condicionada e constrangida pelo poder público com urgência, com o intuito de corrigir comportamentos imorais e evitar a corrupção daquelas consideradas ingênuas.

Era preciso disciplinar, para se evitar a degradação numa *urbs* em desenvolvimento, ávida por criar meios que a tornasse saneada e civilizada.

De acordo com Dusfestel (1909) “A disciplina é, na realidade, apenas o conjunto de regras que previnem ou punem os desvios de conduta, com o objetivo de formar caracteres enérgicos, capazes de governo”. Esse era o momento da busca desenfreada pelo progresso proveniente “do mercantilismo sordido das cidades” (Azevedo, 1908) que, para alguns intelectuais, transformou o homem da cidade num ser de alma cheia “[...] de capas [...], de hypocrisia, [...] de um

artificialismo torpo, de uma cobardia sem nome, de uma civilidade degradante que os manda aparentar bondade e larguezas de vistas, quando na realidade, não passam de umas grandes bestas, truanescas e criminosas” (Azevedo, 1908). Um local doente e cheio de vícios como este necessitava ser saneado no processo de transformação, que buscava curar ou remediar os males que por ali grassavam (Rizzini, 1997, p. 175).

Para exemplificar esse ambiente degradante, temos a história dos menores Julio e Hyppolito que – provavelmente órfãos – eram criados pelo tio Sizenando Teixeira. Tais menores, certo dia, decidem roubar do tio a quantia de 115\$000 (cento e quinze mil réis). Em seguida fogem para Cabedelo na companhia de outros comparsas. Após dois dias de busca, o subdelegado, Dr. João Franca, conseguiu capturá-los, porém a quantia resgatada já não era a mesma. Quanto ao tio, este exigia que fossem presos e dizia que, em sua residência, não os queria mais.

Tal decisão, nas palavras do redator do jornal *A União*, criava “[...] serios embaraços á polícia, pois o enclausuramento na nossa velha penitenciaria, equivale por um estímulo ao vicio e á perdição, confundindo creanças inexperientes e ainda em tempo de se salvar com veteranos carcerarios” (MENORES, 1917). Para o redator do jornal a União, ainda era possível salvar estas crianças e transformá-las, como se dizia na época, em “homens de bem”.

A capital da Parahyba do Norte já não era a mesma de outrora. Suas crianças já não eram mais vista como anjos, inocentes e graciosos. De acordo com Augusto de Azevedo (1908), tais características só poderiam ser vistas nas crianças do campo. Via de regra, não fica difícil imaginar a que categoria social as crianças perigosas pertenciam. Afinal de contas, as crianças da elite, que aparecem nas páginas do jornal *O Norte*, nos momentos em que se festeja mais um ano de vida, eram apresentadas na seção “Vida intima” como crianças “graciosas”. Quanto às crianças pobres, representadas como pervertidas, a solução seria a correção de delitos por meio de um “ensino primário e profissional”, o qual ensinasse “os seus direitos e deveres, ministrando-lhes os meios de independência, e desse modo habilitando-o para conciliar os princípios da liberdade e da ordem” (Carvalho, 1989 *apud* Rizzini, 1997, p. 179).

Sob essa vertente, o deputado Dr. Correia de Freitas, apresentou, em 1911, emenda ao orçamento agrícola, propondo à União não só autorização de banco de crédito e empréstimos a juros baixos aos Estados mas também a criação de “escolas infantis onde lhe convier, para o ensino agrícola, assim como escolas correcionais, tanto para crianças, como para adultos que tenham commettido pequenos delitos” (Varas, 1911).

Convém chamarmos a atenção para a distinção de tratamento aos impúberes. Para a elite da época, diz Rizzine (1997, p. 64), “a criança [...] carecia da proteção do Estado e precisava ser ‘corrigida’ ou ‘reeducada’ [...]”. Para os higienistas, a punição seria o meio mais acertado para que as qualidades morais fossem desenvolvidas, do contrário, o condicionamento ficaria deficiente e não se produziriam indivíduos melhores (Dufestel, 1909). Enquanto, todavia, as escolas correcionais não chegavam, cabia ao Estado ampliar sua organização educacional.

No Estado da Parahyba do Norte, de acordo com Macario de Andrade (1911), articulista do jornal *O Norte*, o governo mantinha apenas 84 escolas primárias em 1911, cuja estrutura era precária: sem higiene, sem comodidade, sem material pedagógico e sem mobília. E aqui cabe uma pergunta: Como salvar a infância na Parahyba, estando as “escolas públicas [em] tristissimo aspecto de ruínas”?

No contexto estudado, notamos que a Medicina exerce grande influência nos discursos, os quais se proliferam e pressionam o Estado para que assuma “o problema da criança” como uma “problema do Estado” (Andrade, 1911). Neste sentido, ao lermos o artigo de Macario de Andrade (1911) destinado a Assembleia Legislativa do Estado, percebemos que suas críticas caminham no sentido de alertar para a necessidade de o Estado ampliar sua organização educacional. O que se buscava, no geral, era a ampliação da educação popular que dialogasse com a higiene física, intelectual e moral das crianças. Isso se daria por meio da instituição de grupos escolares e novas cadeiras – isoladas, elementares e rudimentares –, pois, sem educação, “não se civilizava uma nação” (Andrade, 1911). Na prática as escolas eram,

uma simples casa comum, com bancos duros de madeira e uma velha mesa de pinho sem arte, suja, corroída por muitas gerações de

carrunchos. As paredes, mas, sem aquellas finas figurações arrancadas á cal nova pela forte incidencia de luz interna e saudavel da nossa natureza, sem um quadro, um mappa que lhes interrompa cruel e baça uniformidade, fatigam inutilmente a vista das joviais creacinhas, inspirando-lhes instinctiva e justificada repulsa (Andrade, 1911).

Era preciso educar as massas e, para isso, a estrutura dos espaços destinados para esse fim deveriam primar pela organização pedagógica e higiênica. Na contramão dessa exigência, nada de atrativo se via na escola, a não ser sujeira, fadiga e atitudes indesejáveis. Para Macario de Andrade (1911), o Estado não estava preocupado com a vida intelectual e cultural das crianças, seu interesse era com os melhoramentos “materiaes [que] se vão fazendo na Capital e mesmo no interior” (Andrade, 1911).

A crítica se destinava às reformas feitas por João Machado (1908-1912) que promoveu a modernização da capital parahybana quando instalou alguns equipamentos de conforto moderno como: água encanada, luz e bonde de tração animal. Para o articulista essas “commodidades luxuosas” (Andrade, 1911) poderiam ser adiadas para se evitar o retardo do “[...] ‘progresso real’ do Estado, que se assenta principalmente na aptidão do povo para compreender as sciencias e as artes com as suas multiplas applicações” (Andrade, 1911).

Na visão de Andrade (1911) “o progresso real” se daria por meio de uma instrução pública que saísse do campo teórico e passasse ao “campo prático”, pois a Parahyba no final do governo João Machado “continuava [...] a ter seus 90% de analphabetos”. O fato era alegórico, pois o que se tinha em mente era que “o criterio único por onde se pode julgar do ‘progresso real’ dum povo” se assentava nos investimentos concernentes “à vida intellectual e moral” (Andrade, 1911).

Em outras palavras, era preciso controlar o trabalho cerebral, evitando a excitação intelectual prolongada, que poderia alterar a harmonia das funções do organismo, levando a criança à degeneração por fadiga e indisciplina.

Tudo estava por ser feito. Leis e discursos já vinham sendo elaborados no desejo de salvar a infância. Do Estado se esperava uma maior organização social.

Neste sentido, se o Estado não cumpria seu papel, a sociedade civil se via na obrigação de “salvar a criança” e a sociedade. Com isso,

[...] Vê-se o desenrolar do pensamento e das ações em torno da proteção à infância. Proteção não mais predominantemente caritativa/religiosa, no sentido de ajudar, amparar, abrigar (aos ‘orfãozinhos’, aos ‘desvalidos’...); porém no sentido laico, crescentemente ambivalente e judicializado do termo – defender, preservando do mal (a criança e a sociedade) (Rizzini, 1997, p. 132).

Havia aqui uma mudança de perspectiva. Há um “deslocamento da caridade para a filantropia, claramente entendida como a substituição de uma ação essencialmente religiosa por uma assistência de cunho social” (Rizzini, 1997, p. 177). Não era mais o tempo de salvar a criança em si, mas de salvar a sociedade, para a qual se desejavam indivíduos afeitos à ordem e ao trabalho. Sendo assim, se fazia premente identificar desde cedo “inclinações e patologias” que tivessem efeito negativo “na fase adulta” (Rizzini, 1997, p. 136). E isso não poderia ser feito sem um olhar minucioso sobre os corpos e os espaços malsãos da cidade. Nesse caso, ao médico cabia o papel de protagonista nas ações que resguardassem o futuro de todos.

Para tentar dar conta de um contexto cada vez mais esquadrinhador, o campo da medicina, gradativamente, dividiu-se em diversas especialidades que incluíam: a higiene, a pediatria, a obstetrícia etc. Essas ramificações foram expandindo seu campo de atuação e passaram a dialogar tanto entre si quanto com instituições sociais como a família e a escola. Tais campos ora procuravam legitimar seus poderes no interior da categoria ora tentavam monopolizar ações no campo social. Porque a sociedade não sofria apenas pela degradação moral, mas também pela falta de higiene que fazia proliferar todo tipo de doenças. Nesse contexto, o indivíduo tornava-se suspeito não só pela possível proliferação dos vícios morais – muitos deles passíveis de correção – mas também pela disseminação de doenças que roubavam o vigor e a vitalidade. Por esse motivo, Macario de Andrade chamava a atenção para o “progresso real”, que

Deve se começar por educar o povo, melhorando-se-lhe as condições materiais proporcionalmente ao seu gráo de cultura: não é racional entregar um complicado aparelho ou uma obra de arte ao rustico que não pode manejar-a ou apreciar-a por falta de educação sufficiente (Andrade, 1911).

A crítica acima nos revela que a Parahyba, do final da primeira década do século XX, estava em sintonia com o campo da Medicina e, por esse motivo, elege como presidente do Estado João Machado (1908-1912). A esse respeito, em sua mensagem de 1909, o Presidente declara que “No duplo character de administrador e medico, assiste-me o dever absoluto de estudar e aconselhar os meios de proteção á saúde pública” (Parahyba do Norte, 1909, p. 15).

Naquele momento, já era discurso corrente no campo político parahybano que uma boa administração pública deveria estar auxiliada pela Medicina, a qual, desde a segunda metade do século XVIII, pelo menos na França, vinha melhorando espaços coletivos, como hospícios, hospitais e prisões. Devido à higiene, esses locais haviam registrado, na passagem do século XVIII para o XIX, queda no número de mortalidade. No caso da Parahyba, João Machado, em mensagem de 1909, cita o Relatório da Inspetoria de Higiene Pública, revelando “que a mortalidade das creanças continúa a figurar de modo progressivo no obtuario” (Parahyba do Norte, 1909).

A justificativa para isso se “Attribute, com muita razão, [...] ao genero de amamentação artificial commumente usado pelas mães de família, sem cuidados necessarios para garantir sua pureza” (Parahyba do Norte, 1909). O ano de 1909 é representativo, pois foi quando o médico Anysio de Sá (1909) escreveu cerca de 22 artigos para o jornal *O Norte*, tematizando o cuidado com higiene infantil.

Para Anysio de Sá (1909), a higiene “Será a medicina do futuro” (1909) a qual expandia suas atribuições de um “domínio restricto de estabelecêr medidas próphylácticas” para a observação do “estado biochímico do organismo”, ou seja, passou a observar as “modificações metabólicas” (Sá, 1909). Dito de outra forma, a higiene passou a analisar as substâncias químicas que o organismo necessita para seu funcionamento, pois muitas poderiam causar doenças se ingeridas em excesso.

Esse é o caso do leite, que, nas palavras de Sá (1909) “não contem bastante acido chlorhydrico para tornal-o digestivo”. O higienista prossegue dizendo:

Não direi que a alimentação láctea no Brasil sêja completamente banida, entretanto, devêmos têr grandes reservas em administral-a e só devêmol-a fazer quando tivermos certêza que o leite vem de vacca sadia, é um leite puro e asseado; nêste caso juntar-lhe 30 a 50 grammas (por litro) de uma agua alcalina e assim obteremos uma bôa alimentação que satisfará as exigências do nosso clima (Sá, 1909).

Dá a entender, entretanto, que se referia ao leite animal, não humano, já que defendia leite materno como o melhor. Assim justificava:

Quando fui adjuncto do Laboratório de microbiologia do Instituto de Protecção e Assistencia á Infância do Rio de Janeiro, e estive por dous mêzes em sua chefia; offereceram-se-me algumas ocasiões de examinar e estabelecer um parallelo entre o leite de vacca, o da cabra e o humano. O resultado por mim sempre colhido era que o leite humano continha numero mais abundante de glóbulos gordurosos (principalmente médios) que os da vacca e de cabra, sendo sem dúvida, êste último o menos nutritivo (Sá, 1909)

Este artigo evidencia que o interesse pela infância se alargava na Parahyba e, por esse motivo, os médicos foram, cada vez mais, requisitados em matéria de saúde. Nesse caso, observa-se a gestação de uma nova sensibilidade em relação aos cuidados com os filhos. As crianças, em termos nutricionais, eram “merecedoras de amor e de cuidados redobrados” (Martins, 2008, p. 138).

Naquele momento, estava na ordem do dia o cuidado com a boa alimentação, principalmente numa Parahyba onde “A alimentação infantil [... era] incompleta e má” (Sá, 1909). Esse problema não era exclusivo da Parahyba, pois, nas palavras de Anysio de Sá, o Brasil como um todo sofria pela falta de cuidado com a alimentação infantil, pois o corpo necessita de substâncias que preencheriam “[...] o duplo fim a que se prende a hygiene alimentar, que é assegurar ao organismo as fórmas materias nutritivas, proporcionando-lhe o movimento, e fornecendo-lhe outra

sórte de força a *força nervosa* ou em outros termos mais significantes a energia vital [...]” (Sá, 1909).

É importante observar que o campo da higiene estava em expansão e, como tal, passou a olhar não somente os espaços físicos, mas o regime alimentar mais “[...] apropriado para o desenvolvimento physico e intellectual” das crianças” (Sá, 1909). Para Anysio de Sá, o aconselhável para a criança era um “regimen lácteo-vegetariano” (1909).

Em seus escritos, Sá expressa sua preocupação com a alimentação da infância desde o útero da mãe, mas enfatiza, principalmente, o cuidado necessário à criança entre 2 e 10 anos de idade. Prescrevia os melhores alimentos para a alimentação infantil e informava sobre os piores alimentos para o seu desenvolvimento. E não deixou de advertir sobre os efeitos do clima no corpo e no organismo. Para enfatizar suas palavras, cita o médico Huchard, o qual diz ser precisa uma “transformação radical, na maneira de alimentar, dèsde a infância” porque uma boa higiene alimentar seria capaz de “detêr a degeneração de um povo” (Huchard s/d *apud* Sá, 1909). As ideias de Sá (1909) não deixam dúvidas quanto à necessidade de se melhorar a nutrição da criança, pois, conforme sua experiência: “Seguindo êste conselho é que poderemos melhorar a nossa raça”.

Sá (1909) era um defensor das ideias eugenista; isto fica claro quando propõe o aperfeiçoamento do “nosso povo, já tão degenerado physica e intellectualmente”. Nesse ponto, o texto de Sá demonstra preocupação com a educação física nas escolas e, em especial, a destinada às meninas. Assim expõe,

[...] porquanto nas escolas faltam os exercícios indispensáveis pãra desenvolver o vigór corpóreo, mórmente da menina, que segundo alguns autôres, dentre os quaes destacarei o Dr. Kless (de Dresde) [...] “O exercício do corpo muito inflúe na saúde da mulher”, e a balizada opinião de Lagrange, que consta: “Os hábitos de actividade physica, de decisão e coragem que o regimen do exercício desenvolve na mulher, inflúem indubitavelmente no seu melhoramento moral e reflectem na sua função social, é pois, necessário prepararmos a menina, por meio da educação physica, para futuramente pôder [dirigir] a familia” (Sá, 1909)

Numa época em que poucos tinham acesso à educação, novas representações estavam sendo maturadas com relação à infância abastada (Martins, 2008). Tal representação fica nítida nos textos jornalísticos analisados, os quais ora eram elaborados por educadores, ora por médicos. Estes últimos, pelo menos na Parahyba do início do século XX, faziam o trabalho de ampliação de seus espaços e, com isso, legitimavam seu saber. Por esse motivo, os médicos primeiramente se inserem no seio familiar para aconselhar as mães quanto ao cuidado de si e dos filhos. Em seguida, passam a propagar a necessidade de se investir no desenvolvimento da infância nas instituições escolares.

O olhar sobre o corpo se amplia, buscando o aperfeiçoamento do organismo tanto interno quanto externo. Se o desejo era de um futuro regenerado, nada mais certo do que investir na infância e corrigir os vícios que traziam da instituição familiar. Corrigir e projetar eram as medidas tomadas para se criar uma sociedade higienizada, eugênica e educada.

Investir na educação das meninas foi o meio encontrado para se gestar a mulher desejada, cuja função seria a de cuidadora: do lar e da prole. Não se desejava mais se verem mulheres descuidadas e ignorantes. Esperava-se que, por meio da educação, as mulheres pudessem ser capazes de zelar pela “sorte dos filhos” (Sá, 1909). Para esse propósito, era urgente “Uma acomodação precisa e conveniente: entre os hábitos alimentares, as condições de vida, as exigências orgânicas, as influências climatéricas, etc.”, porque isso seria “indispensável para manutenção da saúde, conseqüentemente da vida” (Sá, 1909). Era preciso avançar ainda mais e investir no desenvolvimento da intelectualidade

[...] porque os habitantes do Brasil, a sua imensa maioria, são analphabetos, e os exercícios do cérebro aquêlles que mais desenvolvem a intelligência são a leitura e o raciocínio; êste facto prende-se a lei physiologica que diz – o desenvolvimento do organ acompanha sempre a evolução progressiva do trabalho (Sá, 1909).

No início do século XX, procurava-se trabalhar a criança de modo integral. O melhoramento se dava em três níveis: o intelectual, o físico e o moral. Dessa forma, embalados pela valorização da infância e pela crescente aceitação da Medicina

como elemento civilizador, a educação foi, cada vez mais, sendo chamada a ampliar seu envolvimento com o campo da medicina.

Dadas as transformações da estrutura política, social, econômica e cultural, ocorridas na última década do oitocentos, o século XX inicia-se cheio de transformações e ideias que promoveram a intersecção de campos distintos de conhecimento. Os médicos, segundo Martins (2008), estavam muito influenciados pela “[...] crescente onda de humanitarismo e a formulação da crítica social pelo movimento filantrópico e pelos movimentos políticos de cunho socialista [...]” . Nesta atmosfera polifônica, os médicos enxergaram a oportunidade de se colocarem como guias da sociedade. Para isso:

Os especialistas criaram, assim, as condições para a legitimação de sua autoridade ao mesmo tempo em que semearam a desconfiança sobre as práticas e os saberes maternos transmitidos pelas mães, sogras, vizinhas e amigas, consideradas perniciosas, ignorantes e nocivas para a saúde das crianças. Para as mães só restava a solidão de suas inquietações e as responsabilidades crescentes de uma maternidade que não devia ser compartilhada com mais ninguém a não ser o médico, o único capaz de conduzir a mulher-mãe, de educá-la e corrigi-la, a fim de não se desviar dos ensinamentos produzidos pelo conhecimento especializado (Martins, 2008).

Nessa busca pela legitimação do campo da Medicina, cresce o saber médico especializado nos corpos femininos e infantis. Cada indivíduo foi sendo racionalizado no desejo de se construir uma sociedade civilizada.

Para a mulher, construiu-se o discurso de que seu papel social recai sobre o trabalho reprodutivo⁶¹ responsável pela produção da força de trabalho do futuro.

Para a infância, o saber médico cria a pediatria que olha este corpo nos seus aspectos “[...] clínico [...] cirúrgico, [e] preventivo [...]” (Martins, 2008, p. 139), com a

61 Conforme Eileen Boris (s/d), “[...] o trabalho reprodutivo consiste das atividades que produzem a força de trabalho – atividades que transformam matérias-primas e mercadorias compradas com um salário, para manter, cotidianamente, o(a) trabalhador(a) e gerar a futura força de trabalho, por meio da nutrição, da vestimenta, do cuidado, da educação e da socialização das crianças. Esse trabalho é usualmente desempenhado sem remuneração salarial e por uma mulher (dona de casa, que pode ser simultaneamente uma trabalhadora assalariada)”.

intenção de constituir “o homem de amanhã”. Por esse motivo, criaram-se, também, métodos e técnicas pedagógicas para tirar essas categorias sociais da ignorância e ensinar-lhes a cuidar do fortalecimento e revigoramento corporal. Acreditava-se que a falta de instrução era “o entrave ao progresso de um paiz” e para resolver esse empecilho “a nossa ancia deve ser o Progresso”(Andrade 1912) .

Pensando na futura força de trabalho, a medicina preventiva, desenvolvida ao longo do período oitocentista, foi além da clínica médica pediátrica e fez desenvolver a profilaxia – medida educativa, que procurava preservar a saúde não só das crianças como da população em geral. Essa educação, a princípio, estava voltada apenas para as mães. Era preciso instrumentalizá-las com o discurso científico. Embalados pelas descobertas científicas, o século XX vê, entretanto, crescer a importância do cuidado com a saúde da criança. Desse modo,

As primeiras reuniões científicas de pediatria e puericultura começaram a acontecer na primeira década do século XX, como o Congresso sobre os Problemas da Alimentação Infantil, realizado em Paris, em 1905; o Congresso sobre a Proteção da Primeira Infância, em 1907, na cidade de Bruxelas; e o Congresso Nacional sobre a Criança, em 1909, em Washington. Durante a década de 1910 ocorreram vários congressos similares tanto na Europa quanto na América Latina, como o Primeiro Congresso Pan-americano da Criança, realizado em Buenos Aires, no ano de 1916 (Martins, 2008).

Por conta de toda essa atenção à infância em nível internacional, surge no Brasil uma agenda política voltada para sua proteção. O leque de agentes sociais envolvidos no tema da infância se ampliou, e movimentos feministas e não feministas debateram a questão enquanto problema social (Martins, 2008).

A família, a criança, o Estado e a mãe foram vistos como agentes políticos, cada um com uma função específica: “A família e a criança” vistas como “promessas do futuro da nação e da raça”; “O Estado [...] responsável pela formulação de uma legislação protetora da criança, da mulher e da família, bem como pela implementação das políticas públicas”; as mães [...] consideradas as responsáveis diretas pelo bem e pelo mal das crianças (Martins, 2008). Se a criança era o futuro da nação, cabia aos médicos puericultores e higienistas legitimarem-se pela elaboração de medidas protetoras:

Na verdade os médicos atuaram nas três pontas do tripé. Primeiro como especialistas, atuando na clínica, organizando-se e divulgando seus conhecimentos. Segundo, atuando junto às instâncias políticas, seja como funcionários públicos, seja como legisladores. Por fim, encarregaram-se da tarefa que lhes cabia mais diretamente, a educação das mães, por meio das consultas médicas nos hospitais infantis, dispensários, Gotas de Leite e lactários e, principalmente, por meio dos livros de puericultura, das cartas publicadas em jornais e revistas, palestras educativas, dos programas de rádio e, posteriormente, da televisão. Começaram, assim, a lenta e gradual tarefa de educar as mães, procurando transformá-las em suas aliadas na luta contra os males que ameaçavam a vida das crianças, mas também na disseminação dos saberes médicos, uma tarefa de aculturação que não foi fácil, especialmente em países como o Brasil, onde a inserção dos médicos foi, por muito tempo, restrita aos centros urbanos maiores e, mesmo nesses locais, essa inserção enfrentou resistências por parte das mães, no que diz respeito às práticas e aos saberes sobre a criação dos filhos (Martins, 2008, p. 140, sic).

Conforme podemos perceber, havia grande interesse por parte da sociedade em colocar na ordem do dia o cuidado e a proteção com relação à criança. Não se tinha, entretanto, um olhar voltado para a criança somente enquanto ser real, procurava-se olhar de forma mais específica a fase da infância. Para Veiga (2004), a infância é uma construção histórica e cultural e a aceção que dela construímos depende da sociedade em que ela está inserida.

No caso da Parahyba, temos uma sociedade ávida por regenerar seu povo no desejo de ser considerada moderna e civilizada. Para isso, a infância pobre, que seria o “adulto de amanhã”, necessitava de uma higienização tanto moral quanto intelectual. Era preciso gestar novas sensibilidades sociais e para isso o investimento na criança era visto como o melhor caminho para se obter êxito.

Na Parahyba, por meio de um anúncio de jornal *O Norte*, o médico Walfredo Guedes Pereira, em 1908, expressa sua preocupação com relação à criança – era o único anúncio que enfatizava “Dá consulta grátis á pobreza especialmente a criança”.

Esse era um momento em que o conhecimento médico estava em expansão, não resta dúvida. Para se colocar em prática os conhecimentos dessa categoria com relação à criança e à infância, organizou-se o Instituto de Proteção e Assistência à

Infância da Parahyba, uma congênere do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, criada no final do século XIX pelo médico Moncorvo Filho, “um dos principais porta-vozes da causa da infância” (Rizzini, 1997).

Tal instituição, na Parahyba de 1912, não estava sendo pensada apenas para defender a causa da infância, era também um espaço que aglomerava uma diversificada gama de agentes preocupados em difundir a higiene e a educação no Estado. Era um momento em que “surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos” (Góis Júnior, 2008).

Em vista disso, no próximo tópico tomaremos como foco de nossa atenção o referido Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba.

4.2 O Instituto de Proteção e Assistência à Infância: uma instituição beneficente

Discussões sobre crianças desvalidas não era novidade na Parahyba do Norte. Desde o século XIX, Benjamim Franklin de Oliveira e Melo (Oliveira, 2013) – provedor da Santa Casa da Misericórdia da província da Parahyba do Norte – chamava a atenção para a questão dos desvalidos abandonados aos cuidados da Misericórdia e apregoava a necessidade de se criarem instituições que dessem abrigo à infância. Era uma discussão que certamente circulava entre o meio intelectual, mas sem as devidas ações práticas no intuito de resolver o problema.

Cabe ressaltar, entretanto, que, no alvorecer do século XX, estes mesmos intelectuais da capital parahybana passaram a aprofundar o debate sobre a infância desafortunada. Assim, em 1912, saem do campo do discurso e partem para o campo da prática com a organização de instituições que procuravam assistir os desafortunados que se achavam expostos ao vício e ao crime, devido ao “completo desamparo [...], vítimas da penuria, invalidez e molestias” (INSTITUTOS [...], 1913). Não era pequeno o número de crianças que viviam pelas vias públicas a “afflingir seus habitantes, [a] extorquir esmolas de muitos e envergonhar-nos a todos perante os estrangeiros que nos visitam” (INSTITUTOS [...], 1913). Na tentativa de resolver esse empecimento,

dois grupos de patricios organizados, cada um, em verdadeiro apostolado, metteram hombros á grande empresa em prol da indigencia. Um, composto de philanthropicos cavalleiros desta Cidade, assumiu a tarefa de fundar um Asylo de Mendicidade [...] O outro formado de catholicos entre os quaes senhoritas das mais distinctas de nosso escol, e sacerdotes e seculares, altos titulados, todos conspicuos pelo conceito de que gozam e cargo que ocupam, tomou a si a fundação de um instituto de proctecção e assistencia á infancia (INSTITUTOS [...], 1913).

A passagem acima referendada deixa claro que o Estado da Parahyba do Norte carecia de uma infraestrutura institucional no campo da assistência social infantil e que o Poder Público estava procurando ampliar seu espaço de atuação no campo educacional infantil, como citado anteriormente. No campo da saúde, entretanto, especialmente aquele voltado para o grupo social infantil, muito ainda tinha que ser feito. Com o olhar sobre essa carência, as iniciativas de intervenção social, no início do século XX, ficaram a cargo de grupos de intelectuais ligados à Igreja Católica e seculares ligados à filantropia.

Para esse fim, identificamos que estes intelectuais traziam duas preocupações nas justificativas de criação das instituições infantis: uma relacionada à situação das crianças desvalidas – as quais revelavam uma estreita relação com os vícios, que os guiavam no “caminho da vadiagem e da gatunice” (INSTITUTOS [...], 1913) – e outra embasada no problema da mortalidade infantil. Partindo dessas preocupações, os intelectuais resolveram investir na criação de instituições que primavam tanto pela saúde quanto pela educação do corpo infantil.

A saúde infantil, por exemplo, entrou na pauta desses intelectuais no momento em que se verificaram as altas taxas de mortalidade, o que, segundo Camilo de Hollanda, em mensagem presidencial de 1917, dizia ser “superior a 50% dos obitos geraes” (Parahyba do Norte, 1917). Uma amostra da situação pode ser retirada da compilação da demografia sanitária de 1915, elaborada pelo médico Manuel de Azevêdo e Silva⁶², na qual expunha que a cada “1.000 nascimentos só aproveitamos 511”.

A demografia se referia apenas à cidade da Parahyba do Norte, que, na época, contava com uma população de 40.000 (quarenta mil) habitantes. Desse

62 Médico demógrafo da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba.

número, Azevedo e Silva contabilizou em 896 o número geral de falecimentos. A partir desta cifra, constatou-se que a perda de vidas infantis para as várias doenças que grassavam pela cidade ficou na casa de 489 crianças entre 0 e 10 anos de idade. Por esse motivo, se fazia urgente a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, pois, de acordo com o articulista do jornal *A União*: “Dos nossos necessitados adultos já se encarrega com muita efficacia a Santa Casa de Misericórdia, mas clama pela nossa protecção a nossa infancia desvalida, que vive ou vegeta, morrendo pelas ruas, alfurjas e viellas da cidade” (PROTECÇÃO [...], 1913).

Conforme Heráclito Cavalcante, em entrevista ao jornal *A União*, a preocupação com a situação da infância parahybana era antiga, já que, na vanguarda deste debate, se encontrava o jornalista Arthur Achilles e o Clube Benjamim Constante, os quais em anos anteriores chegaram a arrecadar recursos no intuito de desenvolver ações práticas voltadas a infância (PROTECÇÃO [...], 1913).

É certo que os intelectuais vinham fazendo campanhas na tentativa de mobilizar a população em torno da causa da infância, uma vez que o projeto necessitava da cooperação de todos para que pudesse sair do papel. Para além das iniciativas anteriores, a defesa da criação de uma instituição que desse proteção e assistência à infância ressurgiu em 1912, durante “a mais linda festa de creança que jamais foi vista aqui” (PROTECÇÃO [...], 1912). Passadas as festividades de 24 de outubro de 1912, o entusiasmo para se criar a nova instituição arrefeceu. Embora o interesse pela causa tivesse esmaecido, o jornal *A Imprensa* iniciou, em 31 de outubro do mesmo ano, uma campanha com o intuito de não deixar morrer a ideia de se fundar uma instituição que iria “Apanhar esses inocentes que estão a beira do precipicio para dar-lhes amparo e educação; desviar do caminho da vadiagem e da gatunice guiar para o dever; converter marotos em homens de bem [...]” (PROTECÇÃO [...], 1912). O objetivo maior era “construir a futura sociedade, preparar o homem de amanhã, [e] evitar o mal que desponta[va]” (PROTECÇÃO [...], 1912).

Em 14 de novembro, um novo artigo foi publicado, no qual se traçava um panorama das condições de vida dos desvalidos da capital e alertava para

necessidade de se unirem forças em prol do novo projeto. Para reforçar essa união, um articulista de codinome Barema cita uma frase de Roosevelt – ex-presidente dos Estados Unidos –, o qual colocava que “os homens hoje mais do que nunca devem contar sempre em suas instituições com a religião” (Roosevelt, s/d *apud* Barema).

Trazia-se a preocupação quanto ao direcionamento da nova instituição, pois quando Cristo disse “Deixae chegar a mim os pequeninos [...] porque o pequenino é o maior no reino do céu” (Barema, 1912) promoveu a “revolução moral do mundo”, porque as crianças são “as raízes da família, o fundamento da sociedade, a constituição geral do direito humanitario” (Barema, 1912). A partir desse momento, expõe Barema:

a creança [...] recebeu o direito da humanidade, deixou de ser simples necessidade da patria, para vir a ser um homem, e como é homem no primitivo estado da innocencia, livro em branco para a sociedade lhe escrever as virtudes que façam della um ramo proveitoso da arvore humana, ou os vícios que o transformem num malvado ... como fraco é preciso protegel-o, como inocente é necessario respeit-o, porque a geração que hoje brinca descuidosa é a que ha de amanhã governar o mundo e produzir outra geração para lhe succeder, sendo evidente que destas verdades rebenta immediatamente a necessidade dum meio salvador para não arrolal-as nas matriculas policiaes da prostituição ... a religião, mimoso quadro que Sarto e Corregio eternizaram com o pincel, que o escopro immortalizou, que os poetas cantaram, que os seculos têm gravado no coração dos povos, e que Belem quer imital-o ‘Jesus sobre humildes palhas libertando as creanças’ e nossa Capital se enthusiasma; educação, grita; instrucção, moralização, eis aqui as palavras que andam hoje na boca de todo mundo, e que indicam quão viva e geralmente é sentida a chaga, e a urgente necessidade de acudir a tempo prevenindo males incalculáveis: por isto ferve em tantos corações o projecto benefico do Instituto de Assistencia á Infancia, e é de esperar pelo numero consideravel dos Catholicos que com amor o patrocinam, não será a propagação dum sentimento, vago, indefinido, sem regras, sem dogma, sem culto, sem religião, ou uma religião de poesia e de romance, que sem deter o curso do mal, poderia tornar-se damnosa, não se fundando em solidas ideias religiosas(Barema, 1912).

Ao que parece, as tratativas iniciais em torno da criação do instituto traziam embates que refletiam a diversidade de agentes envolvidos no processo.

Percebe-se, nas páginas do jornal católico *A Imprensa*, uma produção intelectual que enfatiza o conflito entre defensores da caridade, nos moldes da igreja católica, e filantrópicos, propagadores da filantropia científica. Cada um se esforçando em mobilizar discursos que legitimassem uma determinada forma de ver a realidade histórica e social.

Isso refletia o momento histórico da recém-implantada República brasileira, na qual a laicização colocada em relevo acirrou o embate entre as duas vertentes que disputavam a assistência social. Tal disputa só foi “... superada por meio da incorporação mútua de discursos e técnicas: a caridade assumiu os objetivos filantrópicos de prevenir as desordens, e a filantropia preservou os preceitos religiosos” (Scopinho; Rossi, 2017). Isso fica evidente no mesmo artigo de onde retiramos a citação exposta acima, quando os religiosos defendem a união de forças em prol da infância. Essa união ia além da mitigação do sofrimento do próximo, pois procurava também atacar os problemas que causavam aflição.

Com base nisso, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância foi estruturado com o objetivo de resolver dois problemas que afetavam seu público-alvo: um era a saúde e o outro a educação. Com essa direção, o Padre Florentino Barbosa explica que o Instituto “... vigiará a prole desde o seu estado embryonario, procurando afastar della todo e qualquer elemento nocivo”, e vai remediar “[...] um outro grande mal [...]: [que] é a falta de instrucção intellectual, religiosa e civica” (INSTITUTO [...], 1912). De acordo com o Pe. Florentino:

Os pequenos abandonados, no seu estado de indigencia, não o são menos no que diz respeito a sua educação.

Nascem, crescem e morrem analphabetos. As letras para essa subraça da humanidade são verdadeiros hyerogriphos egypciacos, indecifreveis, inuteis ...

Sem educação religiosa e civica, preparar-se-ão homicidas, ladrões e bandidos; com ella, formar-se-ão destes pequenos, homens de bem, incapazes de planejar e muito menos de executar o que é ardil e criminoso; porquanto a educação é um corretivo do crime e um dique bastante poderoso, soerguido como anteparo aos estragos da barbaria. O único instrumento que lobrigmos idoneo para desfazer tantos males que dia a dia vão recrudescendo o estado da sociedade e das famílias parahybanas é a instrucção da infancia, sob todas as suas modalidades. (INSTITUTO [...], 1912).

Se a laicização do estado republicano havia afastado a religião da escola, cabia aos católicos reagirem a essa determinação e se colocarem na luta pela influência do meio cultural⁶³.

Os católicos estavam empenhados em intensificar as práticas religiosas para além da Igreja. Sendo assim, inseriram-se nos espaços de debate político, social, cultural e econômico. Para este fim, escreveram artigos para jornais, participaram de comissões de reformulação do ensino, envolveram-se na política partidária etc. A disputa ficou muito mais acirrada quando os católicos lançaram discursos contra o Estado ao dizer que “o laicismo é impotente para educar. A escola deve ser, portanto, essencialmente religiosa” (Escolas [...], 1913). E como dizia o jornal católico *A Folha do Povo*, “As escolas nas mãos do governo, só se podem tolerar, enquanto a iniciativa particular não fôr suficiente” (Escolas [...], 1913).

Para os católicos – que desde o Brasil colonial exercia grande poder sobre a educação – ver a república implantando um ensino público laico e neutro, “ausente da informação e interferência religiosa” (Rodrigues, 2017, p. 45) era inconcebível. Por esse motivo, a intelectualidade católica propalava que “A monopolização oficial, hoje já ninguém contesta, é funesta aos interesses da sociedade e até mesmo incompatível com a situação republicana”⁶⁴. A reação a esse ditame na Parahyba ia além da crítica ao monopólio e se processava nas representações distintas entre a escola tradicional e a escola moderna.

63 Para esse fim, um articulista do jornal *A Imprensa* que assina com as iniciais S. d'A, defende a “rechristianização pela imprensa e pela escola”. Neste sentido, propõe a criação de escolas paroquiais como substituição às escolas do governo (Escolas [...], 1914).

64 O jornal *A Imprensa* transcreveu o artigo “Escolas Primarias” publicado no jornal *A Folha do Povo* em Curitiba, Paraná. A publicação ocorrida em 11 de setembro de 1913 fazia críticas às escolas monopolizadas pelo estado e defendia a subvenção como forma de resolver o problema do ensino no Brasil.

A esse respeito, em 1914, o padre Pedro Anizio⁶⁵ escreve cerca de seis artigos no jornal *A Imprensa*, com o título “Pedagogia e Pedologia” em que, nos três primeiros, traça uma evolução histórica da pedagogia para demonstrar que o catolicismo estava “á frente do movimento científico e pedagogicos”, pois foi “a Igreja [...] a primeira a abrir as escolas populares, e que durante a idade media foi a unica a ministrar a instrucção, nos tempos modernos contribuiu para a expansão das lettras e o desenvolvimento e progresso da pedagogia” (Anizio, 1914a). Com isso, apresenta vários intelectuais católicos que contribuíram para o desenvolvimento da pedagogia. Sua reação se faz presente num contexto em que se representava a escola antiga como retrógrada, por ter ficado durante muito tempo “sob a proteção da Igreja”. Assim,

Sob a penna de escriptores desprovidos do necessario senso historico, ella [a escola antiga] apparece como um dos maiores flagellos da humanidade. Por sua construcção rustica, suas salas anti-hygienicas, seu aspecto lugubre, semelhante antes a uma prisão. Seus methodos obsoletos, seus processos rebarbativos, suas tendencias servís atrophiam as energias, matam a individualidade. A escola antiga não instrúe, não forma o character, não cultiva os sentimentos altruisticos. Não conhece senão a lei do terror. Corta vãos a razão, cercêa a liberdade, enclausura os espiritos. (Anizio, 1914b).

Esse era o quadro pintado pelos pedagogos modernos sobre a escola antiga ou religiosa, dizia Pedro Anizio. Depois desta representação, Anizio constrói, nos três últimos artigos, o argumento de que “[...] a escola moderna, posta ao serviço do anticlericalismo, não tem feito senão aumentar a criminalidade” (Anizio, 1914b). Sua narrativa se centra na necessidade de uma educação moral cristã porque “a

65 Natural de Bananeiras, nascera em 1883 no seio da família Bezerra Dantas. Era filho de Manuel Bezerra Dantas e D. Emilia Alves Bezerra Dantas. Iniciou as primeiras letras na sua cidade natal e, logo após, entrou no Seminário Parahybano. Graduou-se em Filosofia e Teologia Dogmática, pela Universidade Gregoriana, em 1910. Além dos afazeres eclesiásticos, foi diretor do jornal *A Imprensa e da Revista do Ensino*, escreveu livros e lecionou no Instituto Bananeirense, nos Colégios Pio X, Liceu Paraibano e Escola Normal. Esteve envolvido na criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba e, em 1935, “foi o primeiro diretor do Departamento de Educação do Estado, criado em 1935, pelo Governador Argemiro de Figueiredo” (Cf. Pedro Anizio. Academia Parahybana de Letras. Disponível em: <https://aplpb.com.br/n-26-1-sucesso-bezerra-dantas/>. Acesso: 27 nov. 2024. Ver ainda Aguiar, Cardoso. O problema do ensino. Revista Era nova. 1 out. 1921).

moral leiga [é a] principal responsável pela criminalidade, cada vez mais precoce, da juventude” (Anizio, 1914b).

Para afirmar esta assertiva, apresentou as considerações de Alfredo Fonillé – adversário do catolicismo – sobre a estatística de Paris, a qual revela que a cada “100 meninos presos apenas 2 se encontram que saíram de uma escola religiosa. De 100 meninos detidos na Petite-Roquette, a escola religiosa forneceu somente 11 e a escola leiga 87” (Fonillé, s/d *apud* Anizio, 1914b).

Para Anizio (1914) essa fala de Alfredo Fonillé é suficiente para atestar que a escola leiga não cumpria o seu papel, pois “A função própria da escola, sabemos todos, é educar. Si a escola não educa, se não forma o character, se não prepara o cidadão, se não nos dá um homem, não corresponde a seu fim [...] É, por conseguinte, inutil, não presta” (Anizio, 1914b). Assim, o articulista discorre sobre as diferenças entre as duas escolas que disputavam a orientação social e cultural no início do século XX. Desse modo, vemos que

A escola antiga é religiosa, a escola moderna é leiga. Aquella, sem descurar da instrução, preocupa-se com a vida moral, com os deveres do homem para consigo mesmo, para com o próximo e para com Deus; esta pelo contrario pouco se lhe dá da religião e do aperfeiçoamento moral do individuo: seu fim precipuo é a formação puramente scientifica. Uma educação, modera as paixões, forma o character e orienta as energias do homem para o bem, para a virtude. Produz um homem, uma obra imperecível: ‘*fundatum perpetuo aevo*’.
(Grifo do autor).

A outra, partindo do pressuposto que o homem nasce num estado de perfeita innocencia, sem nenhuma inclinação para o mal, não procura regular os movimentos do coração nem reprimir as tendencias naturaes. É a theoria do auctor de E’mile e dos educadores modernos que rejeitam a hereditariedade psychologica. Suprimem as realidades superiores, tem por uma ilusão tudo o que transcende á natureza. A norma de nossos actos não é mais, como ensinava o Anjo das Escolas, a recta razão, a razão bem ordenada; esta cedeu o lugar ao appetite [...] (Anizio, 1914b).

Anizio, em suas colocações, se utiliza da moral Kantiana⁶⁶ para demonstrar que os mestres modernos não estão comprometidos com a educação moral.

66 A respeito de Kant, Pedro Anizio diz que “Com o philosopho de Königsberg a philosophia liberta-se de toda a auctoridade, torna-se independente da revelação, essencialmente racionalista, anti-escolastica e anti-christã. Kant será, pois, o philosopho do protestantismo” (Anizio, 1914a)

Preocupavam-se, tão somente, com a instrução “puramente científica” (Anizio, 1914b). Para ilustrar o pensamento vejamos o que Kant tinha a dizer sobre o assunto: “uma educação pública completa é aquela que reúne, ao mesmo tempo, a instrução e a formação moral. Seu fim consiste em promover uma boa educação privada” (Kant, 1999, p. 30).

Nas palavras de Anizio, o Estado promovia tão somente a educação laica⁶⁷. Com ela, o que se observava era a falta de “[...] desdobramento das capacidades humanas para o bem, já que elas não estão desenvolvidas na criança” (Nogueira, 2014). A criança deve aprender a domar suas inclinações, suas paixões e seus apetites, pensava Anizio (1914). Mas, o que se via na escola moderna era o afrouxamento das regras e dos deveres, o que inevitavelmente levaria à prática dos vícios. Por esse motivo, Anizio (1914) apresenta a escola religiosa como a única capaz de fazer esse trabalho de educação moral⁶⁸.

Nas palavras de Kant (1999), a moral fazia parte da educação privada e deveria ser ministrada “pelos pais ou, caso não tenham tempo, capacidade ou não queiram, por outras pessoas que os ajudem nessa tarefa, mediante uma recompensa” (Kant, 1999, p.31). Assim, arremata que a “educação privada [...] é a mais importante”, contudo é a mais descuidada, “pois que ensinamos às crianças aquilo que julgamos essencial e deixamos a moral para o pregador” (Kant, 1999, p. 27).

Ao passo que o Estado republicano limitava a influência do catolicismo nas escolas públicas pela constituição de 1891, a Igreja operava uma reação para que o ensino religioso voltasse a fazer parte do programa escolar. A justificativa para isso era a falta de higiene moral que a escola laica estava promovendo na juventude, pela falta de condicionamento e comprometimento com as normas. Para tentar barrar sua exclusão na vida social e cultural da sociedade, “A Igreja Católica amplia

67 Nas palavras dos intelectuais ligados ao jornal *A Imprensa*, a ideia da laicização da República brasileira parecia centrar-se na implantação de uma educação cívica, cujo intuito era desenvolver “[...] os valores centrais da moral laica republicana, tais como liberdade, emancipação e solidariedade” (Pintassilgo, 2007).

68 Anizio propalava a moral cristã que defendia o bem pelo temor a Deus. De acordo, com Praxedes (2017), a moral laica tem como objetivo o desejo do homem. Não se trata de um desejo desenfreado, e sim de um desejo que seja limitado “em favor da convivência”. Desse modo, a moral laica “É a aceitação de que os outros, próximos ou distantes, também possuem interesses que devem ser levados em consideração” (Praxedes, 2017).

suas ações e cria instituições com o objetivo de reconquistar o espaço perdido após a promulgação da Constituição de 1891” (Batista, 2022, p. 295).

Sendo assim, a Igreja Católica na Parahyba vê a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância como meio para retomada do espaço perdido. É por isso que Barema (2012), articulista que citamos em momento anterior, chama a atenção para a união na construção de uma nova instituição. Porque “quando se criam forças é preciso saber o que fará dellas, como se lhes ha de communicar movimento e direcção, do contrario só se preparam rudes choques, agitação [...] desordens destruidoras, illusões [...]” (Barema, 1912).

Desse modo, se fazia necessário deixar “á religião catholica a influencia que lhe pertence” (Barema, 1912), pois “edificar sobre outras bases que não as estabelecidas pelo próprio Deus, o edificio será a casa levantada sobre a areia” (Barema, 1912), que sob o efeito da menor chuva se desfaz. Na edificação da nova instituição cabia à Igreja, de acordo com o pensamento católico, o direcionamento da higiene moral, pois

Famosa é a pagina dos pequenos que nossa Capital escreve no momento, alli está um seio aberto a attrahil-os e a abraçal-os: orphãos que choram ao desamparo, desvalidos sem tecto e sem pão; as ruas, pejam-nas creanças, que, ás vezes, completamente núas, não chegam a conhecer a virgindade; outras alugadas pela raça dos mendigos, fazem do pedido um prefacio para o livro da vagabundagem, pequeninos, em fim que não podem trabalhar e que nem sabem pedir [...] (Barema, 1912)

Para se evitar a degeneração, se fazia necessário unir educação e instrução – em outras palavras, eram urgentes a moralização e o conhecimento, para que o mal fosse contido. A ideia de regeneração social estava no princípio de que “não se devem educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a idéia de humanidade e da sua inteira destinação” (Kant, 1999, p. 22). Se para Kant (1999) esse princípio seria bem desenvolvido pelos institutos públicos, para Anizio (1914) esse trabalho teria melhores resultados nas escolas confessionais católicas.

E a luta da Igreja Católica continuava no sentido de aumentar seu espaço de intervenção. Assim sendo, quando se forma a primeira diretoria do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba, vemos que vários religiosos passam a fazer parte do quadro. Como exemplo disso, temos o Padre Florentino Barbosa – segundo secretário da instituição – e o Padre Pedro Anizio, nomeado membro da comissão elaboradora do projeto estatutário do instituto, juntamente com José d’Almeida, Guedes Pereira, Irineu Pinto e o coronel Francisco Coutinho. Para completar a diretoria do instituto “Assumio á presidencia, por aclamação, o Dr. Flavio Maroja que, em bella allocução, expoz o fim da reunião e declarou fundado o Instituto de Protecção á Infancia” (INSTITUTO [...], 1912) no dia 1º de novembro de 1912.

Já em 1913, o Instituto começou a desenvolver ações educacionais. Para isso, o Diretor da Instrução Pública colocou à disposição do instituto “o predio onde funciona a escola mixta de Jaguaribe, á rua da Palmeira, e o predio estadual n. 2 á rua Monsenhor Walfredo, para funccionamento das aulas nocturnas ‘Gama e Melo’ e ‘Cardoso Vieira’ [...]” (INSTITUTO [...], 1913), as quais ficaram sob a supervisão do conselheiro Francisco Coutinho de Lima e Moura.

O ensino noturno era uma necessidade que, de acordo com o presidente Castro Pinto, em mensagem presidencial de 1912, atendia tanto ao proletariado – que durante o dia trabalhava – quanto “a infancia que por falta de roupa descente não pode frequentar as aulas diurnas” (Parahyba do Norte, 1912). Essa infância sensível carecia de cuidados, pois a ela tudo faltava: alimento, vestimenta, educação, moral, higiene etc. E “por cuidados entendem-se as precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças” (Kant, 1999), pois “essa criança ha de ser amanha o que hoje fôr nas mãos do pae, da mãe e do mestre” (A Educação, 1912).

O que se observa nos escritos do início do século XX é a visão de que “o espirito humano surge no mundo qual taboa rasa prompta a receber os caracteres que nella se queiram inscrever” (A Educação, 1912). E como muitas crianças não tinham pais, ou por eles eram negligenciadas, cabia às instituições infantis esse cuidado, pois “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (Kant, 1999). Então, as vésperas de se criar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, o

redator do jornal *A Imprensa* explica que “educar é uma missão, [por meio dela se] refaz o homem; amolda-lhe a natureza, inspira-lhe ideias, depura-lhe os sentimentos, nortea-lhe as aspirações [...]” (*A Educação*, 1912).

Por educação, escreve Kant (1999), “entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação”. Os cuidados, todavia, iam além das questões da higiene moral e se apresentavam também na defesa de uma sociedade higiênica em seu estado físico e intelectual. A esse respeito, Flavio Maroja – logo após ser escolhido como presidente da Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba – escreve um artigo para o jornal *A União* e tematiza a questão da higiene escolar.

Nessa discussão, Maroja utiliza vários autores especialistas em higiene escolar, como: Riant, Dufestel, Delobel e Piçarra (Maroja, 1912). Dentre as citações apresentadas, destacamos a de Ladislau Piçarra (Maroja, 1912) que irradia a ideia de que se deve “começar a incutir cêdo hábitos hygiênicos [nas crianças], não só porque desta forma se vai fortalecendo o seu organismo, mas ainda com o fim de as ir preparando para mais tarde receberem o ensino nacional da hygiene” (Maroja, 1912).

O momento era de efervescência do debate em torno da infância, e o grupo que estava reunido nos trabalhos do Instituto de Proteção e Assistência à Infância não estava interessado unicamente em princípios morais – também pretendiam implantar nas “escolas da Paraíba um projeto médico-pedagógico pautado nos princípios higienistas e eugenistas. Um assunto considerado de alta relevância pelos sanitaristas no começo do século XX, capaz de constituir ‘espíritos superiores’.” (Soares Júnior, 2015).

É bom lembrar que, nesta empreitada, a infraestrutura institucional colocada em prática na Parahyba, seguindo os desdobramentos do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, ramifica-se em “varios braços proctetores, como a Polyclinica, [a] Gotta de Leite e [o] Orphanato”⁶⁹. Algumas dessas repartições, eram chefiadas por agentes que estavam, desde o início, envolvidos na implantação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Por esse motivo,

69 Institutos de Beneficencia. *A Imprensa*. Parahyba do Norte, 3 abr. 1913.

julgamos necessário falarmos, na próxima subseção, de alguns agentes envolvidos no processo, para entendermos suas ações políticas e de suas mobilidades sociais.

4.3 Agentes em movimento: a construção da dinâmica interna e externa do Instituto de Proteção à Infância

Indignação. Era o que se via nas palavras do editorial do jornal *O Norte*, intitulado “Espetaculo contristador” de 29 de novembro de 1908, ao descrever as ruas da capital parahybana recheadas de homens, mulheres e crianças “de todas as cores e idades” vagando de porta em porta, “esmolando em pregações cantadas”. Constatava que a sociedade e o Estado haviam falhado, porque a este último cabia “a criação da assistencia publica nas ruas e domicilios” (Espetaculo [...], 1908). Na visão do editorial, ao Estado pertencia o papel de “tutor moderado dos vencidos da vida, dos cahidos no meio da jornada, sem abrigos e sem alentos organicos dos meios de subsistencia” (Espetaculo [...], 1908).

No Estado da Parahyba, no início do século XX, não havia instituições que dessem combate ao mal. A Santa Casa de Misericórdia não preenchia todos os requisitos necessários para a implantação de uma assistência moderna. Era preciso remodelá-la, pois, para a assistência moderna existir, seria essencial a criação de instituições – “escola, azylo ou colonia correccional” – que pudessem resguardar a “sã moral politica e social” (Espetaculo [...], 1908).

As instituições de amparo aos indigentes vieram, porém somente em 1912, e não pela mão do Estado, mas, sim, por meio da filantropia. Uma dessas instituições foi destinada a assistir à infância desvalida que vagava pelas ruas ora doentes, ora na vagabundagem. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Parahyba foi idealizado por um diversificado grupo de agentes, os quais detinham um capital social que lhes permitia transitar entre vários segmentos da sociedade. Estes agentes mantinham uma rede de relações que lhes fizeram organizar ideias com o intuito de mobilizar ações políticas que legitimassem os planos que o grupo nutria em relação ao meio social. O início do referido Instituto se processa justamente num momento em que se agravava uma crise política na Parahyba, pois o líder do Partido Republicano do Estado, Álvaro Machado – que dominava a política na

primeira década do século XX –, havia falecido em janeiro de 1912 e as facções existentes dentro do partido intensificaram a disputa pela chefia da agremiação (Lewin, 1993). Todo esse turbilhão refletiu na composição da nova instituição, a qual reuniu benfeitores de diversas facções.

No jogo político, a consorciação que estava no poder era formada por integrantes dos antigos liberais que ascenderam politicamente, quando o presidente Deodoro da Fonseca renunciou em novembro de 1891 e Floriano Peixoto assumiu a presidência. Os antigos liberais na Parahyba seguiam Álvaro Lopes Machado e Valfredo Soares dos Santos Leal; já os antigos conservadores eram orientados por Venâncio Augusto de Magalhães Neiva e Antônio Trindade Antunes da Meira Henriques. Com relação ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em sua primeira diretoria contava com um grupo de intelectuais ligados ao partido político que não detinha a hegemonia do poder.

Dentro deste quadro, vemos que o referido Instituto era encabeçado por um representante dos antigos conservadores, pois a presidência ficou com Flávio Maroja, ligado ao quadro venancista, o qual retoma o poder com as manobras políticas de Epitácio Pessoa, personagem que, de acordo com Lewin (1993), se consolida enquanto facção personalística em 1915.

Flávio Maroja era filho de Manoel Ferreira da Silva Maroja e de Dona Maria Leocádia e nasceu na Fazenda Chaves, município de Pilar. Segundo Soares Júnior e Arruda (2014), Maroja

aprendeu as primeiras letras na cidade de Pilar, transferindo-se, já rapazinho, para a cidade da Parahyba, onde cursou, no Lyceu Paraibano, o curso de Humanidades, concluindo-o em 1883. Da Paraíba partiu para Salvador, onde iniciou o curso de médico na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo os dois últimos anos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888, onde defendeu a tese *A talha hypogástrica poderá diminuir as indicações da litotricia e das diferentes espécies das talhas perineais?* (grifo dos autores)

Inicia sua carreira médica no Exército em 1890, sendo designado para servir no Estado do Goiás. Após um ano, contrai beribéri e retorna à Paraíba. Em 1894, é desligado do exércit*o e passa a clinicar na capital parahybana. Foi inspetor da

Saúde dos Portos. Escreveu para jornais, atuou na Santa Casa da Misericórdia e no Hospital Santa Isabel. Sua imagem foi sendo construída por meio de discursos que o apresentavam “como ‘o amigo do povo’, aquele que ‘cogita o progresso’, que ‘congratula-se com os patrícios’, que está ‘vivamente empenhado’ e que atende prontamente, ‘cheio de entusiasmo’, a todos” (Soares Júnior; Arruda, 2014). Seu entusiasmo era tanto que esteve envolvido na constituição de diversas instituições que legitimavam o poder médico, como: o Instituto Vacinogênico, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e a Sociedade Médica. Fora estas funções, ainda foi sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba. Em todas estas instituições, militava em defesa da higiene pública, pois, para Maroja, este era um “Problema de ordem social” e, desse modo:

Não é debalde que sociologos, philanthropicos e hygienistas, doutrinam sobre a prophylaxia moral de toda sorte de vícios, estudando cuidadosamente questões de alto interesse social organizando estatísticas, cotejando-as, tudo no sentido de patentear os males presentes e futuros, curando-os e prevenindo-os (Maroja, 1912).

Estava sempre empenhado em pensar medidas que fortalecessem o serviço sanitário da Parahyba, pois só assim poderia ser evitada a proliferação de doenças infectocontagiosas. Sempre atento aos problemas da população dizia:

Eu leio com o espirito sempre attento e alegre a campanha benefica que nos centros grandes e civilizados se vem fazendo em torno de uns tantos problemas sociais que dizem com o bem estar das populações, com a garantia da saúde publica, com o **aperfeiçoamento da raça**, com a extinção dos vícios, com as condições em que se deve realizar o casamento, com a guerra sem treguas, enfim, que se deve mover á tuberculose, a siphilis e o alcoolismo (Maroja, 1912, grifo nosso).

Com esse texto, o autor deixa claro que defender a eugenia seria “a melhor forma de regeneração física e moral” da população (Soares Júnior; Arruda, 2014). Suas palavras são emblemáticas, pois são proferidas dois meses antes da criação

do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, o que nos faz indagar: a quem estava endereçada o “aperfeiçoamento da raça”?

Findado os dois meses, o Instituto é aberto, e claro fica que o médico dos portos estava interessado em debater a questão da infância na Parahyba.

Seguindo o exposto, utilizamos a escrita de Soares Júnior e Arruda (2014), que reforça o que estamos falando, pois Maroja era visto como “[...] o homem de maior contato com os sanitaristas da capital federal, dentre eles Renato Kehl e Belizário Penna” e por que não incluir dentre esses médicos, o pediatra Moncorvo Filho, responsável pela criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, cujas orientações inspiraram os intelectuais médicos da Parahyba para a criação de uma instituição congênere? Não temos fontes que nos certifiquem um contato direto entre Maroja e Moncorvo Filho, isso é fato; no entanto, a escrita de Maroja, destinada aos jornais parahybanos, demonstra sua leitura atenta com relação aos trabalhos tanto de Moncorvo Filho quanto do médico Clemente Ferreira, no que concerne à inspeção médica escolar.

Para Maroja (1912), “[...] a questão da hygiene escolar tem-se agitado nestes ultimos tempos como um dos factos importantes do progresso que se pretende levar ao seio de todas as classes [...]”. Para, todavia, se chegar a “todas as classes”, era imperativo que as administrações públicas seguissem os preceitos daqueles que lutavam em prol da “humanidade soffredora, ‘abominavelmente explorada em seu martyrio’ [...]” (Os Medicos, 1908). Neste sentido, a legitimação do poder médico se fazia urgente. Não bastava apenas a criação de instituições médicas com o objetivo de proliferar ações higienistas. Era preciso uma organização em termos políticos, pois há muito se tinha como certo que “Quem se tem empenhado contra os medicos em pleitos eleitoraes, pode bem dizer quanto custa vence-los” (Os Medicos, 1908). Desse modo, de posse “de admiraveis qualidades profissionais”, Maroja pensou estar pronto para o exercício da política e se torna deputado estadual em 1891, ao lado dos venancistas, que logo perderam o poder. Para o Padre Francisco Lima (1964 *apud* Soares JJúnior; Arruda, 2014), Maroja

[...] era lealdoso e sincero para com o partido político em cujas fileiras militava, estivesse ele no poder ou no ostracismo. Caíra, com

o venancismo na última década do século XIX, e só se reerguera, com o venancismo, que Epiácio Pessoa fizera ressurgir na segunda década do século XX.

Quando retorna à Assembleia Legislativa em 1916, Maroja tinha duas coisas a seu favor: primeira) a consolidação do poder médico, por meio das instituições que buscavam higienizar a sociedade; segunda) a volta ao poder da facção política à qual pertencia. Além de deputado estadual, nosso biografado foi também Vice-Presidente do Estado na gestão de Solon de Lucena (1920-1924).

Toda essa trajetória demonstra o reconhecimento de um dos agentes mais produtivos no campo da medicina parahybana, o qual cresce ainda mais pelo triunfo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que, em 1916, já era “uma das instituições de maior utilidade publica, pois é devido a elle que de muito diminuiu a mortandade entre as crianças nesta capital” (A FESTA [...], 1915).

O sucesso da instituição está agregado ao peso da fama e do prestígio dos agentes envolvidos com a questão das crianças desvalidas. Isso pode ser visto pela posição que cada um desses agentes assume dentro e fora da instituição. E não só é a posição que determina o poder do grupo mas também o capital simbólico acumulado durante a luta por reconhecimento e legitimação do saber profissional que tinha por objetivo “a causa da humanidade soffredora”, que precisava ser civilizada por meio do discurso higienista.

A higiene e seus preceitos, dizia o deputado Tavares Cavalcante na Conferencia Interestadual do Ensino Primário (1922), só poderiam ser “ministrados na escola ou nos que estiverem na escola”. Ensinar higiene nas escolas era colocar em prática o papel da higiene social, que protege indivíduos, no intuito de defender a comunidade das diversas doenças que por ela grassavam (Dufestel, 1909).

Desse modo, a proteção das crianças em idade escolar seria o caminho para se construírem corpos saudáveis e vigorosos, pois “As sociedades no começo de sua formação economica, como a Parahyba, precisam antes de tudo crear braços e estes não se formam no meio de miasmas, perseguidos de parasitas que facilmente arruinam a saúde, a mingua de resistencia” (Parahyba do Norte, 1918).

Criar indivíduos vigorosos ia, contudo, muito além do cuidado com “o bem estar physico”. No pensamento de Tavares Cavalcante, esse processo passava pela “regeneração intellectual e moral”. Dessa forma, o principal problema a ser resolvido seria o ensino público, pois somente essa instrução poderia extirpar a ignorância sanitária, pensava Cavalcante (1922).

Manuel Tavares Cavalcante, um dos agentes ligados ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em 1912 fez parte da comissão que elaborou seu estatuto e, em 1913, se apresentava, nas páginas dos jornais, como “superintendente do presidente do instituto” (Instituto [...] 1913), além de ser seu orador oficial (Araújo, 2016). Como superintendente, era a autoridade a ser contatada pelos interessados nas aulas noturnas ministradas neste Instituto de Proteção, da Parahyba.

Natural de Alagoa Grande, Tavares Cavalcante nasceu em 1881, filho do Dr. João Tavares de Mello Cavalcanti Filho e de D. Maria das Neves Pereira de Araújo. Antes de falarmos propriamente de Manuel Tavares, cabe conhecermos uma pouco da história de seu pai, cujo trânsito entre as facções política e suas alianças podem ter influenciado as ações do filho.

Ligado à política dos antigos conservadores, por intermédio de Antônio Trindade Antunes da Meira Henriques, o Dr. João Tavares deu início à facção local dos Tavares em Alagoa Nova. Como líder, “Ocupou o cargo de Deputado na Assembleia provincial de 1882 a 1885, pelo partido conservador. Posteriormente, “[foi] presidente da Câmara Municipal da Vila (1887-1889), [...] exerceu a função de Juiz Togado de Termo da Vila de Alagoa Nova. [...] Foi deputado provincial e estadual em várias legislaturas e vice-presidente do estado” (Camara, 1988).

Embora fosse conservador, mantinha uma aliança com Álvaro Machado, a qual, no ano de 1900, foi desfeita devido às eleições para governador do Estado. Em 1900, seu nome foi indicado para o cargo de governador, com o apoio de Eptácio Pessoa e Venâncio Neiva. Por pedido de Eptácio Pessoa, que era Ministro do Interior, o Presidente Campos Sales sugere, em telegrama endereçado a Antônio Alfredo Gama e Melo – governador da Parahyba – que seu sucessor deveria ser João Tavares. O que não foi acatado (Lewin, 1993).

Em 1904, refez sua aliança com Álvaro Machado e foi nomeado prefeito⁷⁰ de Alagoa Nova. Segundo Lewin (1993), “A base faccional da oligarquia no poder podia ser identificada na lista de indivíduos que possuíam um cargo federal ou uma posição no executivo governamental”. João Tavares não conseguiu ser governador nem deputado federal, é certo, mas engendrou ações que levaram seu filho Manuel Tavares Cavalcanti ao poder.

Ao se formar em Direito no ano de 1901, na Faculdade de Direito do Recife, Manuel Tavares entra nos quadros do estado da Parahyba como professor da Escola Normal e, logo em seguida, é designado “delegado fiscal do governo junto ao Colégio Diocesano”⁷¹. Em 1907, foi eleito deputado estadual e, em 1909, elege-se deputado federal. Como tal, fez parte da Comissão de Instrução Pública de 1911. Foi professor de História Universal e do Brasil no Liceu Parahybano e na Escola Normal. Escreveu para a revista *Era Nova* e para diversos jornais – *A Notícia*, *A União*, *O Combate*, *O Norte* (Alves, s/d). Exerceu a advocacia e era sócio fundador do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – e membro da Comissão Executiva do Partido Republicano na Parahyba, o qual, na convenção de 1913, indicou Epitácio Pessoa à chefia do partido, fato que evidencia sua ligação política com a oligarquia epitacista.

Foi Diretor da Instrução Pública no governo de Antônio Pessoa e chefe de polícia do governo de Camilo de Hollanda. Entre 1921 e 1929, elege-se, por três vezes, deputado federal. Em 1930, como aliado de João Pessoa, candidata-se ao senado – “Apesar de eleito, não tomou posse, pois não teve seu diploma reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes” (Alves, s/d).

Como deputado federal, advogava em prol do professor primário e da “[...] escola primária como centro de cultura construtor do caráter brasileiro e instância de defesa nacional” (Monarcha, 2019). Por esse motivo, chamava a atenção para

70 Em 1895, foi elaborada uma emenda à Constituição Estadual da Parahyba, em que os “cargos locais de prefeito e vice-prefeito deixaram de ser eletivos”, passando a serem cargos de confiança (Lewin, 1993).

71 As informações sobre Tavares Cavalcante foram retiradas, em sua maioria, do verbete exposto no site do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Manuel%20Tavares.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

uma verdade dolorosa: temos poucas escolas, grande número não provido e em todas a frequência pouco excede a 50% da matrícula e esta não alcança a 50% da população em idade escolar nas regiões do país pretendidamente modelares. Nas zonas rurais longínquas onde o próprio trato da terra é sobrevivência do velho ensino dos Jesuítas, o que convém é fazer do professor primário um elemento de progresso, um agente civilizador e não um simples ensinador limitado do alfabeto e das quatro operações que se esquecem quando não se praticam (Cavalcanti, 1922, p. 234).

Ainda na Conferência Interestadual de Ensino Primário de 1922, Tavares Cavalcanti profere, no tópico “A educação e o problema do saneamento”, elogios “aos esforços do Governo pela Hygienização do Paiz”. Advertia, entretanto, que nada disso teria sucesso “sem se resolver concomitantemente o problema da educação” (Cavalcanti, 1922). Assim, prossegue: “Os que repetem que o Brasil é um vasto hospital, esquecem que a molestia hospitalizada é a que se acompanha da miséria, inseparável da ignorancia”, por esse motivo, a solução não deveria recair, somente, sobre o saneamento dos espaços, “mas sobre o homem que se degradou, qual outro anjo decaído”. Nesse caso, “a obra de caridade é difundir os preceitos da hygiene”, os quais “só podem ser ministrados na escola” (Cavalcanti, 1922). Com isso conclui:

[...] sem instrucção, que extirpa as larvas da ignorancia, não se exterminarão jamais as larvas das verminoses que com estas se nutrem. No dia em que o problema do ensino publico estiver resolvido, o do saneamento será tambem uma reminiscencia a attestar até que ponto o analphbetismo degradou o nosso homem e degenerou a nossa raça. (Cavalcanti, 1922)

Seu envolvimento em defesa da educação era antiga. Por esse motivo, compôs, junto a outros intelectuais, a Comissão de Reformulação⁷² do Ensino Parahybano de 1917, que instituiu a função de inspetor sanitário escolar. Essa Comissão abrigava ainda um outro membro do Instituto de Proteção e Assistência à

72 A comissão de 1917 foi composta pelos seguintes professores: José Francisco de Moura, Manoel Tavares Cavalcanti, Odilon Coutinho, Alcides Bezerra, Celso Affonso Pereira, José Gomes Coêlho e José Fructuoso Dantas (Parahyba do Norte, 1917).

Infância, o Professor Francisco Coutinho de Lima e Moura que, dentro da Instituição, ficou responsável pela seção de ensino noturno.

Francisco Coutinho nascera na Capital paraibana (Brasil, 1891), em 1867. Era filho de Francisca Joaquina da Rocha Coutinho e de Joaquim Ignacio de Lima e Moura. Baseado no livro de memórias do próprio Francisco Coutinho, Espindola (2017) informa que seu pai

foi médico homeopata, professor de primeiras letras nas décadas de 1860 e de 1870 (na villa do Pilar e na capital, Varadouro e Tambaú), lente do Lyceo Provincial - primeiro professor de lingua nacional [...], deputado da Assembleia Provincial pela Parahyba e capitão da guarda nacional. Francisco Coutinho de Lima e Moura registrou que sua família era numerosa que possuía 18 membros, três dos seus irmãos formaram-se em medicina, direito e farmácia [...] (Coutinho, 1938 *apud* Espindola, 2017).

Ao que tudo indica, seu pai passou a ocupar o cargo de professor durante a presidência de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão do Abiaí), que era líder do Partido Conservador na Parahyba (Gomes, 2017). Em termos políticos, Francisco Coutinho poderia ser um conservador, mas aqui o que parece “evidente deve ser problematizado, como fazem os sociólogos, que desestabilizam certezas, as fronteiras e tudo que parece naturalizado” (Chartier, 2012).

Assim sendo, comecemos a falar de seu capital social, que ia além do grupo conservador, devido à relação de amizade que desenvolvera com o governador Antônio Alfredo da Gama e Melo (1896-1900), privilégio que o faz deixar registrado que Gama e Melo foi o responsável por sua nomeação, sem concurso, como professor do Lyceu Parahybano, o retirando do ensino primário cujos vencimentos eram parcos. Com relação ao seu posicionamento político, Francisco Coutinho relata que entra para a “[...] vida pública, [...] junto de um governo muito perseguido pelo governo Federal, tomo parte em todas as campanhas políticas, como oficial de gabinete, deputado do Estado e responsável político da *A UNIÃO*.” (Moura, 1938, p. 22 *apud* Espindola, 2017).

Gama e Melo fazia parte da oligarquia alvarista (antigos Liberais), a qual, imprudentemente, nas eleições de 1898 apoiou um candidato à presidência que não

coadunava com a linha de pensamento de Prudente de Moraes e seu sucessor, Campos Sales. Tal fato levou o governo federal a criar alguns empecilhos às eleições estaduais (Lewin, 1993). As relações com o governo federal não eram das melhores, visto que o governo estadual estava estruturado com correligionários, que trabalhavam nas fileiras opositoras do governo federal.

Desse modo, se fazia urgente organizar os opositores à oligarquia dirigente na Parahyba, e é, nesse momento, que Eptácio Pessoa e Venâncio Neiva passam a fazer alianças com outras lideranças para tentar dominar o cenário político estadual.

Esses políticos, entretanto, ainda não detinham todo capital social necessário para solapar os dirigentes do poder regional. Nesse ambiente de disputa, Francisco Coutinho constrói seu espaço enquanto servidor público, primeiramente como “professor de primeiras letras na Vila de Pilar, nas povoações de Belém e Caiçara na década de 1880” (Miranda, 2017).

Conforme Espindola (2017), em 1899, Coutinho se torna professor secundarista do Lyceu Parahybano após a aposentadoria de Maximiliano José de Inojosa Varejão, lente da cadeira de Português do Lyceu. Torna-se deputado estadual no ano de 1900, para uma legislatura de três anos. Além desses cargos, era também tenente coronel da Guarda Nacional. Por esse motivo, criou, em 1908, o Tiro de Guerra Parahybano, instituição que objetivava a defesa nacional. Por ser o primeiro presidente desta instituição, vale a pena acompanharmos parte do discurso que o institui:

[...] eu concito a todos vós para que, unidos, vos torneis fortes para a consecução do nosso belo e patriótico ideal. [...] Sim, meus nobres e jovens camaradas; fortes não somente pelo necessário desenvolvimento das vossas forças musculares com constantes e metódicos exercícios ginásticos para poderes ostentar o belo físico que era a preocupação e o orgulho do guerreiro romano; mas fortes pela pátria e rigorosa observancia dos principios da moral cristã; fortes pela edificante submissão ao princípio de autoridade; fortes pela exata compenetração de todos os vossos deveres; fortes pelo amor á ordem e ás cousas públicas, apanágio comum de todos nós; fortes pelo exemplo de honestidade absoluta; fortes pela coragem indômita de soldado, não somente em suportar com resignação os rigores de disciplina militar; em holocausto á pátria amada, como também no combate com a vontade firme de vencer, de um espartano, levando, se preciso for, esta coragem ao extremo do

sacrifício, que é a glorificação no altar da pátria [...]. (Moura, s/d, p. 241 *apud* Miranda, 2017).

O Tiro de Guerra era uma instituição que mobilizaria os cidadãos para, quando necessário, serem convocados pelo Exército. Os cidadãos que procuravam o Tiro de Guerra recebiam, além das instruções de tiro e armas, uma formação corporal, com exercícios que pudessem fazer desenvolver as forças musculares.

O discurso de Francisco Coutinho defende um ideal patriótico manifestado pela união em torno dos “preceitos do amor à pátria, do desenvolvimento de homens bem-educados no princípio da fé e dos comportamentos” disciplinares (Miranda, 2017). Era um discurso de defesa da nação, o qual se ampliou na segunda década do século XX com o “debate [...] em favor do ensino militar obrigatório” (Miranda, 2017).

Caminhando em direção a esse tipo de ensino, a Parahyba estava, nas palavras de Miranda (2017), preocupada com “a qualificação dos professores, o comportamento dos alunos, bem como o seu preparo físico”, porque se constatava que as escolas eram espaços pouco apropriados para o melhoramento integral dos indivíduos que a frequentavam.

Envolvido por esse ambiente de incentivo ao ensino, principalmente em favor das crianças desvalidas que não conheciam os comportamentos de uma sociedade civilizada, Francisco Coutinho juntou-se ao grupo de agentes interessados em criar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, para o qual foi designado “diretor das escolas nocturnas” (Instituto [...], 1912).

De acordo com o art. 1º do Estatuto da referida Instituição, seu objetivo se “destinava a amparar a infancia, especialmente a desvalida”, tendo como base a “creação de maternidade, creches, orphanatos, hospitaes, jardins de infancia e no suburbio da Capital, especialmente, escolas nocturnas para o sexo masculino e diurna para o feminino” (Instituto [...], 1920).

É por esse motivo que, em 1913, as aulas noturnas começam a ser ministradas nos bairros Jaguaribe e Tambiá, espaços onde se verificava, ao longo das primeiras décadas do novecentos, “um grande numero de creanças [...] sem assistencia educativa” (Silva, 1921).

A iniciativa do Instituto, provavelmente, fez com que o agente responsável pela Seção de Ensino Noturno, participasse, ainda no ano de 1913, da Comissão que estabeleceu o “Decreto n. 665 de 29 de agosto de 1913 que ‘organiza o ensino noturno primario da capital’ [...]” (Espindola, 2017) durante o governo de Castro Pinto (1912-1915). Ainda segundo Espindola (2017), o professor Francisco Coutinho, em companhia de Francisca Moura, José Coelho e Gaspar Lefebvre, também criou o curso D. Ulrico, com o objetivo de ministrar aulas noturnas e gratuitas para adultos pobres, uma vez que, o Decreto n. 665/1913 já determinava que as aulas noturnas eram destinadas aos indivíduos maiores de 15 anos. Na prática, o ensino primário noturno se estendeu aos alunos mais jovens. Assim, segundo Espindola (2017), “Haveria no estado cinco escolas primárias noturnas (maiores de 14 anos), sendo duas do sexo masculino e uma do sexo feminino e as outras duas destinadas aos meninos (de sete a 14 anos)”.

A justificativa para esse alargamento do ensino noturno para crianças menores de 15 anos pode ser percebido no artigo “Assistencia á infancia: polyclinica infantil, ensino gratuito”, publicado no jornal *A União*, edição do dia 12 de janeiro de 1913. Segundo o artigo o ensino primário noturno se apresenta como uma nobre ação em prol da “infancia palperima, sem roupas dignas para as escolas diárias” (Assitencia [...], 1913). Em vista disso, se fazia urgente “Multiplicar, [...] esses centros humildes do ABC; abrir-lhes as portas [...]a] todos [...] que necessitam da aprendizagem inicial, tornando-os alegres no ensino e reaes no cunho da moralidade, eis um serviço de puro amôr ao proximo e ao futuro da patria [...]” (Assistencia [...], 1913). Essa tentativa de alargar o ensino noturno no século XX inicia-se “rudimentarmente [no] governo do dr. João Machado” (Assistencia [...], 1913) e amplia-se no governo de Castro Pinto, que após o Decreto n. 665, nomeia Abel da Silva para Diretor do Ensino Noturno da Capital.

Logo que assumiu a função, Abel da Silva fez uma inspeção nas escolas noturnas existentes e, em entrevistas ao jornal *O Norte*, informou que havia cinco dessas escolas na Capital, muitas delas carentes de materiais e de iluminação apropriada. A iluminação noturna, um dos assuntos da entrevista, era um dos problemas a serem discutidos, compreendia Abel da Silva, junto à Diretoria de Instrução Pública, “em presença do lente de Hygiene da escola Normal” (O Ensino

[...], 1913) porque havia a “necessidade de ser alterada a disposição da luz nocturna nas escolas” (O Ensino [...], 1913).

Nas visitas que fez a esses estabelecimentos, o Diretor das Escolas Noturnas havia encontrado “salas de aula em que a disposição dos fôcos é má no duplo ponto de vista do ensino e da saúde do aparelho visual” (O Ensino [...], 1913). Aqui constatamos que, na falta de um Inspetor Sanitário Escolar, as questões de hygiene e saúde escolar eram também debatidas junto ao professor de Hygiene da Escola Normal. Sobre isso, também podemos dizer que este era apenas um dos problemas relacionados à hygiene escolar, o qual estaria resolvido se houvesse uma inspeção sanitária eficaz como Flávio Maroja vinha defendendo desde 1910.

Em 1912, o debate em torno da necessidade de um inspetor sanitário escolar torna-se mais acirrado e Maroja chega a indicar ao governador João Machado um médico especialista em saúde infantil para o cargo.

Pensando nesta função, discutiremos, no próximo tópico, o trabalho de dois médicos especialistas na hygiene escolar – um deles integrante do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) e Inspetor da Escola de Artífices Marinheiros e o outro responsável pelo Serviço Sanitário Escolar na década de 1930.

4.4 Os agentes da hygiene escolar na Parahybana

Logo no início do ano de 1913, o jornal *O Norte* informava, na seção “Trechos e Notas”, que o valor institucional do Instituto de Proteção e Assistência à Infância crescia “no conceito de nossa sociedade”. Talvez lembrando outros momentos em que se ensaiou criar instituições infantis, “Muita gente pensava em principio, que esse instituto não medraria e esses receios eram mais ou menos fundados no pessimismo que por muito tempo forrou a alma do nosso povo” (Trechos [...] 1913).

A organização da Instituição, iniciada pela elaboração do Estatuto em 1912, tinha por meta a saúde infantil, especialmente, das crianças desvalidas. Sua estratégia de ação se dava pela criação de seções, ora compondo projetos educacionais, ora organizando a saúde materna e infantil. Esta última, desenvolvida

graças aos “esforços desse moço distinto que é o dr. Walfredo Guedes Pereira” (Trechos [...], 1913).

Walfredo Guedes Pereira, segundo Rocco (1997), era um médico parahybano, natural de Bananeiras. Nascera em 30 de outubro de 1882, no Engenho Gamela de propriedade de seu pai, Segismundo Guedes Pereira e de sua mãe, Joana Americana Guedes Pereira. Estudou as primeiras letras no “Colégio Borborema”, em Bananeiras, mas logo foi levado à Capital, onde terminou o curso primário. Em seguida, entrou no Lyceu Parahybano, para cursar o ensino secundário. Ao término deste, adentra no curso de Medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo-o em 1907.

Em 1908 defende tese intitulada “Pseudoparalisia de Parrot”, doença que se apresenta como uma das manifestações da sífilis congênita, com alterações ósseas nos membros dos recém-nascidos (Pereira, 1908⁷³; Feitosa *et al.*, 2016). Conforme Rocco (1997),

Desde estudante nutria especial carinho para as crianças e decidindo pela Pediatria, freqüentou o Ambulatório da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Foi interno da Clínica Médica do Prof. Paes Lemos e interno do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Moncorvo Filho...
Freqüentou, também, o Hospital da Marinha [...]
Seu desempenho no Hospital da Marinha valeu-lhe a nomeação para Escola de Aprendizes Marinheiros sediada na Paraíba, com o soldo de 200 mil réis mensais, onde serviu por doze anos.

De volta à Parahyba em 1908, casa-se com Maria Emília Neiva de Figueiredo, sobrinha de Venâncio Neiva, o que demonstra sua possível filiação faccional na política do Estado. Ainda neste ano foi contratado para inspecionar a saúde dos alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros. Nesta Instituição, era responsável pelo “monitoramento mensal ou semanal quando preciso, da higidez dos aprendizes”

73 Nas palavras do próprio Walfredo Guedes Pereira (1908), estagiou no “[...] ‘Dispensario Moncorvo’ do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro e da Policlínica Geral [...]” e que seu trabalho de conclusão do curso de medicina não era “[...]mais do que procurar continuar as perquisições do Dr. Moncorvo Filho, a quem acompanhamos a annos, e cujos estudos sobre a *Molestia de Parrot* são por sua vez a continuação dos do Dr. Moncorvo Pae, pranteado Pediatra, a quem a Sciencia tanto dêve” (Grifo do autor).

(Ferreira, 2022). Além disso, inspecionava a higiene das dependências da escola e “orientava as atividades físicas que deveriam ser realizadas pelos corpos infantis” (Ferreira, 2022). A inspeção dos corpos dos aprendizes era tarefa regular, por meio da qual se identificavam doenças que poderiam levar o menor ao tratamento ou ao seu desligamento da Instituição. Se a doença fosse tratável, o médico encaminhava o paciente para enfermaria de um dos hospitais da Capital.

Em conformidade com o apresentado, destacamos o anúncio do jornal *O Norte* a respeito da cirurgia do aprendiz número 5, no ano de 1913:

No dia 2 do corrente deu ingresso no Hospital da Santa Casa um dos menores da Escola de Aprendizes Marinheiro, que tem o numero 5 typo de compleição resistente, que, pelo exame cuidadoso e minunciosamente, feito pelo sr. dr. Guedes Pereira, medico da referida escola, fôra constatada a existencia de uma hernia inguinal (Operação [...], 1913).

O progresso médico, naquele momento, se consolidava ainda mais na Parahyba por meios das operações realizadas na Santa Casa da Misericórdia, sob a direção do Dr. Hardman.

Com esse anúncio, o Jornal criava um discurso de reconhecimento da classe médica enquanto detentora de diversas formas de cura. Muitas dessas operações levadas a efeito pelo Dr. Joaquim Hardman tinham o auxílio do Dr. Guedes Pereira, principalmente em casos envolvendo crianças. Nessa rotina, citamos a “cirurgia da menor Etelvina Bezerra da Silva que apresentava um grande desenvolvimento das amydalas” (Duas [...], 1913).

Essas ações, observadas em 1913, guardam intima relação com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Isso pode ser percebido pela seção da Policlínica Infantil que estava sob a direção de Guedes Pereira. A Policlínica teve suas portas abertas para atendimento ao público infantil no dia 7 de janeiro de 1913, “no andar terreo do predio nº 44, á rua Direita” (Assistencia [...], 1913).

Além da Policlínica, a princípio, o referido esculápio também ficou responsável pela seção de maternidade, hospital e creche “até que o desenvolvimento do serviço exigir desdobramento dos cargos” (Instituto [...], 1912). A fama de Guedes Pereira como pediatra já era “bem reputada” na capital, e com a

“nova instituição que cuidava das crianças reconhecidamente pobres e na primeira idade” (Instituto [...], 1913), seu capital simbólico foi alargado dentro de outros espaços sociais. E, para melhor atender as crianças pobres, a seção Policlínica Infantil ficou responsável pelos serviços de:

a) inspecção do serviço de aleitamento, regulamentando-o, segundo, os principios basicos de higiene infantil; b) inspecção das condições em que vive a criança relativamente á alimentação, habitação, roupas, costumes e instrucção afim de proporcionar-lhe os cuidados indispensaveis ao desenvolvimento physico, moral e intelectual; c) manter consultorios para tratamento de crianças reconhecidamente pobres, dispensando-lhe todo recurso de uma therapeutica racional e moderna (Instituto [...], 1920).

O Diretor da Policlínica, ao tempo que desempenhava suas funções como médico, ficou responsável pelos serviços de construção da sede da referida Instituição, em terreno na Avenida João Machado. Após três anos de existência da instituição, tendo já concluído o pavilhão de “Clínica Medica” em 1916, Guedes Pereira informa não poder ocupar o prédio por falta de transporte para a população, pois a Empresa Tração, Luz e Força ainda não havia estendido a linha de bondes elétricos até aquela localidade, o que obrigava seus colaboradores a continuarem consultando “numa dependencia da Pharmacia ‘Mercez’, graças á extrema gentileza do seu proprietario o sr. Alipio Cordeiro” (Os Tres [...], 1916).

Com base no relatório apresentado à Assembleia Geral do Instituto em 1916, o Diretor Guedes Pereira, além de prestar conta das obras do Instituto, expôs os serviços que a Clínica já havia prestado à comunidade até aquele momento. Isso posto, comunicou que “O movimento da Polyclinica foi desde sua installação de 3.001 matriculas sendo 2.019 do sexo masculino e 982 do feminino” (Os Tres [...], 1916). A estatística da Policlínica ainda destacava que “Tiveram alta por cura 2.332, inclusive as que não voltaram á consulta depois de alguns dias de tratamento, e por fallecimento 118. Continuam matriculados 551, sendo, 271 do sexo masculino e 280 do feminino” (Os Tres [...], 1916). Esta “instituição caritativa” vinha prestando há anos “relevantes serviços as classes proletarias dessa cidade” (Enfermos [...], 1918) trazendo assim uma “economia collectiva de nossa sociedade” (Instituto [...], 1920).

Em 1917, o Diretor da Policlínica já se apresentava como presidente do IPAI e tinha como Vice-Presidente o Dr. Flávio Maroja. Juntos, desenvolveram tanto o Instituto quanto o trabalho de profilaxia rural, que foi acelerado em 1918, com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Guedes Pereira era visto como “colaborador do sr. dr. Flavio Maroja na grande obra de saneamento” (Endemias [...], 1918). Outrossim, mesmo antes da criação da Liga Pró-Saneamento, a Parahyba já estava empenhada em fazer a profilaxia das endemias rurais. Por isso, cabe ressaltar a presença do Dr. Adolpho Lutz, do Instituto Manguinhos, em 1917, na Parahyba.

Na ocasião da visita de Lutz, foram feitos os primeiros exames para detectar a anquilostomíase, doença recorrente nas zonas rurais. Em novembro de 1917, o Dr. Guedes Pereira foi requisitado por Flavio Maroja, para fazer novos exames no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, “encontrando em quase todos a existencia de ovulos da opilação” (Endemias [...], 1918). Na visão de Porto (2014), em meados da década de 1910, Guedes não só ingressou “na carreira de administração caritativa” com a criação do IPAI, como passou a fazer “pesquisa médica” (2014) com foco nas endemias rurais.

Neste sentido, para levar à frente os trabalhos de assistência médica aos endemicos na Parahyba, o Presidente Camillo de Hollanda expediu o Decreto n. 953/1918, autorizando “não só o combate contra a ‘ancylostomose’ como tambem contra o paludismo” (Ancylostomose, 1918). O governo não pretendia ficar de braços cruzados, logo, “para [...] essa providencia socorri-me da competencia profissional dos respeitaveis clinicos doutores Flavio Maroja e Guedes Pereira, aquelle como chefe do serviço clinico da Santa Casa da Misericordia” (Parahyba do Norte, 1918) o outro, certamente, pelo trabalho junto as crianças do IPAI, por ser “conhecido pela sua dedicacão e amor ao trabalho [...] e] beneficios ás criancinhas pobres, merecendo por isto, o cognome de ‘Moncorvo Filho’ parahybano” (Ancylostomose, 1918). O capital simbólico do novo presidente do IPAI crescia à medida que suas pesquisas traziam informações sobre o impacto que as endemias rurais causavam na população, notadamente, na parcela infantil, pois

É sabido por todos nós que a 'hypoemia intertropical' [ancilostomíase] não accommete somente os homens e mulheres, mas também as crianças, com especialidade pobres, e sendo ellas o futuro do nosso Paiz, claro é que os malefícios que lhes causam esses parasitas essencialmente hematophagos, muito o compromettem (Ancylostomose, 1918).

Para o Presidente Camillo de Hollanda, era preciso salvar “O homem do campo” que era a “nossa grande machina de producção” (Parahyba do Norte, 1918), pois, o mesmo, precisava ser “forte de corpo e de animo para valer como capacidade productora” (Parahyba do Norte, 1918). Por esse motivo, fazia-se necessário investir naquele que seria “o homem de amanhã” (Parahyba do Norte, 1918), pois se acreditava que era na infância que se gestavam corpos saudáveis e produtivos, dotando-os com noções de higiene, na esperança de “vencer o mal” (Parahyba do Norte, 1918).

Nessa empreitada, como já bastante explorado neste estudo, a escola tinha um lugar especial, porque, como dizia Tavares Cavalcanti (1922), as noções de higiene só poderiam ser “ministrados na escola ou nos que estiverem na escola”. Por esse motivo, divulgava-se que “Por meio da infância sirvamos à Pátria!” (Instituto [...], 1921). A pátria necessitava de homens fortes e, por isso, se investia no discurso sobre higiene física, moral e intelectual, contidos tanto nos regulamentos da instrução pública quanto nos documentos das instituições de caridade.

Em razão disso, Guedes Pereira expõe que a campanha desenvolvida pelo Instituto “[...] não é vista com indiferentismo e sim é fortalecida com o vosso apoio e alto prestígio a persistir firmemente na luta ingente de salvar a infância física, moral e intelectualmente abandonada (Instituto [...], 1917). Era chegado o momento de unir forças em benefício da pátria e fazer

[...] cessar este abandono cruel, criminoso e fatal ao nosso progresso, a nossa civilização, concatenarmos os meios e os modos de agirmos [...] e perseverantemente, pois, são estes pequeninos como nós, filhos e defensores da nossa Pátria (Instituto [...], 1917).

O que se percebe, com esse discurso, é que tudo vinha no auxílio de um agente que, certamente, desejava ir além da fama no campo médico. Embora se divulgasse que todo o seu trabalho fosse “desinteressado” e sem desejo de lucro, havia ali uma luta constante pelo reconhecimento. Este reconhecimento o levou a se inserir nas lutas políticas do estado. Assim, em 1912, mesmo não tendo obtido êxito, candidata-se às eleições municipais, mas, somente em 1920, consegue projeção política no Partido Republicano, sendo nomeado prefeito da Capital parahybana. Sua ascensão no governo de Solon de Lucena (1920-1924) se processa dentro dos debates sobre o saneamento da Capital. Desse modo, o jornal *O Norte* destacava suas credenciais:

A capital parahybana vae receber com especial alegria, a nomeação do dr. Walfredo Guedes Pereira para o cargo de Prefeito. [...] Agora que a Parahyba vae iniciar o serviço de esgotos da capital, nenhuma outra indicação para a Prefeitura seria mais acertado que a desse clinico illustre, sabedor dos assumptos que se relacionam com a hygiene publica. (Os auxiliares [...], 1920)

A cidade da Parahyba do Norte necessitava de maiores investimentos no setor de saúde pública, fato já constatado pela primeira Missão da Fundação Rockefeller na Parahyba, em 1916 (Porto, 2014). Não bastava “adoptar medidas de policia sanitaria”, visto que “a melhor prophylaxia [...] consiste na adopção de um systema de esgotos [...]” (Ancylostomose, 1918). Aquele era o momento de se colocar em prática o plano de saneamento da capital, planejado em 1913 pelo engenheiro Saturnino de Brito.

No embalo das campanhas de saneamento rural, que vinha se processando em todo o país, cabia destacar que o esgotamento sanitário da Capital seria o caminho mais acertado para a eliminação de parasitas e vetores que promoviam “a reinfestação da população” (Ancylostomose, 1918). Enquanto prefeito, o médico em questão promoveu outros trabalhos no sentido de sanear a cidade – isso pode ser verificado pela criação do Parque Arruda Câmara e pela campanha de combate à tuberculina nos estábulos urbanos e suburbanos (Parahyba do Norte, 1922).

No início da década de 1920, a fama de Guedes Pereira chega ao ápice e, em 1924, torna-se vice-presidente no governo de João Suassuna (1924-1928). Conforme Lewin (1993) “os candidatos a vice-governador eram conscientemente escolhidos por sua potencialidade, gradativamente, a governança do estado ou cargos na política federal para virem a ocupar”.

Ao tempo em que era Vice-Presidente, acumulou o cargo de Diretor Geral do “Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no estado e cooperador local com Fundação Rockefeller” (Porto, 2014). Esta instituição, que esteve em colaboração técnica na Parahyba entre os anos de 1923 e 1926, protagonizou, junto a Guedes Pereira, uma disputa acerca do conhecimento e do combate à febre amarela (Porto, 2014). Citamos isso com o intuito de expor as dificuldades enfrentadas pelos médicos no processo de legitimação do poder e de busca por atenção para as pesquisas científicas desenvolvidas no Brasil, as quais se baseavam nos trabalhos de Oswaldo Cruz.

O trabalho de Guedes Pereira no combate à febre amarela era reconhecido por um dos representantes da Fundação Rockefeller. Tal reconhecimento, todavia, vinha atrelado ao discurso de fracasso e de “vítima de retaliações da própria população que não acatava às medidas estabelecidas” pelo médico parahybano (Porto, 2014,). Um outro representante, da mesma instituição, dizia que os bons resultados obtidos “[...] não pertenciam [...] às práticas do dr. Guedes Pereira, e sim às ações da própria Fundação Rockefeller, quando esta ‘se instalara na Paraíba do Norte’ [...]” (Porto, 2014). Para Porto (2014), desqualificar o trabalho científico daqueles que estão na periferia da pesquisa científica seria o caminho para “substituir dr. Guedes Pereira pelas ações da Fundação Rockefeller”, a qual encarnava “o Destino Manifesto” de oferecer a “filantropia científica aos países condenados pela natureza a adoecer com as enfermidades tropicais” (Porto, 2014)

O que se percebe desse embate é que o desconforto trazido pela disputa encetada pela Fundação Rockefeller não conseguiu apagar a confiança que o governo parahybano nutria em relação a Guedes Pereira. Tanto é assim que João Suassuna (1924-1928) renova o acordo de profilaxia rural com o Departamento Nacional de Saúde Pública – criado em 1919 – e o coloca como administrador, pois

era um “profissional de reputação firmada em nossa terra” (Parahyba do Norte, 1925).

Guedes Pereira, citado em relatório por João Suassuna (1924-1928), após organizar o serviço de profilaxia rural para todo Estado, propôs a criação de uma seção de Higiene Infantil, que seria inserida no novo acordo com o Departamento Nacional de Saúde Pública em 1928 (Parahyba do Norte, 1925). Com isso, o serviço de assistência pública cobriria toda população e todo território parahybano. Até a chegada da seção de higiene infantil, “a defesa sanitária do povo” ficou a cargo da Seção de Propaganda e Educação Sanitária (Araújo, 2016). Esta seção, instituída desde o início da década de 1920, tinha por objetivo “medicar os adultos e educar as crianças” (Pires, 1921 *apud* Araújo, 2016).

Como em outros anos, buscavam-se implementar novos hábitos e novas atitudes em relação à higiene física, moral e intelectual. Mais uma vez a compreensão de que a escola seria o local privilegiado para se “plantar uma semente na mente e no coração visando a construção de homens saudáveis e perfeitos conforme os manuais de higiene” (Araújo, 2016).

A continuidade desse mesmo pensamento se verifica na documentação do após 1930, pelo menos nos anos iniciais, quando um Serviço Sanitário Escolar foi implantado nas escolas paraibanas, tendo como Inspetor Chefe Severino Patrício, sobre o qual discorreremos a diante.

Antes disso, gostaríamos de lembrar que, a partir de 1917, com a reforma do ensino que institucionalizou a função de Inspetor Sanitário Escolar, o governo de Camillo de Holanda (1916-1920) nomeia para este cargo o médico José Azevedo Maia, sobre o qual, nada obtemos de informações. O que sabemos é que, até o governo de João Suassuna (1924-1928), este médico era o responsável pela higiene dos escolares.

Após o governo de Suassuna, o Estado passou a ser administrado por João Pessoa (1928-1930), cujas mensagens presidenciais analisamos, porém nada encontramos referente à inspeção escolar. O que tivemos a partir deste novo governo foi o desenrolar de uma crise política e econômica que resultou na redução das receitas do Estado. A crise foi geral no território brasileiro e desaguou numa

nova fase da República, evidenciada pela Revolução de 1930, que cria uma nova estrutura administrativa para o Brasil.

Mesmo tendo inserido várias reformas em diversos campos da administrativa pública a Velha República cai em 1930. Um novo momento se inicia, respaldado no movimento político-militar e no apoio popular. A chamada Revolução de 1930 foi o resultado dos efeitos da crise econômica de 1929 aliada à crise política de sucessão presidencial de Washington Luís. Segundo Hochman (2005), as críticas e insatisfações gestadas neste momento eram variadas e incluíam:

a baixa incorporação política dos setores médios urbanos; as dificuldades de acesso ao poder de oligarquias não-centrais; a corrupção política e eleitoral; a fragilidade do poder público federal; a ausência de integração nacional; a repressão policial aos movimentos reivindicatórios de trabalhadores; o clientelismo e o patrimonialismo; o atraso econômico; a carência de políticas sociais e as precárias condições de vida da população.

O regime instaurado prometia a gestação de um novo país. O novo tempo que se iniciava trazia críticas “ao capitalismo em suas formas liberal-democráticas”, aprofundava a discussão sobre centralização do poder e anunciava a “questão social” como prioridade de governo (Hochman, 2005). Uma nova estrutura administrativa necessitava ser concebida. Neste sentido, por estarmos centrados na união entre educação e saúde, enfatizamos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1930 que, nas palavras de Hochman (2005), trazia continuidade, pelo menos nos primeiros anos do governo Vargas, “do vigoroso movimento sanitarista da Primeira República”. Isso se processava pela incorporação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP).

Os primeiros anos do Governo Provisório eram de incerteza e instabilidade e isso refletia na organização do MESP, que, nos primeiros anos, demonstrava falta de “objetivos definidos para sua estrutura administrativa” e falta de clareza em suas “linhas de ação” (Hochman, 2005). Assim sendo, “No que dizia respeito à saúde pública, o MESP, nos seus primeiros anos, significava, em grande medida, o Departamento Nacional de Saúde Pública criado em fins de 1919 e herdado da República Velha” (Hochman, 2005), o qual prestava apoio a estados e municípios na

questão do saneamento e educação sanitária, como vimos no momento em que falamos de Guedes Pereira.

No campo da Educação, os revolucionários de 1930 apresentavam uma Parahyba em consonância com o projeto de governo de João Pessoa (1928-1930), que lançou “as bases do ensino agrícola, com a criação de uma colônia para menores delinquentes” (A Instrução [...], 1933). O investimento na infância em idade escolar também se fez pela preocupação de João Pessoa com o mobiliário escolar. Por isso, “adquiriu na America do Norte duas mil carteiras escolares individuais” (A Instrução [...], 1933) e ampliou as caixas escolares com o objetivo de “amparar a infancia desvalida” (Rangel, 1936; Leite, 1932), ou seja, era uma instituição que administrava “recursos aos alumnos necessitados” (Albuquerque, 1937) na compra de roupas, calçados, lanches, remédios e material escolar.

Sob esse olhar, a década de 1930 se inicia, na visão dos revolucionários parahybanos, como continuidade aos investimento no campo educacional e de saúde infantil que João Pessoa (1928-1930) havia iniciado. Um exemplo disso seria o Serviço Sanitário Escolar, fruto “Do influxo vivificador porque vem passando o Ensino Publico Primario da Parahyba, após a victoria da revolução de outubro, e ascensão ao governo do Estado, do authentico revolucionario sr. Anthenor Navarro”. Essas eram as palavras do inspetor sanitário escolar Severino Patrício da Silva., em publicação na Revista do Ensino do Estado da Paraíba.

Severino Patrício nascera em 1900, na cidade de Areia, filho de Patricio Pereira Barbosa da Silva e de Izaura Alexandrina de Oliveira. Formou-se em Medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a defesa da tese intitulada “Das Suppurações Pulmonares”, em novembro de 1929 (Silva, 1929). De volta à Paraíba, no contexto das mudanças promovidas pela Revolução de 1930, foi levado a assumir o cargo de Inspetor Sanitário Escolar, no governo do interventor Anthenor Navarro (1930-1932). Nesta função, orientou professoras e professorandas da Escola Normal, no debate sobre a profilaxia das doenças que grassavam pela Parahyba, conforme discutido na seção três desta tese. Escreveu para a Revista do Ensino, abordando assuntos de higiene e expondo as estatísticas dos atendimentos sanitários nas escolas. Em 1932, publica um artigo para a Revista do Ensino, no qual expõe sobre a idade correta para se frequentar a escola.

Desse modo expõe que, para os higienistas escolares, a idade adequada para se frequentar a escola primária seria a partir dos sete anos, devido ao desenvolvimento físico e psíquico da criança. Com relação ao físico, diziam ser preciso cuidado com a “atitude correta sem esforço do corpo, á visão, á audição” (Patrício, 1932); quanto à mente, era preciso “observar a capacidade, o desenvolvimento e a força da criança, pois até os sete ou oito anos era preciso cuidar do desenvolvimento normal da criança, isto é, de sua saúde” (Maia, 1937).

A matrícula de uma criança em idade inferior aos sete anos seria “um crime que se perpetra contra a futura raça” (Maia, 1937). Dentro desse quadro, um dos problemas a ser enfrentado era a alimentação inadequada das escolas primárias, que estava em desacordo com os preceitos da Higiene Escolar.

Segundo Severino Patrício (1932), “os auctores que se preocupam com a Hygiene Escolar, dizem que a alimentação da creança deve ser dividida em três partes: 1º Reserva de Crescimento; 2º Quota de entretenimento, 3º Quota de Reserva”. E nesse quesito os alunos paraibanos, “em quase sua totalidade [recebiam] apenas a ração de entretenimento”, ou seja, recebiam “apenas o necessario para não morrerem á fome”(Patrício, 1932). Desse modo, se uma criança menor de sete anos fosse aceita na escola pública, se “augment[aria] a grande classe dos depauperados e enfraquecidos” (Patrício, 1932).

A preocupação trazida pelo inspetor se processava pela falta de escolas adequadas para menores de sete anos. O governo ainda não tinha se voltado a criação dos “Jardins de Infancia e Escolas Maternaes”, onde o “ensino não tem a dureza das escolas communs, inadequadas ás creanças de cinco a seis annos” (Patrício, 1932)

Severino Patrício vinha ao socorro das crianças em desenvolvimento, as quais necessitavam de estabelecimentos e agentes “para lidarem com [crianças] em pleno desenvolvimento das faculdades intellectuais” (Patrício, 1932). O texto do inspetor estava inserido dentro de uma campanha que defendia a criação de um Jardim de Infância, iniciada por Alice Monteiro nas páginas da Revista do Ensino no primeiro trimestre de 1932.

Na década de 1930, a questão da infância na Paraíba ia além da assistência privada e filantrópica do IPAI. Pautava em ações empreendidas pelo Estado,

ampliando sua intervenção na assistência pública. Por esse motivo, o professor e inspetor técnico Mario Gomes⁷⁴ ao escrever para a Revista do Ensino dizia que: “Aos Estados em geral cabe a grande responsabilidade na formação das gerações futuras e criminoso será o governo que se afasta de tão útil quão importante movimento” (Souza, 1932a). Defendia uma assistência completa à infância – seguindo o que vinha ocorrendo na Rússia, Estados Unidos, Itália, Argentina, Uruguai etc. –, “quer se trate dos prenatais, quer se atenda aos pré-escolares, quer se cuide dos neonatos ou escolares propriamente ditos, na fase pubere ou impubere” (Souza, 1932a).

Legitimava o discursos da “cruzada eugenica” que outras nações vinham desenvolvendo, “pela ginastica, pelos jogos e exercicios vários [que] prepara a futura raça para a grandeza da Patria” (Souza, 1932b). Em vista disso, os intelectuais paraibanos, deram à criança o “logar saliente na comunhão social desenvolvendo-a com carinho, assistindo-a com sabedoria e estimulando-a com entusiasmo” (Souza, 1932).

Caminhando em sintonia com o discurso dos fiscais técnicos, como Mario Gomes, que defendia com entusiasmo a “cruzada infantil” e a “cruzada eugenica” (Souza, 1932), a professora Alice Monteiro (1933) propõe a realização de um “concurso de Eugenina”. A ideia era “avaliar o nivel mental relativos á idade dos indivíduos que compõem a [...] escola”, porque “facilmente poderá separá-los em classes de super-normais, de normais e de anormais” (Monteiro, 1933).

Para esse fim, os pedagogistas, salientava Alice Monteiro: não podem “[...] prescindir do auxilio do medico que só ele, lhe poderá dar mão forte na realização de tão importante pesquisa” (Monteiro, 1933). Em consequência disso, diz ela: “confiei a organização desse concurso aos Drs. João Medeiros, Severino Patricio e João Soares”, os quais como “notaveis pediatras” investigaram e estudaram durante um mês cerca de “60 crianças dos 3 aos 6 anos de idade” (Monteiro, 1933). Assim, conclui a professora responsável pela “unica escola maternal da Paraíba” que “Cada criança em idade de preescolar constitue para o Estado um valôr, que lhe pertence;

74 De acordo com a Revista do Ensino de 1932, o professor Mario Gomes Pereira de Souza era apresentado como “Fiscalizador Technico” da 3ª Zona Escolar. Com base em documentação de 1942, esta zona compreendia os municípios de: Itabaiana, Pilar, Ingá, Umbuzeiro e Espírito Santo, sendo Itabaiana sede da inspetoria. Desse modo, havia no Estado oito zonas escolares (Administração [...], 1942).

é assim capital, que ele deve tratar, assistir, zelar, a fim de que lhe possa render juros amanhã” (Monteiro, 1933).

Para tanto, a criação do Jardim de Infância na Paraíba – iniciado no governo de Solon de Lucena, ao comissionar a professora Alice Monteiro, por um ano, nas escolas do Rio de Janeiro – foi implantado no Pós-Revolução de 1930, tendo uma gama de intelectuais defendendo sua implementação – dentre eles, o médico pediatra Severino Patrício, o qual, na década de 1940, amplia sua trajetória profissional, ao trabalhar como médico no Hospital Colonia Juliano Moreira.

Sua participação pode ser constatada pela sua presença na inauguração dos melhoramentos do “Juliano Moreira”, no governo do interventor Ruy Carneiro (1940-1945), os quais incluíam: o Manicômio Judiciário, o Pavilhão “Henrique Roxo”, o Serviço Aberto (Ambulatório), o Serviço de Higiene Mental e os gabinetes de Psicologia e Antropologia (Inaugura-se..., 1943). Por fim, na década de 1950, entrou para vida política, sendo eleito vereador da capital paraibana pelo Partido Libertador (Resultados [...], 1954), um partido fundado em 1948 na Paraíba, por José Américo de Almeida, um dos líderes da Revolução de 1930 neste estado, o que evidencia o capital social de que fazia parte Severino Patrício desde 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar em movimento as operações metodológicas do processo de reforma do ensino, em especial com relação à higiene do público estudantil infantil, procuramos demonstrar que, na Parahyba do Norte do início do século XX, a ideia de civilização e progresso foram conceitos propagados com o intuito de se gestar uma sociedade cuja organização social estivesse em sintonia com tudo o que fosse moderno. Para isso, a sociedade tinha que ser esquadrinhada a fim de se perceber o que causava os altos índices de mortalidade adulta e infantil. Como apresentamos ao longo deste trabalho, para o campo médico paraibano, o problema se constituía pela falta de um sistema de saneamento que pudesse eliminar doenças e vetores que atacavam o organismo social. À vista disso, os jornais, as revistas e as mensagens presidenciais da época, demonstram que a higiene social foi acionada com o objetivo de proteger e defender o corpo social. Não bastava, entretanto, se cuidar apenas da higiene do meio urbano – era preciso debruçar especial atenção também à higiene individual, em busca de um futuro próspero para a nação. De início, era preciso organizar o presente, com vistas a um futuro higienizado o qual, acreditavam os intelectuais que escreviam para jornais e revistas do vigésimo século, só seria possível investindo na infância.

Neste sentido, constatamos que a Parahyba padecia pela falta de instituições infantis que fizessem o trabalho de proteção à futura geração “que hoje brinca descuidada”. Para esse fim, o que se tinha era algumas escolas primárias, predominantemente formadas de cadeiras isoladas, representadas de forma pouco ou nada organizada em matéria higiênica ou metodológica. Por isso, a primeira ação seria ampliar a escola primária com vistas a aumentar a educação popular e, paralelo a isso, cuidar da saúde dos educandos. Por essa razão, escolheram o modelo republicano de Grupos Escolares que representavam o espaço ideal para se organizar e se entrelaçar o campo da Educação e da Medicina. Nesse processo, procuramos apresentar neste texto, como os discursos foram produzidos pelos campos de conhecimento com o intuito de chamar a atenção do Estado para seu papel de regulador da vida social.

Ao Estado cabia a criação de “legislação protetora da criança, da mulher e da família” (Martins, 2008). Médicos e professores precisavam ir além dos regulamentos. Fazia-se urgente a ação prática. Enquanto o Estado não se mobilizava de forma vigorosa para cuidar e proteger a infância, a sociedade civil colocou-se à frente do processo, com a criação de um Instituto de Proteção e Assistência à Infância na Parahyba.

A instituição em questão tinha como propósito amparar a infância desvalida desde o ventre da mãe até o final da instrução primária. O objetivo para os intelectuais envolvidos na criação deste tipo de estabelecimento, deixemos claro, era evitar a vadiagem, extirpar doenças e educar, de forma filantrópica.

Esforçando-se para criar outra representação da sociedade esta nova instituição filantrópica inicia seus trabalhos em 1912. Seu presidente – o médico Flavio Maroja - chama a atenção para a necessidade de se criar, na escola, a função de Inspetor Sanitário Escolar. Para além do corpo técnico pedagógico, se fazia urgente cuidar da saúde da infância que vivia na ignorância e, muitas vezes, no vício. Essa era a solução para se enfrentar o problema da mortalidade infantil, que, na estatística da Parahyba, passava de 50% no número de óbitos.

De posse desses dados e representações, autoridades políticas e intelectuais que faziam parte do campo político, médico e intelectual, jugavam urgente prescrever medidas e ações para a escola, pois, além das doenças que atacavam todo corpo social, ainda havia aquelas próprias do campo escolar.

As testemunhas por nós indiciadas nos permitem afirmar que a pressão dos agentes do Instituto de Proteção e Assistência a Infância – que sempre traziam o debate das condições de higiene física, moral e intelectual para as páginas dos jornais – levou para a reforma do ensino de 1917 a proposta da criação da função de inspetor sanitário escolar. Ao ampliar o campo de ação dos agentes da Medicina, esta categoria demonstrava que seu poder se legitimava por meio do reconhecimento de seu papel enquanto regulador da vida social. Com isso, observou-se uma ampliação do capital cultural, social e simbólico dos agentes das ciências médicas. Todo esse debate, iniciado no século XIX, foi aprofundado no século XX, primeiramente por meio da filantropia e, depois, por uma ação centralizadora do Estado a partir de 1930. Os revolucionários de outubro de 1930, a

princípio, deram continuidade aos trabalhos iniciados na Velha República. Aos poucos, porém, foram ampliando ainda mais os trabalhos que envolviam educação e saúde. Dando ensejo a isso, criaram o Ministério da Educação e Saúde Pública. Paulatinamente, a escola foi tomando outra feição, ou seja, novas representações foram gestadas com o intuito de reformular hábitos e costumes com vistas uma sociedade civilizada.

Os agentes envolvidos nesse trabalho buscavam a saúde dos espaços escolares ao mesmo tempo que procuravam dotar as crianças de conhecimentos sobre as doenças e suas profilaxias. Para isso, criaram a disciplina de Higiene, como já dito anteriormente nesta escrita, com um programa que visava à prática de novos gestos, atitudes e comportamentos. Ensinava-se à criança o cuidado de si. E nesse processo, o Inspetor Sanitário tinha o dever de instrumentalizar professoras com conteúdos da Medicina, visando preservar a saúde dos indivíduos que frequentavam a escola.

A preocupação com a saúde escolar fez o corpo médico da Paraíba tomar consciência de que havia condições mórbidas específicas no meio escolar, as quais evidenciavam a necessidade de cuidados por parte dos poderes públicos. Problemas gastrointestinais, respiratórios, nutricionais etc. fragilizavam as capacidades físicas e mentais dos educandos. E não somente isso, pois, no fim de tudo, a união entre educação e medicina também mirava a higiene moral. Isso era percebido na documentação analisada desde o começo do século XX, a qual também evidenciava a continuidade dos trabalhos sobre higiene iniciado no oitocentos, sempre procurando regenerar uma sociedade que vivia submersa na falta de higiene física, moral e intelectual.

Em relação a este aspecto – a falta da higiene intelectual –, faz-se importante explicar que, embora seja de grande importância, não lhe faremos alusões prolongadas, uma vez que não encontramos material científico que lhe considerasse. A única fonte a que tivemos acesso – documento escrito pelo médico escolar na Paraíba, Dr. Severino Patricio, o qual inicia esse debate – se refere à idade correta para se adentrar na escola primária. Tal situação deixa clara uma lacuna significativa na história da educação quanto a este assunto, o que poderá ensejar novas e producentes pesquisas.

De volta ao nosso tema, percebemos que a referência acima demonstra a preocupação com o desenvolvimento físico e mental da criança. Por isso, percebemos, ao longo da confecção deste trabalho, a necessidade de, em primeiro lugar, abrir jardins de infância, uma instituição que “preparará a criança para aprender” e contratar agentes que “nivelarão o terreno, onde os professores primários semearão” (Monteiro, 1932). Esse testemunho, aliados com outros, poderá trazer uma contribuição fecunda para a historiografia da História da Educação na Paraíba e ampliar o debate por meio do diálogo entre Educação e Medicina.

REFERÊNCIAS

ADVÍNCULA, C. C. B. **Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 153, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7043/1/arquivo3269_1.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

ADVÍNCULA, C. C. B. **O processo de escolarização em Princesa/PB: política e educação (1920-1939).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 247 f., 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4739/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

AGRA, G. F. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande 1904/1935.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. p. 220. 2008. 220f. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7359/1/arquivo3356_1.pdf. Acesso: 26 ago. 2021.

ALVES, F. K. M. L. **Urbe vigiada: modos de morar e viver na cidade da Parahyba do Norte – 1910-1930.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 121f. 2009. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1834>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ARANHA, G. B. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômico e práticas culturais (1880-1925).** 2001. 461f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

ARAÚJO, S. V. de. **Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, p. 327. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18557/1/TESE%20Silvera%20Vieira%20UFPE.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

ARRUDA, K. B. **Os anúncios no Jornal A União (1904-1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba.** 2015. 76f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7732>. Acesso em: 17 mai. 2023.

AZEVEDO, C. B.; AMORIM, H. S.; SANTOS, R. M. Princípios Higienistas e a Escola para a República: um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Debate**: Fortaleza, ano 39, n. 73, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28221/1/2017_art_cbazevedohsamorim.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023. p. 135.

BARRETO, L. S. **A vila proletária Marechal Hermes**: morfologia urbana e a habitação social como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro. XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. Disponível em: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/download/9855/1602>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BARRETO, A. L. P. **Higienismo e educação escolar na Paraíba republicana**: do discurso médico à prática educativa. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, p. 126. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12929>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BARROS, J. A. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História** – t. LII (2021) – p. 421-443, Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18. Acesso em: 27 out. 2024.

_____. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p38. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1 maio 2011.

BATISTA, E. L. Ensino religioso e a questão da laicidade no Brasil: da colônia a 1930. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 289–312, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.1982-6605.2022v19n2.63493. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/63493>. Acesso em: 15 maio. 2024.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução, Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BORIS, Eileen. Produção e Reprodução, casa e trabalho. Trad. Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. S/D. **Cielo**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/wWWkfy3NCCpzHKXXnQ6tLmw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Os-usos-sociais-da-ci%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

_____; PASSERON, J. C. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____; CHARTIER, R. O sociólogo e o historiador. **Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011**.

Bräkling, K. L. Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da palavra do outro. In: ROJO, R.(Org.) *A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p.221-247. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PhWX3BkvDLjhGjfSYRNJtxh/?lang=pt>. Acesso em: 14 mai. 2023.

BRITTO, N. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1995.

BRÁS, J. G. V. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. **Revista Lusófona de Educação**, 2008, v.12, 113-138. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/614>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BURKE, P. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURGERSTEIN, L. **Hygiene Escolar**. Barcelona: Editorial Labor S. A., 1937, p. 51.

CÂMARA; Epaminondas. **Datas campinenses**. Ed. RG Editora e Gráfica. Campina Grande: 1988.

CAMINHA, Inês Lopes Rodrigues. **A Revolta de Princesa**. “A União” Cia Editora: João Pessoa, 1978.

CARVALHO, S. R. *et al.* (2019). A produção de conhecimento científico na educação: apontamentos necessários. **Revista Espacios**. v. 40, n. 31. p. 20. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a19v40n31/19403120.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CHAGURI, J. P *et all*. D. Antônio Carneiro Leão na reforma das línguas estrangeiras no Brasil (1930-1934). **In: Congresso Nacional de Educação. VIII, 2022, Maceió. Anais** eletrônicos [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88014>. Acesso em: 13 jun. 2023.

_____. As obras de Carneiro Leão no cenário político-educacional brasileiro na década de 1930. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, 6(1), 26–48. <https://doi.org/10.34024/olhares.2018.v.6.727>.

_____. MACHADO, M. C. G. (2018). As obras de Carneiro Leão no cenário político- educacional brasileiro na década de 1930. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, 6(1), 26–48. <https://doi.org/10.34024/olhares.2018.v.6.727>.

CHARTIER, R. À beira da falésia: a história entre a incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. A História Cultural - entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 59.

CORDEIRO, A. B. **Luz e caminho aos pequenos**: os primeiros congressos americanos da criança e a pan-americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. 379f. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38203>. Acesso em: 25 abr. 2023.

COSTA, S. Q da. **Jornal A Imprensa como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no século XX (1912 a 1942)**. 2011. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3909>. Acesso em: 3 out. 2024.

DARIUS, R. P. P; DARIUS, F. A. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32-

41, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11248>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DUFESTEL, L. *Hygiene Escolar*. Paris: Octave Doin et Fils, 1909.

ESPINDOLA, M. L. **As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)**. 2017. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FARIAS FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 38.

FEITOSA, J. A. da S; ROCHA, C. H. da; COSTA, F. S. Artigo de revisão: sífilis congênita. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 5 n. 2 (2016). Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/issue/view/437>. Acesso: 19 ago. 2024.

FERREIRA. Chrislaine Thuany Vieira. **A educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1906-1912)**. 2022. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GARCÍA, P. A. **Tratado de higiene escolar: guia teórico-prático**. 2003. Disponível em: <https://biblioteca.org.ar/libros/89682.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p. 151.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. “Movimento Higienista” na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **Cons. Saúde** [Internet]. 2º de janeiro de 2008 [citado 19º de fevereiro de 2024];1:47-52. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/saude/article/view/170>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GOMES, I. Q. O estado da Parahyba e a representação da república: Epitácio Pessoa e a (re)afirmação da tradição familiar à época do governo de Venâncio Neiva (1889-1891). In Simpósio Nacional de História, 29, 2017, Brasília, **Anais** [...], Brasília: UNB, 2017.

_____. Q. **A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba(1889-1942)** .Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, p. 460, 2018. p. 111. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33192/1/GOMES,%20Jordan%20Queiroz>.

[%202018.%20A%20fam%C3%ADlia%20Pess%C3%B4a,%20o%20prest%C3%ADgio%20e%20a%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20encena%C3%A7%C3%B5es%20e%20pr%C3%A1ticas%20olig%C3%A1rquicas%20na%20Pera%C3%ADba%20\(1889-1942\).pdf](#) . Acesso em: 17 abr. 2023.

HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19. Ver também: GANDINI, R. P. C. O Público e o privado: trajetória e contradições da relação Estado e educação. In: VELLOSO, J. *et al.* **Estado e educação**. Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992, p. 68. (Coletânea CBE).

HOCHMAN, G. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** 5 (suppl) • Jul 1998 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000400012>. Acesso em: 28 mar. 2023.

_____. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Ed. HUCITEC ANPOCS, 1998.

_____. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). Dossiê: Educação-Saúde: Diferentes Olhares, Educ. Rev. (25), jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.370>. Acesso em: 03 set. 2024.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

Kopnin, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. (tradução: Paulo Bezerra). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, G. Z. de. **Saúde escolar e educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

LOBATO, J. B. R. M. O problema vital. In: **Literatura geral**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

LOUSINHA, Paulo. Inovação tipológica no projecto dos edifícios escolares: está ou não obsoleta a sala de aula?. In: LADIANA, D; LOPES, N. L.; AFONSO, R. B. (org.). **A escola ideal**. Lisboa: Edições CIAMH, 2018, p. 98-107. Disponível em: <https://>

https://www.academia.edu/42692422/Est%C3%A1_ou_n%C3%A3o_obsoleta_a_sala_de_aula. Acesso em: 14 jun. 2023

LUCHESE, T. A. Modos de Fazer História da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**. Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, maio/ago 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/QYXgvgPRTCjP8cs7FZtz8bG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2024.

MACHADO, R. *et all*. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S.; VASCONCELOS, L. M. O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideias da educação na Parahyba do Norte publicados no jornal A União (1912-1915). **Revista Educação Unisinos**, 19 (2): 184-195, mai./ago 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v19n2/2177-6210-edunisinos-19-2-00184.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MAIA, Doralice Sátyro. Ruas, casas e sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos. **X Colóquio Internacional Geocrítico**. Universidade de Barcelona de 26 a 30 de maio de 2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/150.htm>. Acesso em: 07 fev. 2024.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MARIANO, N. R. C. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849/1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

MARTINS, A. P. V. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.135-154, jan.-mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zN9KHmxCGdvSQB9gSdzSHw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MELLO, B. V. **Higiene Escolar e Pedagogia**: para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino. São Paulo: Casa Vanorden, 1917. p. 11. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&id=2976409840662&pagfis=10830>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MENDONÇA, J. B. (Re)visitando o bairro de Jaguaribe: origens, ocupação, formas de uso do espaço do bairro e conservação patrimonial. In: Encontro Estadual da ANPUH – PB. 13., 2008, Guarabira. **Anais...** Guarabira: ANPUH, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2013%20-%20Juliana%20Barros%20Mendon%C3%A7a%20TC.PDF. Acesso em: 01 abr. 2024.

MIRANDA, I. V. **Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos (1886-1923)**. 2017. 205f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MONARCHA, C. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)**. Uberlândia: UDUFU, 2019.

MOREIRA, V. C. **Ações pioneiras do ensino da pediatria no Brasil: Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo (Moncorvo pai) e a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 1882 – 1901**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, abr – jun 2020, p. 467 – 484. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pDn3qLfnGYcKvR8RWcb7ytp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MONTEIRO, L. **Mister Slang e o Brasil e Problema Vital**. São Paulo: Editora. Brasiliense, 1968. [1927]; [1918].

MONTICELLI, F. F. **Processos de exclusão da/na escola no período da Primeira República (1889-1930) no Estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 222, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1086/1/Tese.Fernanda.texto.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

NEVES, É. P. **“A escola deve a seus alunos em primeiro lugar, saúde, depois educação e, por fim, instrução”**: discursos biopolíticos do livro higiene e educação da saúde, de Carlos Sá (1943). Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) – Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei – MG, 108f, 2016. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Ellen%20Pereira%20Neves.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

NOGUEIRA, S. dos S. O panoptismo pedagógico: a disciplina em Kant e Foucault. In Semana de Mobilização Científica. 17., 2014, **Anais...** Salvador: SEMOC, 2014,

s/p. Disponível em:
<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/4395/1/O%20panoptismo%20pedag%C3%B3gico%3A%20a%20disciplina%20em%20Kant%20e%20Foucault.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

NUNES, M. L. da S.; MACHADO, C. J. dos S.; SOUSA, D. S. da S. “Ensinar as crianças é o sacerdócio que conduz ao bem”: educação, docência e escola no jornal O Educador (1921-1922). **Educ. Form.**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e1485, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1485>. Acesso em: 3 out. 2024.

OLIVEIRA, L. I. P. C. de. **Cenas do abandono: mulheres e expostos na cidade da Parahyba na segunda metade do século XIX (1869-1897)**. Simpósio Nacional de História. 27., 2013, Natal. **Anais ...** São Paulo: ANPUH – Brasil, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875176_0e6ee2306a299f8d74def7403924d05a.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

OLIVEIRA, M. G. **Arquitetura para uma nova escola: modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930 – 1939)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 186, 2013. p. 48. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8318?locale=pt_BR. Acesso em: 17 abr. 2023.

OLIVEIRA, S. M. **Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906–1924)**. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, p. 50. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13885/1/d.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PEREIRA, W.G. Pseudo paralysis de Parrot. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – RJ, p. 90. Rio de Janeiro: Typ. Carvalhaes, 1908.

PEIXOTO, A. **Noções de Hygiene**. 5. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. p. 7.

_____, 1922 **Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918**. Em P. Leão *et al.* (org.), Afrânio versus Afrânio. Niterói, Tipografia Jeronimo Silva, p. 29-37.

PINHEIRO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, p. 263, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589597>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PINTASSILGO, J. A República e a educação – dos projectos às realizações. **Revista de educação Geral e Técnica**. 2007, p. 129-154. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/4014>. Acesso em: 29 mai. 2024.

POTELLI, R. 1934. 3. ed., Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/137602>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PRAXESDES, W. L. DE A. Uma moral laica. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano I, n. 6, 25 out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40152>. Acesso em: 29 mai. 2024.

RAINHO, M. C. T. A cidade e a Moda: novas pretensões, novas distinções - Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

REY, L. Um século de experiência no combate da ancilostomíase. Sociedade Brasileira de Medicina Tropical – **Revistada Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. V. 34 (1), p. 61-67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/mZ5LDvh4DGYFfXZPv7JPjsF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

REZENDE, A. P. M. **(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 1992. 190f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992.

RIANT, A. **Hygiène Escolar**. Paris: Librairie Hachette e Companhia. 1874.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula, 1997.

ROCHA, F. R. P. **“A OFICINA DA NACIONALIDADE”: higienização das crianças e das mães na Parahyba (1911 a 1927)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 115f, p. 45. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8749/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes:** educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, Sp: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.371-390. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/HYkdHhzYfK4rydb7Hdy8K9t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ROCHE, Daniel. A água e sua utilização. In: **História das coisas banais:** nascimento do consumo nas sociedades do séc. XVII – XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, J. **Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950)** — políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. Anais do Museu Paulista – Revista USP. v. 15, n. 2, jul. - dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaism/a/vhs49BvWpcd38PphSmHLNYx/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. História do ensino religioso no Brasil. In: KLEIN, Remi; BRANDENBURG, Laude Erandi; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org.). Compêndio do ensino religioso. Petrópolis: Vozes, 2017.

SÁ, C. **Higiene e Educação da Saúde**. 5ª ed., Serviço Nacional de Educação Sanitária. Rio de Janeiro, 1957.

SÁ, L. D. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios – o Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918**. 1999. 291f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 1999, p. 198.

SANGLARD, G.; FERREIRA, L. O. **Médicos e filantropos:** a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 437 – 459, jul/dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/t6hT7WXP44957jTP6bKdwHg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul 2022.

SANTOS, C. F. Campo intelectual, campo político: “campo de poder”. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (iseb) entre representações na década de 1950. In: VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. 6, 2017, Vitória. **Anais** eletrônicos [...]

Vitória: Editora UFES, 2017. p. 205-221. Disponível em: [Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est](#). Acesso em: 10 mai. 2023.

SANTOS, R. C. K dos; RESEGUE, R.; PUCCINI, R. F. Puericultura e a atenção à saúde da criança: aspectos históricos e desafios. **Rev. bras. crescimento desenvolv. Hum.** Vol. 22. no. 2. São Paulo: 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822012000200006&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 18 fev. 2023.

SANTOS, L. Q. B.F. A Educação como Problema Médico: a pena de Belisário no debate sobre os males do Brasil (1912 – 1933). **Revista Ágora**, [S. l.], n. 27, p. 9–23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/17017>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, F. S. D.; VERANI, A. C. **Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX**. Manguinhos, v. 17, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BdSBLb4vtb3dGT43bk9DL5M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SANTOS NETO, M. G. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2007, 159f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5974/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SETTE, M. Tigres e Cambrones. *In: Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d. (primeira edição é de 1948).

SCOPINHO, R. A.; ROSSI, A. **Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadores do care**. **Estudos de Psicologia**, Campinas 34 (1) 75-85, janeiro – março 2017.

SILVA, B. B. S. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2015. 157f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8098/2/arquivo%20total.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVA, C. N.; CARNEIRO, M. F. L. **O estranho sertão na Primeira República**. Disponível em:

http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Silva1.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, H. M. **A higiene escolar além das palavras**: Oscar Clark e o tratamento médico escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2017, 312f. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2017.985206>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTOS NETO, M. G. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2007, 159f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5974/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVA, P. P. **A higiene como missão: Fundação Rockefeller, filantropia e contraavérsia científica** – Paraíba do Norte (1923-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais – MG, 2014, 150f. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9MXJZY/1/tese_paloma.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, S. P. **Das Supurações Pulmonares**. Tese (doutor). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1929. Disponível em: <https://www.familysearch.org/memories/memory/122656373>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOARES JÚNIOR, A. S. **Physicamente vigorosos**: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942). São Paulo: Manuscrito, 2019.

_____; ARRUDA, R. L. C. de. “Sobre a necessidade de cuidar da perfeita educação” Flávio Maroja e sua política médico-pedagógica. *Saeculum - Revista de História*, [S. l.], n. 31, p. 140, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/121>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SOBRAL, J. M.; ALMEIDA, P. G. T. de. Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901. **Análise social**. Vol. XVIII (72-73-74), 1982-3, p. 649-671. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/9128/1/JMS%20%20PTA%20-%20Caciquismo%20%20%20%20%281982%29%20%283%29.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista ao longo do século. In **Congresso Brasileiro de História da Educação**:

Sociedade Brasileira de História da Educação, III, 2004, Curitiba, Anais Eletrônico [...], Curitiba, 2004. Acesso em Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais-sbhe/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, J. W. O Jeca doente de Problema Vital: Monteiro Lobato e os higienistas de São Paulo em 1918. **Estud. social**. Araraquara v. 23 n. 44, p.325-344. jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/10930/7468>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SOUZA, G.; CORDEIRO, A. Os primeiros Congressos Americanos da Criança e a pan-americanização dos debates sobre a infância (1916 a 1922). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 05 - 28, 2015. DOI: 10.5965/2175180307142015005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307142015005>. Acesso em: 20 abr. 2023.

STEPHANOU, M. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. **Trab. educ. saúde** 4 (1), Mar 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-7462006000100004>. Acesso em: 29 jun. 2023.

TAMANO, L. T. O. O movimento sanitaria no Brasil: a visão da doença como mal nacional e a saúde como redentora. Khronos, **Revista de História da Ciência**, nº 4, p. 102-115. 2017. Disponível em: <http://re-vistas.usp.br/khronos>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Thiry-Cherques, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública** 40 (1) • Fev 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Acesso em: 24 mai. 2024.

TOURIÑAN LÓPEZ, J. M. Teoría de la educación: investigación disciplinar y retos epistemológicos. Magis. **Revista Internacional de Investigación em Educación**, vol.1, núm.1, julio-diciembre, 2008, pp.175-193. Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281021687012.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2023.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALENTE, V. F. **Dinâmica da infecção e reinfecção por ancilostomídeos seguido ao tratamento anti-helmíntico em crianças residentes em seis comunidades dos municípios de Novo Oriente de Minas e Caraí na região nordeste de Minas Gerais, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz. Belo Horizonte, p. 71, 2013. Disponível em: http://www.cpqrr.fiocruz.br/texto-completo/D_109.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

VEIGA, C. G. O processo escolarizador da infância em Minas Gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia. *In: Reunião Nacional da ANPED*, 2016. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-4524-int.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

VIÑAO FRAGO, A. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. **Areas**, n.20, p.9-24. 2000. Disponível em: <https://revistas.um.es/areas/article/view/144631/129571>. Acesso em: 08 jun. 2023.

VLACH, V. R. F. Sociedade moderna, educação e ensino de Geografia. *In: Ilma Passos A. & Cardoso, Maria Helena (org.) Escola fundamental currículo e ensino*, Campinas, SP: Papirus, 1991. p. 171. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

WADSWORTH, J. E. Moncorvo Filho e o Problema da Infância: modelos institucionais e ideologia da assistência à infância no Brasil. Dossiê: Infância e Adolescência. **Rev. Bras. Hist.** 19 (37). set, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/WKs9FRktsfzMHyVNQkB6XLP/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.

a) Sites

ALVES, Luiz Nunes. Tavares Cavalcanti – Patrono. João Pessoa, s/d. Disponível em: <https://www.ihgp.net/livros/memorial-do-centenario/7.php>. Acesso em: 17 mai. 2023.

NASCIMENTO, J. Jornal O Norte. Paraíba Criativa, s/d. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/jornal-o-norte/>. Acesso em: 17 mai. de 2023.

SÓCIOS FUNDADORES DO IHGP – Breves notas. Disponível em: https://www.ihgp.net/livros/memorial-do-centenario/9.php#francisco_xavier. Acesso em: 13 jun. 2023

HISTÓRIA. Disponível em: <https://www.caicara.pb.gov.br/historia/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PEDRO Anisio. Academia Parahybana de Letras. Disponível em: <https://aplpb.com.br/n-26-1-sucesso-bezerra-dantas/>. Acesso: 27 nov. 2024.

CAVALCANTI, Manuel Tavares.CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em:<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Manuel%20Tavares.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

ROCCO, V. E. Elogio ao Patrono. Anais da Academia Paraibana de Medicina. Ano II, v. II, 1997. Disponível em: <https://issuu.com/apmed/docs/apmed-anais-volume-02>. Acesso: 19 ago. 2024.

b) Revistas, jornais, Decretos, Almanaque e Mensagens Presidenciais

A EDUCAÇÃO. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 10 out. 1912.

ADMINISTRAÇÃO dos serviços de educação e ensino no Estado da Paraíba. **Revista do Ensino**, anno X, n. 17: Imprensa Oficial, Paraíba, 1942.

A FESTA do dia 15. **O Norte**. Parahyba do Norte, 17 nov. 1915.

Aguiar, Cardoso. O problema do ensino. **Revista Era nova**. Parahyba do Norte, 1 out. 1921.

A INSTRUÇÃO Publica na Paraíba. **Revista do Ensino**. Parahyba do Norte, Ano II, n. 6 e 7, set. de 1933.

ANCYLOSTOMOSE. **O Norte**. Parahyba do Norte, 19 jul. 1918.

ANDRADE, M. Instrução publica. **O Norte**. Parahyba do Norte. 12 out. 1911.

ALBUQUERQUE, M. de L. A e. Verminoses. **Revista do Ensino**, Anno 1, nº 2: Imprensa Oficial, Paraíba, 1932, p. 49.

ALBUQUERQUE, A. de. O que as caixas escolares fazem. **Revista do Ensino**. Anno. V, n. 14: Imprensa Oficial, Paraíba, 1937.

ANIZIO, P. Pedagogia e Pedologia. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 16 jul. 1914a.

ANIZIO, P. Pedagogia e Pedologia. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 30 jul. 1914b.

ASSISTENCIA á infancia. **O Norte**. Parahyba do Norte. 8 jan. 1913.

AZEVEDO, Augusto de. Os campos – paginas do coração. **O Norte**. Parahyba do Norte, 4 novembro de 1908.

Brasil, Paraíba, Registro Civil, 1879-2007," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGXX-2W9Y>) : 3 March 2021), Francisco Coutinho de Lima de Moura and Rufina Alvina Trigueiro de Moura, ; citing João Pessoa, Paraíba, Brasil, Marriage Registration, 81, Corregedor Geral da Justica da Paraíba (Paraíba General Justice Office), João Pessoa.

BAREMA. Assistencia a' infancia. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 14 nov. 1912.

BELMONT, Augusto. A genesis do orphanato D. Ulrico e o sr. Arthur Achilles. **O Norte**. Parahyba do Norte, 13 de ago. 1913.

CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. **O Educador**, 14 nov. 1921.

DUAS operações importantes. **O Norte**. Parahyba do Norte. 12 fev. 1913.

ENDEMIAS ruraes. **O Norte**. Parahyba do Norte, 7 jul. 1918.

ENSINO Primario. **O Norte**. 26 jun. 1913.

ENFERMOS. **O Norte**. Parahyba do Norte, 27 nov. 1918.

ESCOLAS parochiais. **A imprensa**. Parahyba do Norte, 27 jun. 1914.

ESCOLAS Primarias. **A Imprensa**. Parahyba do Norte, 11 set. 1913.

ESPECTACULO Constrictador. **O Norte**. Parahyba do Norte, 29 nov. 1908

GOMES, Mario. Observações sobre higiene escolar. **Revista do Ensino**. Anno 1, nº 2: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1932, p. 40.

INAUGURA-SE, hoje, nesta capital o primeiro Manicomio Judiciario do Norte do país. **A União**. João Pessoa, 16 ago. 1943.

INSTITUTOS de Beneficencia. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 03 abr. 1913.

INSTITUTO de Proteção e Assistencia á Infancia. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 8 abr. 1913.

INSTITUTO de Assistencia e Protecção á Infancia. **O Norte**. 14 ago. 1920.

INSTITUTO de Protecção á Infancia. **A União**. Parahyba do Norte. 5 nov. 1912.

INSTITUTO de Protecção á Infancia. **A Imprensa**. 25 nov. 1912.

INSTITUTO de Protecção e Assistencia á Infancia. **O Norte**. 28 nov. 1912.

INSTITUTO de Protecção e Assistencia á infancia. **O Norte**. Parahyba do Norte. 28 dez. 1912.

INSTITUTO de Assistencia e Potecção á Infancia. **O Norte**. Parahyba do Norte, 14 ago. 1920.

INSTITUTO de Protecção e Assistência à Infância. **A Imprensa**, n.20, Parahyba do Norte, 11 nov. 1917.

INSTITUTO de Protecção e Assistência à Infância, **Era Nova**, Ano I, n.13, Parahyba do Norte, 1 de Outubro de 1921.

INSTRUCÇÃO Primária do Estado da Paraíba. **Revista do Ensino**, Anno 1, nº 1: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1932, p. 62-89.

INSPECÇÃO medica nas escolas Primarias. **O Norte**, Parahyba do Norte, 8 jun. 1913.

MACIEL, Jose. A sciencia do aperfeiçoamento moral e phisico. **Era Nova**. 1926.

MAIA, S. Educação physica e sanitaria. **Revista do ensino**, anno V, n. 14: Imprensa Officiaa, Paraíba, 1937.

MAROJA, Flavio. Hygiene Escolar. **A União**. Parahyba do Norte. 23 nov. 1912.

MAROJA, F. Carta aberta – Asylo de Mendicidade. **O Norte**. 1 ago. 1912.

MENDONÇA, C. Alphabetismo, caciquismo e banditismo. **O Norte**, 27 set. 1912.

MONCORVO FILHO, Carlos. Hygiene Escolar. 1910. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893226&pesq=&pagfis=4259>.

Acesso em: 8 mai. 2023.

_____. Hygiene Escolar – Sociedade Científica de Protecção à Infância em 24 de agosto de 1917. Rio de Janeiro.. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893226&Pesq=%22%20inspec%c3%a7%c3%a3o%20medica%20%22&pagfis=6490>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. Prophylaxia da tuberculose e proteção á infancia. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893226&Pesq=&pagfis=4818>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MENORES delinquentes. **A União**. Parahyba do Norte. 8 mai. 1917

MONTEIRO, A. Bandeira de Saúde. **Revista do Ensino**, Anno 4, nº 13: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1936.

SEIDEL, C. P. PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA. 1, 1922. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, p. 835. Disponível em: <https://dds.crl.edu/item/341271>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FALCÃO, F. Novos horizontes. **O Norte**, 02 de mai. 1909.

FALCÃO, Francisco. Instrução Pública. **O Norte**, 25 set. 1912.

FERRER, F. A reforma da escola. **O Norte**, 31 out. 1909.

HYGIENE Escolar. **O Educador**. 19 dez. 1921

LEÃO, A. C. A Escola Moderna. **A União**. 12 jun. 1914.

LEITE, J. B. Caixas Escolares. **Revista do Ensino**, Anno I, n. 1, Paraíba, 1932.

PARAHYBA DO NORTE. Almanack da Parahyba (AP). Ano: XI. Parahyba do Norte. Parahyba: **A União**, 1913. p. 357.

PARAHYBA DO NORTE (Estado). Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917. Imprensa Oficial – A União. Atos dos Poderes Legislativo e Executivo, 1917 (Coleção de Leis e Decretos de 1916).

PARAHYBA DO NORTE (Estado). Projeto de Decreto nº 23, de 21 de dezembro de 1911. Projeto de Decreto para reformulação do ensino da Parahyba apresentado a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte. Documentos Avulsos: Governo João Lopes Machado, 1911.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1841 por ocasião da instalação sessão pelo presidente do estado Pedro Fernandes Chaves. **Parayba do Norte**. Imprensa Official. 1841. p. 5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u563/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1906 por ocasião da instalação sessão 3ª da 4ª legislatura pelo presidente do estado

Monsenhor Walfredo Soares Leal. **Parayba do Norte**. Imprensa Oficial. 1906. p. 13
Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873535&pesq=1906&pagfis=323>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1906 por ocasião da instalação sessão 2ª da 5ª legislatura pelo presidente do estado João Lopes Machado. **Parayba do Norte**. Imprensa Oficial. 1909. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&Pesq=1906&pagfis=450>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em setembro de 1911 por ocasião da instalação da 4ª sessão da 5ª legislatura pelo presidente do estado João Lopes Machado.. Parahyba do Norte. Imprensa Oficial. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&Pesq=1917&pagfis=561>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1913 por ocasião da instalação sessão 2ª da 7ª legislatura pelo presidente do estado João Lopes Machado. **Parayba do Norte**. Imprensa Oficial. 1913. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&Pesq=1906&pagfis=866>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1917 por ocasião da instalação sessão 2ª da 8ª legislatura pelo presidente do estado Francisco Camillo de Hollanda. **Parayba do Norte**. Imprensa Oficial. 1917. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&Pesq=1906&pagfis=866>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Parahyba do Norte. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1918 por ocasião da instalação da 3ª sessão da 8ª legislatura pelo presidente do estado Francisco Camilo de Hollanda. Parahyba do Norte, O Norte, 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&pagfis=925>. Acesso em 4 abr. 2024.

Parahyba do Norte. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1922 por ocasião da instalação da 3ª sessão da 8ª legislatura pelo presidente do estado Solon Barbosa de Lucena. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1922. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&pagfis=1135>. Acesso em: 3 set. 2024.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1925 por ocasião da instalação da 2ª sessão da 9ª legislatura pelo presidente do estado João Suassuna. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1925. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&Pesq=%22Camillo%22&pagfis=1374>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em agosto de 1929, por ocasião da instalação da 2ª sessão da 10ª legislatura pelo Presidente do Estado João Pessoa. Parahyba do Norte. Imprensa Oficial. 1929. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&Pesq=%22Instruc%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=2148>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PROGRAMMAS de Ensino. **Revista do Ensino**, Anno 4, nº 13: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1936, p. 59.

PROTECÇÃO a infancia desvalida – Projecto de fundação de uma instituto para esse fim. **A União**. Parahyba do Norte. 01 mar. 1913.

PROTECÇÃO à Infancia. **A Imprensa**. Parahyba do Norte, 31 out. 1912.

INTERVENTOR Anthenor Navarro. **Revista do Ensino**, Anno 1, nº 1: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1932, p. 91

PARAHYBA DO NORTE. Repartição de Inspetoria Sanitária Escolar. **Ofício nº 20**. Parahyba do Norte: Diretoria Geral de Instrução Pública, 5 nov. 1917.

PATRICIO, S. Inspectoria Sanitária Escolar. **Revista do Ensino**. Anno 1, nº 1: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1932, p. 21.

PATRICIO, S. Inspectoria Sanitária Escolar. **Revista do Ensino**, Anno II, nº 4 e 5: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1933, p. 52.

PATRICIO, S. da. Idade Escolar. **Revista do Ensino**, anno I, n. 3: Imprensa Oficial, Paraíba, 1932.

PELA INSTRUÇÃO primaria. **A União**. 30 jan. 1932.

FOCO de infecções – um cano pestilencial. **A União**. 10 mar. 1914

MAROJA, F. Inspecção medica escolar. **O Norte**, 10 jun. 1913.

MENEZES, J. M. B. Pela Escola. **O Norte**, 7 mai. 1914.

MONTEIRO, A. Palavras da Diretora do “Jardim de Infancia” para a “Revista do Ensino”. **Revista do Ensino**, anno II, n. 6 e 7: Imprensa Oficial, Paraíba, 1933.

NOBREGA, Silvino. Sociedade de Medicina. **Era Nova**, Parahyba do Norte, 1924.

NOTAS á margem. **O Norte**, 1 set. 1912.

O ENSINO nocturno na Capital. **O Norte**. Parahyba do Norte, 2 set. 1913.

OS AUXILIARES do futuro governo. **O Norte**. Parahyba do Norte, 10 out. 1920.

OS MEDICOS e a medicina. **O Norte**. Parahyba do Norte, 16 out. 1908.

OS TRÊS pavilhões em construcção na avenida João Machado – o relatório do Dr. Guedes Pereira. **A União**. Parahyba do Norte, 9 jun. 1916.

OPERACÇÃO feliz. Cura Radical de uma hernia. Na Santa Casa de Misericordia. **O Norte**. Parahyba do Norte, 6 mar. 1913.

RANGEL, F. Caixas Escolares. **Revista do Ensino**, anno IV, n. 12, Parahyba do Norte 1936.

REVISTA da Semana. **A Imprensa**. Parahyba do Norte. 19 mai. 1912.

RESULTADOS finais... **O Norte**, João Pessoa, 29 out. 1954.

RIBEIRO, B. Asseio. **Revista do Ensino**, Anno 1, nº 1: Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1932, p. 53.

SÁ, Anysio. Hygiene Infantil. **O Norte**. Parahyba do Norte. 6 mar. 1909.

SILVA, Abel. Em pról do ensino. **O Norte**. Parahyba do Norte, 30 ago. 1921.

SILVA, Abel. O ensino nocturno da Capital. **O Norte**. Parahyba do Norte, 2 set. 1913.

SOUZA, M. G. P. de. Deveres do Estado para com a Criança. **Revista do Ensino**, anno I, n. 3: Imprensa Oficial, Paraíba, 1932a.

SOUZA, M. G. P. de. Cooperação que se impõe. **Revista do Ensino**, anno I, n. 1: Imprensa Oficial, Paraíba, 1932b.

TRECHOS e Notas. **O Norte**. Parahyba do Norte, 9 abr. 1913.

UMA INSTITUIÇÃO util – Combate ao analphabetismo. **A União**, 22 jan. 1913

VARIAS. **O Norte**. 18 abr. 1909.

VARIAS. **O Norte**. 21 dez. 1911.

VISITAS Escolares. **A União**. 16 jul. de 1914.